

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E GESTÃO DO
TERRITÓRIO**

**DA PORTEIRA PARA DENTRO: AS PRÁTICAS LUSITANAS
NAS TRANSFORMAÇÕES DO RURAL E NO FAZER
TURÍSTICO DA MICRORREGIÃO DE VIÇOSA-MG.**

LEOMAR TIRADENTES

**UBERLÂNDIA – MG
2010**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T596d Tiradentes, Leomar, 1967-

Da porteira para dentro: as práticas lusitanas nas transformações do rural e no fazer turístico da Microrregião de Viçosa-MG / Leomar Tiradentes. - 2010.

348 f. : il.

Orientador: Rosselvelt José Santos.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

1. Geografia rural - Viçosa (MG) - Teses. 2. Turismo no espaço rural - Viçosa (MG) - Teses. 3. Turismo no espaço rural - Minho (Portugal) – Teses. I. Santos, Rosselvelt José. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 911.373(815.1)

Elaborado pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação

LEOMAR TIRADENTES

DA PORTEIRA PARA DENTRO: AS PRÁTICAS LUSITANAS
NAS TRANSFORMAÇÕES DO RURAL E NO FAZER
TURÍSTICO DA MICRORREGIÃO DE VIÇOSA-MG.

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia da Universidade
Federal de Uberlândia, como requisito parcial à
obtenção do título de doutor em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do
Território.

Orientador: Prof. Dr. Rosselvelt José Santos.

Uberlândia/MG
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Leomar Tiradentes

DA PORTEIRA PARA DENTRO: AS PRÁTICAS LUSITANAS NAS
TRANSFORMAÇÕES DO RURAL E NO FAZER TURÍSTICO DA
MICRORREGIÃO DE VIÇOSA-MG.

Prof. Dr. Rosselvelt José Santos (Orientador)

Prof^a. Dr^a. Beatriz Ribeiro Soares - UFU

Prof. Dr. Hebe Xavier – PUC-MG

Prof. Dr. Ivo Elesbão – UFSM

Prof. Dr. João Carlos V. Sarmiento – UMINHO (Portugal)

Prof. Dr^a. Vera L. Salazar Pessoa – UFU

Data: 03/ 03/ 2010

Resultado: APROVADO COM LOUVOR

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, à minha esposa e à minha filha, que sempre foram meus apoios e suportes ao longo da jornada desta tese e exemplos de luta e perseverança.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, à minha família pelo apoio e amor incondicional.

Ao meu orientador no Brasil, Prof. Dr. Rosselvelt José Santos, pelo incentivo e contribuição para o meu crescimento profissional e pessoal. Aprendi muito, nos momentos felizes, como também nas adversidades. Minha sincera gratidão pelo prazer desta convivência.

Ao professor Dr. João Sarmento da Uminho, a quem chamo de co-orientador, por me receber em Portugal para o Doutorado-sanduíche e pela disponibilidade e dedicação; sua ajuda foi fundamental para a conclusão da tese.

Aos Professores Beatriz Ribeiro Soares, João Cleps e Mônica Abdala, pela competência, amizade e dedicação. Suas contribuições, dadas às bancas de projeto e qualificação, foram fundamentais. A vocês, minha mais sincera gratidão.

Aos professores: Beatriz, João Cleps, Geiza, Vera, Ivo, Heber, Bernadete e João Sarmento por também aceitarem participar da banca de defesa da tese, contribuindo de forma prestigiosa para a elucidação desta.

Aos meus amigos do Laboratório de Geografia Cultural e Turismo da UFU, em especial: Paulo Sérgio, Jean Carlos, Rodrigo, Paulo BH, Nelson Ney, Daniela, Káren, Braconaro, Paula, Cíntia, Luana, Graziela, Arley, Jaqueline, Ronaldo, Douglas, Ricardo, Edvaldo e Sinval. O vínculo de amizade formado é um dos momentos mais gratificantes durante a trajetória do doutorado, e são vínculos verdadeiros e duradouros.

À CAPES, pela concessão da bolsa de doutorado sanduíche, junto à Universidade do Minho.

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de realizar o doutorado.

Aos membros do COLUNI, Colégio de Aplicação da UFV, na pessoa da diretora Prof. Eunice e da Secretária Meire Rute, pelo apoio e auxílio na realização do trabalho de campo na Microrregião de Viçosa.

Aos Professores Mario Alino Borges e Eneida Pereira, pelo constante apoio e incentivo e também pelas hospedagens em suas residências.

Ao Professores e amigos da Universidade do Minho em Portugal que tão bem me acolheram durante a realização do doutorado sanduíche entre outubro de 2007 e fevereiro de 2008.

Aos proprietários rurais de Viçosa, Paula Cândido, Araponga, Guaraciaba e também Guimarães e Ponte de Lima (Portugal), por me terem dado a oportunidade de abrir as porteiras de suas propriedades para esta tese. A vocês, os meus profundos e sinceros agradecimentos.

Aos moradores da república do Minho, Cláudio (gaúcho), Oliver (franco-venezuelano), Luiz Outeiro (espanhol) e San (indiano) pelos momentos de convívio e alegria na nossa Guimarães.

Aos funcionários do Departamento de Geografia da Uminho, em especial; Isabel, Daniel, Carlos Eira, Antunes e outros que muito contribuíram para minha estada em Portugal e me ensinaram a torcer pelo Vitória de Guimarães.

Aos professores do Departamento de Geografia da Uminho, em especial: Manoela Laranjeira, Maria José, Paulo Nossa, Paula Romualdo, Vieira, Flávio Nunes, Ana Francisca, Virgínia, que muito contribuíram para explicar-me a dinâmica geográfica de Portugal.

À Universidade do Minho (Portugal), pela oportunidade de realização do doutorado sanduíche, onde, na vivência diária com professores, funcionários e colegas pós-graduandos, encontrei uma forte amizade e solidariedade.

Aos funcionários da Secretaria do IG (Janete e Lúcia) e da Secretaria da Pós-Graduação (Dilza e Sinara), pela ajuda e apoio no suporte técnico para a realização do doutorado e escrita da tese.

Aos amigos de Uberlândia, que não foram poucos, e que muito me incentivaram e apoiaram nos momentos de construção desta tese. E, em especial aos amigos corredores, que sempre me acompanharam pelo ‘longão’ da FUTEL, realizado aos sábados e nas corridas da vida. Não vou citar nomes, pois a lista seria interminável e, com certeza, acabaria cometendo injustiças.

Em especial a dois amigos, que descobri em Uberlândia e que foram muito importantes para mim e minha família; foram verdadeiros irmãos: Majo Yslei e Marcus Vinícius. Essa amizade é para sempre.

À cidade de Uberlândia pela acolhida.

A todos, o meu muito obrigado.

BIOGRAFIA

LEOMAR TIRADENTES, filho de Dorival José Tiradentes e Maria Terezinha Tiradentes, nasceu no dia 22 de outubro de 1967, em Goiânia, Goiás.

Cursou o ensino fundamental na Escola Estadual Professora Olga Mansur e o antigo ensino médio no Colégio Lyceu de Goiânia, em sua terra natal.

Em 1992, obteve o título de bacharel e licenciado em Geografia, pela Universidade Federal de Goiás, em Goiânia.

Em 1996, obteve o título de especialista em educação pela Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais.

Em 1997, tornou-se professor efetivo do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa, atuando na disciplina de Geografia Geral e do Brasil.

Em 1999, obteve o título de bacharel em Educação Física, também pela Universidade Federal de Viçosa.

Em 2000, obteve o título de especialista em treinamento de alto nível pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em Seropédica - RJ.

Em 2002, iniciou o curso de mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – Campus de Rio Claro, na área de Organização do Espaço, concluído em dezembro de 2004, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

Em 2005, recebeu prêmio pela segunda melhor dissertação em turismo, apresentada no Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável – CITURDES, realizado na UFSM – Santa Maria, RS.

Em 2006, iniciou o curso de doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, na área de Geografia e Gestão do Território.

Em 2007, com bolsa CAPES, realizou o Doutorado Sanduíche na Universidade do Minho, Campus de Guimarães – Portugal, sob a coordenação do Prof. Dr. João Sarmento.

Em 2008, teve o artigo “Percepções do turismo no espaço rural do Minho (Portugal): o exemplo que vem d’além mar” premiado como um dos dez melhores artigos do II Fórum Internacional de Turismo do Iguaçu, realizado em Foz do Iguaçu – PR.

R E S U M O

DA PORTEIRA PARA DENTRO: AS PRÁTICAS LUSITANAS NAS TRANSFORMAÇÕES DO RURAL E NO FAZER TURÍSTICO DA MICRORREGIÃO DE VIÇOSA-MG.

Autor: LEOMAR TIRADENTES

Orientador: Prof. Dr. Rosselvelt José Santos

Nesta tese, analisamos as atividades turísticas da Microrregião de Viçosa – MG, identificando os conteúdos paisagísticos, seu processo de construção, desenvolvimento e compreensão quanto ao modo como elas interagem na redefinição do espaço local. De caráter exploratório e de natureza qualitativa, utilizamos o estudo de caso como metodologia, tendo como instrumento o trabalho de campo, a observação e as entrevistas semiestruturadas. O objetivo principal desta pesquisa foi analisar as manifestações do turismo, no espaço rural, e suas relações com o modo de vida, o lugar e a paisagem das propriedades rurais na Microrregião de Viçosa – MG, utilizando, como ponto de referência, as práticas turísticas do espaço rural na Região do Minho (Portugal). Os resultados indicaram que as atividades turísticas estão inseridas na realidade dessas propriedades. De maneira geral, o turismo, no espaço rural, encontra, nas propriedades rurais pesquisadas, num espaço historicamente constituído para produção agropecuária que, nos seus usos e apropriações vai permitindo aos seus proprietários um fazer turístico repleto de particularidades.

Palavras-chave: Geografia do turismo; Turismo no espaço rural; Microrregião de Viçosa; Turismo no Minho.

ABSTRACT

INSIDE THE GATE: THE PRACTICE OF LUSITANIA IN THE TRANSFORMATIONS OF RURAL TOURISM AND TO THE MICRO REGION OF VIÇOSA-MG.

In this study we analyzed the activities of tourist Viçosa - MG. We identified the content and process of landscape construction and development of this region. Development and understanding as to how this content landscaped interact redefining the local area. We found an exploratory and qualitative nature; we use the case study as a methodology, with the instrument, the field work. Also, we use observation and semi-structured interviews. The aim of this study was to analyze the manifestations of tourism in rural areas, and their relationship to the way of life, place and landscape of rural properties in the micro region of Viçosa-MG. And we used as reference point, the practices of rural tourism in the region of Minho (Portugal). The results indicated that tourism activities are within the reality of these properties. Overall, tourism in rural areas is, in the farms surveyed, a place historically constituted for agricultural production as its uses and appropriations will allow their owners to do a tour full of peculiarities. The results indicated that tourism activities are within the reality of these properties. Overall, tourism in rural areas is, in the farms surveyed, a place historically constituted for agricultural production as its uses and appropriations will allow their owners to do a tour full of peculiarities.

Keywords: geography of tourism, rural tourism, micro region of Viçosa, tourism in the Minho.

RÉSUMÉ

DE LA PORTE À DEDANS: LES PRATIQUES LUSITANIENNES DANS LES TRANSFORMATIONS RURAUX ET DANS LE TOURISME DE LA MICRORÉGION DE VIÇOSA-MG.

Dans cette thèse nous analysons les activités touristiques de la Microrégion de Viçosa – MG, en identifiant les contenus de sa paysage, son procès de construction, développement et compréhension sur la manière comme ces activités interagissent pour la redéfinition du space local. Avec une caractère exploratrice et avec nature qualitative, nous utilisons l'étude de cas comme méthodologie, en ayant comme instrument le travail de champ, l'observation et les interviews semi-structurelles. Le but principal dans cette recherche a été analyser les manifestations du tourisme au space rural et ses relations avec le mode de vie, le lieu et la paysage des propriétés ruraux de la Microrégion de Viçosa – MG, en utilisant, comme point de repère, les pratiques touristiques du space rural à la région de Minho (Portugal). Les résultats ont indiqué que les activités touristiques sont dans la réalité de ces propriétés. De toute façon, le tourisme du space rural trouve dans les propriétés ruraux recherchées un space historiquement constitué par la production agronomique, avec ses usages et appropriations, qui permet aux propriétaires un tourisme plein de particularités.

Mots-Cléf : Géographie du tourisme ; Tourisme dans le space rural ; Microrégion de Viçosa ;
Tourisme à Minho.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Sistema de gestão do turismo do I Governo Lula	62
Figura 2	Organograma da gestão descentralizada do II PNT	71
Figura 3	Pictogramas utilizados nos circuitos turísticos	104
Figura 4	Placa de sinalização de orientação turística	105

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Metas do plano nacional de turismo – 2007-2010	73
Quadro 2	Segmentação turística dos municípios do Circuito Turístico Serras de Minas.	117
Quadro 3	Propriedades rurais envolvidas com o turismo na Microrregião de Viçosa	131
Quadro 4	População residente, por situação de domicílio em Minas Gerais e Zona da Mata (1980-2000)	138
Quadro 5	Municípios Integrantes da Microrregião de Viçosa	141
Quadro 6	Caracterização dos Municípios da Microrregião de Viçosa-2007	143
Quadro 7	Classificação pluriativa das propriedades rurais da Microrregião de Viçosa – MG (2010)	206
Quadro 8	Dados populacionais da Cidade e do Concelho de Ponte de Lima (2001)	222
Quadro 9	Dados populacionais da Cidade e do Concelho de Guimarães (2001)	225
Quadro 10	População empregada por setor de atividade	226
Quadro 11	População Residente (1960-2001)	230
Quadro 12	Propriedades rurais pesquisadas no Minho	241

LISTA DE MAPAS

Mapa 01	Circuito Turístico da Estrada Real	84
Mapa 02	Municípios Integrantes do Circuito Turístico Serras de Minas	110
Mapa 03	Rede Hidrográfica dos Municípios do CTSM	112
Mapa 04	Zona da Mata Mineira e Microrregião de Viçosa	133
Mapa 05	Propriedades turísticas da Microrregião de Viçosa	151
Mapa 06	Portugal e Distritos do Minho	215
Mapa 07	Freguesias do Concelho de Ponte de Lima - Portugal	219
Mapa 08	Freguesias do Concelho de Guimarães - Portugal	223

LISTA DE FOTOS

Foto 01	Cafezais da Fazenda Braúna	152
Foto 02	Espaço em construção para os turistas na Faz. Braúna	155
Foto 03	Ocupação das encostas por cafezais na Faz. Braúna	156
Foto 04	Área de pastagens e matas na Região de Estouros	157
Foto 05	Remanso no Córrego do Boné	158
Foto 06	Alojamentos para turistas no Camping Remanso	160
Foto 07	Cachoeira no Córrego do Boné	161
Foto 08	Fazenda Indaiá	164
Foto 09	Produção de uvas da Fazenda Indaiá	165
Foto 10	Roda d'água e palmeiras imperiais na Fazenda Indaiá	168
Foto 11	Vista do Hotel Fazenda Adega Morro Velho	170
Foto 12	Exemplo do uso do espaço agrícola do Hotel F. Adega M. Velho	171
Foto 13	Sede do Hotel Fazenda Adega Morro Velho	174
Foto 14	Entrada da Pousada Chalé do Turvo em Guaraciaba	177
Foto 15	Salão de Festas da Pousada Chalé do Turvo	180
Foto 16	Vista lateral da sede da Pousada Serra D'Água	182
Foto 17	Serras das Cabeças na Pousada Serra D'Água	186
Foto 18	Chalés da Pousada Vale das Luas em Araponga – MG	187
Foto 19	Restaurante da Pousada Vale das Luas	189
Foto 20	Ponte romana sobre o Rio Lima, em Ponte de Lima	218
Foto 21	Castelo de Guimarães Patrimônio Cultural da Humanidade	226

Foto 22	Sede da TURIHAB, em Ponte de Lima	236
Foto 23	Entrada frontal da Quinta do Rei	242
Foto 24	Fachada rústica da sede da propriedade Quinta de Agra	245
Foto 25	Vista frontal do Paço de Calheiros	247
Foto 26	Fachada frontal Casa das Torres	249
Foto 27	Entrada principal da Casa de Covas	252
Foto 28	Fachada lateral e escadas de acesso à Casa de Crastro	255
Foto 29	Vista lateral da Casa da Lage	258
Foto 30	Sede da Quinta da Aldeia, em São João da Ribeira	261
Foto 31	Vista posterior da sede da Quinta do Casal do Condado	264
Foto 32	Entrada da Capela e vista parcial da sede da Casa do Outeiro	267
Foto 33	Entrada principal da Casa dos Pombais	270
Foto 34	Casa do Ribeiro em Guimarães	274
Foto 35	Entrada principal da Casa de Sezim	277
Foto 36	Entrada lateral do Paço de São Cipriano	280
Foto 37	Vista parcial da Quinta de Cima de Eiriz, em Guimarães	283

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCAN - Alumínios Canadense S/A

AMETUR – Associação Mineira de Empresas de Turismo Rural

BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento

CEE – Comunidade Econômica Européia

COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais

CT – Circuito Turístico

CTSM – Circuito Turístico Serras de Minas

EPAMIG - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

FMI – Fundo Monetário Internacional

FJP - Fundação João Pinheiro

IEF - Instituto Estadual de Florestas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LEADER - Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural

MICT – Ministério da Indústria, Comércio e Turismo

MTur – Ministério do Turismo

PESB – Parque Estadual da Serra do Brigadeiro

PIQTUR - Programa de Intervenções para a Qualificação do Turismo

PLANTUR – Plano Nacional de Turismo

PMDES - Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social

PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PNT – Política Nacional de Turismo

PPT's – Políticas Públicas de Turismo

QAFIT - Quadro de Apoios Financeiros para o Investimento no Turismo

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais

SETUR - Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais

TER – Turismo no Espaço Rural

TURIHAB - Associação do Turismo de Habitação

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

UFV - Universidade Federal de Viçosa

UMINHO - Universidade do Minho (Portugal)

SUMÁRIO

Dedicatória	v
Agradecimentos	vi
Biografia	viii
Resumo	ix
Abstract	x
Resumé	xi
Lista de Ilustrações	xii
Lista de Quadros	xii
Lista de Mapas	xiii
Lista de Fotos	xiii
Lista de Abreviaturas e Siglas	xv
Índice	xviii
Introdução	01
Capítulo 1	16
Capítulo 2	44
Capítulo 3	95
Capítulo 4	129
Capítulo 5	210
Considerações Finais	294
Referências Bibliográficas	312
Anexos	337

ÍNDICE

	CONTEÚDO	PÁGINA
1.0	INTRODUÇÃO.	01
1.1	Objetivos propostos	12
1.2	Metodologia	13
2.0	CAPÍTULO I - ABRINDO A PORTEIRA, O TURISMO NO ESPAÇO RURAL: teorias, conceitos, pluriatividade e desenvolvimento local.	16
2.1	O turismo no espaço rural	17
2.2	O conceito geográfico de paisagem para o turismo no espaço rural	19
2.3	Turismo, pluriatividade e desenvolvimento local nas propriedades rurais	26
2.3.1	A pluriatividade como fator de desenvolvimento local	29
2.3.2	O desenvolvimento local como um processo	33
3.0	CAPÍTULO II - OLHANDO EM FRENTE: as políticas públicas de turismo no Brasil e em Minas Gerais.	44
3.1	Introdução	45
3.2	As políticas públicas do turismo no Brasil: história e evolução	46
3.3	A atual política pública de turismo no Brasil (2007-2010).	67
3.4	As ações do Estado no planejamento turístico mineiro	78
4.0	CAPÍTULO III - ALÉM DA PRÓPRIA CERCA: o circuito turístico como forma do avanço da regionalização do turismo.	95
4.1	Introdução	96
4.2	Conceito e características dos circuitos turísticos	98
4.3	O circuito turístico como resultado de uma política pública de turismo	105
4.4	O Circuito Turístico Serras de Minas	109
4.5	O circuito turístico na percepção dos proprietários rurais da Microrregião de Viçosa	121

5.0	CAPÍTULO IV - DO ACASO À REALIDADE: a propriedade familiar como opção turística.	129
5.1	Introdução	130
5.2	Os aspectos gerais da Zona da Mata e Microrregião de Viçosa	132
5.2.1	A Zona da Mata mineira	132
5.2.2	A Microrregião de Viçosa	141
5.3	Os modos de vida nas propriedades rurais da Microrregião de Viçosa	145
5.4	O turismo no espaço das propriedades rurais da Microrregião de Viçosa	149
5.4.1	Fazenda Braúna	152
5.4.2	Camping Remanso	157
5.4.3	Fazenda Indaiá	163
5.4.4	Hotel Fazenda Adega Morro Velho	170
5.4.5	Pousada Chalé do Turvo	176
5.4.6	Pousada Serra D'água	181
5.4.7	Pousada Vale das Luas	187
6.0	CAPÍTULO V - O TURISMO QUE VEM D'ALÉM MAR: manifestações turísticas no espaço rural do Minho (Portugal).	210
6.1	Introdução	211
6.2	A região do Minho	213
6.2.1	Caracterização geográfica	213
6.2.1.1	Ponte de Lima	218
6.2.1.2	Guimarães	223
6.3	A atuação do Estado Português no turismo	227
6.4	O turismo no espaço rural português	235
6.5	O Turismo no espaço rural minhoto: Ponte de Lima e Guimarães	237
6.5.1	Quinta do Rei	243
6.5.2	Quinta de Agra	246

6.5.3	Paço de Calheiros	248
6.5.4	Casa das Torres	249
6.5.5	Casa de Covas	252
6.5.6	Casa de Castro	255
6.5.7	Casa da Lage	258
6.5.8	Quinta da Aldeia	261
6.5.9	Quinta do Casal do Condado	264
6.5.10	Casa do Outeiro	267
6.5.11	Casa dos Pombais	271
6.5.12	Casa do Ribeiro	274
6.5.13	Casa de Sezim	277
6.5.14	Paço de São Cipriano	280
6.5.15	Quinta de Cima de Eiriz	284
7.0	CONSIDERAÇÕES FINAIS	294
8.0	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	312
9.0	ANEXOS	337

INTRODUÇÃO

Não sei se a vida é curta ou longa demais pra nós,
mas sei que nada do que vivemos tem sentido,
se não tocamos o coração das pessoas.
Muitas vezes basta ser colo que acolhe,
braço que envolve, palavra que conforta,
silêncio que respeita, alegria que contagia,
lágrima que corre, olhar que acaricia,
desejo que sacia, amor que promove.
E isso não é coisa de outro mundo,
é o que dá sentido à vida.
É o que faz com que ela não seja nem curta,
nem longa demais,
mas que seja intensa,
verdadeira e pura...
enquanto durar."

(Cora Coralina)

Os tempos atuais vêm possibilitando à sociedade um constante fluxo de pessoas, bens, serviços, comércio, que contribuiu com a melhoria da qualidade e do tempo de vida, o que nos pressupõe afirmar que a modernidade vivenciada tem-nos levado a uma assimilação do espaço geográfico, enquanto objeto de uso e apropriação.

Nesse processo, o ser humano vem demonstrando, ao longo dos séculos, uma enorme necessidade de sempre ir além do que sua vista alcança, apresentando, com isso, uma capacidade de se deslocar no espaço, em busca de aventuras, ações, conquistas, emoções, lazer, necessidades ou imposições.

Nesse sentido, os autores Azevedo; Kohler (2003) justificam que

os historiadores vêm registrando a mobilidade do homem sobre a superfície do planeta por meio dos tempos, impulsionada por variadas motivações. Inicialmente, o homem se deslocava em busca de proteção, alimentos e água. Em nosso século, emergiu uma nova modalidade de deslocamento por meio do planeta: o turismo. Fruto da sociedade industrial e das conquistas sociais, o período anual de descanso pelos que a ele têm acesso vem sendo aproveitado, cada vez mais, para a realização de viagens, gerando fluxos de pessoas que se deslocam a pequenas, médias e longas distâncias (AZEVEDO; KOHLER, 2003, p.199).

Essa tendência de mobilidade solidificou-se nas sociedades contemporâneas. Assumiu uma nova roupagem, sendo hoje denominada turismo, um fenômeno que vem transformando diferentes espaços e possibilitando serviços altamente rentáveis para a economia contemporânea, à medida que a própria sociedade se urbaniza, no tempo e no espaço.

O desenvolvimento urbano, paradoxalmente, resultou em uma crise social e estrutural das cidades, contribuindo para que seus moradores procurassem novos atrativos de lazer e um maior contato com a natureza, principalmente no espaço rural.

Contribui, também, para essa atuação do turismo no espaço rural, a crise do setor agrícola, crise esta provocada por uma série de fatores, internos e externos, que vêm acentuando a falência produtiva, em diversos setores agrícolas, principalmente na cafeicultura, possibilitando a expansão do turismo e também do espaço rural, por meio de uma valorização do meio natural.

A crise aqui citada não é um fato específico em território brasileiro, mas um conjunto de fenômenos que ocorrem aqui e também em alguns países como, por exemplo, Portugal. Segundo palavras de Cavaco (2000),

“No mundo ocidental, especificamente em Portugal, muito do espaço rural está em crise, em particular nas áreas naturalmente menos dotadas para a agricultura convencional e pior situadas em termos de acessibilidade, relativo a regiões urbanas e mercados dinâmicos” (CAVACO, 2000, p. 69).

Ao valorizar o meio natural, o turismo torna-o um elemento de valor econômico, que passa a servir às necessidades humanas. Desse modo, os recursos naturais são incorporados, de vez, ao mercado de consumo, tornando-se um fenômeno da sociedade humana, experimentando, na atualidade, uma crescente demanda; porém, nem sempre disponível a todos os membros da sociedade.

No percurso dessa valorização, o turismo assume variadas formas ou facetas, tal como, por exemplo, o turismo rural, que apenas recentemente assumiu características de atividade produtiva, devido principalmente à importância que o elemento natural adquiriu nas últimas décadas, e também devido às transformações sofridas pelo mundo rural, criando uma nova territorialização¹ do campo brasileiro.

De acordo com Souza (2003), essa transformação da natureza em mercadoria, pelo turismo, na perspectiva de um lucro maior, tem sido feita com voracidade, comprometendo a própria “mercadoria” principal, os recursos naturais, e, futuramente, inviabilizando a própria atividade turística, uma vez que ainda pouco se discute sobre esse processo, sobre a real possibilidade de perda dessa natureza para o mercado econômico.

Definir turismo ainda não é uma tarefa fácil. Existe uma imprecisão da definição pois, a partir de 1980, a disseminação do aproveitamento da natureza, para fins turísticos, de muitas paisagens brasileiras, possibilitou uma infinidade de terminologias ligadas ao turismo relacionado à natureza, tais como: turismo verde, agroturismo, turismo de aventura, turismo ambiental, turismo de ação, ecoturismo, turismo de saúde, entre outros.

Almeida e Blós (2000); Graziano da Silva, Vilarinho, Dale (2000) e Rodrigues (2000) preferem empregar a expressão “turismo em espaço rural” (TER) para a totalidade dos movimentos turísticos em espaço rural. Esses autores distinguem o turismo em espaço rural conforme o conjunto da população usufrua os rendimentos da atividade, ou seja, os empreendedores não necessitam ser pessoas que vivam, exclusivamente, do e no campo.

¹ HAESBAET, (2006, p. 45) compreende territorialização “como o conjunto das múltiplas formas de construção/apropriação (concreta e/ou simbólica) do espaço social, em sua interação com elementos como o poder (político/disciplinar), os interesses econômicos, as necessidades ecológicas e o desejo/ a subjetividade. Nesse sentido, entendemos essa territorialização como o processo de apropriação (concreta ou abstratamente) do espaço por um determinado sujeito ou ator.

Conceitualmente, o TER é qualquer tipo de atividade turística inserida, geograficamente, nos espaços rurais, sem necessariamente envolver-se com a dinâmica da propriedade rural e de seu cotidiano produtivo, podendo apresentar, em alguns casos, formatos tipicamente urbanos (ROQUE, 2001). Para o nosso objeto de estudo, que é o turismo no espaço rural da Microrregião de Viçosa, essa acepção, ainda que simplista, representa uma noção sobre o que venha a ser esse turismo no espaço rural.

Geograficamente localizada no sudeste do estado de Minas Gerais, a Microrregião de Viçosa é parte de uma Mesorregião denominada Zona da Mata, famosa pelas suas paisagens serranas e pelo cultivo do café, tendo na agricultura o seu grande desempenho econômico, caracterizado, também, pela pequena e média propriedade rural.

No entanto, a região descrita vem sofrendo, ao longo de décadas, com uma política agrícola que não possibilitou, aos proprietários, o desenvolvimento agrícola que eles esperavam ou a reprodução dos capitais investidos em suas perspectivas; gerando uma situação de crise local que se reflete, diretamente, em suas propriedades e, também, nas pequenas cidades da região, que têm, na cafeicultura, sua base de sustentação.

Numa tentativa de amenizar essa crise econômica, vários proprietários vêm, aos poucos, abrindo suas propriedades para o turismo, visando garantir uma sobrerrenda² ao cultivo do café e ao desenvolvimento para as suas propriedades, incluindo-se, ainda que inconscientemente, em uma tendência do mercado nacional e mundial, que é o turismo no espaço rural.

A chegada de turismo à região tem proporcionado, para alguns proprietários, e mesmo para a comunidade, uma expectativa de desenvolvimento local, pois significa, além da circulação de mais capital e mais empregos, a possibilidade de um desenvolvimento social e cultural mais expressivo.

Consequentemente o turismo trouxe, para a região, alguns empreendedores turísticos, que adquiriram terras para a construção de hotéis ou pousadas rurais, usufruindo a beleza cênica da região, possibilitando a valorização do hectare local e, também, um novo estímulo aos proprietários de antigas fazendas cafeeiras, agora envolvidos com as atividades turísticas.

Os novos empreendimentos turísticos possibilitam não só o turismo rural, mas toda uma tipologia turística, que acabou por proporcionar um rearranjo na configuração produtiva das fazendas e, também, nas suas imediações, já que são necessárias toda uma nova infraestrutura e mão-de-obra, até então inexistentes.

² Sobrerrenda. Possibilidade de ampliação da renda sobre a venda de um determinado produto ou serviço.

Essas novas modificações, porém, não geraram o desenvolvimento esperado; o aparecimento de novas pessoas ou empreendedores, dispostos a investir no turismo, não garantiu o resultado previsto, por uma série de fatores, levando vários proprietários rurais a buscarem alternativas comuns de desenvolvimento, agregando-se ao denominado Circuito Turístico Serras de Minas.

O termo “circuito turístico” tem-se tornado amplamente aceito, como significado do turismo que é desenvolvido e operado em “harmonia” com a natureza. Este tipo de turismo tem sido vendido, em vários níveis, como sendo apropriado e moralmente correto, tanto quanto sendo ambientalmente conveniente, tendo, assim, um alto apelo para turistas e para os formadores de opinião, não sendo diferente na região trabalhada.

Reconhecemos que o espaço rural da Microrregião de Viçosa tem, tradicionalmente, na produção agrícola, sua principal atividade econômica; contudo, entre as atividades produtivas desenvolvidas no local, o turismo e o lazer vêm despontando como uma nova realidade que, embora ainda incipiente, começa a chamar a atenção de proprietários e autoridades.

Não podemos afirmar que o turismo é a principal fonte de renda das propriedades, pois muitas dessas propriedades ainda estão ligadas ao fator produtivo agrícola, sendo a produção cafeeira a grande responsável pelos lucros gerados no local. No entanto, acreditamos que a crise vivida pela cafeicultura, nos anos de 1990, pode ter acelerado a abertura das propriedades para o turismo.

Entende-se, em princípio, neste trabalho, que, evidenciando a trajetória do turismo no espaço rural e reconhecendo o contexto em que se insere, é possível contribuir para equacionar o presente estado das atividades turísticas rurais, mapear e analisar suas condições de desenvolvimento.

O turismo, no espaço rural, deve ser concebido como uma atividade de pequena escala, artesanal, que deve propiciar um incremento na qualidade de vida dos moradores locais, tendo uma função muito importante no âmbito do desenvolvimento social, econômico e cultural. Sua presença tem de emergir inserida num conjunto mais amplo, não apenas o simples fenômeno turístico, mas, sim, pensá-lo a partir da diversidade.

O título “Da porteira para dentro: as práticas lusitanas nas transformações do rural e no fazer turístico da Microrregião de Viçosa-MG” foi pensado no sentido de representar a chegada do turismo que, sem pedir licença, adentrou na propriedade, num espaço já utilizado por outro segmento agrícola e, chegando de mansinho, vem provocando um rearranjo

socioeconômico e espacial das propriedades rurais, sendo utilizado como uma estratégia de obtenção de lucro, por parte de alguns proprietários locais.

Nessa perspectiva, nosso estudo visa analisar e compreender as formas que o turismo assume na região do estudo; os conteúdos que ele (o turismo) insere na paisagem; as estratégias e seus desafios, numa perspectiva do espaço geográfico rural da Microrregião de Viçosa, localizada na Macrorregião da Zona da Mata, no estado de Minas Gerais – Brasil, tendo como estudo comparativo o modelo vindo da região do Minho, em Portugal.

Sabemos que o turismo português se caracteriza como um turismo internacional, diferentemente do que ocorre na Microrregião de Viçosa que possui um turismo de base local, entretanto, a escolha da região do Minho, em Portugal, não foi aleatória. Ela é fruto de uma escolha realizada quando do início do doutoramento, em eventos realizados dentro da temática do turismo, no país, e do contato com alguns profissionais da área, que apontavam algumas semelhanças na origem do TER na região do presente estudo e na região do Minho; por isso, fizemos a opção de estudá-la, em nossa tese.

Esse turismo no espaço rural português, que aqui iremos caracterizar, teve, com a crise do setor rural, a sua oportunidade de desenvolvimento. Segundo Marques (2000):

Na verdade, a própria União Européia, ao reconhecer a existência de grandes dificuldades no espaço rural, criou um instrumento específico para a sua promoção (Programa de Iniciativa Comunitária – LEADER), que tem possibilitado o evoluir de todo um conjunto de experiências que permitem acreditar que o desenvolvimento pode deixar de ser uma ilusão (MARQUES, 2000, p.48).

É na visão de um provável desenvolvimento que o turismo “invade” o espaço rural português que, favorecido pelo Programa LEADER e, pela entrada de Portugal na CEE, passa por uma significativa taxa de crescimento e expansão. Desta forma, o TER, apoiado pelo governo local segue, seus primeiros passos, dentro de uma perspectiva de recuperação de casas de grande significado arquitetônico e histórico, surgindo o denominado Turismo de Habitação que, durante muito tempo, foi considerado sinônimo de turismo em espaço rural, sendo o segundo local mais procurado pelos portugueses para usufruir suas férias.

Assim, o entendimento do fenômeno turístico, no espaço rural de Portugal, passou por um abandono do setor rural, favorecido pelas crises no campo, sendo a restauração de antigas casas senhoriais a forma de garantir o desenvolvimento do TER. Mostrar esse turismo e suas

possibilidades de contribuir para o seu desenvolvimento amplo será nosso objetivo, no sentido de comparar duas realidades e entender o turismo nesse espaço rural.

De acordo com Solla (2002), o turismo, no espaço rural, é uma atividade de grande interesse, não só por suas implicações econômicas, mas também por suas repercussões sociais e ambientais. Partindo desse pressuposto, a presente tese também está inserida em compreender as transformações ocorridas nas propriedades rurais da Zona da Mata de Viçosa – MG e também as repercussões sociais e ambientais que o fenômeno turístico pode propiciar para a referida região.

Um primeiro aspecto que levaremos em conta é a escolha da importância do tema a ser investigado; no nosso caso, o tema a ser tratado é o turismo no espaço rural.

Tal enfoque torna-se importante por se tratar de uma região onde a principal atividade econômica está ligada à agricultura que, desde a época do Brasil Colônia, servia como fonte de abastecimento para a população de Ouro Preto, mas que não propiciou o desejado desenvolvimento local pois, apesar de haver um mínimo necessário de prosperidade, houve rupturas causadas por um modelo que não se reproduziu na perspectiva de atender as necessidades das pessoas e do capital investido, por uma série de fatores, que serão abordados ao longo da pesquisa.

A escolha desse tema está diretamente ligada às nossas práticas diárias de atividades, como docente do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa, uma instituição localizada em uma área de forte influência rural e totalmente voltada para as atividades agrícolas.

É nessa prática que viemos observando, desde 1997, uma crise na agricultura local que vem afetando as propriedades rurais, quase todas ligadas à cafeicultura, e, na busca por alternativas na geração da renda familiar, alguns proprietários vêm-se aventurando pelo turismo no espaço rural como uma forma de se manterem na propriedade. Seria essa crise a origem do problema, nesta pesquisa?

Cremos que é mais amplo do que isto, mas, é partindo dessa indagação que estaremos discorrendo sobre o projeto de tese que ora apresentamos. Temos consciência de que a resposta não será simples, pois envolve compreender as transformações geográficas, econômicas e sociais no espaço rural, tendo o turismo como alternativa, envolve uma série de descobertas e análises a serem desenvolvidas e, quando se coloca o turismo como possibilidade de trabalho e renda, compreendemos que o lugar passa por transformações profundas que afetam, principalmente, o modo de vida das pessoas.

A relevância desta tese apresenta-se como uma possibilidade de analisar, identificar e caracterizar o espaço local, como lugar de uso e de vivência. Não pretendemos, com isso, interpretar as atividades turísticas já existentes colocando-as como coadjuvantes desse processo de desenvolvimento, mesmo porque entendemos que o turismo não deve ser um substituto da cafeicultura, mas uma alternativa na geração de renda e trabalho, para as populações rurais da região.

Entendemos que a tese terá uma relevância tanto de cunho social quanto científico. No primeiro caso, ela possibilitará traçar um perfil do turismo local, procurando compreender o seu crescimento e, conseqüentemente, contribuir com o desenvolvimento local. No segundo caso, cientificamente, estaremos estudando dois aspectos importantes: um é o estudo de uma região agrícola pouco desenvolvida (FUND. JOÃO PINHEIRO, 2008), tanto no aspecto econômico quando sociocultural; o outro é possibilitar um estudo comparativo entre duas diferentes regiões turísticas, mas com uma característica peculiar em comum, que é a pequena propriedade, historicamente voltada para a subsistência e reprodução da unidade de produção familiar, que procura, no turismo, uma alternativa para ampliar a renda familiar.

Em suma, a tese se respalda em outros trabalhos já existentes, tais como: Carvalho (2003), Coelho (2005), Dale (2001), Filetto (2000) e Roque (2001), por abordar uma Microrregião que tem a base produtiva voltada para a cafeicultura em crise, com poucos investimentos relevantes em todos os setores econômicos, situada, no entanto, perto de grandes centros urbanos, e que na última década descobriu, no turismo, uma possibilidade de desenvolvimento econômico, que vem sendo praticado de uma forma no mínimo questionável, principalmente em relação ao seu potencial social e cultural.

Assim, a tese que se apresenta é baseada em indagações. O Turismo, que modifica o modo de vida dos proprietários rurais, antes envolvidos apenas com a cafeicultura, também contribui com o desenvolvimento socioeconômico e cultural do lugar? Mas como eles, cafeicultores conseguem investir no turismo? Como fazem dessa atividade uma fonte de renda e trabalho? Não será apenas uma combinação de cafeicultura e turismo?

O turismo foi, por longos anos, um tema esquecido, na ciência geográfica. Primeiro, não se vislumbrava uma perspectiva para o seu estudo; segundo, pela incompreensão de muitos profissionais, que ignoravam o papel de destaque que ele vinha apresentando no desenvolvimento de determinadas localidades.

O estudo do turismo, no âmbito da Geografia, segundo Rodrigues (2001), acentuou-se a partir da década de sessenta, no século passado, respondendo ao rápido desenvolvimento

do fenômeno, ligado à prosperidade econômica do final da Segunda Guerra Mundial, tanto nos países centrais do capitalismo quanto nos periféricos.

Tendo como base a afirmação de Rodrigues (2001), no Brasil, o primeiro estudo geográfico do fenômeno turístico surgiu em 1976, com o trabalho acadêmico de Kleber M. A. Assis, denominado “O turismo interno no Brasil”. A partir de então, o que temos visto é uma clara e progressiva expansão da Geografia do Turismo e sua divulgação, principalmente com a explosão de cursos de graduação em turismo.

Enquanto atividade econômica espacial, o turismo se consubstancia na busca pelo lucro. Como afirma Rodrigues (2001), na fase atual, em face do grande processo de produção e consumo do espaço turístico litorâneo brasileiro, está surgindo uma preocupação muito grande com o impacto ambiental do fenômeno, ainda que pouco se tenha feito no sentido de reverter essa situação impactante.

Em sentido contrário, Knafo (2001) aponta:

existe, enfim, uma outra razão, diferente, de produção de idéias prontas a propósito do turismo: ela resulta da situação comum, de domínio da pesquisa no campo do turismo, por interesses econômicos que concorrem para ver neste fenômeno somente sua face mercante e governada pela empresa turística. Isso se traduz, em muitas pesquisas sobre o turismo, no acento colocado sobre os fluxos econômicos e sobre as hospedagens. Certamente, todas essas coisas são interessantes, mesmo indispensáveis, mas não resumem uma reflexão sobre o fenômeno e a natureza ainda mal conhecida do que seja o turismo (KNAFOU, 2001, p.69).

Hoje (2010), o fenômeno do turismo apresenta a sua complexidade manifestada pelas relações sociais, culturais e pela materialização do território, que se produz no processo de produção do espaço.

Atualmente, no meio acadêmico, temos visto uma valorização da temática, graças ao aumento significativo de trabalhos – teses, livros, artigos – que vêm sendo publicados, e também por causa do interesse, não só de geógrafos, mas também de um número significativo de profissionais, que vêm estudando o turismo por variados ângulos - ambiental, social, cultural, econômico e outros.

A partir da década de noventa, do século passado, o turismo tornou-se o mais novo segmento da Geografia; é mais uma especialidade da Ciência Geográfica, sendo denominado

Geografia do Turismo e se faz presente em várias instituições de ensino superior, seja na graduação ou na pós-graduação.

A ciência geográfica procura estudar o turismo em variados ângulos ou formas, principalmente quando se trata de dois conceitos fundamentais: espaço e território.

O turismo introduz, no espaço, objetos definidos pela possibilidade de permitir o desenvolvimento da atividade, conferindo-lhes um novo significado, para atender a uma nova demanda de uso do rural, que consiste numa apropriação direta desse espaço geográfico.

Baseando-nos na literatura corrente, que será apresentada ao longo de nossa análise, podemos afirmar que os espaços são diferentemente valorizados pelas sociedades, em função das possibilidades técnicas que determinam sua utilização. Essa valorização dos espaços, pelo turismo, é dada em função de valores culturais, e a cultura é própria de cada grupo social, sendo mutável no tempo e no espaço.

Dentre os vários segmentos da Geografia do Turismo, nossa tese tem, como eixo central, o turismo no espaço rural e suas variações. Para a Ciência Geográfica, esta é apenas uma das várias possibilidades de estudo do turismo, não se caracterizando como uma subdisciplina da Geografia do Turismo, mas como um importante foco de questionamentos, estudos, pesquisas e debates.

O turismo, no espaço rural, é um indicador de que o mundo rural passou a constituir-se, definitivamente, numa das motivações do turismo contemporâneo, e a Geografia vem buscando compreender essa nova relação, não mais se furtando ao seu papel, enquanto ciência humana.

O turismo que propomos estudar pode ter uma função muito importante, no âmbito da Geografia, pois não pretende analisar apenas as razões econômicas do fenômeno, mas também as sociais, as culturais e ambientais. Sua presença tem de emergir inserida num conjunto mais amplo, não o de simples fenômeno turístico. Desse modo, esse tipo de turismo poderá implicar uma participação mais ampla, meditada e responsável da Geografia no meio rural, quando pensado a partir dos segmentos envolvidos com as questões rurais.

Vivenciamos, no espaço rural da região de estudo, uma contínua transformação, provocada, principalmente, pelas crises da cafeicultura, pela falta de tecnologia, pelo envelhecimento dos produtores, pelo empobrecimento do solo e, também, pelo empobrecimento dos produtores. Essas crises parecem ter suscitado várias possibilidades de alguns proprietários rurais diversificarem e aumentarem a renda de suas propriedades.

A ampliação dessa renda pelo turismo, no espaço rural, tem possibilitado uma transformação do campo e das pessoas envolvidas com suas práticas, resultando no desenvolvimento capitalista das propriedades rurais envolvidas com o turismo.

Incontestavelmente um fenômeno dos mais expressivos das sociedades ditas urbano-industriais, o turismo representa uma das mais importantes formas de reprodução de capital e de captação de divisas, e vem despertando o interesse dos proprietários rurais em atrair um público urbano cada vez mais cativo para o espaço rural, aumentando, assim, as oportunidades de desenvolvimento de suas propriedades, gerando um novo significado para as atividades ligadas ao campo ou uma nova territorialização do espaço onde vem ocorrendo.

A cada ano, um elevado número de cidadãos busca, no campo - entende-se aí as propriedades rurais -, um refúgio de lazer, de combate ao estresse, de descanso e, também, um maior contato com a natureza. Esse fato tem levado, para o campo, um conjunto de atividades não-agrícolas, como, por exemplo, as prestações de serviços, que respondem cada vez mais pela dinâmica do meio rural local.

Por trás desse processo, encontra-se o produtor familiar, que vai buscar, no turismo, uma possibilidade de renda e trabalho, procurando dessa forma, agregar valor aos seus produtos e serviços.

O fenômeno do turismo no espaço rural não é um fato exclusivo do território brasileiro, mas um conjunto de fenômenos que ocorrem aqui e também em boa parte dos países da União Européia, como pode ser observado nas palavras de Mazuel (2000):

Há uma França rural preservada e autêntica, fundada no patrimônio rural construído, nos recursos naturais, antigas práticas agrícolas, um conhecimento local e um estilo de vida próprio do meio rural. [...] mas também com alusão a exemplos de outros países europeus, que experimentaram exatamente a mesma evolução condicionada da demanda de um cliente europeu desejoso em se integrar à vida rural. A este respeito, os ingleses e os escandinavos anteciparam-se aos franceses (MAZUEL, 2000, p.95).

Considerando o sujeito de nossa pesquisa, que é a unidade de produção familiar, e analisando o turismo e, em especial, o turismo no espaço rural, indagamos: o que acontece com a sociedade, para eleger o campo como destino turístico? O turismo, como um fenômeno, pode propiciar uma melhoria no desenvolvimento das propriedades rurais já envolvidas com ele, uma vez que é percebido pelos produtores apenas como uma fonte a mais de renda? O que tem gerado essa busca pelo turismo, por parte dos proprietários rurais? Como se

caracteriza a atividade turística e suas variáveis, na territorialização desse espaço rural? Esse turismo vem gerando sobretrabalho às unidades de produção familiar? Como ficam as cidades da região, nesse processo de implantação do turismo rural?

1.1 - OBJETIVOS PROPOSTOS.

- Objetivo Geral:

- Analisar as manifestações do turismo, no espaço rural, e suas relações com o modo de vida, o lugar e a paisagem das propriedades rurais na Microrregião de Viçosa – MG (Brasil) e da Região do Minho (Portugal).

- Objetivos Específicos:

- Analisar o turismo, no espaço rural, considerando-se as propriedades rurais que já realizam algum tipo de oferta turística, na referida microrregião, procurando identificar os fatores que levaram à inserção do turismo nessas propriedades.
- Identificar os fatores naturais e culturais que caracterizam o espaço rural da área de pesquisa, analisando os vários tipos de turismo existentes e como os produtores rurais se (re)territorializam nas suas propriedades e na região.
- Caracterizar o turismo no espaço rural por meio de amostras de propriedades rurais de Portugal, enfatizando questões sociais, culturais, econômicas e ambientais, dentro de um estudo comparativo com o TER da Microrregião de Viçosa – MG.
- Analisar os efeitos do turismo existente nas propriedades rurais, examinando as relações sociais de produção, das pessoas com o lugar e as implicações com o espaço vivido.
- Identificar se os usos e apropriações do circuito turístico influenciam no desenvolvimento local do espaço rural, estimulando um consumo diversificado na região.

1.2 – METODOLOGIA.

A crise na cafeicultura, porque não dizer do setor agrícola, provocou rupturas no modo de vida estabelecido na economia do café, e é essa crise que possibilitou a entrada do turismo no espaço rural, criando novos paradigmas de desenvolvimento.

Objetivando tecer uma discussão, optamos por ter, como categoria de análise principal, a paisagem e como ela pode proporcionar uma compreensão do fenômeno turístico na transformação do espaço e das propriedades rurais da Microrregião de Viçosa, na Zona da Mata Mineira, por acreditar que ela é o aspecto mais completo na elucidação de nossas indagações. Com isso, entendemos que encontraremos os motivos, as crises, os pontos de rupturas, os arranjos, as estratégias e justificativas do turismo da porteira para dentro.

Quanto à natureza do estudo, a presente pesquisa tem um caráter qualitativo e apresenta uma natureza exploratória, devido à escassez de dados e à necessidade de se conhecer as manifestações do turismo na Microrregião de Viçosa, localizada na Zona da Mata Mineira.

A pesquisa que realizamos tem, como opção metodológica, o estudo de caso, na medida em que busca analisar as transformações sócio-econômicas relacionadas ao espaço turístico, nas propriedades rurais da referida Microrregião.

O estudo de caso é considerado um tipo de análise qualitativa, uma investigação que permite fornecer explicações no que tange, diretamente, ao caso considerado e aos elementos que marcam o contexto. A vantagem dessa estratégia é a possibilidade de aprofundamento que oferece, pois os recursos se vêm concentrados no caso visado. O método, muitas vezes, é colocado como sendo mais adequado para pesquisas exploratórias, e particularmente útil para a criação de hipóteses (TRIVINOS, 1992).

O estudo de caso tem-se tornado estratégia importante para pesquisadores que procuram responder às questões “como” e “por que” certos fenômenos ocorrem; quando há pouca possibilidade de controle sobre eventos estudados; e, por fim, quando o foco de interesse é um fenômeno atual (GODOY, 1995).

O presente estudo de caso, a ser abordado nesta tese, envolve, a Microrregião de Viçosa, localizada na Zona da Mata Mineira. Entretanto, também apresentamos um capítulo que aborda o turismo rural no espaço rural do Minho (Portugal), região que foi visitada e estudada durante a realização do doutorado sanduíche, entre outubro de 2007 e fevereiro de 2008.

Em decorrência dessa opção metodológica - aqui compreendida como o estudo de caso -, o levantamento de campo constou da técnica da observação *in loco*. Completando o levantamento de campo, foram também adotados, como instrumentos de pesquisa, a entrevista não estruturada e o registro da paisagem por meio da fotografia, objetivando identificar o significado das ações do turismo no espaço rural, tendo como público alvo sete proprietários rurais ou empreendedores turísticos (Anexo 1).

O uso conjunto da entrevista não estruturada foi feito em todas as entrevistas realizadas, tanto no caso mineiro como em território português; teve como finalidade direcionar e compreender a dinâmica do turismo, nos respectivos espaços rurais.

O plano de recrutamento dos sujeitos participantes desta pesquisa envolve, exclusivamente, sete proprietários rurais que estão diretamente ligados as atividades turísticas e que estão inseridos dentro do Circuito Turístico Serra de Minas, ou que possuam atividades turísticas no espaço rural onde são proprietários, e também 15 proprietários rurais dos Concelhos de Guimarães e Ponte de Lima, em Portugal.

Embora a Microrregião de Viçosa ainda se encontre na fase inicial de um turismo no espaço rural, optou-se por estudar a Região do Minho, em Portugal, por compreender que ela trás um conjunto de fatos históricos - que serão elucidados no capítulo cinco - muito característicos da região principal de estudo, e que se encontra numa fase mais avançada desse turismo no espaço rural e que exerce uma influencia na área da pesquisa.

Para uma melhor compreensão do objeto a ser estudado, a presente tese será subdividida em cinco capítulos, visando a uma abordagem aprofundada do tema a ser trabalhado, sendo apresentada, resumidamente, a seguir.

No **primeiro capítulo**, “Abrindo a porteira”, são abordados alguns conceitos teóricos da Geografia e também sobre o Turismo no Espaço Rural (TER), suas tipologias e definições, abordando também a questão da pluriatividade e o seu papel no processo de desenvolvimento local. Ao mesmo tempo, procuramos compreender como esses conceitos e definições podem decifrar como o homem se organiza no espaço em questão.

Com o título “Olhando em frente”, o **capítulo segundo** analisará as políticas públicas de turismo no Brasil e em Minas Gerais. Busca-se compreender, dentro de um processo histórico, o papel do Estado, como gestor dessa política pública para o turismo, identificando suas ações e realizações, como fator de expansão e ampliação do turismo local.

O **terceiro capítulo**, “Além da própria cerca”, tem como objetivo identificar e analisar a formação de um circuito turístico local, fruto de uma política pública de regionalização do turismo, que influencia na organização do espaço rural e também nas cidades da

Microrregião, proporcionando um conjunto de atividades, e que se apropria de um espaço (re)territorializado, que passa por um processo de superação, impondo estratégias de usos do espaço, estimulando o consumo dos lugares ou do turismo ofertado.

Denominado “Do acaso à realidade”, o **quarto capítulo** investiga a propriedade rural familiar da Microrregião de Viçosa, como opção turística. Aborda a dinâmica de sete propriedades rurais, caracterizando os vários aspectos naturais e culturais que propiciaram o desenvolvimento do turismo, analisando como o homem rural se (re)territorializa no espaço em questão, procurando compreender se ele deixou de ser produtor rural e como explora o turismo.

“O turismo que vem d’além mar” é o título do **quinto capítulo**, cujo tema central é o turismo rural no espaço português. Partindo das características gerais da região do Minho, berço do TER, em Portugal, procurou-se identificar a atuação do Estado português e suas políticas públicas para o turismo, finalizando com as percepções do turismo pelos proprietários rurais minhotos, em 15 propriedades visitadas.

A última parte trata das “Considerações finais”, onde esperamos atingir os objetivos e tecer considerações a respeito do turismo, no espaço rural.

A presente pesquisa objetiva compreender como ocorre o turismo no espaço rural da Microrregião de Viçosa, suas manifestações e experiências e, também, identificar a trajetória das atividades turísticas, suas diferentes tipologias, seu processo de construção, desenvolvimento e suas contribuições para o espaço rural mineiro, tendo como parâmetro inicial o turismo no espaço rural português e sua correlação com o turismo na Microrregião de Viçosa.

**ABRINDO A PORTEIRA, O TURISMO NO ESPAÇO RURAL : teorias,
conceitos, pluriatividade e desenvolvimento local.**

*A minha vida foi sempre assim
me fechavam uma porta
eu abria outra
me fechavam uma porta
eu abria outra
me fechavam uma porta
eu abria outra
A minha vida foi sempre assim
só abrindo as portas que não têm fim.*

Gilberto Mendonça Teles.
Poeta Goiano.

2.1 - O TURISMO NO ESPAÇO RURAL.

As atividades turísticas no espaço rural têm ganhado uma dimensão econômica e social, apresentando-se com uma conotação diferenciada, onde o turismo procura preservar os atrativos locais, envolvendo diferentes sujeitos, demonstrando novos valores e projetando-se como tema de interesse e objeto de pesquisa dos mais variados meios acadêmicos e econômicos.

O espaço pode ser considerado como a matéria prima do turismo e, sem subestimar os outros fatores, as condições geográficas desempenham um papel de primeiro plano, frequentemente essencial nas atrações de um lugar turístico. As condições naturais, o patrimônio cultural e histórico, o potencial técnico e o ambiente econômico são os critérios que intervêm, sozinhos ou em combinação, nos diferentes tipos de localização turística (LOZATO, 1985).

Segundo Campanhola e Silva (2000), as transformações pelas quais tem passado o meio rural brasileiro, nas últimas décadas, contribuem para que não o consideremos como essencialmente agrícola, pois muitas atividades tipicamente urbanas passaram a ser desenvolvidas no meio rural como, por exemplo, a prestação de serviços, geralmente de maneira complementar às atividades agrícolas.

Para Schneider e Fialho (2000), a definição do que se entende por “espaço rural” vem sofrendo alterações, não só pelo crescimento da importância das atividades não agrícolas, que minaram a identidade do rural com a atividade agrícola, mas também pela associação crescente do meio rural com a qualidade de vida. Além disso, o ambiente rural também vem incorporando aspectos relacionados ao lazer e ao ludismo que, em grande medida, estão contribuindo para a redefinição de percepções simbólicas da população urbana.

Entre outros fatores relacionados a essa transformação do meio rural estão:

- aumento do tempo livre, devido aos avanços tecnológicos de comunicação, que facilitam a ligação entre os centros urbanos e o meio rural, reduzindo o tempo da locomoção entre esses espaços, embora possam ser prejudicados devido à péssima qualidade das estradas;
- a existência de uma realidade que envolve o envelhecimento da população, problemas de créditos, dificuldades tecnológicas, empobrecimento das pessoas e dos solos;
- a expansão das residências secundárias e dos sítios de lazer ou até mesmo a criação de condomínios fechados em áreas rurais, considerados uma opção de segurança, conforto e qualidade de vida;

- o estresse e o crescente custo de vida urbana, decorrente do crescimento intenso e desordenado das cidades.

Esse processo de destaque das atividades turísticas, no meio rural, se dá, entre outros fatores, por causa do desgaste dos tradicionais produtos turísticos, o que tem levado muitos empreendedores e turistas a buscarem novos espaços de consumo. Acredita-se que esse desgaste é proveniente de uma nova mentalidade de se pensar o espaço rural, não como uma área decadente, mas visto, a gora, visto com uma nova roupagem, a da valorização do espaço natural.

Para Novaes (1999), o turismo pode ser um recurso para os espaços rurais que procuram uma nova alternativa de desenvolvimento local e, ao mesmo tempo, uma oportunidade de valorizar seu patrimônio, suas paisagens e sua cultura. E, no caso dos proprietários rurais envolvidos na pesquisa dessa tese, o turismo também vem possibilitando uma alternativa de renda e valorização dos seus patrimônios.

É possível reconhecer uma multiplicidade de formas de fazer turismo nos espaços rurais. Algumas estão diretamente envolvidas com o cotidiano agropecuário, voltadas para a valorização do campo e reconhecimento da cultura local. Outras, como os grandes empreendimentos hoteleiros, utilizam o rural somente como espaço físico para sua implantação e não interagem com a realidade local (ROQUE, 2001).

Vale ressaltar que o desenvolvimento do turismo no espaço rural implica o desenvolvimento de novas atividades, algumas com base agrícola, tais como: floriculturas, criação de aves exóticas, horticultura e cultivo de plantas ornamentais. Outras nada têm de base agrícola, como por exemplo o pesque-pague, que tem-se convertido em importante atividade rural e fonte de renda para os agricultores.

Dentre os principais obstáculos encontrados para a realização do turismo no espaço rural, Froehlich e Rodrigues (2000) apontam: dificuldades de acesso e transporte, que se opõe à redução do tempo de locomoção; falta de infra-estrutura e facilidades para atrair e manter o fluxo turístico; insuficiência de investimentos públicos e privados para o desenvolvimento do mercado; carência de pessoal especializado, em vários níveis; e falta de um quadro institucional adequado para o desenvolvimento e promoção do turismo.

É fundamental que o espaço rural, no contexto do TER, e encarado enquanto componente do espaço turístico, seja tratado como um verdadeiro conjunto receptivo (local do destino turístico), onde também se tornam importantes aspectos como a paisagem ao longo das estradas e trilhas percorridas pelos turistas, além do efetivo envolvimento da população local.

Precisamos considerar, também, que esse turismo no espaço rural ocorre num lugar onde já existe uma atividade intensa e, portanto, devemos pensar na metamorfose que ele possibilita para as propriedades rurais, inclusive nos seus ganhos (melhoria da infraestrutura, por exemplo) e perdas (redução do tempo livre dos proprietários). No contexto dessa metamorfização, a paisagem é usurpada pelo turismo, como um fator a mais na turistificação do lugar; e é nessa perspectiva que procuramos analisar, no próximo item, como a paisagem é apropriada pelo turismo.

2.2 - O CONCEITO GEOGRÁFICO DE PAISAGEM PARA O TURISMO NO ESPAÇO RURAL.

Procurando compreender nosso objeto de estudo, pode-se afirmar que a Geografia possibilita uma série de conceitos que estão atrelados ao cerne desta pesquisa. Dentre esses conceitos, um importante conceito-chave que se destaca, na ciência geográfica, é a questão da paisagem. Procurou-se analisá-la de modo a contribuir para a elucidação de nossas questões e sua consequência no processo de transformação da área de pesquisa.

Os geógrafos se interessam pela paisagem desde que a Geografia se constituiu como ciência. Trabalhar o conceito de paisagem não é um fato simples, pois existe uma variedade de conceitos e terminologias que, na maioria das vezes, representam as mais distintas escolas do pensamento geográfico.

Historicamente, o termo paisagem surgiu no século XV, nos Países Baixos (Claval, 2004), sob a forma de *landskip*; na Alemanha surge o termo *landschaft* e, na Inglaterra, *landscape*, para traduzir o novo termo holandês, cuja colocação se aplica com a difusão do novo gênero pictural. Na Itália, o termo *paesaggio*, derivado do francês, aparece por volta de 1549 e estava agregado como uma forma de pintura.

Dentro dessa mesma linha de pensamento, Maximiano (2004) argumenta que:

No Ocidente, o primeiro termo para designar paisagem foi a palavra alemã, *landschaft*. Este termo existe desde a Idade Média, para designar uma região de dimensões médias, em cujo território desenvolviam-se pequenas unidades de ocupação humana. Com o “século das luzes”, o termo assimilou também um senso semântico, com a noção de quadro, arte e/ou natureza (MAXIMIANO, 2004, p. 85).

Neste contexto, pode-se afirmar que a paisagem serviu de inspiração para muitos pintores e artistas e a concepção de paisagem está enraizada na pintura e na poesia, onde os aspectos naturais são representados de forma artística.

Na França, a partir da metade do Século XVI, surge um termo denominado *paysage* para designar paisagem, que esteve diretamente ligado à concepção de jardins, que expressavam uma nova concepção de ordem, com marcas de unidade e grandeza, simetria e uma organização em torno de um eixo principal (MAXIMIANO, 2004).

Historicamente, a evolução do termo paisagem está ligada, diretamente, à própria evolução da ciência geográfica e de suas inúmeras tendências, sendo que Castro (2004), afirma que o termo paisagem é extremamente polissêmico, sendo suas acepções disciplinares vagas e variadas. Um conceito capaz de fornecer “unidade e identidade à Geografia num contexto de afirmação da disciplina”.

Um dos primeiros geógrafos a tratar sobre o tema foi Friedrich Heinrich Alexander, Barão de Humboldt (1769-1859), mais conhecido como Alexander Von Humboldt, que em sua obra *Cosmos* aborda as paisagens como representação de grandes quadros da natureza a partir de três pontos de vista: a natureza e paisagem como fonte de prazer; as relações entre os inúmeros grupos humanos e a paisagem no tempo e espaço; e, também, a paisagem como objeto das artes (SANTOS, 2004, p. 23).

De acordo com Gandy (2004), ao abordar a questão da paisagem no século XX,

surgiu aos poucos uma inquietação quanto às tradições filosóficas do mundo ocidental. Alguns críticos procuraram reavaliar a paisagem como gênero na arte ocidental e a sua relação com os discursos filosóficos e políticos dominantes na modernidade. A visão romântica da natureza foi reinterpretada como expressão cartesiana da separação da natureza e da cultura (GANDY, 2004, p. 82).

Nessa perspectiva, observa-se que a concepção de paisagem ainda está refletida no dualismo existente entre a concepção de natureza desvinculada da noção de cultura. Segundo Groning (2004),

depois que determinadas “paisagens” tinham sido descobertas com a ajuda de escritores e pintores, no decorrer do século 20, principalmente na segunda metade desse século, na Europa e nos estados Unidos, a “paisagem” tornou-se objeto de percepção superficial nos momentos de lazer (GRONING, 2004, p. 16).

Vale ressaltar que a noção de paisagem enquanto momento de lazer, só ganha força e respaldo perante a sociedade após os anos 50 do século passado, coincidindo com a expansão do processo de urbanização mundial. O próprio Groning (2004) argumenta que a percepção de paisagem, seus questionamentos e influências em outras partes do mundo são aspectos ainda totalmente desconhecidos.

Para Maximiliano (2004), no Brasil do século XXI, o entendimento sobre paisagem é resultado das relações históricas do Velho e Novo Mundo que compartilham raízes comuns de História, cosmovisão e cultura. As escolas francesa e alemã de Geografia influenciaram diretamente a concepção de paisagem entre os geógrafos brasileiros. Christofolletti (1983) apud Santos (2004) já argumentava que o uso do termo paisagem, na linha da Geografia, tem origem na ciência geográfica alemã.

Ainda citando Maximiano (2004, p. 86), nos meados do século XIX, estudos de vegetação para análise da paisagem trabalhavam com tipologias de unidades de vegetação e eram retomadas em tipologia maior de unidades paisagísticas.

Dos anos 30 até os anos 60 do século XX, as pesquisas sobre paisagem, como sistema físico-químico, vinham da antiga URSS, e foi dessas pesquisas que se elaborou o conceito de geosistema, segundo Maximiano, despertando uma nova ótica, entre alguns pesquisadores.

Os conceitos geográficos, principalmente o de paisagem, são, como afirma Maia (2008), aspectos “críticos” da Geografia Humana e se encontram interligados a outros conceitos, tais como: espaço, território, territorialidade e lugar, sendo construídos socialmente e encontrando-se em permanente mutação.

Entretanto Troll, em 1997, já argumentava que toda paisagem se apresenta, ao geógrafo, dotada de uma certa fisionomia, encontrando, nos seus variados aspectos, uma relação funcional, podendo a paisagem apresentar um conceito fisionômico ou formal e também um conceito funcional, sendo que o primeiro representa a paisagem em sua totalidade, sob qualquer ponto de vista; e o segundo, entendido como resultado da observação de variados fatores (geográficos) que se encontram em uma interação, onde todas as paisagem refletem as transformações temporais que sofreram, conservando os testemunhos de outros tempos.

O conceito de Paisagem foi, então, construído ao longo dos tempos, segundo as mais diferentes correntes do pensamento geográfico, sendo construído e reconstruído por cada tendência teórica que se destacou ao longo do tempo de sua existência, tornando-se, em alguns momentos, o próprio objeto geográfico ou, mesmo, sendo relegado a um segundo

plano, pois com a paisagem a ciência geográfica encontrou seu próprio objeto, que a relacionou com as outras ciências humanas.

Uma observação curiosa, apresentada por Groning (2004), argumenta que atualmente, ou seja, no início do século XXI, ainda existem pessoas, no Brasil, que não atribuem sentido ao conceito de “paisagem”, e que

embora as diferentes conotações que o conceito de paisagem implica venham sendo tematizadas há décadas, é curioso observar que um entendimento bastante conservador de paisagem sobreviva incólume. No âmbito de tal entendimento, ao invés do interesse em pesquisar o significado de paisagem nas diferentes sociedades e épocas, encontramos a tentativa de determinar, de uma maneira como que nomotética, um significado que jamais foi estável e cuja validade também nunca foi aceita por todos (GRONING, 2004, p. 16).

A essas palavras temos a acrescentar que cada pessoa ou sujeito atribui diferentes valores e significados à sua percepção de paisagem. Para os proprietários rurais envolvidos na pesquisa, a paisagem é percebida apenas como elemento de um espaço natural, onde as “...belezas naturais das propriedades, como as matas, serras, rios e cachoeiras constituem os grandes atrativos turísticos”, que devem ser preservados, não fazendo nenhuma referência à paisagem cultural ou humana.

Segundo Gandy (2004), o conceito de paisagem está inextricavelmente ligado a toda uma gama de figuras retóricas³ visuais da cultura ocidental e, de acordo com Venturi (2008 p. 47), o termo paisagem reveste-se de uma forte conotação com o território.

Boullón (2002) emprega o termo paisagem para denominar os atrativos naturais e o ambiente natural, e para indicar aquelas partes de tal ambiente que se destacam por sua beleza. Argumentando ainda que esse termo é, tradicionalmente associado ao espaço natural.

Na observação de Troll (1997), o termo “paisagem geográfica”

diz respeito a um setor da superfície terrestre definido por uma configuração espacial determinada, resultante de um aspecto exterior, do conjunto de seus elementos e de suas relações externas e internas, que estão enquadrados pelos limites naturais das outras paisagens de caráter distinto (TROLL, 1997, p. 03).

³ Figuras retóricas- aqui entendidas como as paisagens pintadas em obras de artes.

Segundo o mesmo autor,

Hoje em dia o conceito de “paisagem” está presente na ciência e na arte. Porém, somente a geografia deu ao seu uso um valor científico, transformando-o em eixo de toda uma teoria de investigação. Toda paisagem se apresenta ao geógrafo dotada de uma certa fisionomia. Seus distintos aspectos ou elementos, tanto visíveis como não visíveis, se encontram em uma determinada relação funcional enquanto não variar um deles e, como consequência, toda a paisagem. [...] Todas as paisagens refletem também transformações temporais e conservam testemunhos de tempos passados (TROLL, 1997, p. 02).

Dentro dessa mesma linha de pensamento, Rougerie (1971) já argumentava que

é cômodo definir a geografia como o estudo das paisagens. Não há de faltar, por certo, quem venha apontar a imprecisão e a feição qualitativa, ou mesmo “artística”, da expressão; outros, movidos por um desejo de exatidão, hão de preferir a cisão da realidade e falarão em paisagens morfológicas, em paisagens vegetais, em paisagens agrárias ou urbanas.... Contudo, como a geografia também consiste em localizar fatos, em apreender as diferenciações do espaço terrestre e em comparar conjuntos desvendando diferenciações do espaço terrestre e em comparar conjunto desvendando seu dinamismo interno e suas relações recíprocas, poderemos nos considerar no âmago desta ciência quando nos declararmos favoráveis à expressão material de tais diferenciações: as paisagens (ROUGERIE, 1971, p. 7).

Nesse contexto, tais idéias suscitam reflexões sobre o papel da paisagem no contexto geográfico, pois a paisagem integra o homem e também as eventuais depredações que realizou ou venha a realizar, sendo, portanto, um conjunto de obras percebidas por todos os sentidos.

Segundo Claval (2004), o papel do geógrafo que analisa a paisagem é multiplicar os pontos de vista, olhar o relevo de perto e de longe, desde a base das cadeias e desde seus picos, e construir , a partir daí, uma imagem sintética da região que analisa. Usando as argumentações de Claval, na área de nosso estudo, também é possível imaginá-la de forma sintética, principalmente a região mais serrana, e a partir daí pensar as transformações que o turismo provoca no local.

Nesse sentido, encontramos reforço nos dizeres de Santos (2004) apud Bertrand (1971):

Paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, numa determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos, que fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. Estudar a paisagem é antes de tudo apresentar um problema de método (BERTRAND, 1971, p.2, apud SANTOS, 2004, p. 25).

Em síntese, em seu conceito clássico, Bertrand tenta associar o termo paisagem interagindo os fatores naturais com as ações do homem, justificando que os vários elementos que a compõem participam de uma dinâmica comum. A paisagem é o lugar de transvariação de vicissitudes de poder e de símbolos que têm extensão significativa nas fantasias dos homens.

Se a paisagem pode representar um jogo de poder que exerce influência na imaginação dos homens, como compreender o uso e a apropriação das paisagens pelo turismo?

Para a Microrregião de Viçosa, a paisagem aparece como um duplo significado: primeiro, como um símbolo de *status* perante a sociedade local, pois acumula-se não apenas a paisagem, mas a terra em que ela está inserida, edificações e os cultivos agrícolas; segundo, seu uso tem provocado modificações na forma de agir e pensar a própria natureza, levando-a a uma transformação para se adequar às necessidades que o turismo lhe imputa.

A paisagem e sua compreensão como um fator importante para o desenvolvimento da atividade turística, ainda é pouco estudada na ciência geográfica. Entretanto, a cada ano, novas pesquisas vêm ganhando força e importância no meio acadêmico. A necessidade de se estudar a paisagem como uma das bases econômicas em que se consolida o turismo tem levado os estudiosos a refletirem sobre o verdadeiro significado de paisagem; que, no caso do nosso estudo assume, literalmente, um significado de desenvolvimento local, pela inserção do turismo.

Nas palavras de Coriolano (2001),

o turismo também faz parte desse mundo de símbolos, idéias, sonhos e representações, pois é, antes de tudo, um conjunto de pré-concepções e percepções de imagens e valores de significado cultural, construído por quem viaja antes mesmo da experiência realizada (CORIOLANO, 2001, p. 207).

Se considerarmos, então, o turismo como produto de um mundo de símbolos, idéias e sonhos por parte de quem viaja, e onde a paisagem significa um importante atrativo, pode-se afirmar que a paisagem tende a ser mitificada pela atividade turística, fato que também ocorre na área de estudo.

Num primeiro momento, a paisagem é vendida como o principal atrativo turístico do lugar. Esse atrativo é, quase sempre, formado por uma imagem pictórica de um espaço a ser vendido ou consumido pelos meios de comunicação, onde a beleza da imagem, normalmente manipulada, tende a apresentar outra realidade do lugar.

Num segundo momento a paisagem, agora travestida de atrativo principal, “deixa de ser” apenas um objeto de composição da natureza para assumir o papel de bem simbólico da esfera do consumo turístico. Seu papel, agora, é apenas metafórico, pois se vende uma autenticidade encenada, que no caso da Microrregião de Viçosa, está inserida no pacote do produto turístico local, como produto ou serviço que representa uma paisagem artificializada.

Nessa mesma linha de raciocínio, Coriolano (2001) argumenta que

em toda e qualquer realidade, existe o lado simbólico e também o caótico. Essas duas visões produzem cenários que se complementam de imagens reais ou imaginárias, esperança ou tragédia. Nas atividades turísticas, o simbólico é seu lado bonito e colorido, de marketing; o diabólico é seu lado feio, degradante, ligado à exploração, inclusive sexual, às riquezas, rendas concentradas e à segregação (CORIOLANO, 2001, p. 217).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a paisagem assume o seu lado simbólico quando estimulada ou modificada pela atividade turística, caso contrário seu papel de mercadoria perderia o sentido e o valor comercial, tornando-se um objeto desnecessário.

Para as atividades turísticas, a paisagem tornou-se o apelo visual mais significativo para a comercialização do espaço geográfico; sendo o caminho mais curto para que o turista possa interpretar e compreender o significado das coisas ou do imaginário que idealizou para uma viagem.

A paisagem até aqui abordada é parte do espaço geográfico; entretanto, exerce uma função turística. Sendo uma questão geográfica, encontra-se em constante (re)construção e é repleta de contradições, conflitos e interesses que a tornam objeto de estudo e pesquisa nas mais variadas ciências.

Enfim, a paisagem assume um novo viés quando apropriada pelo turismo; de componente significativo do espaço geográfico, passa a ser mercadoria no jogo econômico da

atividade turística, sendo, na maioria das vezes, a representação perfeita que exerce fascínio na imaginação dos homens e a atrai, para ser consumida por intermédio de seus usos.

2.3 - TURISMO, PLURIATIVIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL NAS PROPRIEDADES RURAIS.

Discutir turismo no espaço rural é uma tarefa complexa e instigante. Sua realidade é o resultado de uma combinação histórica de tempos, de diferentes realidades culturais, sociais, políticas, econômicas e territoriais. O meio rural estava essencialmente, ligado às práticas agrícolas, que se desenvolveria para a produção de alimentos, urgentemente necessária para o abastecimento da população, que crescia em proporções consideráveis. Dessa forma, a agricultura foi-se desenvolvendo a partir das necessidades específicas de cada parte do mundo e no caso da Microrregião de Viçosa, teve na cafeicultura, o seu principal produto.

Várias mudanças ocorreram, na sociedade, ao longo da história. Novos valores surgiram, principalmente após a Revolução Industrial, e o processo de urbanização se tornou cada vez mais intenso e distinto da realidade rural. Essa realidade se modificou, ao longo do tempo. Hoje (2010), é difícil mencionar a totalidade do rural separado do urbano. A economia passou por várias modificações: avanços industriais, inclusive da agricultura; reestruturações produtivas; aumento da produção e da riqueza; entre outras. Na área de estudo, isso se expressa pela interação entre os serviços tipicamente urbanos e a prática diária que envolve as propriedades rurais.

A expansão capitalista surtiu efeitos nos dois espaços, possibilitando trocas intensas entre eles, não somente econômicas, mas sociais e culturais. As diferenciações do rural e do urbano e a classificação do que é um e outro envolvem várias implicações, já que existem diferentes lugares, diferentes identidades e diferentes realidades sócio-culturais. O rural sofreu modificações nas suas próprias estruturas internas e foi influenciado por elementos urbanos provenientes dos constantes fluxos entre esses dois espaços, intensificados com a globalização, com a diminuição das distâncias, com o crescimento dos mecanismos de informação, com a banalização do automóvel, e por outros fatores.

O crescimento econômico, de certa forma, favorece as regiões mais dinâmicas, mais centrais, mais acessíveis e equipadas, deixando à margem regiões “periféricas”, menos dotadas de fatores de produção, acentuando as disparidades regionais, contribuindo para o

abandono dos recursos locais e para o êxodo, podendo gerar desertificação humana e diversos problemas de preservação de recursos, sejam eles materiais ou imateriais. Essas regiões, carentes de investimentos, na falta de perspectivas necessitam de desenvolvimento que ultrapasse a esfera política e a livre circulação capitalista. São necessárias estratégias de desenvolvimento local, fato que não ocorre na área de pesquisa, pois esse desenvolvimento ainda está longe da realidade local.

Muitos espaços rurais envolvidos com o turismo se inserem nessa lógica: regiões não-centrais, de pouco desenvolvimento, cujas causas podem estar na própria estrutura física do local, solos pouco férteis, clima desfavorável, relevo muito acidentado, entre outras. As causas podem estar também na acessibilidade do lugar, que dificulta as iniciativas e investimentos econômicos. As causas podem ser inúmeras, originadas da própria propriedade – como, por exemplo, na forma de administrar os rendimentos –, como também podem partir da própria conjuntura econômica local, regional, nacional ou mundial, como crises econômicas relativas à produção agrícola, etc.

O desenvolvimento do espaço rural, a partir disso, passou a ser pensado além da esfera agrícola, com contribuição das novas políticas, mais atentas aos efeitos ambientais causados pela nova agricultura, com a difusão das culturas voltadas ao meio ambiente, tudo isso resultado das mudanças de contexto, da agressividade do capitalismo, induzindo ao reconhecimento da multifuncionalidade desse espaço, combinando desenvolvimento econômico e conservação da paisagem humana e natural.

A atividade turística expressa relações com os lugares, que compreendem elementos velhos e novos. Os lugares podem se constituir em um potencial turístico e se tornarem um fenômeno econômico, político, social e cultural. Em algumas áreas rurais o turismo pode representar uma alternativa, mesmo que secundária, de geração de renda, tendo por característica marcante o sobretrabalho e a abrangência de um espaço circunscrito ao local. É o que se averigua na Microrregião de Viçosa.

Em muitos espaços rurais, no Brasil, o turismo vem-se desenvolvendo e seduzindo produtores rurais como prestadores de serviços, que abrem suas propriedades e reorganizam as unidades de produção agrícola. Assim, o rural passa a ser um atrativo para os moradores das áreas urbanas, cada vez mais interessadas em consumir esse espaço como espaço de lazer, como um refúgio para o combate ao estresse, como forma de descanso e contato com a natureza, fazendo com que um considerável contingente de pessoas se desloque para o campo. Com isso, as oportunidades de desenvolvimento do turismo rural, em propriedades familiares, têm suscitado novas expectativas para a geração de renda, mesmo sendo elas de caráter

suplementar, o que vem atraindo e estimulando novos proprietários da área de estudo a também investirem no turismo, em suas propriedades.

Considerando que certas áreas rurais necessitam se desenvolver economicamente e que o turismo pode ser uma alternativa interessante de atividade não-agrícola de geração de renda e emprego, é preciso considerar que cada localidade tem seus valores sócio-culturais, seus ritmos, relações sociais e de produção historicamente fixados. O turismo resulta em fluxo de pessoas e serviços, significa encontro e desencontro; a cultura do lugar entra em contato com outras culturas, de lugares distintos.

É preciso pensar o turismo com o cuidado de não fazer do espaço uma simples mercadoria, sem conteúdos imateriais. Os moradores dessas áreas traçaram suas identidades, seus modos de vida, seus hábitos e costumes, que devem ser relevados dentro do desenvolvimento local. É imprescindível preservar esses elementos e pensar na qualidade de vida das populações locais e sua reprodução, a partir das características sócio-culturais e ambientais. Analisando essa afirmação, e transportando-a para a área de estudo, acreditamos que essa preocupação ocorra de forma positiva entre os proprietários rurais.

O turismo apresenta uma importância considerável na atualidade, principalmente como atividade econômica. Em muitos lugares ele é o maior responsável pelo desenvolvimento local; seu crescimento e seu potencial, entretanto, não proporcionam somente benefícios, mas vários impactos negativos são gerados a partir dessa atividade. Assim, para minimizar esses efeitos negativos e garantir o desenvolvimento sócio-espacial no sentido de geração de emprego e renda, é necessário um planejamento de desenvolvimento local ligado ao turismo que vise à proteção dos recursos naturais e humanos.

Entretanto, tais fatos ainda não podem ser apontados como contemplados nas políticas públicas de turismo, ou mesmo junto ao Circuito Turístico do qual as propriedades rurais da pesquisa fazem parte. É o que se pretende averiguar no capítulo dois deste trabalho.

A chegada do turismo nas propriedades rurais nem sempre vem trazendo, em seu interior, o verdadeiro significado de desenvolvimento e este, quando aparece, tem apenas um cunho econômico, ignorando as funções naturais, sociais e culturais que os envolvidos com a atividade turística possuem, resultando num sobretrabalho na produção familiar, em todas as propriedades rurais envolvidas com o turismo.

Entendemos que, aos poucos, essas propriedades rurais vão inserindo pluriatividades que mobilizam seus membros familiares, onde todos se desdobram para atender às necessidades produtivas da fazenda e, ao mesmo tempo se preparam para receber o turista ou mesmo o excursionista em finais de semana ou feriados. Isto caracteriza uma dupla jornada de

trabalho para esses proprietários, que conseguem receber os turistas na condição de produtores rurais, produzindo café.

Mas que transformação é essa que vem ocorrendo? Como se dá essa transformação do produtor rural em um receptor de turista ou mesmo administrador de eventos turísticos? Como os usos e apropriações, pelo turismo, possibilitam o desenvolvimento local? Tomando-se a área de estudo como referência, essas são algumas das indagações que pretendemos analisar, ao longo deste trabalho.

Para isso, estaremos buscando entender as transformações que vêm ocorrendo em várias propriedades rurais da Região do Minho, em Portugal e também na Microrregião de Viçosa, visando, ao mesmo tempo identificar os vários usos e apropriações que o turismo vem realizando, nas referidas regiões.

2.3.1 - A PLURIATIVIDADE COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

No turismo, muito se fala em um desenvolvimento local, que possibilitaria alavancar áreas deprimidas econômica e socialmente, dinamizando também a economia da região o que, teoricamente, resultaria em um ganho para todos os envolvidos; entretanto, esse fenômeno resulta numa metamorfose significativa do produtor rural e seus familiares.

Buscando compreender como se dá essa pluriatividade, no contexto da nossa região de estudo, partimos, primeiramente para buscar e identificar o conceito de pluriatividade, suas variações e, finalmente, compreender o seu significado na região.

Em seu livro denominado ‘Agricultura familiar e Industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul’, Sérgio Schneider argumenta que a origem da pluriatividade, no Brasil, remonta aos anos setenta do século passado, e que seu aparecimento ocorreu, de forma mais intensa, principalmente nas antigas colônias alemãs do Rio Grande do Sul, que combinavam os trabalhos da terra com outras atividades, como o artesanato rural, a produção domiciliar manufatureira e diversos tipos de trabalhos extra-agrícolas temporários, como a manutenção e construção de estradas, o desmatamento de florestas etc. Eram, provavelmente, vítimas de um processo de estagnação econômica, resultando numa necessidade de buscarem uma complementação de rendas das propriedades rurais, favorecidas, principalmente, pelas:

facilidades de transporte, a proximidade da moradia dos colonos com as empresas calçadistas e a existência de um amplo mercado de trabalho permitiram a combinação dos trabalhos agrícolas como o exercício de empregos não-agrícolas por parte de alguns membros das famílias dos pequenos agricultores. O assalariamento constituiu-se, neste caso, numa alternativa estratégica às dificuldades enfrentadas pelos colonos. A inadequação do sistema produtivo tradicional, que esgotava o solo e gerava poucos ganhos de produtividade, somada aos problemas de reprodução do modo de vida colonial como um todo, tornaram os empregos fora da propriedade uma opção com dupla vantagem: obter rendas e ganhos econômicos para garantir a subsistência familiar e ter a possibilidade de permanecer residindo na propriedade agrícola, plantando os produtos alimentares de consumo básico (SCHNEIDER, 2004 p.112).

Compreendemos que, nesse sentido, a pluriatividade parece ser, ao mesmo tempo, uma causa e uma consequência da agricultura de tempo parcial. Tempo este que foi apropriado pelas necessidades de alavancar a economia local.

Neste tópico, comungamos as idéias conceituais de Schneider (2004), que afirma ser a pluriatividade um processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade rural, apontando um conjunto de novas atividades que tomam lugar no meio rural, permitindo conceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não mais baseada, exclusivamente, em atividades agrícolas; fenômeno este totalmente observável nas propriedades rurais da área de estudo, que trazem, no seu interior, um conjunto de serviços e produtos não condizentes com as atividades rurais, como por exemplo serviços de restaurantes, nas propriedades, para atender ao turista.

O termo pluriatividade tem um significado recente na literatura corrente brasileira, ganhando uma maior significação a partir da última década do século passado. Um marco importante, na divulgação da denominada agricultura de tempo parcial ou pluriatividade, foi a realização do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), realizado em Natal – RN, em 1997, sendo, portanto, um conceito relativamente novo no meio acadêmico.

Procurando compreender esse avanço da pluriatividade nas pequenas propriedades rurais, Elesbão e Almeida (2001) argumentam que, além dos poucos recursos do crédito rural, que foram discriminadamente distribuídos, beneficiando médios e grandes produtores, o descaso com a produção doméstica fez com que um expressivo número de pequenos produtores abandonasse o campo em direção às cidades, em busca de novas alternativas de emprego e renda. Vale ressaltar que, na área de estudo, esse fenômeno se particulariza, na medida em que eles passam a recepcionar os turistas

Segundo esses mesmos autores,

esse modelo de desenvolvimento da agropecuária brasileira, altamente excludente e que privilegiou a agricultura patronal, fez com que ocorresse uma grande exclusão de pequenos produtores. Como a agropecuária não possibilitava uma renda que permitisse a reprodução social dos agricultores, estes tinham duas alternativas, ou migravam para os centros urbanos, ou complementavam a renda fora da propriedade. A busca de uma remuneração complementar fez com que surgisse e crescesse no meio rural as atividades não agrícolas. Dados disponíveis na literatura demonstram o crescimento das pessoas ocupadas em atividades não agrícolas no meio rural e a redução das pessoas ocupadas na agropecuária (ELESBÃO; ALMEIDA, 2001, p.04).

De acordo com Schneider (2004), a tendência é que se amplie cada vez mais o número de propriedades rurais brasileiras com algum membro familiar envolvido em atividade não tipicamente agrícola ou dedicando uma parte do tempo a atividades não agrícolas, como o turismo, o artesanato, a prestação de serviços.

Levando-se em consideração que a maioria das atividades agrícolas, principalmente as de cultivo extensivo, são sazonais, essas atividades possibilitam a alguns integrantes dessas famílias envolvidas com a produção ficar ‘liberados’ integral ou parcialmente, para exercer atividades fora da propriedade, gerando uma nova forma de trabalho extrapropriedade. Na área de estudo, isso ocorre com distribuição dessa mão-de-obra rural em outras propriedades ou mesmo nas cidades próximas, trabalhando como prestadores de serviços, empregados do lar, guias rurais ou mesmo como guardaparque.

Essa nova forma de trabalho cria nessas propriedades rurais novos espaços sociais e produtivos, influenciados e condicionados pela estrutura organizacional das relações sociais e econômicas, alterando o ambiente rural através do aparecimento de novas relações de trabalho, principalmente no seio familiar (SCHNEIDER, 2004, p.172)

Vislumbramos, hoje (2010), que o termo pluriatividade representa um processo de mudanças no meio rural brasileiro, refletindo sobre o crescente aumento das denominadas atividades não-agrícolas nesse setor e, também, uma nova divisão nas relações de trabalho da família rural.

Dessa forma, a noção de pluriatividade vem sendo utilizada para descrever o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, bem como para apontar a emergência de um conjunto de novas atividades que tomam lugar no meio rural (MARAFON, 2006).

Existe consenso de que a produção familiar se caracteriza pelo trabalho da família na exploração agropecuária e pela propriedade dos meios de produção. Para Wanderley (1999), a agricultura familiar incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares, e o campesinato corresponde a uma dessas formas particulares da agricultura familiar. Na área de estudo isso se particulariza na medida em que o proprietário rural, ou seus familiares, assumem tarefas ou funções que, anteriormente, não faziam parte de suas rotinas diárias de trabalho, criando um rearranjo produtivo em suas propriedades.

Diante do exposto, a pluriatividade se faz presente na maioria das propriedades rurais envolvidas com o turismo. Essa atividade não ocorre de forma diferenciada em relação às demais áreas rurais envolvidas com o turismo e espalhadas por esse país afora. Entretanto, a pluriatividade ainda não significa sinônimo de desenvolvimento local, mas essa diversificação de serviços, dentro da fazenda, ainda é uma das poucas maneiras que os proprietários têm de aumentar a renda de suas propriedades.

Com o surgimento das atividades turísticas, nessas propriedades rurais, muitas áreas se tornaram mais valorizadas. Dessa forma, algumas pessoas construíram suas segundas residências, e foram construídos restaurantes, chalés, clubes, hotéis fazenda, entre outras construções. A visitação dessas áreas tornou-se mais intensa, assim como as práticas de lazer. Muitos moradores aproveitaram a valorização do lugar e as potencialidades para aumentar seus rendimentos.

Assim, construíram alojamentos para pernoite, em locais de belas paisagens (a contemplação das paisagens propiciadas pela criação de lagos e o ambiente rural são muito valorizados pelas pessoas que visitam o campo). Os restaurantes associam a bela paisagem com a gastronomia típica e peculiar do lugar, as festas religiosas, o artesanato, os modos de vida das populações locais. As construções que conservam técnicas antigas de produção também seduzem os turistas. Tudo isto está sendo utilizado para promover o turismo na área de estudo, pois esse conjunto de atrativos sempre aparece agregado, não apenas no nome das propriedades, mas também no marketing e suas práticas relacionadas ao turismo praticado no espaço rural.

Essas atividades secundárias vão contribuindo para o desenvolvimento local, ao mesmo tempo em que geram algumas contradições, como será mencionado mais adiante. Muitos produtores rurais da área de estudo, ao implementarem atividades extras, não estão preparados para as consequências que o desenvolvimento pode lhes causar, até mesmo pela falta de planejamento turístico, como a degradação dos seus patrimônios, a poluição da água e

do ar, o lixo em locais indevidos, o excesso de pessoas, a perda de privacidade, a perturbação aos vizinhos, dentre outras.

2.3.2 - O DESENVOLVIMENTO LOCAL COMO UM PROCESSO

Hoje em dia é amplamente conhecida e reconhecida a importância que o turismo tem como um instrumento facilitador do desenvolvimento da economia local, uma vez que há benefícios a longo prazo, quando aplicado de forma que atenda às necessidades sócio-econômicas dos envolvidos com a atividade turística. De fato, a cadeia produtiva envolvida no fornecimento de alimentação, hospedagem, deslocamentos, lazer e outros serviços tende a contribuir com o desenvolvimento local,⁴ na medida em que possibilita uma abertura de novas fontes de renda, de emprego e novas possibilidades de desenvolvimento social e cultural, pois, ao se instalarem no lugar, geram nas pessoas um aumento de sua auto-estima.

A esse propósito, Ribeiro e Vareiro [2005?] argumentam que:

é útil lembrar, como qualquer outro setor produtivo, o turismo tende a localizar-se nas áreas do espaço físico que lhe são mais favoráveis, ou seja, onde se encontra a matéria-prima que o abastece. As atrações turísticas são a matéria-prima do turismo, quer dizer, elas constituem a causa principal que motiva as pessoas a viajarem até estes espaços, quer para conhecê-los, quer para desfrutar do consumo das atividades programadas com o objetivo de satisfazer as suas expectativas (RIBEIRO; VAREIRO, [2005?] p.112).

Ao se falar de turismo, meio ambiente e desenvolvimento, é impossível negar a intrínseca relação que existe entre eles, uma vez que o meio ambiente constitui-se na principal “matéria-prima” da atividade turística. Pois o contato com a natureza é, hoje, uma forte motivação para viagens, lazer e recreação.

Na observação de Santos (2004),

os elementos naturais como rios, a bica d’água, as matas, os animais da região tornam-se recursos a serem ofertados e explorados como mercadorias abstratas. Também a cultura rural, o folclore, a gastronomia e o artesanato são incluídos como atrativos a serem comercializados pelos proprietários dos hotéis-fazenda (SANTOS, 2004, p. 176).

⁴ Entendemos o local como o espaço territorial delimitado em sub-regiões, municípios ou cidades.

Na área de estudos, essa característica também não é diferente; os elementos naturais se constituem como o principal atrativo do lugar e o melhor motivo para se justificar a chegada do turismo nas propriedades rurais.

Recentemente, os ambientes naturais conservados têm ganhado cada vez maior importância em todos os países e, claro, nos meios de comunicação. É nesse contexto que o turismo no espaço rural se apoia, utilizando um discurso “preservacionista” e ao mesmo tempo “conservacionista”.

De acordo com Weissbach (2001), é necessário distinguir o meio ambiente em ambiente natural, que constitui a natureza “intocada”, onde o homem ainda exerce pouca interferência – praticamente inexistente –, e os ambientes humanizados, que correspondem aos espaços modificados pela ação humana, em seu processo de produção. Portanto, teríamos a paisagem física constituída pelos elementos naturais e a paisagem humanizada, também entendida aqui como meio cultural, que abarcaria todos os produtos e serviços idealizados pelo ser humano.

Aprofundando um pouco mais essa questão, o mesmo autor afirma que:

nesse processo de prover a sua existência, a raça humana cria ambientes artificiais – não naturais – onde as relações sócio-econômicas possam melhor acontecer. Assim, originam-se núcleos urbanos, que diferenciam-se dos ambientes adaptados, na medida em que esses não implicam em total artificialização do espaço, senão em um ajustamento do meio à necessidade circunstancial, enquanto a cidade é resultado de uma total alteração do espaço. Incluso nesse processo de aproveitamento do meio, tanto natural quanto o humanizado, para a satisfação das necessidades humanas, o turismo apresenta-se como uma atividade capaz de usufruir ambos os locais. Utilizando as potencialidades características de cada ambiente com a finalidade de ofertar um produto atrativo, o turismo beneficia-se das paisagens naturais e culturais, reservando a cada uma delas um valor, conforme a demanda requerer (WEISSBACH, 2001, p.23).

Conforme citado por Cruz (2001), o turismo, frequentemente, exerce influências – benéficas ou maléficas – sobre os ambientes, afetando os recursos de formas contraditórias. Podendo, ao mesmo tempo:

- a) Degradar, irreversivelmente, as maiores atrações que o justificaram e o atraíram; e
- b) proteger o meio, uma vez que estimula o interesse da população e das autoridades para a apreciação do valor do ambiente, introduzindo medidas para sua proteção.

Comungando das idéias de Cruz (2001), podemos afirmar que os problemas ambientais nada mais são do que a materialização, no espaço, das distorções e contradições

presentes nas relações sociais, e toda medida, portanto, relativa à melhoria da qualidade ambiental – preservação de uma dada área, despoluição de um rio, rodízio de automóveis – será sempre um paliativo, por mais significativa que possa parecer.

Na área de estudo, os problemas ambientais também não estão ausentes, e vêm sendo causados, principalmente, pelo lixo que é produzido, pois o seu destino final é uma prática corrente na região: queimar o que é possível e enterrar o restante; não ocorre ainda uma preocupação com a reciclagem, devido, principalmente, à distância dos locais coletores desse lixo.

Segundo Cruz (2001),

o turismo tem reconhecidamente, uma capacidade avassaladora de transformar os lugares (natureza e cultura), mas, a priori, isso não é bom ou ruim. Somente as análises de caso podem revelar como, quando e onde o turismo impactou positiva ou negativamente o patrimônio natural ou cultural de um lugar. E quando se tratar de impactos socioeconômicos e culturais, é preciso ter ciência de que todo julgamento será permeado por ideologias e que, portanto, aquilo que for considerado negativo por determinado autor poderá ser visto como positivo por outro (CRUZ, 2001, p. 30).

Ainda em Cruz (2001) encontra-se que, da apropriação de espaços naturais pelo turismo, decorrem transformações espaciais relacionadas, principalmente, aos fatores de acessibilidade e hospedagem. Ou seja, para que o consumidor possa alcançar determinado destino, faz-se necessária a existência de alguma infra-estrutura de acesso que permita essa integração, não apenas entre as propriedades rurais do município, como também em todo o circuito turístico a que estão agregadas.

Existe uma estreita relação entre o meio ambiente e o turismo, principalmente quando se observa que as mais variadas formas turísticas se apropriam, direta ou indiretamente, dos recursos oferecidos pela natureza; essa apropriação resulta no que a literatura corrente denomina impactos, que podem ser negativos ou positivos, junto à natureza.

De forma resumida, podemos apontar os seguintes fatores ou danos provocados pelo turismo:

- degradação ecológica (destruição da fauna e flora);
- poluição do ar, da água e sonora;
- destruição da paisagem ou má utilização do ambiente natural;
- ocupação do solo de maneira intensa, provocando consequências irreversíveis;

- destruição de valores tradicionais;
- congestionamentos;
- aumentos dos custos de serviços devido à ausência de uma infra-estrutura básica;
- conflitos entre a população fixa e turista.

Como constata Weissbach (2001), os riscos causados pelo turismo são provenientes, em grande parte, do setor privado da economia. Para esse autor, a afirmação encontra respaldo no sistema econômico vigente, uma vez que a economia é regida pelo mercado e este funciona de maneira especulativa e com uma visão de curto prazo; enquanto que as consequências ambientais só se manifestaram a longo prazo, o que dificulta a medição das consequências ocorridas no meio ambiente. É na verdade, a mercantilização dos espaços naturais.

Na Microrregião de Viçosa, as propriedades rurais envolvidas com o turismo não estão excluídas desse processo de mercantilização dos espaços naturais, mesmo porque a chegada dessa atividade econômica, nas referidas propriedades, é fruto de uma necessidade econômica local. Ao abrir as portas para o turismo, os proprietários vislumbraram, primeiramente, o lado econômico da atividade, mas aos poucos perceberam a importância de preservar a natureza que se encontra complexa e amplamente valorizada pelo turismo.

Atualmente, diante da importância crescente da atividade turística, Ruschmann (1994) propõe várias medidas preventivas a serem adotadas para preservação dos sistemas naturais:

- combater todo o tipo de contaminação provocada pelo turismo, assegurando o tratamento das águas servidas e do esgoto, limpando, protegendo e conservando as áreas turísticas, desenvolvendo estudos do impacto turístico no local, evitando grandes aglomerações de turistas e equipamentos;
- integração dos equipamentos turísticos à paisagem, procurando regular a construção de equipamentos, incentivando o desenvolvimento de uma arquitetura adequada às tradições locais e zelando pelo equilíbrio entre os espaços explorados intensamente;
- reduzir os efeitos negativos de motorização dos turistas, estimulando a prioridade ao transporte público, regulando o tráfego de veículos ou mesmo aumentando as possibilidades de atividades recreativas nas zonas urbanas e de residência da população.

O objetivo dessas medidas é garantir os recursos para o futuro, mas ele só será alcançado se for precedido de uma política turística racional na ocupação do território.

Ruschmann (1994) aponta os seguintes princípios, para que ocorra um equilíbrio entre o turismo e o meio ambiente: a) garantir o equilíbrio entre a proteção ambiental e a programação de equipamentos turísticos constitui, atualmente, uma necessidade imperativa;

b) não existe um turismo “bom” ou “mal”, ou um que respeita o meio ambiente e outro que o destrói; c) é preciso ter certa cautela com as afirmações muito generalistas; d) evitar as perigosas políticas do tudo ou nada; e, e) a consideração da qualidade do meio ambiente passa a constituir-se num critério essencial para a definição de um turismo qualitativo que, entretanto, apresenta certos custos.

Faz-se necessária uma participação de todos os envolvidos nas atividades turísticas, seja o turista agindo de uma forma mais consciente, seja o poder público investindo em projetos conservacionistas ou criando uma legislação imperativa e preventiva mais eficaz ou, até mesmo, subsidiando o consumo dos atrativos turísticos. Finalmente, deve-se procurar achar um ponto de equilíbrio ou uma forma de convívio mais harmônico entre turismo e meio ambiente. Essa situação começa a ser discutida, na área de estudo, partir da intensificação das ações do circuito turístico local, ocorrendo ainda de forma lenta.

Para vários estudiosos, esse ponto harmônico entre o turismo e o meio ambiente seria o desenvolvimento sustentável. Mas compreendemos que, por se tratar de uma relação capitalista de produção, essa harmonia não existe, e não é nosso interesse, neste capítulo, retomar a questão da conceituação e argumentação teórica sobre o desenvolvimento sustentável nas propriedades e, sim, estabelecer uma discussão sobre o desenvolvimento local.

Considerando que certas áreas rurais necessitam de se desenvolver economicamente e que o turismo pode ser uma alternativa interessante de atividade não-agrícola de geração de renda e emprego, é preciso considerar que cada localidade tem seus valores sócio-culturais, seus ritmos, relações sociais e de produção historicamente fixados.

O turismo resulta em fluxo de pessoas e serviços, significa encontro e desencontro, a cultura do lugar entra em contato com outras culturas, de lugares distintos. É preciso pensar o turismo com o cuidado de não fazer, do espaço, uma simples mercadoria sem conteúdos imateriais. Os moradores dessas áreas traçaram suas identidades, seus modos de vida, seus hábitos e costumes, que devem ser relevados dentro do desenvolvimento local. É imprescindível preservar esses elementos e pensar na qualidade de vida das populações locais e sua reprodução a partir das características sócio-culturais e ambientais.

Aqui, vale uma ressalva: provavelmente, os circuitos turísticos foram propostos e pensados com essa finalidade, mas, efetivamente, os que existem hoje não se encaixam numa prática turística que favoreça, acima de tudo, o desenvolvimento social.

Em geral o desenvolvimento turístico é entendido como uma estratégia de evolução para o crescimento econômico e percebido a médio e longo prazo, mas também pode representar um problema nas regiões receptoras do turismo, como, por exemplo, degradação

ambiental, exclusão, perda de identidades e muitos outros problemas. Para o desenvolvimento local, no sentido do turismo rural, são necessários, entre outras coisas, reforço dos meios e recursos para o desenvolvimento, capital humano, difusão de informação, estímulo para a atração de investimentos, criação de serviços de apoio à população, coesão social, explorando atividades novas como, por exemplo, as artes de ofício artesanais, infra-estruturas e proteção do patrimônio natural e humanizado. No nível do turismo rural, para Carminha Cavaco :

O desenvolvimento local assenta na revitalização e diversificação da economia, capaz de fixar e atrair população, de ocupar a população potencialmente ativa, com êxito econômico, profissional e social, de valorizar produções, de renovar habitações e aldeias, de assegurar melhores condições de vida (...) Combinam-se frequentemente propostas de valorização de produtos agrícolas - como produções de qualidade intrínseca, natural ou pelas condições de fabrico e transformações: biológicos, caseiros, tradicionais, específicos, regionais e locais - com planos de desenvolvimento do artesanato e de atividades ligadas ao turismo à cultura - feiras e festas centradas em temas regionais e locais: produtos, trabalhos, tradições, jogos e cantares, comer, sabores e cheiros (CAVACO, 1999, p. 98).

Na Microrregião de Viçosa, existem várias potencialidades para que o lazer e o turismo se desenvolvam e promovam um reaproveitamento das paisagens culturais e naturais, assim como em relação ao envolvimento dos grupos sociais residentes nas áreas onde foram se formando as comunidades.

O desenvolvimento local, para a região da pesquisa, necessitará conciliar desenvolvimento e conservação espacial e um turismo alternativo de base local, de forma a atender as peculiaridades econômicas da região e geração de emprego e renda, mantendo as identidades culturais dos lugares, que valorizem os elementos ambientais e culturais, de forma a causar o menor impacto possível, também contribuindo para a afirmação do lugar.

Para Cavaco (1999, p.99), o desenvolvimento alternativo, nessas áreas “está em causa mobilizar recursos disponíveis e não utilizados, saberes-fazer e capacidade organizativa e de iniciativa (agentes econômicos; atores de desenvolvimento)” para criar riqueza e emprego. Para tal, seria necessário aproveitar atividades tradicionais, instituir atividades novas e reorganizar processos produtivos.

A região do estudo apresenta uma cultura camponesa bastante rica. Nas comunidades, as pessoas praticam suas religiões, promovem encontros por meio das festas (muitas em devoção aos santos padroeiros), desenvolvem suas técnicas da própria produção agrícola e de

atividades secundárias, como a produção de queijos, doces, quitandas, por exemplo, e manifestam seus simbolismos, entre tantos outros costumes. Nessa região encontram-se, também, belas paisagens naturais, formadas por uma região serrana, com vegetação de matas densas, rios, cachoeiras, fauna e flora, sem contar que existem muitas edificações exóticas, de construção antiga.

Esse espaço é uma combinação de vários elementos de sedução turística, que seduzem o turista não somente para a contemplação da paisagem e para o lazer; muitas pessoas desejam fazer parte de uma rotina diferente da habitual, participando das festas, das produções agrícolas, enfim, atribuindo diversos usos a essas áreas, o que garante uma possibilidade de turismo ao lugar.

Esses espaços rurais são refúgios para os citadinos que buscam tranquilidade e contato com a natureza, desprendendo-se, mesmo que por alguns poucos dias, da rotina desgastante da cidade. Outros buscam formas mais agitadas de aproveitar o rural, praticando atividades desportivas/recreativas, conflitando, assim, interesses. Até que ponto o rural significa um repouso físico e mental e até que ponto ele tem de ser adaptado para diversas práticas de lazer?

Vários questionamentos são postos, em se tratando de desenvolvimento de base local relacionado ao turismo rural, mesmo sendo ele alternativo. Nesses lugares existem conteúdos culturais que foram-se desenvolvendo há décadas. Existe ali um espaço vivido, um cotidiano e a intensificação do turismo resultará em fluxos de pessoas, o que poderá resultar em perdas indesejáveis. Levantam-se, então, problemas diversos: o produtor, ao abrir sua propriedade para o turismo, irá-se submeter a uma série de transformações; o encontro de culturas poderá resultar em perda de identidades, esse espaço passará por metamorfoses, pois não permanecerão intacta, a rotina e a privacidade de outrora e os desgastes ambientais sempre irão existir, pois a atividade do turismo é dinâmica.

Com o desenvolvimento turístico, a movimentação de pessoas será intensa, fazendo com que surjam várias preocupações; normalmente, a região apresenta uma série de propriedades rurais, e é necessário observar se a atividade interage com a vizinhança, devendo haver uma integração entre produtores vizinhos e outros agentes relacionados. Toda a comunidade deve estar mobilizada para evitar conflitos de interesse e grandes perturbações, fato que ainda não é visivelmente marcado nas propriedades rurais de estudo, mas que é apontado pela literatura corrente.

Não é simples para o produtor rural, que antes se dedicava somente à produção agrícola e outras atividades relacionadas à rotina do campo, de repente se tornar, também, um

empreendedor turístico ou estar, indiretamente, diante dessa possibilidade. Esses produtores e suas famílias terão de administrar novos rendimentos, dedicarem-se a outras atividades e conviverem com hábitos bastante peculiares em relação aos seus. O choque entre culturas talvez seja um dos problemas dessa realidade, como também a degradação de seus patrimônios materiais e imateriais.

O desenvolvimento local pode significar, também, problemas, e poderá destruir seu próprio produto. A pressão sobre certos recursos frágeis (cultura, recursos naturais, por exemplo) pode ser devastadora, pois esses são atrativos diretamente alvos do turismo. Pensando dessa forma, o turismo alternativo pode ser mais desgastante que o próprio turismo de massa. Por isso, deve-se ter cuidado com as especificidades dos lugares, as diferentes situações, o perfil dos moradores e se o turismo alternativo surtirá mesmo o desenvolvimento desejado ou se não é mera tentativa de atenuar os problemas do turismo convencional.

O turismo no espaço rural, visto como um turismo alternativo ao turismo de massa, apesar de certas cautelas, pode ser uma forma interessante de desenvolvimento local para essas regiões, já que apresenta uma pluriatividade. Para tal, é necessário: utilizar recursos endógenos; ser centrado nas necessidades próprias da comunidade; capacitar agentes, tal como os produtores rurais; manter estratégias de desenvolvimento; constituir parcerias, como com o setor público, por exemplo; implantar infra-estrutura, procurando sempre pensar na preservação dos bens patrimoniais.

Para o desenvolvimento local, não basta apenas pensar nas potencialidades do local e nas perspectivas futuras. Acredita-se que o planejamento e o desenvolvimento de estratégias são fundamentais, além de se pensar nos efeitos negativos que poderão surgir.

Neste capítulo, apresentamos uma série de definições que tiveram, como fundamento, criar uma base teórica para compreender como se dá o processo de percepção do turismo no espaço rural. A partir dessa fundamentação teórica, idealizamos um suporte mínimo, porém necessário, para identificar que tipo de turismo ocorre, tanto na Zona da Mata quanto no Minho.

De acordo com os nossos postulados, cremos que as transformações pelas quais o meio rural brasileiro tem passado, nas últimas décadas, contribuíram para torná-lo uma mescla de atividades agrícolas e urbanas, atividades estas que podem ser desenvolvidas de forma a complementar as atividades agrícolas. É nesse contexto que o turismo nasce e se fortalece.

As análises aqui apresentadas serviram para corroborar a existência de grandes possibilidades para o desenvolvimento local, com potencialidades em várias modalidades

turísticas, tais como a esportiva, a de lazer, a religiosa, a cultural, a rural, entre outras; porém, faz-se necessário pensar o desenvolvimento local não apenas sob um prisma econômico, mas como um desenvolvimento que garanta uma melhoria do ponto de vista educacional e sociocultural, garantindo a todos os atores envolvidos com o turismo um melhor padrão de vida.

Uma dessas possibilidades é a efetiva implantação de uma política pública que favoreça as famílias envolvidas com a pluriatividade em suas propriedades, ao mesmo tempo que facilite e estimule o turismo na região, garantindo a permanência de todos, em suas áreas de origem.

Outro aspecto a ser considerado é a criação de mecanismos que garantam uma produção e distribuição dos produtos elaborados nas propriedades, tais como: café, doces, vinhos, cachaça, ovos, leite e outros, fazendo com que esses produtos cheguem à mesa do consumidor, mantendo um padrão mínimo de consumo desses produtos e consequentemente, a sobrevivência dessas propriedades rurais.

Observamos que a região de estudo possui uma série de recursos naturais, religiosos e culturais que, favorecidos pela beleza cênica da paisagem, garantem uma dinamização do espaço rural local, por meio do turismo de base local. O que falta a esses proprietários, que agora abrem as portas de suas propriedades aos turistas, é uma política de fomento a esse turismo local e também parcerias que possibilitem uma maior capacitação dos envolvidos em atender o turista com cursos, linhas de créditos e outros fomentos, visando, com isso, realmente, alcançar o desenvolvimento local.

Para Hespanhol (2007), essa dinamização do espaço rural requer

o melhor aproveitamento dos potenciais produtivos, tanto da agropecuária quanto de outras atividades que propiciem a obtenção de renda pela população residente no meio rural. A recuperação ou a manutenção dos recursos naturais é de crucial importância para o regaste da qualidade ambiental das zonas rurais. A recomposição das matas ciliares, a proteção de áreas de nascentes e a destinação de 20% da área das propriedades rurais para a constituição de reservas legais poderão resultar na revitalização da paisagem rural. As zonas rurais poderão se tornar mais atrativas, o que potencializará a exploração de serviços para o atendimento da população urbana que tende, cada vez mais, a buscar alternativas de lazer, a consumir produtos com maior qualidade e a buscar amenidades que poderão ser oferecidas pelos habitantes do meio rural (HESPANHOL, 2007, p.278).

Nesse sentido, a paisagem do lugar representa, também, um importante fator natural que vem e pode contribuir, ainda mais, para o desenvolvimento das atividades turísticas da área de estudo.

Vivenciamos, hoje (2010), uma relativa melhoria na qualidade de vida das pessoas ligada às atividades rurais e uma crescente diversificação de atividades agrícolas e não-agrícolas no meio rural brasileiro e, também, nas pequenas e médias propriedades da Microrregião de Viçosa (MG) à qual podemos denominar de pluriatividade. Entretanto, vale destacar que vem ocorrendo uma retração do nível de ocupação e de renda no âmbito de atividades tradicionais da fazenda, ao mesmo tempo em que atividades não-agrícolas vêm possibilitando, para alguns envolvidos, uma maior oferta de ocupações e postos de trabalho e, conseqüentemente, uma renda mais elevada, quando comparada com a obtida nas atividades rurais tradicionais.

Entendemos que a pluriatividade é um acontecimento que vem sendo corrente na região de estudo e que sua intensificação é fruto da queda da renda agrícola, tornando-se uma das poucas alternativas a serem trilhadas pelas famílias locais, principalmente em propriedades rurais localizadas em áreas próximas aos pequenos e médios centros urbanos da região de estudo. Nesse aspecto, essas atividades, aqui compreendidas como turísticas, tendem a ser complementar às rendas familiares.

O conceito de desenvolvimento local que apoiamos é aquele que implica a articulação dos diferentes atores / agentes que compõem um determinado território: o poder público, a sociedade civil e o mercado. Por sua vez, a essência que define a articulação, dentro do espaço público, é o exercício de uma cidadania que delibera as decisões a serem tomadas, naquele espaço geográfico.

Pensar o desenvolvimento na região do estudo, baseado na atividade turística, requer uma ação de várias dimensões: ambiental, cultural, científico-tecnológica, econômica, político-institucional e social. Demanda buscar os diferentes aspectos de interrelacionamento dos diversos atores da sociedade envolvidos na questão, objetivando o desenvolvimento, em comum, de todos os envolvidos na questão do turismo no espaço rural.

Nesse sentido, faz-se necessária uma profunda e significativa transformação das relações sociais, visando assegurar melhores condições materiais e de sustentabilidade do território, segundo as condições e vocações dos vários atores envolvidos, que implica esforços articulados entre si e com a sociedade como um todo, objetivando promover as potencialidades locais.

Relacionado a essa questão, pode-se afirmar que existe uma dinâmica complexa que envolve o turismo no espaço rural da Microrregião de Viçosa, a qual se caracteriza por apresentar uma região fortemente baseada numa atividade agrícola, que é a cafeicultura. Visando elucidar essa dinâmica, que resulta em constantes transformações, optamos por identificar e analisar outras regiões que possuíssem características semelhantes e que servissem de parâmetro para se compreender as metamorfoses socioespaciais entre os espaços analisados.

De acordo com essa afirmação, as constantes transformações vivenciadas no campo, também foram observadas na Região do Minho, e são essas considerações que serão melhor tratadas no capítulo cinco, que aborda, principalmente, essa experiência vinda d'além mar, pois acreditamos que ela possui elementos que são fundamentais para elucidar os desafios do turismo no espaço rural da Microrregião de Viçosa.

**OLHANDO EM FRENTE: as políticas públicas de turismo no
Brasil e em Minas Gerais.**

É preciso caminhar muito para aprender o quanto caminhar é simples.

Thomas Stearns Eliot
(1888-1965)

3.1 - INTRODUÇÃO.

No presente capítulo, denominado “olhando em frente”, buscamos examinar as ações de uma política pública para o turismo, como esse se desenvolveu dentro das propriedades rurais da região de estudo e suas interferências no espaço vivido dos moradores locais. Entretanto, para se compreender esse processo, é necessário abarcar, também, as políticas públicas nacionais do setor, até chegarmos nas expectativas locais para o desenvolvimento da Microrregião.

O olhar em frente significa o momento em que os proprietários rurais já incorporam o turismo em suas propriedades e buscam, então, um norte, para a efetivação da atividade turística como uma atividade que possibilite desenvolvimento; e uma das maneiras de se buscar esse desenvolvimento se dá por meio das políticas públicas para o setor.

Nas propriedades rurais da Zona da Mata de Viçosa, o turismo, mesmo que incipiente, vem ganhando força e destaque na fragilizada economia local, ainda que lentamente, tornando-se, uma necessidade, para dinamizar a região, contribuindo para o desenvolvimento local, mas constituindo-se em um motivo de preocupação, por causa dos impactos socioambientais.

Aqui, analisaremos as políticas públicas de turismo na região, compreendendo o papel do Estado na Microrregião de Viçosa, como gestor de uma política pública para o turismo, identificando suas ações e realizações, como fator de expansão e ampliação do turismo local, dentro do contexto de uma abordagem histórica, com leituras pontuais de alguns programas oficiais para o turismo, como o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, o Plano Nacional de Turismo - PNT e outros.

Nesta perspectiva, buscamos examinar as ações das políticas públicas para o turismo, como estas chegam até as propriedades rurais da região de estudo e suas interferências no espaço vivido⁵ dos moradores locais.

Inicialmente, buscamos realizar um levantamento e uma revisão bibliográfica sobre o tema, consultando bibliotecas, instituições e outros órgãos envolvidos com as ações do turismo, no espaço rural da referida região. As visitas a instituições públicas envolvidas com o turismo tiveram, como fundamento buscar e identificar as normas, pareceres e leis que regem as atividades turísticas no Brasil e em Minas Gerais e suas aplicabilidades para a microrregião

⁵ Espaço vivido. Local de residência e moradia de pessoas que habitam um determinado local e que se identificam com esse espaço, compreendendo-o, na maioria das vezes, como um lugar de pertencimento.

do estudo, ao mesmo tempo em que analisávamos o papel do Estado e sua política pública para o setor turístico.

Foram realizadas quatro visitas técnicas em cada uma das sete propriedades rurais envolvidas com o turismo, visando a coletas de dados que pudessem elucidar o papel do Estado como gestor do turismo, no espaço rural, e seu significado para a Região, por intermédio de entrevistas semi-estruturadas, junto aos proprietários.

Nos objetivos da tese, buscamos examinar as relações com o lugar e entendê-lo como espaço vivido; compreender como o turismo interfere na produção e no espaço vivido das pessoas do lugar, alterando toda sua dinâmica.

Pautamos-nos em questões que possibilitam compreender o papel do Estado, na dinâmica rural local. Como se caracterizam as ações do Estado para o turismo, no espaço rural local? Como o Estado e as políticas públicas interferem no espaço vivido dos moradores locais? Como as políticas de turismo chegam aos proprietários rurais da Microrregião de Viçosa, que abriram as portas de suas propriedades para o turismo? São algumas das indagações que buscamos elucidar.

Em suma, partimos de uma análise descritiva e histórica sobre as políticas públicas do Estado e suas interfaces para o desenvolvimento racional do turismo, na região, disposta em tópicos, a saber:

- As políticas públicas do turismo, no Brasil.
- A atual política pública de turismo, no Brasil
- As ações do Estado no planejamento turístico mineiro

Entendemos que um dos pontos mais importantes, neste capítulo, é compreender o papel e a dinâmica da intervenção do Estado sobre a Microrregião e seus moradores, buscando, ao mesmo tempo, identificar como a atual política pública, para o turismo, atinge os seus objetivos.

3.2 – AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO NO BRASIL: HISTÓRIA E EVOLUÇÃO.

A necessidade de estudar as políticas públicas para o turismo tem, como finalidade compreender a dinâmica e a relação de ações que permeiam o setor e como ele interfere e regula suas atividades, junto aos proprietários rurais. Nesse sentido, partimos, inicialmente, de

sua conceituação, procurando identificar suas ações e reações e, também, suas perspectivas, principalmente por parte dos proprietários rurais envolvidos com as atividades turísticas.

Segundo Silva Junior (2004), em sua análise sobre a política interna de turismo, no Brasil, poucas atividades econômicas desempenham, como o turismo, de forma eficaz, a função de desenvolver regiões deprimidas economicamente, permitindo aproveitar as potencialidades locais e promover alterações socioeconômicas que impulsionem essas áreas.

O desenvolvimento do turismo só será possível e viável quando as regiões deprimidas economicamente dispuserem de atrações turísticas que possam, sob certas condições, se tornar produtos turísticos comercializáveis, sejam eles naturais, históricos, humanos ou culturais. A atividade poderá introduzir um processo de desenvolvimento que resulte em aproveitamento do patrimônio e dos valores locais. São esses valores que se tornarão a base do aproveitamento turístico local e lhe permitirão gerar riqueza, emprego e renda (SILVA JR, 2004, p.21).

Nessa mesma linha de raciocínio, comungando com as idéias do autor, acreditamos que um dos mecanismos para se conseguir alavancar as atividades turísticas locais é assimilar essas políticas públicas e propiciar sua efetiva realização.

A evolução da atividade turística sempre esteve à frente das políticas públicas, nacionais ou estaduais, voltadas para o setor, provavelmente fruto do próprio avanço capitalista, que caminha a passos largos sobre o espaço, enquanto o Estado, com seus passos curtos, tenta disciplinar as ações turísticas, como afirma Barreto (2003): “Disso se deduz a importância das políticas públicas para propiciar e monitorar o desenvolvimento do turismo e controlar os abusos do poder econômico”. Concomitantemente, o próprio turismo exerce um papel de pressão para a elaboração dessas políticas públicas.

Conceitualmente, entendemos como políticas públicas as ações, realizadas pelo Estado, direcionadas para atender ao interesse de um setor específico da sociedade, por meio da implantação de projetos, programas e ações.

Segundo Brust; Baggio; Saldanha Filho (2008):

Políticas públicas são construções participativas de uma coletividade, que visam a garantia dos direitos sociais dos cidadãos que compõem uma sociedade humana (Carvalho *et al*, 2002). Estas extrapolam a dimensão do estado e referem-se a todos os espaços e formas de

organização social que buscam meios de concretização dos direitos humanos (BRUST; BAGGIO; SALDANHA FILHO, 2008 p.06).

E justificam ainda que:

Na esfera estatal, no nosso país, as políticas públicas e sociais têm sido garantidas por lei e atendido direitos à saúde, educação, habitação, entre outras. Entretanto, quando se refere ao lazer e ao esporte, embora se constate que tais políticas tenham sido estabelecidas em diferentes períodos da história política brasileira, foi somente a partir de Constituição de 1988, que estes campos foram contemplados como direitos sociais (BRUST; BAGGIO; SALDANHA FILHO, 2008 p.06).

Em relação ao turismo, a principal função que as políticas públicas assumem é democratizar a prática dessa atividade, permitindo que o maior número possível de pessoas possam viajar. Além disso, é seu papel controlar a qualidade dos bens e serviços oferecidos, prover a utilização sustentável dos atrativos turísticos naturais e culturais, incentivar o estabelecimento de parcerias entre os empresários turísticos e outros comerciantes locais, ampliar as possibilidades de capacitação dos atores envolvidos, intervir na realização de obras de infra-estrutura que contribuam para o turismo.

De acordo com Silva Junior (2004),

O turismo também poderá operar uma transferência de renda de regiões mais desenvolvidas e ricas para regiões mais pobres e subdesenvolvidas economicamente, proporcionando a troca de valores consubstanciados em bens e serviços que fluem de um lado a outro. (SILVA JUNIOR, 2004, p. 22)

Entretanto, nada disso será viável se os envolvidos com o turismo não tiverem, como suporte, uma política pública que de forma eficaz, contribua para o desenvolvimento do setor e, também, um planejamento que estruture e procure desenvolver cada propriedade envolvida com essa atividade turística.

A atividade turística é percebida pelo Estado, como uma possibilidade de desenvolvimento. Compreende-se que, provavelmente, foi a partir de políticas públicas voltadas para o turismo, na região, que os proprietários rurais e seus familiares foram envolvidos nesse setor.

Como afirma Barreto (2003 p.28): “Disso se deduz a importância das políticas públicas para propiciar e monitorar o desenvolvimento do turismo e controlar os abusos do poder econômico”. Concomitantemente, o próprio turismo exerce um papel de pressão, para a elaboração dessas políticas públicas.

Procurando distinguir conceitos, Menicucci (2006) argumenta que:

política pública se refere à ação das autoridades públicas na sociedade, referindo-se a aquilo que os governos produzem, para alcançar determinados resultados, através de alguns meios. Nessa concepção, políticas públicas remetem a um conjunto de decisões mais um conjunto de ações para implementar aquelas decisões. Visto de forma mais descritiva, uma política pública são os atos, mas também os “não atos” de uma autoridade pública frente a um problema ou um setor da sociedade. Em geral se apresenta sob a forma de um programa governamental que possui algumas características: (i) a existência de um conteúdo; (ii) um programa que articula ações em torno de eixos específicos; (iii) uma orientação normativa que expressa finalidades, preferências e valores, e tendem para objetivos específicos; (iv) um fator de coerção, dado que a atividade pública se impõe em função da legitimidade decorrente da autoridade legal; e (v) pelo seu alcance no sentido de que tem a capacidade de alterar a situação, os interesses e os comportamentos de todos afetados pela ação pública (MENICUCCI, 2006, p. 03).

Digna de nota é a observação feita por Brust; Baggio; Saldanha Filho (2008 p.06), os quais afirmam que as

políticas públicas são construções participativas de uma coletividade, que visam a garantia dos direitos sociais dos cidadãos que compõem uma sociedade humana. Estas extrapolam a dimensão do Estado e referem-se a todos os espaços e formas de organização social que buscam meios de concretização dos direitos humanos. Na esfera estatal, no nosso país, as políticas públicas e sociais têm sido garantidas por lei e atendido direitos à saúde, educação, habitação, entre outras. Entretanto, quando se refere ao lazer e ao esporte, embora se constate que tais políticas tenham sido estabelecidas em diferentes períodos da história política brasileira, foi somente a partir de Constituição de 1988, que estes campos foram contemplados como direitos sociais. (BRUST; BAGGIO; SALDANHA FILHO, 2008 p.06)

Souza (2006), em seu artigo: lazer, turismo e políticas públicas para a terceira idade, argumenta que as políticas públicas desempenham um papel essencial na sociedade atual, e podem ser definidas

como um conjunto de ações exclusivas do Estado, dirigidas a atender às necessidades de toda sociedade a fim do bem comum. Estas políticas trazem em si linhas de ação que buscam satisfazer o interesse público. É função delas articular as ações da iniciativa privada e a comunidade, informar, fomentar pesquisas e, de um modo geral, atender aos anseios da sociedade, cuidando assim da população de determinado local. (SOUZA, 2006, p. 04)

Conceitualmente, entendemos como políticas públicas, ações realizadas pelo Estado, direcionadas para atender ao interesse de um setor específico da sociedade, por intermédio da implantação de projetos, programas e ações.

Para Carvalho (2000), as políticas públicas

caracterizam a relação do Estado com a sociedade civil no que se refere à distribuição de bens públicos na sociedade. Assim sendo, compreendem o conjunto das decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público, [...] amparadas legalmente nos programas, projetos, planos, metas e orçamentos dos poderes públicos (federal, estadual ou municipal) (CARVALHO, 1998 p.98 e 99).

Nessa mesma linha de raciocínio, Bolson, Pires; Bahia (2004) argumentam que

as políticas públicas surgem como uma ferramenta do Estado para gerir os bens públicos. Considera-se o Estado como todo aparato por meio do qual o Governo exerce seu poder através de políticos eleitos, servidores públicos/ civis não eleitos, regulamentações, normas, leis, etc.; em âmbito federal, estadual e municipal. (BOLSON, PIRES; BAHIA, 2004, p.02)

Para a geógrafa Rita A. Cruz, da Universidade de São Paulo, as políticas públicas podem ser entendidas como

um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e ou ações deliberadas, no âmbito do poder publico, em virtude do objetivo

geral de alcançar e/ ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística ao num dado território (CRUZ, 2000, p.40).

Portanto, para fins conceituais desta tese, compreendemos como políticas públicas as ações geradas pelo Estado, por meio de seus mecanismos legais (leis, decretos, normas, pareceres e outros), com a finalidade de ajustar as ações e necessidades de que a sociedade carece, objetivando regulamentar um determinado setor ou serviço.

Nesse sentido, as políticas públicas, para turismo, têm como finalidade a possibilidade de estimular o desenvolvimento desse ramo econômico, garantindo a sua execução, as suas normas, fundamentos e regulamentação, criando os mecanismos legais ao seu pleno desenvolvimento.

As políticas públicas para o setor turístico, no Brasil, são recentes, quando comparadas com outras ações do Estado, para outros setores (Anexo 2); somente a partir de 1938, com a aprovação do Decreto-lei n. 406 de 04 de Maio de 1938, é que a atividade turística passa a ter um diploma legal, no país; portanto, menos de um século. Tal fato se explica por se considerar que o turismo não era prioridade para o desenvolvimento do país, ganhando destaque somente a partir dos anos de 1990, com a modernização da infra-estrutura nacional, da expansão urbana, do desenvolvimento de tecnologias e redes, entre outros.

Nessa evolução temporal das políticas públicas de turismo, no Brasil, Carvalho (2000), Cruz (2002) e Fernandez (2007), propõem uma periodização dessas políticas em três momentos distintos, divergindo, entretanto, quanto ao marco histórico que caracteriza cada período ou fase. Cruz (2002) argumenta que apesar de existirem diplomas legais que legitimaram as políticas públicas de Turismo – PPT, no Brasil, somente em 1966 foi criada a primeira política nacional de turismo, com o Decreto-Lei número 55.

Analisando essa periodização, Carvalho (2000) mostrou que o primeiro período iniciou-se com o Decreto-lei 406, de maio de 1938, que regulamentava a venda de passagens, até a promulgação do Decreto-lei 55, de 1966, que estabeleceu a Política Nacional do Turismo. Nesse período, destaca-se a criação da Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR), em 1958, com a finalidade de coordenar, planejar e supervisionar a execução da política nacional do turismo, dentro do Plano de Metas (1956/1961) do Governo de JK, extinta em 1966, sem ter implementado as diretrizes propostas.

O segundo período inicia-se em 1966 e prolonga-se até 1991, com a publicação da Lei n. 8.181, que estabelecia a Política Nacional de Turismo, durante o governo Collor.

Segundo Cruz (2000), o Decreto-lei 55 - marco inicial desse período - estava em concordância com o que estabelecia o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG-1964/1966), mas

apesar de ter sido criado, por meio daquele diploma legal, o Sistema Nacional de Turismo (composto pela EMBRATUR, CNTUR e envolvendo o Ministério das Relações Exteriores) e que intencionava organizar o setor, compreendendo toda sua complexidade, esse primeiro esforço estatal acabou por restringir-se ao estímulo ao desenvolvimento da indústria hoteleira, especialmente a grande hotelaria, e a um ou outro aspecto isolado do turismo. (CRUZ, 2002, p. 31)

Mesmo sendo reconhecido como a primeira política nacional para o turismo, observa-se que o turismo não foi atendido em toda sua complexidade, sendo os planos econômicos posteriores, também, omissos com relação à questão da política pública do turismo, a saber:

- a) Plano Decenal (1967-1976);
- b) Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED – 1968-1970);
- c) Plano de Metas e Bases para a Ação do Governo (1970);
- d) I Plano Nacional de Desenvolvimento. (1972-1974); e,
- e) II Plano Nacional de Desenvolvimento. (1975-1979).

Somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 é que, pela primeira vez na história das constituições brasileiras, aborda-se o termo turismo como forma de desenvolvimento econômico, argumentando-se, no artigo 180, que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico” (BRASIL, 1988), sendo o turismo apontado como uma co-responsabilidade das três esferas de Governo.

Ainda de acordo com Carvalho (2000), o terceiro período teve origem em 1991 (Lei 8.181) e se estende até os dias atuais. É a partir desse período que se pode afirmar que passa a existir, de fato, uma política para o turismo, com objetivos, diretrizes e estratégias claramente estabelecidas, abarcando toda a complexidade que o turismo possui.

Para Fernandes (2007), a periodização das políticas públicas para o turismo, no Brasil, também ocorreram em três fases distintas, assim como apontou Carvalho (2000). Entretanto, em algumas datas, seus marcos divisórios são divergentes entre si. A primeira fase inicia-se com as primeiras intervenções e finaliza com a criação da EMBRATUR; a segunda

compreende o período de criação da EMBRATUR e prolonga-se até a promulgação da Constituição de 1988; e a terceira e última fase vem do ano de 1988 até os dias atuais.

Com relação ao primeiro período, Fernandes (2007) encontra-se em sintonia com Carvalho (2000), asseverando que “um documento que muitas vezes é apontado como o primeiro a fazer referência ao turismo no Brasil é o Decreto-lei-406 de 1938”. A autora considera que esse período finaliza em 1966. Aponta as mesmas leis e decretos que também consideramos como os primeiros mecanismos legais de preparação para a implantação das políticas públicas de turismo, décadas mais tarde, a saber:

a) Decreto-Lei 1.650, de 1939, que dispunha especificamente, sobre as agências de turismo, companhias e empresas, sendo fiscalizadas pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural do Ministério da Justiça e Negócios Interiores;

b) Decreto-Lei 1.915, de 1939, que criava a Divisão de Turismo, vinculada ao Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, ligado diretamente à Presidência da República.

c) Decreto-Lei 2.440, de 1940, que regulava as atividades das empresas e agências de viagens e turismo.

d) Decreto 44.863, de 1958, responsável pela criação da Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR) e regulada em 1960.

e) Decreto 51.130, de 1961, que instituiu a divisão turística do território nacional, definindo regiões, zonas e áreas de prioridades para o turismo e cria a Divisão de turismo e Certames, ligada ao Ministério da Indústria e do Comércio.

f) Decreto 572, de 1962, que extingue a COMBRATUR.

g) Decreto 56.303, de 1965, que estabelecia a obrigatoriedade de registro das agências e empresas de turismo junto à Divisão de Turismo e Certames. Como uma necessidade de ordenar esse tipo de serviço, junto à população.

O segundo período apontado por Fernandes (2007) também se inicia com o Decreto-Lei 55, um importante marco para as políticas públicas, por criar os primeiros mecanismos dessas PPT e também criar o Conselho Nacional de Turismo (CNTUR) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e finalizando com a promulgação da Constituição de 1988.

Durante o período 1966-1988, alguns decretos vão “construindo” o que chamamos de projetos de políticas públicas de turismo nacional, pois, durante esse período, muitas dessas normas não possuíam diretrizes e estratégias de ação claramente definidas em sua concepção plena, ou, quando existiram não foram colocadas efetivamente em prática, tais como:

a) Resolução 71, do CNTUR de 1969, que estabelecia indicações para o Plano Nacional de Turismo – PLANTUR.

b) Decreto-Lei 1.191, de 1971, que criou o Fundo Nacional de Turismo que dispunha de recursos gerais para o turismo, além de fomentar e prover fundos para obras ligadas ao interesse do turismo nacional.

c) Decreto 71.790, cria o Ano Nacional do Turismo, em 1973.

d) Decreto-Lei 1.439, de 1975, que tratou da concessão de incentivos fiscais a empresas de turismo registradas na EMBRATUR.

e) Lei 6.505, de 1977, estabeleceu as condições para o funcionamento, fiscalização das atividades e classificação dos vários tipos de serviços turísticos prestados.

f) Lei 6.513, de 1977, criou áreas especiais e locais de interesse turístico.

g) Decreto 84.934, de 1980, dispôs novamente sobre o serviço prestado por agências de turismo, regulamentando seus registros e funcionamentos.

h) Decreto-Lei 2.294, de 1986, tornou a atividade turística livre no Brasil.

Essa situação de leis que realmente caracterizavam uma política pública para o setor do turismo começa a mudar, segundo Fernandes (2007), com a promulgação da Constituição de 1988. Um ano antes, em 1987, a EMBRATUR lança o denominado turismo ecológico, que somente teria repercussão anos depois, com a realização do encontro ambiental Rio ECO/92. Antes desse evento, a questão ecológica tinha pouca representatividade nas demandas turísticas e pouca preocupação por parte da sociedade em geral, apesar de intensos debates nos meios acadêmicos.

A Constituição de 1988 é apontada por Fernandes (2007), como marco divisório entre o segundo e terceiro períodos. Essa data é significativa por abordar, pela primeira vez - Art. 180 - uma menção ao turismo no país, sendo que esse período chega até os nossos dias.

Já em 1988, é editada uma nova constituição, que se torna símbolo da retomada da democracia no país. A Constituição Federal do Brasil torna-se a primeira constituição a contemplar o turismo, colocando a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios como responsáveis de forma igualitária, pela promoção e incentivo do turismo como fator de desenvolvimento social e econômico. Isso significou um grande avanço nesse tema, já que dividiu as responsabilidades, definindo as diferentes esferas de atuação (FERNANDES, 20007, p.41).

Como se observa, é somente a partir de 1988, com os ventos da democracia pairando sobre o país, que realmente as políticas públicas e, em especial, as políticas públicas para o turismo, passaram a cumprir o seu papel, imprimindo uma nova dinâmica às questões ligada às atividades turísticas.

A partir desse período e até os dias de hoje, leis, decretos e outras normas vão surgindo, ao longo dos anos, fundamentadas nessa questão, contemplando as complexidades que envolvem, dentro de planos gerais ou específicos de cada gestão de Governo, representando as ideologias vigentes nas várias administrações do país.

A primeira lei que aborda as políticas públicas de turismo é a Lei 8.181, de 28 de março de 1991. Criada no Governo de Fernando Collor, ela revoga o Decreto-Lei 55/66, até então o primeiro marco na questão das políticas públicas, extinguindo o CNTUR e reestruturando a EMBRATUR, criando as condições necessárias para executar a Política Nacional de Turismo – PNT, regulamentada, no ano seguinte pelo Decreto 448.

Segundo Fernandes (2007), em 1992, ainda no Governo Collor, foi lançado o

Plano Nacional de Turismo- PLANTUR, com a função de efetivar a política nacional de turismo. Como a política ainda estava em fase de implantação e ainda não havia sido implementada, o plano teve seu propósito anulado. Neste mesmo ano, houve a revitalização da Fungetur e a criação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR (FERNANDES, 2007, p. 42).

Observa-se, na fala da autora, que o PLANTUR não foi efetivado. Tal fato se justifica com a crise política que viveu o Governo Collor, resultando no seu *impeachment*, em 1992. Vale ressaltar que a reestruturação da EMBRATUR significou a transferência de sua sede, no Rio de Janeiro, para Brasília, com perda de boa parte de sua autonomia, transformando-se numa autarquia, agora denominada Instituto Brasileiro de Turismo.

Diante dessa questão, SILVEIRA; PAIXÃO; COBOS (2006) fazem uma consideração importante:

Ainda que – após ter sido revogado o DL 55/66 – não houvesse uma política de turismo formal, é preciso considerar que “política pública é tudo que o governo decide fazer ou deixar de fazer” (DYE, 1992, p. 2 *apud* HALL, 2001, p. 26), e pode-se afirmar que as ações governamentais da época afastavam a EMBRATUR da realidade turística nacional. Quando a situação estava insustentável, Collor

assina o Decreto 448/92, da Política Nacional de Turismo, regulamentando dispositivos da Lei n.º 8.181/01, e propondo inovações em suas diretrizes, como a prática do turismo como forma de promoção da valorização e preservação do patrimônio natural e cultural do país “e a valorização do homem como destinatário final do desenvolvimento turístico” (SILVEIRA; PAIXÃO; COBOS, 2006, p. 125).

Na continuidade, o governo de Itamar Franco, que teve um mandato-tampão de apenas dois anos, conseguiu o feito de, num curto espaço de tempo, criar o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT) e a Secretaria Nacional de Turismo e Serviços, além de aprovar a Lei 8.623, de 1993, que regulamentava a profissão de guia de turismo. Lançou também, em 1994, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, efetivamente executado a partir de 1996, no governo de seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso (FHC), e que iria influenciar sua política de turismo.

O governo de FHC (1995-99) passa a pensar o turismo como um setor estratégico, com capacidade de gerar rendas, empregos e desenvolvimento socioeconômico do país, lançando, em 1996, por meio do MICT e da EMBRATUR a Política Nacional de Turismo (PNT), a qual deveria complementar as estratégias gerais estabelecidas no Plano Plurianual de Investimentos 1996-1999.

Na visão de Cruz (2002), um aspecto que não se pode deixar de mencionar nesta análise,

é a ênfase dada pelo poder público federal à articulação entre Governo e iniciativa privada. Naturalmente, não se pode imaginar a gestão pública do turismo sem o permanente diálogo com a iniciativa privada. Por outro lado, como imaginar uma gestão eficiente do setor sem a articulação intragovernamental, ou seja, sem que os diferentes setores da gestão pública busquem, conjuntamente, o alcance de metas e objetivos que lhes são comuns? Em geral, o resultado da inexistência dessa articulação intersetorial se traduz em prejuízo para os cofres públicos, em ineficácia do planejamento e, conseqüentemente, em prejuízos para a coletividade (CRUZ, 2002, p. 34).

Essa parceria entre o Governo e a iniciativa privada, segundo a autora, é um marco na história das PPT, pois a pretendida articulação também servirá de base para a implantação das políticas de turismo e seus circuitos turísticos em território mineiro, como veremos mais ao final deste capítulo.

A PNT tinha como objetivos principais segundo Carvalho (2000) e Bolson; Pires; Bahia (2005):

- a) a ordenação das ações do setor público, orientando o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o bem-estar-social;
- b) a definição de parâmetros para o planejamento e a execução das ações dos governos estaduais e municipais; e
- c) a orientação, desenvolvimento e promoção da atividade turística, pela articulação entre Governo e setor privado.

Complementando, Cruz (2002), numa visão mais ampla, justifica que:

A PNT instituída no primeiro mandato do governo FHC é um marco importante no sentido da organização pública do setor turismo na escala federal, principalmente no que se refere à visibilidade que alcançou. Um encarte intitulado “Política Nacional de Turismo – Diretrizes e Programas (1996-1999) circulou todo o território nacional e qualquer brasileiro que quisesse saber, portanto, qual a política do Governo Federal para o setor, poderia ter aceso àquele documento. Essa visibilidade nunca antes fizera parte das políticas nacionais de turismo no país”. Essa “novidade” durou, entretanto, apenas o tempo de vigência da PNT. Desde 31 de dezembro de 1999, data em que o referido documento deixou de ter validade, não houve nova publicação que o substituísse. O que se sabe sobre a revisão da PNT é que a partir do ano 2000, com o início do segundo mandato de FHC, começou a ser feito o seu realinhamento com o Plano Plurianual de ação – PRA do Governo Federal (CRUZ, 2002, p.33).

Concluindo e procurando fortalecer o que foi dito, a referida autora ainda argumenta que

como chegamos ao último ano do mandato do atual governo e uma nova publicação da Política Nacional de Turismo não existiu, o que se pode levantar como hipótese é que foram mantidos pelo Governo Federal os mesmo objetivos, as mesmas diretrizes e as mesmas estratégias que nortearam a Política Nacional de Turismo válida entre 1996-1999 (CRUZ, 2002, p.34).

Entretanto, vale ressaltar que a PNT do primeiro governo de FHC possuía duas macroestratégias que foram destaque durante todo esse governo e também serviram de base para as políticas públicas do turismo, no governo seguinte. A primeira, como afirma Bolson et. al.(2004, p.04), tratava da descentralização da gestão turística e ficou conhecida como

Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT); e a segunda era o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR.

Dentro dessa mesma linha de pensamento, Cruz (2002), já argumentava que

os grandes programas nacionais, por meio dos quais se dá hoje a indução pública ao setor turismo e sobre os quais se assenta a política federal para o setor, no país, são o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT (criado em 1994, por meio da Portaria n. 130, de 30 de março), os Programas de Ação para o Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR (o primeiro deles – PRODEUTR-NE, foi instituído em 1991), os programas de ecoturismo, como é o PROECOTUR – Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Amazônia Legal, (criado no final da década de 1990) (CRUZ, 2002, p. 35).

É quase um consenso, na literatura corrente - Carvalho (2000), Fernandes (2008), Brusadin (2009) e outros, que o PNMT teve um papel fundamental no processo de desenvolvimento das políticas públicas de turismo, pois até então era o principal mecanismo de ação e gestão, organizado na esfera federal, que procurava atender as necessidades do setor turístico e, principalmente, do próprio Governo, que passou a delegar poderes aos outros níveis de governo (estadual e municipal) e, agora, de forma compartilhada com a iniciativa privada.

Sobre o PNT do Governo FHC, Silveira et al. (2006) argumenta que

com 24 programas nacionais para o setor turístico, o governo FHC implantou o “Avança Brasil”, tendo como ponto de partida o PRODETUR, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. Isto possibilitou o direcionamento de investimentos na ordem de US\$ 133 milhões para a melhoria de aeroportos e, em fase seguinte, US\$ 560 milhões para melhorias futuras, incluindo a recuperação de monumentos históricos e a preservação ambiental. [...] O instrumento para operacionalizar a implantação destas idéias, denominado PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo, iniciado na gestão de Itamar Franco, sobreviveu até o final da gestão de FHC, em 2002. O princípio norteador do PNMT foi a descentralização das ações por meio da municipalização, visando: fortalecer o Poder Público Municipal para que, em conjunto com as instituições privadas e os representantes da comunidade, assumisse a co-responsabilidade e fosse partícipe da definição e da gestão das políticas, dos programas e das ações locais voltadas para o desenvolvimento do turismo sustentável

(EMBRATUR, 1999). Percebe-se claramente a intenção de transferir às instâncias locais a responsabilidade de discutir, planejar e executar as ações que até então eram de competência das esferas federais e estaduais. Essa linha de pensamento no turismo segue estrategicamente a filosofia adotada em vários outros setores da gestão pública, como o da saúde, da educação, dos transportes, entre outros (SILVEIRA; et al., 2006, p.09).

Nas palavras de Silveira; Peixoto; Cobos (2006) e Bolson (2004), o foco principal é realmente repassar, para as instâncias inferiores, a responsabilidade de gestão do turismo, principalmente em nível local, e conhecendo a realidade dos mais variados municípios brasileiros, pode-se afirmar que esses municípios são carentes de recursos técnicos e humanos, o que comprometeu o desenvolvimento do programa que, durante os oito anos de sua existência atendeu 1450 municípios, segundo dados do Ministério dos Esportes e do Turismo de 2002⁶.

Em resumo, concordando com Brusadim (2008), o PNMT foi um programa criado pelo Governo Federal, em 1991, e assumido pelo Governo de FHC, que visou estimular o desenvolvimento turístico nacional, a partir da descentralização das políticas públicas de turismo e do fortalecimento do planejamento turístico, nos municípios.

Já a segunda macroestratégia refere-se ao Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR; segundo Cruz (2002),

esses programas nasceram de uma iniciativa federal voltada ao incremento da atividade turística num âmbito regional, sendo o Nordeste a primeira região contemplada. Se entretanto, o PRODETUR-NE tem por fundamento a melhoria das condições infra-estruturais básicas das localidades por ele contempladas, o PRODETUR-SUL tem outro tipo de orientação: o financiamento, por parte do poder público (federal e estados envolvidos), de infra-estruturas turísticas de modo geral (CRUZ, 2002, p. 35).

O PRODETUR teve, como objetivo central, o incremento do turismo em nível regional, sendo estruturado e concebido, em nível federal e estadual para financiar a implantação de infra-estrutura de sustentação ao turismo, possibilitando e estimulando os incentivos e investimentos por parte da iniciativa privada na implantação dos equipamentos turísticos (BOLSON, et al. 2005).

⁶ De acordo com o MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO. **Programa Nacional de Municipalização do Turismo 8 anos:** retratos de uma caminhada. Brasil: MET, 2002.

Cruz 2000 atribui, a esse programa e à política de megaprojetos, o significativo desenvolvimento turístico que o Nordeste brasileiro teve, a partir dos anos de 1990, afirmando que “nenhuma outra macrorregião brasileira empreendeu, no país, ações políticas tão contundentes, favoráveis ao desenvolvimento do turismo”. Provavelmente - segundo Bursztyn (2005) - influenciado pelos organismos internacionais como o FMI, BID e BIRD, que o considerava como a atividade “redentora para a crise econômica que o país vivenciava, investindo esses recursos, principalmente, na infra-estrutura local”.

Nas palavras de Bursztyn (2005), cumprindo uma das principais metas do programa destinadas ao Nordeste brasileiro,

os investimentos provenientes do PRODETUR-NE foram destinados à implementação de projetos de infra-estrutura básica – como construção e reforma de rodovias, fornecimento de energia elétrica, abastecimento de água e saneamento – e projetos de infra-estrutura voltados para a sustentação do turismo – como reforma e ampliação de aeroportos e rodoviárias (BURSZTYN, 2005, p.57),

Concordando com as observações de Bursztyn (2005), pode-se afirmar que o Nordeste passou a ser “vendido” como um novo Caribe ou novo paraíso terrestre, conseguindo atrair o capital estrangeiro para o setor, por meio de investimentos em resorts, hotéis e até mesmo na infra-estrutura regional. Entretanto, tal fenômeno não possibilitou o desenvolvimento socioeconômico da macrorregião como um todo, agravando ainda mais as disparidades entre o Nordeste litoral e o Nordeste sertão.

Em síntese, tanto o PRODETUR quanto o PNMT assumiram um papel fundamental no governo de FHC, pois, juntos, eles representaram, pela primeira vez no país, uma concepção plena de política pública de turismo, e é nelas que as PPT seguintes vão-se espelhar.

Com o fim do segundo mandato de FHC e posse do governo Lula, novos ares tomaram conta do país. No aspecto do setor turístico, a primeira mudança significativa ocorre em 01 de janeiro de 2003, por intermédio da Medida Provisória n. 103, que criou o Ministério do Turismo (MTur), antes ligado ao Esporte, para atender as questões específicas do turismo, sendo suas atribuições:

- a) Elaborar e implementar a política nacional do turismo;
- b) Promover e divulgar o turismo brasileiro, interna e externamente;
- c) Estimular as iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas; e

- d) Planejar, coordenar, supervisionar e avaliar os planos e programas de incentivo às atividades de turismo.

Em seu primeiro mandato, o Governo cria em 29 de abril de 2003, o que podemos denominar I Plano Nacional de Turismo do Governo Lula (2003-2007), cujos objetivos principais foram criar o produto turístico brasileiro com qualidade, destacando as diversidades naturais, culturais e principalmente regionais e, também, estimular e facilitar o consumo desse produto turístico no mercado interno e externo.

Segundo DIAS (2003), a proposta do PNT é:

Consolidar o Ministério do Turismo como articulador do processo de integração dos diversos segmentos do setor turístico, cabendo à EMBRATUR voltar a seu foco como promoção, marketing e apoio à comercialização do produto turístico brasileiro no mundo (DIAS, 2003, p. 140).

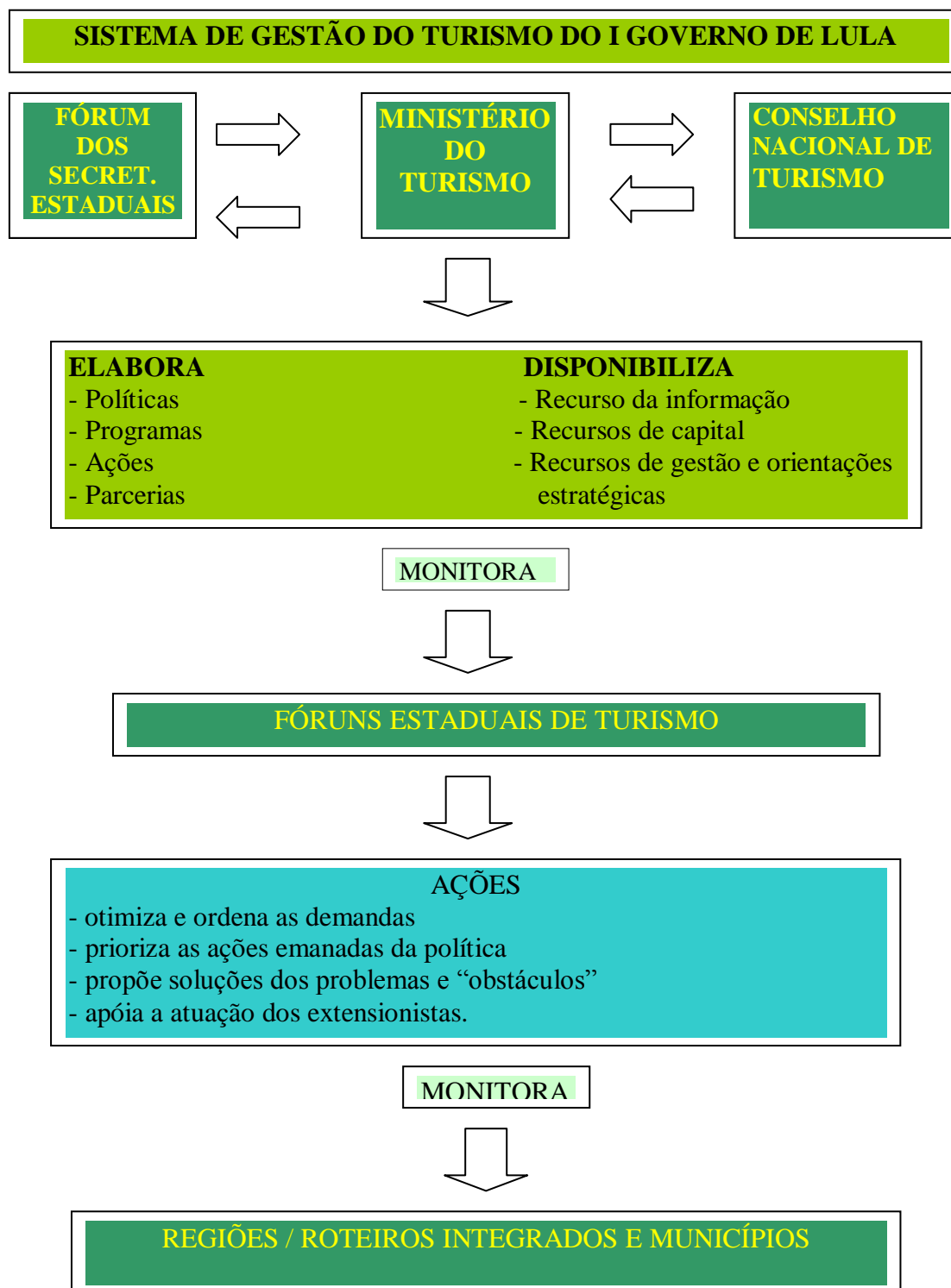
Observa-se, no texto inicial de Dias, um claro sinal de que os órgãos oficiais do turismo iriam enveredar por outros caminhos, divergindo dos planos até então existentes, que favoreceram, principalmente, os grandes projetos turísticos e a descentralização da gestão do turismo.

Exposto num documento de 48 páginas, o Plano estabeleceu uma preocupação com a descentralização da gestão do turismo, propondo um sistema de gestão composto pelo Ministério do Turismo, pelo Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais do Turismo e pelos Conselhos Municipais de Turismo, onde o município teria uma maior participação, recebendo incentivos para criar o seu Conselho Municipal de Turismo e se agrupar em consórcios, visando constituir roteiros integrados, ofertando um conjunto de produtos turísticos, completando, assim, o sistema de gestão do turismo nacional, como se pode se verificar na figura (1).

O primeiro PNT do Governo Lula teve algumas metas e diretrizes, a saber:

- a) Criar condições para gerar 1.200.000 novos empregos e ocupações.
- b) Aumentar para 9 milhões o número de turistas estrangeiros, no Brasil.
- c) Gerar 8 bilhões de dólares em divisas.
- d) Aumentar para 65 milhões a chegada de passageiros nos vôos domésticos.
- e) Ampliar a oferta turística brasileira, desenvolvendo, no mínimo, três produtos de qualidade em cada estado da Federação e no Distrito Federal.

Figura 1 - SISTEMA DE GESTÃO DO TURISMO NO I GOVERNO DE LULA



Fonte: Ministério do Turismo.
Adaptado pelo autor baseando em: Dias, Reinaldo. **Planejamento do Turismo**. São Paulo: Atlas, 2003, p.141.

Nesse contexto, Santos Filho (2003) já alertava sobre a dificuldade dessas metas serem atingidas se não houvesse uma preocupação maior, por parte do Governo, em resolver problemas que são estruturais nas macro e microeconomias nacionais:

reduzir as desigualdades regionais e sociais só é possível por meio de uma política de base macroeconômica em que o sistema financeiro esteja sob o controle do Governo (juros baixos, crédito fácil e proteção integral à indústria nacional). Em que os planejamentos, no campo do turismo, levem em conta a profissionalização e treinamento da mão de obra local, para que o trade possa, de fato ser um instrumento de integração e não de exclusão (SANTOS FILHO, 2003, p.05).

Nesse sentido, ainda argumenta que

o turismo deve ser visto como uma ação que deve beneficiar a população brasileira, facilitando que a mesma tenha condições objetivas para usufruir seu lazer e turismo em todo o território nacional, incorporando as populações nativas no mercado de trabalho e criando uma riqueza coletiva (SANTOS FILHO, 2003, p.05).

É evidente que o turismo é uma atividade multifacetada, capaz de mobilizar variados setores produtivos da economia e transformar lugares e pessoas, mas atingir essa transformação não é uma tarefa fácil de ser realizada, a curto prazo; e, enquanto produto, ele é fruto de um conjunto de relações entre mercado, cultura e políticas públicas, que podem possibilitar o desenvolvimento local.

O Plano Nacional de Turismo 2003-2007 está estruturado em dois principais objetivos e, a partir deles, originaram-se os macro-programas, os programas e as ações, sendo que os objetivos gerais buscam:

- a) desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando as diversidades regionais, culturais e naturais;
- b) Estimular e facilitar o consumo do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional.

Em relação aos objetivos específicos, depara-se com:

- Dar qualidade ao produto turístico;
- Diversificar a oferta turística;

- Estruturar os destinos turísticos;
- Ampliar e qualificar o mercado de trabalho;
- Aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional;
- Ampliar o consumo do produto turístico no mercado nacional;
- Aumentar a taxa de permanência e gasto médio do turista.

Nas palavras de Dias (2003), outro ponto abordado, no PNT, são os desdobramentos temáticos, escolhidos por seu potencial em contribuir para a obtenção das metas e objetivos para o período 2003-2007, e que constituem os sete macroprogramas do Plano.

Cada macroprograma era composto por programas que visavam resolver os problemas e obstáculos que impediam o crescimento do turismo no país. A saber:

I. Gestão de Relações Institucionais:

- Programa de Acompanhamento do Conselho Nacional do Turismo.
- Programa de Avaliação e Monitoramento do Plano.
- Programa de Relações Internacionais.

II. Fomento:

- Programa de Atração de Investimentos.
- Programa de Financiamento para o Turismo.

III. Infraestrutura:

- Programa de Desenvolvimento Regional.
- Programa de Acessibilidade Aérea, Terrestre, Marítima e Fluvial.

IV. Estruturação e diversificação da oferta turística:

- Programa de Roteiros Integrados.
- Programa de Segmentação.

V. Qualidade do produto turístico:

- Programa de Normatização da Atividade Turística.
- Programa de Qualificação Profissional.

VI. Promoção e apoio à comercialização:

- Programa de Promoção Nacional e Internacional do Turismo Brasileiro.
- Programa de Reposicionamento da Imagem Brasil.
- Programa de Apoio à Comercialização.

VII. Informações turísticas:

- Programa de Base de Dados.

- Programa de Pesquisa de Demanda.
- Programa de Avaliação de Impacto do Turismo.
- Programa de Avaliação de Oportunidade de Investimento.

Observa-se que cada macroprograma foi planejado para que um conjunto de programas menores lhe desse apoio e suporte. Vale ressaltar que eles possuíam metas detalhadas a serem atingidas, no período de vigência do plano.

Um dos programas que se tornaram importante para o PNT 2003-2007, lançado em 2004, aborda o Macroprograma IV, denominado “Estruturação e Diversificação da Oferta Turística”, onde se destaca o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil que, de acordo com o MTur, propõe

focar destinos turísticos selecionados, de modo a se constituírem em indutores do desenvolvimento do turismo regional e da roteirização turística, gerando modelos e referências para os demais destinos turísticos no Brasil (MTur, 2007, p. 47).

O referido programa, pautado nas orientações do PNT, teve, como característica inédita, a participação ativa de representantes do *trade* turístico, da área acadêmica e de várias organizações tais, como: agricultores, ribeirinhos, quilombolas indígenas, extrativistas, que em reuniões setoriais sugeriram correções e ajustes nos rumos do Plano Nacional do Turismo. Entretanto, esse programa não ocorreu na área de estudo, até mesmo porque, quando de seu aparecimento, cada propriedade atuava de forma isolada, não existindo ainda a constituição formal do Circuito Turístico Serras de Minas.

Para o Ministério do Turismo, esse programa tratava-se de um “modelo de desenvolvimento integral, na perspectiva da inclusão social, com ênfase na igualdade de oportunidades”, sendo, também, “impulsionado na perspectiva do desenvolvimento sustentável”, voltado principalmente para o interior dos municípios do Brasil. Vale ressaltar que o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil surge como substituto do PNMT do governo anterior, que dava ênfase ao turismo municipal.

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil foi estruturado para concretizar a médio prazo, uma transformação na oferta turística nacional, visando orientar a ação do Governo para: ordenamento, normatização e regulação; informação e comunicação; articulação; envolvimento comunitário; capacitação; incentivo e financiamento; infraestrutura; e promoção e comercialização.

Em suma, o Programa, que também ficou conhecido pelo nome de Roteiros do Brasil, marcou uma nova etapa do planejamento estratégico no país, valorizando o desenvolvimento regional, tendo como unidade básica da região os municípios e visando a uma estruturação integrada dos produtos e serviços turísticos do país, por meio de roteiros regionais. Ressalta-se, ainda, que esse programa terá continuidade no PNT 2007-2010.

Todo plano para sua instalação e execução, necessita de recursos. Segundo o próprio PNT (2003), comentado por Dias (2003), o dinheiro necessário para custear o Plano sairia do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e de incentivos fiscais obtidos com base na isenção de impostos, e seria utilizado para financiar, principalmente, pequenos e médios empresários do ramo de turismo.

Em síntese, uma observação feita por Santos Filho e Martoni (2007) é que, com a criação do Ministério, em 2003, não ocorreu uma proposição de reformatação e adequação do PNMT, segundo os arquétipos necessários para o desenvolvimento local, formulando-se outro programa, o de regionalização, também denominado Roteiros do Brasil.

É justamente na lógica organizacional dos municípios com possíveis articulações que contemplem setores capazes de dinamizar a economia e valorizar intrinsecamente o patrimônio natural, histórico e cultural que a regionalização deve ser compreendida e estimulada. Abordando o setor do turismo, que geralmente não é capaz, por si só, de promover o desenvolvimento a longo prazo, verificamos que o macro programa do Governo Federal não possui a solidez necessária, uma vez que praticamente não há planos municipais de desenvolvimento integral do setor, baseados em políticas públicas consistentes. Portanto, partimos do pressuposto de que o planejamento com bases locais deve ser o eixo norteador para a regionalização (SANTOS FILHO; MARTONI, 2007, P.17).

Um dos críticos ao PNT do Governo Lula, Santos Filho; Martoni (2007, p.12) justificam que o plano está comprometido com os princípios economicistas do discurso neoliberal no qual foi formatado, cuja base é a busca do crescimento econômico decorrente da criação de serviços, visando receber, exclusivamente, o turista estrangeiro.

Comungando as idéias de Santos Filho; Martoni (2007), afirmamos que

escrever sobre as políticas públicas de turismo no Brasil constitui um passeio histórico repleto de entusiasmo e também de grandes decepções, pois a preocupação do Estado capitalista brasileiro sempre foi com o turismo receptivo, como instrumento para a captação de

recursos econômicos e poucas vezes direcionado ao lazer e ao turismo interno da classe trabalhadora, salvo nos períodos do Estado populista (SANTOS FILHO; MARTONI, 2007, p. 05).

As reflexões anteriores assinalam a trajetória histórica das políticas públicas de turismo até 2007, salientando a necessidade de rompimento e mudanças que, até então, não foram realizadas pelo Ministério do Turismo. Será que o II Plano Nacional de Turismo do Governo Lula (2007-2010), que trata da atual política pública de turismo, abarca essas mudanças? É o que pretendemos analisar e discutir no próximo tópico, uma vez que esse plano merece um detalhamento maior de suas ações, propostas e práticas.

Todo esse contexto apresentado teve como finalidade buscar um resgate histórico e evolutivo sobre os planos ou planejamentos do Governo Federal para o setor turístico e, aparentemente pouco representa uma relação direta com a área de estudo; entretanto, vale ressaltar, que mesmo não ocorrendo ações diretas sobre essa área, ela não se encontrava isolada do contexto no qual o turismo no espaço rural esteve envolvido, até o final do I PNT do Governo Lula.

3.3 – A ATUAL POLÍTICA PÚBLICA DE TURISMO NO BRASIL (2007-2010).

Na atual conjuntura, a política pública de turismo, no Brasil é regida pelo **Plano Nacional de Turismo (PNT) 2007-2010**. Para efeito de estudo desta tese será denominado II PNT e, mais recentemente, pela **Lei Geral do Turismo**, Lei n. 11.771/08.

O segundo Plano Nacional de Turismo rege o segundo mandato do Governo Lula e foi lançado em 2007, ano da posse de sua segunda gestão. De acordo com o plano elaborado pelo Ministério do Turismo,

o Plano Nacional de Turismo – PNT 2007/2010 – uma Viagem de Inclusão é um instrumento de planejamento e gestão que coloca o turismo como indutor do desenvolvimento e da geração de emprego e renda no País. O Plano é fruto do consenso de todos os segmentos turísticos envolvidos no objetivo comum de transformar a atividade em um importante mecanismo de melhoria do Brasil e fazer do turismo um importante indutor da inclusão social. Uma inclusão que pode ser alcançada por duas vias: a da produção, por meio da criação de novos postos de trabalho, ocupação e renda, e a do consumo, com a absorção de novos turistas no mercado interno (MTur, 2007, p.13).

Para o Ministério do Turismo (2007), o II PNT veio para completar a versão anterior do PNT e ajustar as falhas que ocorreram, ou atividades que não puderam ser implementadas. Segundo o próprio documento, suas ações visam a

fortalecer o turismo interno, promover o turismo como fator de desenvolvimento regional, assegurar o acesso de aposentados, trabalhadores e estudantes a pacotes de viagens em condições facilitadas, investir na qualificação profissional e na geração de emprego e renda e assegurar ainda mais condições para a promoção do Brasil no exterior são algumas ações que fazem do Plano Nacional do Turismo 2007-2010 um importante indutor do desenvolvimento e da inclusão social (MTur, 2007, p.13).

Observa-se que há uma preocupação em garantir o turismo como um suporte ao desenvolvimento regional, o que poderá levá-lo a todos os segmentos sociais, uma vez que procura dar condições de acesso à prática do turismo em seus mais variados setores, o que ampliaria as buscas por novas áreas destinadas às práticas turísticas.

Segundo o Ministério do Turismo (2007), “o turismo pode ser uma importante ferramenta para o alcance dos objetivos do desenvolvimento do milênio”. Entretanto, vale ressaltar que não pode ser apontado como uma panacéia para todos os males da nação e única forma para o desenvolvimento local.

Diferente do Plano de 2003-2007, que previa uma maior ênfase na participação de estrangeiros, que possuem um maior poder de compra, o atual plano valoriza o cidadão brasileiro como o principal beneficiado pelo desenvolvimento do turismo no país, considerando importante “aumentar a oferta doméstica e a interiorização, para gerar economia de escala”, buscando ampliar a participação do turismo no consumo familiar.

Tendo por base os objetivos gerais do PNT antecessor, neste II PNT foi acrescido um novo objetivo, visando adequar a proposta geral do Plano, a saber:

- a) Desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossas diversidades regionais, culturais e naturais;
- b) Promover o turismo com um fator de inclusão social, por meio de geração de trabalho e renda e pela inclusão da atividade na pauta de consumo de todos os brasileiros;
- c) Fomentar a competitividade do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional e atrair divisas para o país.

Entendemos que a inclusão do item ‘b’ pode ser considerada um ganho importante, pois a questão da inclusão social, como uma possibilidade de desenvolvimento, abriu uma brecha para a geração de empregos e ampliação da renda quando se aborda o turismo como fator de desenvolvimento local, podendo gerar um maior desenvolvimento nas questões ligadas ao turismo no espaço rural, que é o tema principal desta tese. E, no item ‘c’, a troca das palavras “estimular e facilitar”, do plano de 2003-2007, para “fomentar a competitividade”, o objetivo passa a ser exatamente o de mostrar o caráter econômico do plano de 2007-2010, podendo gerar, principalmente para a área de estudo, a possibilidade de ser divulgada em nível nacional, estimulando o incremento da geração de renda e trabalho e contribuindo para ser competitivo frente a outros circuitos turísticos.

Para se atingirem os objetivos gerais ocorreu, também, uma ampliação no número de objetivos específicos. De acordo com o Ministério do Turismo (2007, p.18), são eles:

- Garantir a continuidade e o fortalecimento da Política Nacional do Turismo e da gestão descentralizada.
- Estruturar os destinos, diversificar a oferta e dar qualidade ao produto turístico brasileiro.
- Aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado nacional e internacional e proporcionar condições favoráveis ao investimento e à expansão da iniciativa privada.
- Apoiar a recuperação e a adequação da infraestrutura e dos equipamentos nos destinos turísticos, garantindo a acessibilidade aos portadores de necessidades especiais.
- Ampliar a qualificar o mercado de trabalho nas diversas atividades que integram a cadeia produtiva do turismo.
- Promover a ampliação e a diversificação do consumo do produto turístico no mercado nacional e no mercado internacional, incentivando o aumento da taxa de permanência e do gasto médio do turista.
- Consolidar um sistema de informações turísticas que possibilite monitorar os impactos sociais, econômicos e ambientais da atividade, facilitando a tomada de decisões no setor e promovendo a utilização da tecnologia da informação como indutora de competitividade.

- Desenvolver e implementar estratégias relacionadas à logística de transportes articulados, que viabilizem a integração de regiões e destinos turísticos e promovam a conexão soberana do país com o mundo.

Pode-se dizer que todos os objetivos específicos do PNT anterior foram contemplados no plano atual. A diferença foi a inclusão de uma referência onde se prevê a “continuidade e o fortalecimento da Política Nacional do Turismo e da gestão descentralizada”, como uma garantia do prosseguimento das ações do Ministério do Turismo.

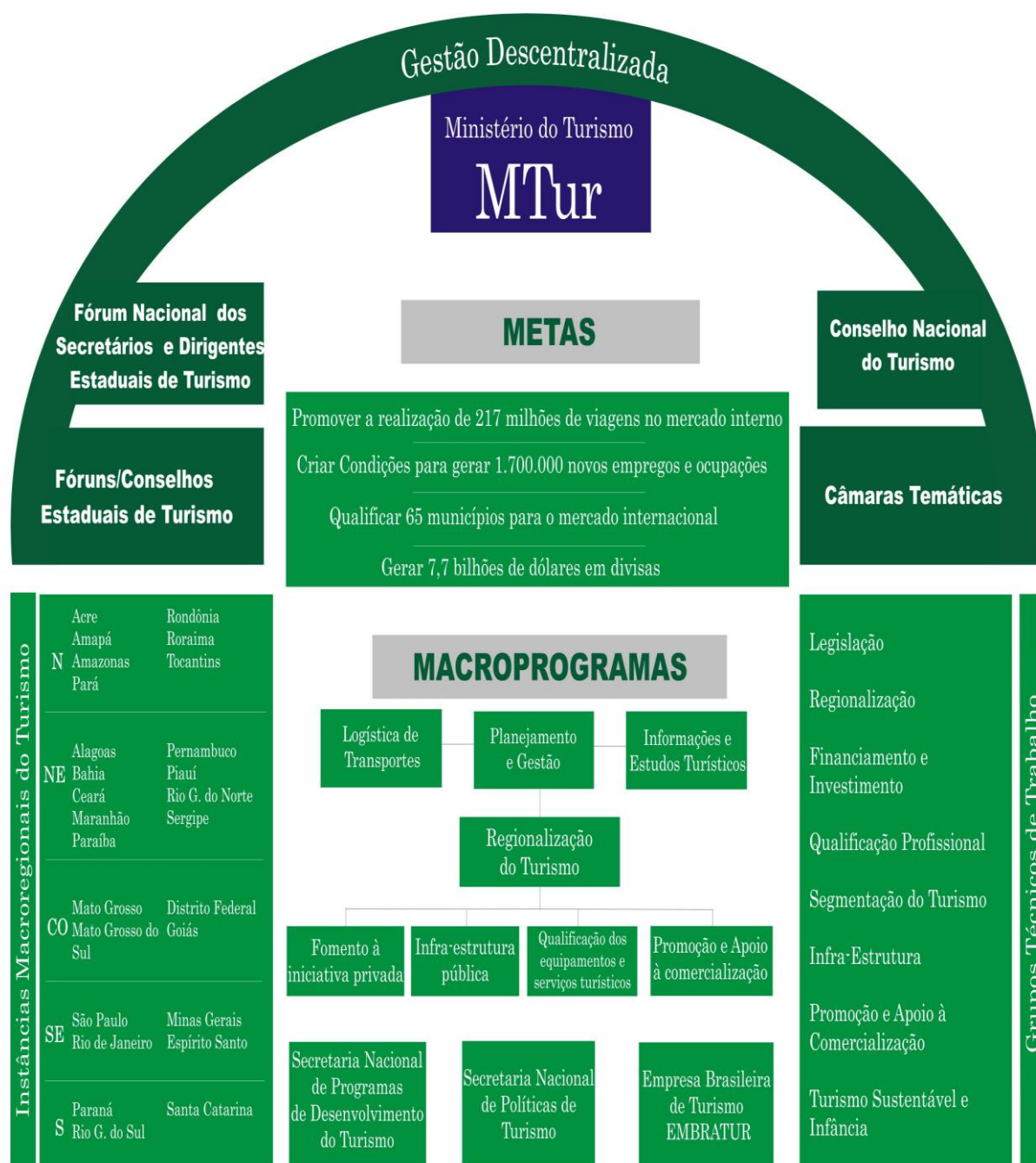
Seguindo os padrões do PNT 2003-2007, o atual PNT reafirma, com base na sua atuação, a opção por “um modelo de gestão pública descentralizada e participativa, integrando as diversas instâncias da gestão pública e da iniciativa privada”. Essa opção de gestão manteve a estrutura já existente, constituída pelo Ministério do Turismo, Conselho Nacional de Turismo e Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, delegando funções específicas a cada membro que compõe a gestão descentralizadora do referido Ministério (Figura 2).

O MTur continua a exercer as mesmas funções do I PNT, ou seja, promover o desenvolvimento do turismo em todos os níveis, cumprindo com determinação um papel de aglutinador, maximizando resultados e racionalizando gastos, uma vez que apresenta as condições necessárias para uma ação transversal de articulação com os demais ministérios, com os governos estaduais e municipais, com empresários do setor e com a sociedade civil em geral.

O Conselho Nacional de Turismo, aqui caracterizado como um órgão colegiado que tem como atribuição assessorar o Ministro de Estado do Turismo na formulação e manutenção das políticas públicas para o turismo, é assessorado por dez Câmaras Temáticas que são constituídas por representantes das entidades que possuem membros nesse Conselho.

O Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo é caracterizado como um órgão consultivo que tem como função auxiliar no apontamento de problemas e soluções aos demais membros da gestão, concentrado as demandas oriundas dos estados e municípios.

Figura 2. **ORGANOGRAMA DA GESTÃO DESCENTRALIZADA DO II PNT.**



Fonte: Ministério do Turismo. SNPTur. Relatório de Gestão (Exercício 2008).
Brasília, 2008, 186p.

Segundo o MTur (2007), a rede de gestão descentralizada e complementada pelos

Fóruns e Conselhos Estaduais de Turismo, instâncias de representação do turismo nas unidades da Federação, formados por representantes do setor público, incluindo representantes dos municípios e regiões turísticas, da iniciativa privada e do terceiro setor, além de outras entidades de relevância estadual vinculadas ao turismo (MTur, 2007, p. 44).

A participação dos Fóruns e Conselhos Estaduais de Turismo no processo de gestão descentralizada é um ganho que não se observou no I PNT. Para o MTur, eles cumprem um papel fundamental na descentralização e operacionalização das políticas públicas de turismo e apresentam recomendações, constituindo um canal de interlocução entre o Governo Federal e os destinos turísticos.

O II PNT também se caracteriza por apresentar, em sua estrutura, um conjunto de macroprogramas que são desdobramentos temáticos dos objetivos e metas e que podem ser tratados de forma integrada, tendo sido escolhidos pelos seus “potenciais de contribuição para atingir os compromissos estabelecidos nas metas”, perfazendo um total de oito tópicos, um a mais que o PNT anterior, sendo definidos como:

1. Planejamento e Gestão;
2. Informação e Estudos Turísticos;
3. Logística de Transportes;
4. Regionalização do Turismo;
5. Fomento à Iniciativa Privada;
6. Infra-Estrutura Pública;
7. Qualificação dos Equipamentos e Serviços Turísticos; e,
8. Promoção e Apoio à Comercialização.

Para o Ministério do Turismo os macroprogramas previstos na Gestão descentralizada são constituídos por

um conjunto de Programas que se organizam, por temas afins e com as diversas atividades executivas da atuação ministerial e seus parceiros. Os Programas, por sua vez, se desdobram em diversas ações, que traduzem o seu detalhamento em projetos e atividades que propiciarão a realização das metas (MTur, 2008,p.10).

Se os macroprogramas se organizam em temas afins, pode-se afirmar que suas ações e decisões também são coordenadas pelas duas Secretarias que compõem o referido Ministério, conjuntamente com a EMBRATUR. Entretanto, na área de estudo, esses macroprogramas ainda não se efetivaram, estando longe de atingir seus objetivos para as propriedades rurais que integram o Circuito Turístico Serras de Minas; o que observamos, durante as visitas, é que elas funcionam com o que arrecadam das visitas ou de seus cultivos, sem essa ajuda do Estado.

Ainda tratando da Gestão Descentralizada, o II PNT está estruturado em quatro metas que visam apontar na direção de um crescimento sólido do turismo, como pode ser observado no quadro 1.

Quadro 1

METAS DO PLANO NACIONAL DE TURISMO – 2007-2010.

META I	Promover a realização de 217 milhões de viagens no mercado interno
META II	Criar 1,7 milhões de novos empregos e ocupações
META III	Estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional
META IV	Gerar 7,7 bilhões de dólares em divisas

Fonte: Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo -2007-2010. p. 46-55.

O organograma do II PNT nos parece muito bem elaborado e concebido para uma gestão democrática, com uma representação maior dos Fóruns/ Conselhos Estaduais de Turismo e das Câmaras Temáticas. O grande desafio de sua ação prática está na implantação de suas Metas, que aqui consideramos exageradas, em função do curto período de tempo a que esse plano é destinado e das reduzidas ações já realizadas para se atingirem essas metas, que provavelmente não serão atendidas.

Ao pensarmos a área de estudo, não vislumbramos como essa gestão pode, num curto período de tempo, contribuir para o desenvolvimento do turismo no espaço rural e do conjunto de lugares envolvidos, uma vez que ela não contempla, especificamente, esse tipo de turismo; caberá, então, às Câmaras Temáticas e aos Fóruns Estaduais propor uma política que contemple esse segmento, valorizando, sobretudo, os circuitos turísticos.

De acordo com o Ministério do Turismo (2007, p.15), seu Plano Nacional de Turismo – 2007-2010 segue um modelo de desenvolvimento implementado a partir de 2003, no país,

combinando o “desenvolvimento econômico com distribuição de renda e proporciona a inclusão de milhões de brasileiros e brasileiras no mercado de trabalho e na sociedade de consumo”. Observa-se, nas palavras do discurso oficial, que a perspectiva de inclusão desses cidadãos se dará, principalmente, pela forma consumista do turismo, ou seja, o consumismo é o ponto fundamental para o incremento do turismo.

Para a área de estudo, nesse modelo de planejamento apresentado pelo II PNT, a inclusão dessas pessoas está prevista para acontecer, mas está longe de se alcançada e efetivada. A perspectiva desse acontecimento, para breve, não parece ser possível. Segundo as pessoas que operam com o turismo, no local, e se organizam em função do circuito turístico, não se têm informações de que os recursos públicos destinados ao turismo tenham sido, efetivamente, implantados na região, seja melhorando estradas, capacitando profissionais em cursos e eventos ou mesmo criando um fundo de crédito aos proprietários envolvidos com o turismo.

Sabedores de que o turismo, por si só, não geraria o desenvolvimento esperado, os idealizadores do II PNT agregaram-no ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que visa a ações, metas e a um amplo conjunto de investimentos em infraestrutura, além das medidas de incentivo aos investimentos privados e busca pela melhoria na qualidade do gasto público, justificando que

as metas e os macroprogramas e programas do Plano Nacional de Turismo devem ser entendidos, nesse sentido, como parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal, tanto no que se refere à aprovação dos benefícios decorrentes daquele programa para o desenvolvimento turismo no País, quanto nos resultados que a atividade deve proporcionar para os próximos anos, alinhando a ação setorial com a proposta geral de gestão de governo (MTur, 2007, p.13).

Pode-se afirmar que o PAC é um projeto audacioso na Gestão Lula que, se for bem administrado, pode-se tornar um dos símbolos do atual Governo, uma vez que as suas ações, metas e programas visam, entre outros objetivos, gerar a melhoria, recuperação e até mesmo a construção de 42 mil quilômetros de estradas; 2.548 quilômetros de ferrovias; melhoria ou ampliação de 12 portos e 20 aeroportos, prevendo um total de R\$ 503,9 bilhões em investimentos para o quadriênio (MTur, 2007, p.16).

Segundo dados do MTur (2007, p.17), vale ressaltar que o PAC prevê investimentos, com recursos provenientes do Orçamento Geral da União (OGU), para promover interna e externamente, a imagem do Brasil, no valor de 983,54 milhões, além de R\$5,63 bilhões, exclusivamente, em infra-estrutura turística; e espera reunir 6,78 bilhões para os novos meios de hospedagem e mais R\$ 12,55 bilhões para novos empreendimentos, até 2010. Observa-se que as origens dos recursos para custear o I e o II PNT são diferentes: enquanto o primeiro veio do FAT, do FGTS e de incentivos fiscais, o segundo tem, como base, o Orçamento Geral da União.

Outro aspecto a ser tratado e que foi citado anteriormente, no PNT 2003-2007, é o Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil, que também se constituiu no referencial da base territorial do II PNT, sendo abordado como um dos itens do Macroprograma Regionalização do Turismo. Para o Ministério do Turismo (2007)

O programa assimila a noção de territórios como espaço e lugar de interação do homem com o ambiente, dando origem a diversas maneiras de se organizar e se relacionar com a natureza, com a cultura e com os recursos de que dispõe. Essa noção supõe formas de coordenação entre organizações sociais, agentes econômicos e representantes políticos, superando a visão estritamente setorial do desenvolvimento (MTur, 2007, p.67).

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a oferta turística adquire uma maior importância e também uma identidade, pois passa-se a valorizar a qualidade e originalidade da produção local, seja artesanal, industrial ou agropecuária, apta a agregar novos valores ao produto turístico como um todo. Para a área de estudo, essa perspectiva é benéfica, se realmente as ações do PNT forem implantadas na região, pois possibilitará não apenas o desenvolvimento econômico, mas sociocultural do local, ampliando as oportunidades de ganho.

Atualmente, segundo o Ministério do Turismo, a regionalização, no País, apresenta 200 regiões turísticas que contemplam 3.819 municípios em todas as Unidades da Federação. Desse universo, destacam-se 149 regiões que produziram 396 roteiros, perpassando 1.027 municípios.

Ainda no escopo desse macroprograma, integram-se os programas de apoio ao financiamento para o desenvolvimento regional, denominados PRODETUR e PROECOTUR. Esses, programas segundo o MTur (2007), visam a “assegurar o desenvolvimento turístico

sustentável e integrado; melhorar a qualidade de vida local; aumentar as receitas do setor e melhorar a capacidade de gestão da atividade turística”.

As vantagens do PRODETUR foram assim definidas por MTur (2007)⁷:

- i. As propostas são individuais e negociadas diretamente com o BID;
- ii. Maior agilidade no acesso aos recursos de financiamento;
- iii. Apoio técnico do Ministério do Turismo na preparação das propostas de financiamento internacional;
- iv. As ações regionais e nacionais ficarão a cargo do Ministério do Turismo;
- v. Redução dos custos inerentes à captação de financiamento internacional.

Esses pontos que o MTur chama de vantagens destinam-se, exclusivamente, à participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com mais de um milhão de habitantes, sendo, portanto, um programa destinado a atender uma demanda maior de recursos creditícios junto a um organismo financeiro internacional, não contemplando a área de estudo, pois sua dimensão populacional não contempla os requisitos solicitados.

O PRODETUR é dividido, regionalmente, em: PRODETUR Nordeste II, que dá continuidade ao PRODETUR NE I, do PNT 2003-2007, e abrange os estados do Nordeste brasileiro, Minas Gerais e Espírito Santo; o PRODETUR Sul, envolvendo os estados sulistas e Mato Grosso do Sul; o PRODETUR JK, que envolve seis estados da região Centro-Oeste, Sudeste e o Distrito Federal, e que se encontra em fase de implantação; e o PROECOTUR, envolvendo os nove estados da Região Norte, que também é denominado PRODETUR Norte.

Mais recentemente, o país possui uma nova legislação, na questão do planejamento turístico. Trata-se da Lei 11.771, sancionada em 17 de Setembro de 2008, pelo presidente Lula e denominada de Lei Geral do Turismo (LGT), que

dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei n. 6.505, de 13 de setembro de 1977, o Decreto-Lei n. 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivo da lei n. 8.181, de 28 de março de 1991: e dá outras providências (Brasil, 2008).

Estruturada em seis capítulos e quarenta e nove artigos, a LGT, em seu primeiro capítulo, Art. 2º, caracteriza o turismo como sendo “atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período

⁷ Conforme consta no site <http://www.turismo.gov.br/regionalizacao>. Acesso em 23 ago. 2009.

inferior a um ano”. Diretamente, a lei define o que é turismo e não estabelece um período mínimo para ser considerado como atividade de turismo ou de excursionismo, como divulga a Organização Mundial de Turismo, em sua definição de turismo.

Abordando a questão da Política, do Plano e do Sistema Nacional de Turismo, o capítulo II é dividido em três seções: a primeira trata dos princípios e objetivos da Política Nacional de Turismo, destacando que ela deverá obedecer “aos princípios constitucionais da livre iniciativa, da descentralização, da regionalização e do desenvolvimento econômico-social justo e sustentável; a seção II, do Plano Nacional de Turismo, justificando, que ao ser elaborado pelo Ministério do Turismo, deverá “ouvir os segmentos públicos e privados interessados”, garantindo o seu caráter participativo; e, por último, a seção III, que trata do Sistema Nacional de Turismo, sua organização, composição e objetivos.

O capítulo III está estruturado em uma única seção, que trata da questão da coordenação e integração de decisões e ações no plano federal. Nesse capítulo, o grande destaque dado pela lei foi o Art. 11, que aborda a criação do Comitê Interministerial de Facilitação Turística, até então inédito, que possibilita a formação de parcerias interdisciplinares.

Por sua vez, o capítulo IV diz respeito ao fomento à atividade turística que, em suas três seções, procura tratar da habilitação a linhas de crédito oficiais; do suporte financeiro às atividades turísticas e, mais especificamente, do Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR, que tem por objetivo “o financiamento, o apoio ou a participação financeira em planos, projetos, ações e empreendimentos reconhecidos pelo Ministério do Turismo”.

E, no capítulo V, abordam-se as obrigações dos prestadores de serviços turísticos. Suas três seções tratam: da prestação de serviços na seção I; da fiscalização, na seção II; e das infrações e penalidades, na seção III. Dentre os artigos que este capítulo aborda, há um (Art. 22º) que incentiva todos os prestadores de serviço turísticos a se cadastrarem no Ministério do Turismo, facilitando a “classificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos”.

O capítulo VI trata das disposições finais, com destaque para o Art. 44, justificando que o “Ministério do Turismo poderá delegar competência para o exercício de atividades e atribuições específicas estabelecidas nesta lei a órgãos e entidades da administração pública”.

Na prática, o pouco tempo de existência dessa lei ainda não permitiu os efeitos esperados pelo Governo, sendo ela pouco divulgada, no meio turístico e pouco estudada pelos meios acadêmicos e científicos. Entretanto, pode-se afirmar que Lei 11.771/08 veio disciplinar e orientar as questões envolvidas diretamente com os planejamentos das políticas públicas de turismo e, também, normatizar as ações dos prestadores de serviços turísticos.

Em sua curta existência, a referida lei também não surtiu seus reflexos na área de estudo, provavelmente por causa da existência de poucos prestadores de serviços junto ao Circuito Turístico Serras de Minas.

3.4 - AS AÇÕES DO ESTADO NO PLANEJAMENTO TURÍSTICO MINEIRO.

Continuando as análises das políticas públicas de turismo e após havermos detalhado as principais leis e planos, em nível nacional, analisaremos, a seguir, como esse conjunto de normas e ações se estruturaram em Minas Gerais considerado pela literatura consultada, como um estado de grande potencial turístico para, em seguida, compreender os seus reflexos na Microrregião de Viçosa.

Segundo Silva Sousa (2006), Minas Gerais é o estado brasileiro que detém o maior número de empreendimentos dirigidos para atividades turísticas no espaço rural, oferecendo um produto voltado para a tradição agropecuária, enriquecido pela arquitetura de suas antigas fazendas, igrejas e monumentos, por serras, cachoeiras e muitos outros atrativos que disponibilizam um grande número de opções (EMBRATUR, 2004).

A questão do planejamento do turismo, em Minas Gerais, é uma evolução histórica e cronológica das políticas públicas no estado que, mesmo sem um plano definido, já ocorriam por volta do século XVIII, sendo as primeiras manifestações do que seria a atividade turística, em Minas Gerais, as visitas aos balneários ou estâncias hidrotermais, com finalidades terapêuticas. (Anexo 3).

A presença das águas termais, em alguns municípios do Sul de Minas, foi um marco importante no processo de desenvolvimento do turismo, uma vez que estimulou o deslocamento de pessoas para essas localidades, resultando numa necessidade, por parte do poder público da época em dotar de infra-estrutura esses balneários. Cidades como Cambuquira, Caxambu, Lambari, São Lourenço, Poços de Caldas e Araxá passaram a receber investimentos em saneamento básico e na melhoria das termas, o que resultou, também, em mudanças significativas no modo de vida da população local.

Em 1909, o governo de Wenceslau Brás – futuro Presidente da República - cria uma linha de crédito com a finalidade de ser investida nas áreas turísticas. De acordo com Silva Junior (2004), essa linha de crédito não foi significativa, do ponto de vista de sua aplicabilidade pois a falta de fiscalização e controle do gasto público dificultou um efeito significativo para o setor.

A década de vinte marca o apogeu do que podemos chamar de termalismo mineiro; nesse período, passaram pela presidência de Minas figuras históricas, como Arthur Bernardes, Raul Soares, Olegário Maciel e outros, mas em nenhuma dessas gestões ocorreu, de fato, um planejamento para atender a demanda turística na região do Circuito das Águas, sendo que Poços de Caldas se transformou na principal estância hidromineral do estado e do país.

É no governo de Benedito Valadares, já década de 1940, que nasce a primeira citação oficial sobre o turismo, em Minas Gerais, com a criação da Divisão de Divulgação do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, responsável pelas atividades de propaganda, publicidade e turismo (SILVA JUNIOR, 2004).

De acordo estão Bolson, Pires; Bahia (2005) ao afirmarem que

as primeiras políticas públicas do turismo em Minas Gerais estiveram relacionadas diretamente com o desenvolvimento das “cidades das águas” e, posteriormente, com as “cidades históricas” (BOLSON, PIRES; BAHIA, 2005, p. 06).

Mesmo considerando que as primeiras políticas públicas para o setor turístico estivessem diretamente relacionadas com o Circuito das Águas, e que houvesse uma preocupação, por parte do Governo Estadual, em melhorar a infra-estrutura dessas cidades, a concepção plena de PPT ainda não são evidentes, sendo, na verdade, tentativas isoladas de planejamento.

Já Muinhos (1991) justifica que, em termos estaduais, Minas Gerais foi o primeiro estado brasileiro que se dispôs a elaborar um plano de ação para o seu poder executivo, o que ocorre no Governo Milton Campos (1946-1950), com o denominado Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, de 1947.

Esse plano também é apontado, por Silva Junior (2004) como um dos três marcos fundamentais da trajetória do planejamento em Minas, que são:

- a) o Plano de Recuperação e Fomento da Produção, de 1947;
- b) a criação do BDMG, em 1960; e
- c) a formulação do Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social – PMDES, de 1971.

O primeiro marco, denominado Plano de Recuperação e Fomento da Produção, é a primeira experiência mineira na questão do planejamento e teve, como finalidade, promover a industrialização do estado, tirando-o do atraso econômico em que se encontrava, frente ao Rio

de Janeiro e a São Paulo. O segundo marco, idealizado com a criação do BDMG, serviu de suporte institucional ao planejamento estatal, tendo sido elaborado um diagnóstico da realidade mineira e, posteriormente, apontando-se as intervenções necessárias ao desenvolvimento econômico. O terceiro e último marco iniciou-se com uma profunda reforma administrativa, resultando num plano mais abrangente e global, que enfocava outras categorias macroeconômicas e o desempenho de outros setores econômicos, e foi idealizado no governo de Rondon Pacheco (1971-1975).

Após o I Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social, outros planos foram criados, nos governos seguintes, com a intenção de planejar o desenvolvimento econômico do estado, ainda que boa parte deles não abordassem, diretamente, o turismo como fator econômico importante para o desenvolvimento do estado. Opinião contrária tem Bolson, Pires e Bahia (2005), que afirmam que o I PMDES, de 1971 “teve um capítulo destinado à atividade turística”.

O II PMDES foi elaborado no governo de Aureliano Chaves (1975-1978), criando uma série de planos e programas de desenvolvimentos regionais integrados, visando solucionar problemas específicos do estado. No governo seguinte, de Francelino Pereira (1979-1983), cria-se o III PMDES, com destaque para a introdução da estratégia de participação comunitária na implantação de planos de desenvolvimento regionais, posteriormente denominados “planejamento participativo”.

Analizando os três primeiros planos, Muinhos (1991) justifica que

em termos de estrutura interna, podemos distinguir características comuns aos três planos estudados. Nos dois primeiros, a divisão em três partes (diagnóstico, objetivos e políticas/programas) é bem nítida. Tem-se uma primeira parte que retrata a situação do Estado no momento. O I Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (I PMDES), em sua avaliação econômica, é praticamente uma continuação do Diagnóstico da Economia Mineira, aproveitando as conclusões e o discurso pessimista. O II PMDES faz uma análise crítica da implementação do plano anterior, analisando o comportamento da economia do Estado nos quatro primeiros anos da década. Já no III PMDES, o diagnóstico é referente a toda a década. Caracterizando o acentuado desenvolvimento econômico, o início do processo de reversão do crescimento e a falta de desenvolvimento social, que gera as denominadas três concentrações indesejadas: da renda, (da população e do produto) e das receitas tributárias. (Moinhos, 1991, p.52)

Continuando sua análise, o referido autor argumenta ainda que

os três planos, em sua segunda parte trazem, em linhas gerais, os objetivos propostos no período de vigência de cada um. Nos dois primeiros, há uma clara divisão entre os objetivos de interesse nacional, que se enquadrariam nos esforços do Governo Federal, e os de interesse regional e estadual. São feitas projeções quantitativas para as principais variáveis macroeconômicas em termos agregados e setoriais. O III PMDES apresenta-se bem menos ambicioso e reflete uma grande mudança na maior ênfase aos problemas sociais, como a marginalidade urbana, a pobreza rural, a concentração regional da produção, apresentando um novo enfoque ao esforço de planejamento. Em termos de políticas e programas setoriais, os planos traçam as propostas e investimento tanto do setor público quanto do privado em um grande número de subsetores, postos de uma maneira muito desagregada, onde, principalmente nos dois primeiros, não se ressalta nenhuma prioridade, pois há previsão de investimentos em praticamente toda a economia e também em educação, saúde, saneamento, habitação, cultura, justiça, trânsito, ação social, menor carente e outras áreas (Moinhos, 1991, p.52-53).

Vale ressaltar que, durante o II PMDES, foi elaborado o Programa Mineiro de Turismo – PROMITUR (1977-1978), tendo sido criada a Agência de Desenvolvimento Turístico de Minas Gerais – ADETUR/MG, para implementar o referido plano, sem que, no entanto, houvesse qualquer êxito.

Avançando na história, surge o IV Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social – IV PMDES, no governo de Tancredo Neves (1983/1984), que, apesar do curto período de tempo em que ficou no cargo de governador, criou, com esse plano, novas atribuições e secretarias, promovendo também importantes medidas, que dispunham sobre a estrutura orgânica, finalidade e competência dos órgãos de planejamento, no estado; entre elas, a Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo (SELT), com a finalidade de propiciar uma maior visibilidade e institucionalidade ao turismo, em Minas Gerais (SILVA JUNIOR, 2004). No governo seguinte de Newton Cardoso (1987-1991), não seria criado nenhum outro plano, mas apenas ações pontuais em determinadas áreas.

Com a outorgação da Constituição Estadual de 1989 vem a obrigatoriedade, por parte do governo estadual, da construção do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) e o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG). O primeiro governo a adotar essa medida é o de Hélio Garcia (1992-1995), que cria o I PPAG, elaborado de acordo com os princípios constitucionais e estruturado para atuar em três linhas básicas de ação: programas propostos pelo Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), por ações setoriais e

por ações permanentes do Governo, que de maneira geral não se referem, especificamente, às políticas públicas de turismo.

Somente em 1994 é definida uma política estadual de turismo por intermédio do Plano Integrado para o Desenvolvimento do Turismo em Minas Gerais - PLANITUR/MG, do Conselho Estadual de Turismo – CET, e do Fundo de Assistência ao Turismo - FASTUR.

Segundo Silva Junior (2004), o Planitur/MG,

para cuja formulação concorreram 17 órgãos públicos, sendo sua execução submetida a 23 órgãos e entidades da administração pública estadual coordenados pela Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo, por meio da TURMINAS, estabelece as diretrizes da administração pública estadual e passa a regular o turismo em Minas Gerais (SILVA JUNIOR, 2004, p.47).

Entre 1995 e 1998, o governo de Eduardo Azeredo também cria o seu PMDI e o PPAG que, na verdade, foi mais um plano de ações e metas para vigência durante o seu governo, fixando seis prioridades: educação, indústria, infra-estrutura, irrigação, saúde e transporte. Nessa gestão, o turismo não era uma prioridade.

No governo de Itamar Franco (1999-2002), Silva Junior (2004) aponta que o PMDI foi elaborado e concluído, mas nunca aprovado pela Assembléia Legislativa Estadual, justificando que o planejamento estadual foi deixado de lado. Entretanto, ao final desse mandato, é apresentado o II Diagnóstico da Economia Mineira, um diagnóstico setorial e regional sobre Minas Gerais.

De acordo com Bolsón, Pires e Bahia (2005), é nesse governo que ocorre, em 1999, a criação da Secretaria de Turismo – SETUR, englobando a TURMINAS, e também a criação do Programa Estrada Real. É nesse período, também, que se registram as primeiras visitas públicas, com finalidades turísticas, em algumas propriedades rurais da cidade de Araponga, Microrregião de Viçosa.

A administração seguinte, de Aécio Neves (2003-2007), reeleito para o período de 2007-2010, marca uma nova fase para as Políticas Públicas de Turismo. Em 2003, sua política institucionalizou os Circuitos Turísticos Mineiros, por meio do Decreto-Lei 43.321, elegendo-os como uma das três prioridades do seu governo e, em 2008, estabelece normas relativas ao “Certificado de Reconhecimento” dos Circuitos Turísticos do Estado de Minas Gerais.

Segundo Bolsón, Pires e Bahia (2005), a partir da criação da SETUR o setor do turismo teve um avanço com a

construção de uma política pública de turismo baseada na descentralização e regionalização, com a participação ativa da sociedade para definição das prioridades necessárias para o desenvolvimento do turismo (BOLSON; PIRES; BAHIA 2005).

Tal fato, na verdade, vem ao encontro do que já estava previsto na Legislação Federal, no I PNT, visto anteriormente, que estabelecia a regionalização do turismo nacional, e que foi aos poucos sendo implementado pela Secretaria de Estado do Turismo em Minas Gerais - SETUR.

A política para o turismo, do governo de Aécio Neves, tem-se voltado para a regionalização do turismo, conforme estabelece o II PNT do Governo Lula. Para tanto, a SETUR vem implementando alguns projetos e programas com essa finalidade, tais como: o Programa Circuitos Turísticos, o Projeto Estruturador Destinos Turísticos Estratégicos, o Programa Estrada Real e outros como o Prodetur, Programa Decola Minas, Projeto Minas de Ouro, Projeto Minas Para os Mineiros e o Projeto Destinos Indutores.

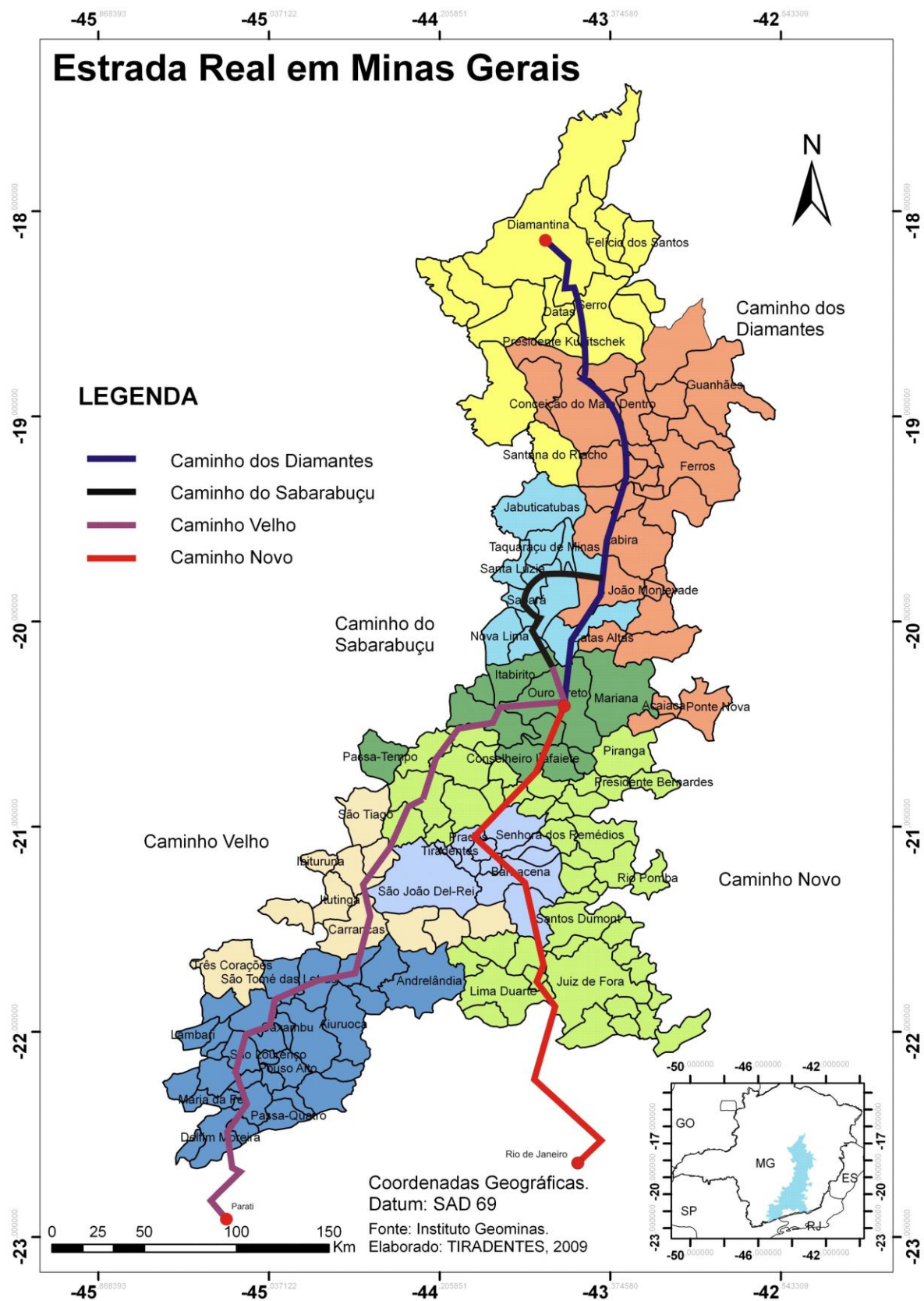
Dentre os vários programas e projetos apresentados pela SETUR⁸, três se destacam e são mais valorizados pela mídia e pela academia, a saber:

a) o **Programa Estrada Real**, que é uma rota turística (Mapa 01) envolvendo 198 municípios, sendo 168 de Minas Gerais e 30 do Rio de Janeiro, sendo apontado como o maior programa de desenvolvimento turístico em execução e considerado como um marco para o desenvolvimento turístico nacional, por implantar um modelo de gestão compartilhada com a parceria privada, cujo objetivo

é desenvolver a grande rota - a Estrada Real, por meio da estruturação e da promoção turística. Na estruturação destacam-se as ações de saneamento básico, capacitação e qualificação profissional, pesquisa de demanda, implantação de telefonia rural e sinalização turística rodoviária, além da promoção com a participação em feiras e eventos no Brasil e exterior (MINAS GERAIS, 2009).

⁸ Para maiores informações sobre os programas da SETUR consulte: <http://www.turismo.mg.gov.br/>.

Mapa 01



O projeto Estrada Real tem por intuito promover e desenvolver os municípios mineiros que estão na sua área de influência, visando recuperar e aproveitar o “potencial local, de modo a formatar um produto turístico de destaque no cenário nacional e internacional”, pois a região apresenta um grande potencial que permite o desenvolvimento de variadas modalidades turísticas, como: cultural, de saúde, de negócios, ecoturismo, esportivo, esotérico, gastronômico, histórico, religioso e rural.

Segundo informações da própria SETUR, em 2006, estima-se que 1,7 milhões de turistas percorreram a Estrada Real; e o Governo de Minas investiu no projeto, somente em 2008, cerca de R\$ 6,5 milhões, prevendo-se para o ano de 2009, ações como a estruturação de destinos turísticos, a capacitação de policiamento militar e a criação do Grupo Especializado em Policiamento Turístico – GEPTUR - para atuação em Ouro Preto.

Apesar da proximidade geográfica da Estrada Real - que inclui, por exemplo, o município de Ouro Preto - com a Microrregião de Viçosa, a referida microrregião não está incluída nesse projeto. Provavelmente sua inclusão poderia trazer mais recursos para os municípios da área de estudo. Vale ressaltar que não é objeto de estudo desta tese aprofundar sobre o programa Estrada Real que, por si só, já é objeto de estudo de outros pesquisadores.

b) O **Projeto Estruturador Destinos Turísticos Estratégicos**, também sob os auspícios da SETUR, idealizado com a finalidade de mobilizar, qualificar e sensibilizar os agentes públicos e privados para preparar e promover os produtos turísticos de Minas Gerais, de forma a contribuir na divulgação do produto mineiro junto aos mercados nacional e internacional.

De acordo com a SETUR (2009), o objetivo desse projeto é fomentar o turismo no estado, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico de Minas Gerais, transformando-o, no melhor e mais visitado destino turístico do país. Suas principais ações são:

- 1 – Implantação do Espaço Minas Gerais em São Paulo;
- 2 – Estruturação Turística da Estrada Real;
- 3 – Desenvolvimento do Lago Turístico de Furnas;
- 4 – Desenvolvimento e promoção dos Destinos Estratégicos;
- 5 – Turismo de Negócios;
- 6 – Criação e implementação de um Sistema de Banco de Dados;
- 7 – Sinalização turística e rodoviária;
- 8 - promoção e comercialização dos Destinos Turísticos Estratégicos, no exterior.

Entre as ações apresentadas, destaca-se a questão da implantação de um Banco de Dados que possa abrigar todas as informações, a história e as estatísticas oficiais para o turismo, em Minas Gerais. Na concepção da SETUR (2009), a

formatação e a implantação de um Sistema de Informações Turísticas é um projeto prioritário da Setur-MG e visa suprir uma grande carência de dados que possam permitir, com maior racionalidade e adequação quantitativa, todo o processo de planejamento do setor, seja da área pública ou das entidades do setor privado que atuam na liderança dos diversos segmentos do turismo mineiro. Dados relativos ao fluxo de turistas estrangeiros e domésticos, características de sua composição, motivação de viagem, duração da permanência, gastos, meios de transporte e hospedagem, principais destinos demandados e uma avaliação da cadeia econômica de serviços são essenciais ao processo de planejamento global e ainda mais para o desenvolvimento e implementação de projetos especiais ou setoriais (SETUR, 2009)⁹.

Como se pode observar, a aquisição desse Sistema de Informações Turísticas agilizaria não apenas a dinamização do processo, mas também todo um conjunto de fatores ligados diretamente ao turismo, contribuindo também para que as políticas públicas pudessem ser orientadas por esse banco de dados. Sua criação e implementação devem ser voltadas para coletas de dados, como um suporte capaz de permitir análises e proporcionar um planejamento que possa contribuir e melhorar as atividades turísticas, em todos os níveis.

c) O **Programa Circuitos Turísticos** caracteriza uma política pública de regionalização do turismo de Minas Gerais e foi implantado em 2003, por meio do Decreto de Lei nº 43.321, com a finalidade de agregar um conjunto de municípios com afinidades geográficas, culturais, sociais e econômicas, para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, consolidando uma identidade regional (SETUR, 2009), contanto, atualmente com 42 Associações de Circuitos Turísticos certificados, abarcando todas as Macrorregiões do Estado e seus 853 municípios.

Vale ressaltar que as políticas públicas, até aqui apresentadas, não foram construídas, especificamente, para a nossa área de estudo, que é a Microrregião de Viçosa, até porque somente em 2006 a EMBRATUR passou a classificar, especificamente cidade de Viçosa como prioritária para o turismo.

⁹ Disponível em <<http://www.turismo.mg.gov.br/programas/projeto-estruturador/707-criacao-e-implementacao-de-um-sistema-de-banco-de-dados>>

Para a cidade de Viçosa ser considerada cidade prioritária para o desenvolvimento turístico, significa contar com o apoio da EMBRATUR para desenvolver projetos turísticos locais, além de ver abertas novas perspectivas, no que diz respeito à obtenção de recursos e de novas linhas de financiamento para promoção do turismo local. Porém, essas possibilidades ainda não foram disponibilizadas, o que demonstra a falta de articulação local para obter esses recursos junto ao Governo Federal.

Ao se tornar uma cidade turística, Viçosa, aos poucos, vem aglutinando outros centros urbanos sob sua influência. A essa aglutinação, podemos denominar de “hierarquização turística”, e ela tem representado, nos últimos anos, uma possibilidade de desenvolvimento dos outros núcleos urbanos que constituem o Circuito Turístico Serra de Minas que, em maioria, possuem apenas um único atrativo turístico local.

As políticas públicas até aqui apresentadas, principalmente as relacionadas ao Governo de Minas Gerais, representam apenas oportunidades de expansão do setor turístico na área de estudo, caracterizando-se como ferramentas básicas para a implantação desse turismo.

De acordo com a SETUR (2003), a política pública de turismo de Minas Gerais, é “...baseada na descentralização e regionalização, com a participação ativa da sociedade para definição das prioridades necessárias, para o desenvolvimento do turismo”; para que isso, acontecesse, o governo induziu e estimulou comunidades localizadas em determinados espaços geográficos a se envolverem, ativamente, na formação de circuitos turísticos.

Esse discurso do Estado, de descentralização de sua política pública para o setor, enquanto gestor desse processo, se caracteriza sobretudo, como uma situação nova, onde o próprio estado admite que o poder público que ele constitui, não é mais capaz de assumir, por si mesmo, responsabilidades que historicamente concentrava em suas mãos.

Efetivamente, a Microrregião de Viçosa, surge, como local gerador de turismo no espaço rural, com a implantação do CTSM, em 2005, numa clara demonstração da atual política pública de turismo promovida pelo Governo de Minas que, com a criação dos circuitos turísticos, tem propiciado esse desenvolvimento, ainda que em passos lentos.

No presente capítulo, procuramos apresentar as principais políticas públicas de turismo, no Brasil e em Minas Gerais e, conseqüentemente, na Microrregião de Viçosa, dentro de um processo histórico, caracterizando o papel do Estado, como gestor dessa política pública para o turismo, identificando suas ações e realizações, frente à área de estudo, demonstrando como sua evolução histórica contribuiu para que a microrregião se tornasse um circuito turístico.

Ao longo da trajetória temporal das políticas públicas de turismo no Brasil e, consequentemente, em Minas Gerais, percebe-se uma nítida ruptura, em duas fases evolutivas. A primeira abarca desde o aparecimento do turismo no país e vai até o ano de 1991, com a Lei n. 8.181, quando se tem, pela primeira vez, um plano legítimo de política pública; e a segunda, a partir dessa data até os dias de hoje, apesar de que a maioria dos autores, conforme foi demonstrado anteriormente, divide essas políticas em três períodos distintos.

Partindo do princípio de que toda política pública pode ser compreendida como as ações realizadas pelo Estado direcionadas a acolher o interesse de um setor específico da sociedade, por meio da implantação de projetos, programas e ações, as políticas públicas recentes assumiram, ainda que pela força da Lei, uma função de regionalização do turismo, visando garantir o desenvolvimento local e das propriedades rurais, ainda que isso não ocorra em sua plenitude.

Entretanto, durante a realização das entrevistas e de observação dos trabalhos de campo, junto aos proprietários rurais da Microrregião de Viçosa, questionou-se qual era a participação do Estado ou de suas políticas públicas para a atividade turística e como viam essa participação. Visando elucidar essas respostas, resgatamos, do capítulo quarto, as respostas dos proprietários rurais sobre suas concepções em relação à ação do Estado, na gerência das políticas públicas, e suas consequências sobre suas propriedades.

Foi identificado que houve uma significativa concordância, por parte dos proprietários rurais envolvidos com o turismo no espaço rural. Em um universo de sete proprietários entrevistados, cinco argumentaram que não percebem essa ação do Estado, a não ser em áreas da Saúde e da Educação apontando as mais diversas respostas, a saber:

- a) alegaram que não recebem ajuda ou apoio do governo, diretamente ou mesmo de instituições estatais, e que não há ações governamentais precisas, em termos de apoio;
- b) justificaram que o Estado não contribui para o desenvolvimento local, faltando um programa que realmente fortaleça o setor;
- c) apontaram também, que ocorre uma falta total de preocupação com o turismo local;
- d) não identificaram como o Estado vem contribuindo para o turismo local; e
- e) desconhecem essa política do estado.

Ao identificar essas considerações, por parte dos proprietários, remetemos a uma questão fundamental, que é sobre o papel que esse estado vem realizando junto aos proprietários rurais envolvidos no turismo do espaço rural. Com essas respostas, acreditamos que os entrevistados fazem uma leitura parcial do Estado, vislumbrando-o como um órgão

que deveria subsidiar toda a cadeia produtiva do setor turístico justificando que dessa forma seus investimentos estariam garantidos.

Dois proprietários ainda se queixaram de que as políticas dos órgãos públicos municipais também não têm dado o suporte necessário, sendo o próprio Estado “influenciado pelo conjunto das coisas”, voltando-se para um Marketing ambiental e social, esquecendo o natural. Restando a esses proprietários a expectativa de uma política que realmente atenda aos seus interesses e necessidades.

Os proprietários rurais restantes percebem que as ações do Estado não ocorrem de forma direta, mas sim por intermédio de outros órgãos ou instituições, como o SEBRAE, IEF, ou mesmo na previsão de parceria com uma agência de divulgação de Viçosa; Um dos proprietários justificou que, na sua percepção, quando ocorre a participação do Estado ou de suas políticas públicas, elas acontecem por meio do Circuito Turístico Serra de Minas (CTSM). Algumas foram direcionadas na melhoria da infra-estrutura de acesso, agora voltada para a questão do fluxo, melhorando as estradas, ou possibilitando a finalização do asfaltamento da rodovia estadual (MG-482).

Isso representa uma maior consciência por parte desse proprietário, que visualiza não apenas o Estado como único gestor desse turismo, mas uma junção de órgãos públicos, que podem e devem criar as condições necessárias para o desenvolvimento socioeconômico da Microrregião de Viçosa.

No caso da área em estudo, a atividade turística apresenta um enfoque ambiental, onde o principal produto turístico é a natureza, característica de uma região serrana, com resquícios de mata atlântica, com ares bucólicos, centrada, entretanto, numa sociedade ainda enraizada territorialmente, que tenta utilizar o turismo como uma panacéia para os males de uma região estagnada, mas que acredita no potencial do lugar. Para obter o desenvolvimento local esperado, uma questão é de vital importância: planejamento.

Um planejamento turístico nada mais é do que definir ações e estratégias que articulem as vontades e necessidades de todos os envolvidos no processo, nos diferentes níveis de sua composição – federal, estadual, local - objetivando um ou vários benefícios para a região ou lugar. Para a área de estudo esse planejamento ainda é precário, mas vem ganhando força, na medida em que o próprio circuito turístico busca criar as condições reais para que esse planejamento realmente ocorra, como, por exemplo, prestando assessoria, capacitando por meio de cursos, buscando parcerias com outras instituições, etc.

De acordo com Oliveira; Kraisch (2006), para se obter maior compreensão do planejamento turístico, é preciso entender o processo de evolução que este vem sofrendo, ao

longo dos anos, e as metamorfoses que ocorrem no local, como por exemplo, as adequações às normas e leis para receber turistas, a reestruturação física da propriedade e outras. Nesse sentido, o planejamento turístico não pode ser uma coisa imutável, mas passível de mudanças, em conformidade com as necessidades e com a realidade de cada local, sendo, portanto, um processo que deve satisfazer as necessidades de crescimento social e econômico da comunidade que o recebe.

Para a área de estudo, esse planejamento turístico, que resultará em transformações locais, também se faz necessário, pois o crescimento socioeconômico desse lugar irá acontecer, com maior ou menor intensidade, num período de tempo ainda difícil de calcular, mas que chegará. Isso nos leva a refletir que esse desenvolvimento do turismo, na Microrregião de Viçosa, representa a possibilidade de transformação, não apenas da paisagem, mas também das pessoas e de seu modo vida, agregando-os, cada vez mais, a um costume cultural urbanizado.

O planejamento turístico ocorre em diferentes níveis, e em função desses níveis pode ser entendido como um planejamento local ou até mesmo como o conjunto de políticas públicas para o turismo, que envolve todo o território nacional - é o caso da atual política nacional de turismo, denominada II Plano Nacional de Turismo (2007-2010) - e que serve de base para os níveis hierárquicos menores. Especificamente para a região de estudo, o planejamento também ocorre, localmente, por meio das propostas anuais de ações idealizadas pelo CTSM, que estabelece as metas e objetivos para o período, sempre pautado pelo conjunto de normas e leis da SETUR e do II PNT.

Nas palavras de Oliveira; Kraisch (2006)

é relevante o número de propriedades rurais que estão incorporando atividades turísticas em suas rotinas. Ao contribuir para o desenvolvimento do meio rural e proporcionar novas opções de lazer, o segmento de turismo rural insere-se no contexto do PNT 2003-2007 na medida em que contribui para diversificar a oferta turística: aumentar os postos de trabalho e da renda no meio rural, valorizar a pluralidade e as diferenças regionais; consolidar produtos, de qualidade e interiorizar a atividade turística (Oliveira; Kraisch, 2006, p.06).

Para o Ministério do Turismo, o segmento do turismo rural ganha corpo e forma nas estratégias das políticas públicas nacionais, mesmo que não contemplado, diretamente pelo

atual plano de política pública do Governo Federal. Numa escala mais ampla, o próprio Ministério aponta uma evolução do setor apoiada na

proposta de gestão descentralizada do Plano Nacional de Turismo que vem fomentando a consolidação de uma rede de entidades e instituições, em todo o território nacional, envolvendo o poder público nas três esferas de governo, a iniciativa privada e o terceiro setor. Esse universo de agentes relacionados ao turismo tem promovido a realização de diversos fóruns de discussão e deliberação sobre a Política Nacional do Turismo e seus desdobramentos, nas diferentes escalas territoriais do País (MTur, 2007b, p.21).

O avanço apregoado pelo próprio Ministério é resultado de intensas campanhas veiculadas nos meios de comunicação em geral; de uma maior participação do conjunto do *trade*; da estabilidade econômica alcançada pelo país, entre outros motivos que desenharam um cenário mais positivo para a expansão do turismo pelo território nacional.

No entanto, esse avanço apregoado pelo Ministério do Turismo ainda não tem chegado de forma concreta até a área de estudo; as maciças campanhas que o Governo tem feito nos meios de comunicação não surtiram o efeito esperado na microrregião, provavelmente porque as próprias campanhas têm como destinos turísticos, locais que valorizam principalmente o turismo de sol e mar, pouco ou nada se referindo ao turismo no espaço rural, o que caracteriza uma contradição dentro da própria política pública para o turismo, que valoriza um determinado segmento turístico em detrimento de outros.

Quanto ao segmento específico do Turismo no Espaço Rural (TER), o II PNT não o contempla diretamente. Entretanto, observa-se que dois documentos funcionam como suporte básico para qualquer política estadual e municipal de turismo: o primeiro é denominado “Turismo Rural: orientações básicas” e foi editado em 2008. O segundo, “Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Introdução à Regionalização do Turismo”, editado em 2007, também pelo Ministério de Turismo, por meio da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. O que não significa que ele venha sendo efetivamente acompanhado e implantado na região, seja pela SETUR ou pelo Circuito Turístico Serras de Minas.

O documento “Turismo Rural: orientações básicas”, traz, no seu interior, uma definição oficial sobre o que se entende por TER, afirmando que são

todas as atividades praticadas no meio não urbano, que consiste de atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: Turismo Rural, Turismo Ecológico ou Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Negócios, Turismo de Saúde, Turismo Cultural, Turismo Esportivo, atividades estas que se complementam ou não (MTur, 2008, p.18).

Também elabora uma definição mais precisa sobre o Turismo Rural na Agricultura Familiar, como sendo

a atividade turística que ocorre no âmbito da unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos (MTur, 2008, p.21).

O lançamento dessa “cartilha”, de certo modo, colabora para nortear a questão da falta de uma definição mais ponderada sobre o conceito de TER, que durante anos foi debatido e discutido no meio acadêmico. Espera-se que, a partir dessa definição oficial, as propriedades rurais possam, finalmente, iniciar a discussão sobre a melhor forma de planejamento, criando subsídios para outras questões ligadas ao turismo no espaço rural.

O outro documento, o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, é fruto do Plano Nacional do Turismo 2003-2007: Macroprograma 4 – Estruturação e Diversificação da Oferta Turística, e tem como proposta desenvolver as atividades turísticas de forma microrregional, com ênfase no planejamento coordenado e participativo, adotando o conceito de região turística como referência espacial e apresentando os passos para que os municípios das regiões turísticas brasileiras se organizem com base nos princípios da sustentabilidade ambiental, econômica, sociocultural e político-institucional (MTur, 2007b).

Vale ressaltar que esse documento foi criado durante o primeiro Governo Lula e faz parte do I PNT, tendo como princípio norteador a regionalização do espaço turístico brasileiro, sendo bastante usado na elaboração das políticas públicas estaduais e locais, não tendo sido substituído por outro programa com a idealização do II PNT, o que se pode afirmar que ainda serve de consulta e referência.

Em resumo, para o Ministério do Turismo (2007b),

a regionalização do turismo, portanto, é um modelo de gestão de política pública, descentralizada, coordenada e integrada, com base nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões (MTur, 2007b, p.25).

É com base nos antecessores desses dois projetos que o Governo de Minas Gerais, também se fundamentou para idealizar suas políticas públicas de Turismo, pois, se no plano anterior o modelo turístico foi baseado no fortalecimento do município de forma individual, por meio do PNMT, agora a regionalização se consolidou por intermédio dos denominados Circuitos Turísticos, que são, na verdade, uma extensão estadual da política nacional de regionalização do turismo, contando com a participação do setor privado. Ocorre pela aglutinação de vários municípios com interesses em comum, como pode ser identificado em todos os circuitos, inclusive na área de estudo.

As ações oficiais, no turismo, são caminhos que ainda estão sendo construídos na área de estudo, pois a constituição do CTSM é muito recente, quando comparado com outras regiões que são, tradicionalmente, turísticas. Mas uma pergunta foi levantada, após termos apresentado e analisado os avanços e recuos das políticas públicas de turismo, no território brasileiro: como essas políticas de turismo chegam aos proprietários rurais da Microrregião de Viçosa que abriram as portas de suas propriedades para essa atividade?

A resposta a essa indagação só é possível quando se analisam os procedimentos e métodos que o Governo, em todas as esferas, possibilita, por meio de suas políticas públicas para o setor. Nesse ponto de vista, durante muito tempo, praticamente desde a totalidade da existência deste nosso país, essa política específica esteve ausente ou se furtou do processo, vindo a ser estabelecida somente após 1999, com a criação do PNMT, seguido depois pelos PNT's; pois é essa data um marco divisor importante nas formas como o turismo foi tratado pelos órgãos públicos.

Pode-se afirmar que, entre o que é divulgado pelos órgãos públicos do turismo e o que realmente chega até o proprietário, há uma enorme distância, não havendo avanços que realmente sejam significativos, a ponto de alavancar não apenas a propriedade rural como um todo mas, também, que sejam capazes de provocar e contribuir para o desenvolvimento local, em todos os níveis.

Para a maioria dos proprietários entrevistados, as políticas públicas para o setor turístico ainda não surtiram o efeito que a maioria deles necessita e precisa, como por exemplo a divulgação de seus estabelecimentos, a efetivação do circuito turístico, melhorias

dos acessos a esses locais, entre outros. Existem portanto, desencontros, que são a diferença entre o que pregam e regem as atuais políticas públicas para o turismo, no espaço rural, e o que realmente necessitam os proprietários rurais envolvidos com esse turismo.

Analisando as políticas públicas de turismo até aqui apresentadas, o que se verificou, ao longo de sua história, tanto em nível federal como estadual, é que houve momentos em que não existiu qualquer tematização sobre o assunto, e que somente com a Constituição Federal de 1988 é que se iniciam as fases do planejamento para o setor turístico, com a responsabilidade e seriedade que o assunto exige.

Em resumo, as políticas públicas para o turismo não chegam até as pequenas propriedades rurais envolvidas com o turismo, não sendo ainda capazes de alavancar ou transformar o espaço vivido. O Estado contribuiu, inicialmente, para a criação dos circuitos e os incentivou, no início. Hoje, porém, não ocorrem mais esses incentivos, e sua contribuição para o turismo local é totalmente ineficiente, na prática. As políticas públicas, sejam elas em nível federal, estadual ou municipal, vêm ocorrendo de forma lenta e ainda tímida, pouco contribuindo com o desenvolvimento das propriedades rurais ou do turismo local.

Nossa proposta para esse turismo é, primeiramente, valorizar o lugar, que, antes de tudo, possui modo de vida, patrimônios naturais e culturais, questões religiosas e outros, que são únicos e que precisam ser levados em consideração; em seguida, buscar um maior empenho dos órgãos competentes em criar as condições mínimas de acesso a essas propriedades rurais, investindo nas melhorias desses fluxos; investir na criação de campanhas mercadológicas, que valorizem o rural; que os incentivem com a redução do ITR; e, que valorizem profissional e culturalmente os envolvidos nesse processo. Ao Circuito Turístico cabe a função de valorizar cada membro, por meio de ações concretas, no processo de visitação e na busca por parceria em todos os setores da sociedade civil. Um primeiro passo foi realizado pelo Estado, que é a certificação do circuito. Isto é um ponto positivo; entretanto, o caminho é tortuoso e tem-se uma longa estrada a percorrer.

Conforme citamos, a atual política pública de turismo prega a regionalização do turismo que, em Minas Gerais, ocorre por meio dos circuitos turísticos. Nesse sentido, o capítulo seguinte procura identificar se os usos e apropriações do circuito turístico influenciam no desenvolvimento do espaço rural da área de estudo, estimulando um consumo diversificado, na região.

**ALÉM DA PRÓPRIA CERCA: o circuito turístico como
forma do avanço da regionalização do turismo.**

*“Que a estrada se abra à sua frente.
Que o vento sopra levemente às suas costas.
Que o sol brilhe morno e suave em sua face.
Que a chuva caia de mansinho em seus campos.
E até que nos encontremos de novo,
que Deus o guarde na palma de sua mão...”*

*Prece irlandesa
para ser feita no caminho de
Santiago de Compostela*

4.1 – INTRODUÇÃO.

A atividade turística no espaço rural brasileiro teve sua expansão a partir da década de 1980 quando, no meio rural, surgiram necessidades de diversificação e complementação das atividades fomentadoras de renda, devido às crises econômicas e sociais, e, no meio urbano, tornou-se importante, ao homem moderno, resgatar um modo de vida mais rural, que hoje quase não existe mais, em razão, entre outras coisas, da urbanização desse espaço rural, sendo o turismo do espaço rural a oportunidade que a ela se apresenta.

A necessidade das pessoas residentes no espaço urbano de se reaproximarem de um passado que, na maioria das vezes, os remete à sua infância, ou a seus contatos familiares, caracterizando-se um saudosismo, impulsiona-os a uma busca a que podemos chamar de retomada pelo espaço rural, sendo este apropriado pelo turismo para justificar a turistificação do espaço rural.

Para Sirgado (2003), a atividade turística pode ser vista além da sua dimensão econômica. Ela deve agregar outras dimensões sócioambientais, podendo transformar-se em uma estratégia alternativa de um desenvolvimento mais sustentável, valorizando e preservando tradições e relações sociais, racionalizando o uso dos recursos naturais e, ainda, gerando renda e aproveitando as capacidades humanas locais.

O espaço pode ser considerado como a matéria prima do turismo e, sem subestimar os outros fatores, as condições geográficas desempenham um papel de primeiro plano, frequentemente essencial, nas atrações de um lugar turístico. As condições naturais, o patrimônio cultural e histórico, o potencial técnico e o ambiente econômico são os critérios que intervêm, sozinhos ou em combinação, nos diferentes tipos de localização turística (LOZATO, 1985).

Palco de muitos acontecimentos históricos que marcaram época na formação do Brasil, como a Revolta de Felipe dos Santos, em Vila Rica (1720), e a Inconfidência Mineira (1789), Minas Gerais destacou-se por suas origens históricas e suas características naturais, facilitando ao estado receber incursões pelo seu território, em busca de ouro e pedras preciosas, desde o século XVI.

Essa característica peculiar do estado contribuiu para a efetivação de sua capacidade para atrair as mais diferentes tipologias do turismo. Como observa Roque (2001) a diversificação turística que o estado de Minas Gerais apresenta, é favorecida principalmente pela sua beleza natural, pela sua localização geográfica e, também, pela proximidade dos grandes centros consumidores de turismo, no país.

Minas Gerais é o estado brasileiro que detém o maior número de empreendimentos voltados para atividades turísticas no espaço rural. Oferecendo um produto voltado para a tradição agropecuária, enriquecido pela arquitetura de suas antigas fazendas, igrejas e monumentos, serras, cachoeiras e muitos outros atrativos que disponibilizam um grande número de opções (ROQUE, 2001, p. 36).

Os vários empreendimentos turísticos, existentes nas mais diferentes microrregiões do estado, acabaram se agregando a associações representativas do turismo no espaço rural, como a AMETUR (Associação Mineira de Turismo Rural)¹⁰, a ASTRAL (Associação Sulmineira de Turismo Rural) e a ASSITUR (Associação Itabiritense de Turismo Rural), entre outras.

Dessas associações, com apoio empresarial local e respaldadas por uma política pública que valoriza a regionalização, surgem os circuitos turísticos, e entre eles o Circuito Turístico Serras de Minas, no qual a maioria das propriedades da área de estudo estão agregadas. Nesse sentido existe, entre o presente capítulo e o anterior, uma relação direta, pois eles se complementam, visto que o circuito turístico é fruto da atual política pública estadual, criada em 2003 e respaldada pelo II PNT.

Na Microrregião de Viçosa, o turismo no espaço rural também é recente; não possui uma data referencial, mas ganhou forças com a explosão de pesquepagues na região, no final dos anos noventa, do século XX, e com a transformação de uma antiga fazenda de café em hotel-fazenda, no município de Araponga, em 2001.

Visando compreender a dinâmica dos circuitos turísticos, no presente capítulo temos como finalidade conceituar, caracterizar e analisar os Circuitos Turísticos, criados a partir de 2003, em consonância as políticas públicas nacional e estadual de turismo, que propõem a regionalização do território turístico. Apresentamos também, a visão dos proprietários rurais da Microrregião de Viçosa, bem como suas estratégias para ampliar a renda, frente à regionalização, e a importância dessa atividade no processo de desenvolvimento socioeconômico local.

¹⁰ Fundada em 1996, a AMETUR, é uma associação de proprietários de hotéis-fazenda e pousadas com o objetivo de organizar empresarialmente, valorizar e desenvolver o potencial turístico que o meio rural oferece.

4.2 - CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DOS CIRCUITOS TURÍSTICOS.

Uma das iniciativas do atual governo de Minas Gerais é a política de incentivo à formação de circuitos turísticos regionais, que se constituem em um agrupamento de municípios com características turísticas semelhantes e que se localizam dentro de uma região geográfica limitada, podendo associar-se, ao circuito, o poder público, a iniciativa privada, as instituições de ensino e o terceiro setor, relacionados com a atividade turística.

Nesse sentido, Bolson (2004) afirma que os circuitos turísticos são formas de organização social, onde o papel da iniciativa privada é fundamental, embora necessite da participação efetiva do poder público, nas três esferas - municipal, estadual, e federal.

De acordo com o Decreto-Lei 43.321, assinado em 08 de maio de 2003, o Circuito Turístico é um conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas, que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, por meio da integração contínua dos municípios, consolidando uma atividade regional.

Para a área de estudo, a criação dos circuitos turísticos foi plenamente favorável, pois possibilitou, aos municípios da microrregião - todos interligados à cultura agrícola do café - de pequena extensão territorial, normalmente dependentes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e outros, oportunizarem a criação de um circuito que favorecesse o desenvolvimento regional da atividade turística, efetivando a inserção das propriedades rurais já envolvidas com o turismo no espaço rural.

Conforme os relatórios das atividades realizadas pela Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais (2003), os circuitos compreendem determinada área geográfica, caracterizada pela predominância de certos elementos da cultura, da história e da natureza, que são forte elemento de sedução para o viajante, além da identidade entre os municípios que se consorciam para complementar os atrativos e equipamentos turísticos, com o objetivo de ampliar o fluxo e a permanência dos turistas, com consequente geração de emprego e renda.

Para efetivar um circuito, a SETUR recomenda que, além das características semelhantes, os municípios devem estar localizados num raio de 100 km. Essa decisão de regionalizar e descentralizar a atividade turística, em Minas Gerais, é explicada pela grande extensão territorial do Estado, que é de 588,383,6 km², e por abrigar um número significativo de municípios - 853 no total - sendo que a maioria deles é de pequeno porte com uma população de aproximadamente 20.000 habitantes.

Para Bolson (2004), esse foi o modelo que permitia a integração dos diversos atrativos, equipamentos e serviços de uma região e, conseqüentemente, o aumento da taxa de permanência e a renda gerada pela atividade. A reorganização do espaço geográfico possibilitou construir uma política pública teoricamente mais democrática, permitindo a participação dos municípios menores, que não possuem infraestrutura turística, mas oferecem atrativos únicos que podem ser explorados, de forma ordenada e organizada, pelos membros do circuito.

Essa participação dos municípios é um fato, porém surgem as contradições desse processo, uma vez que, na regionalização, existe uma hierarquia urbana que acaba por influenciar na captação de recursos mais significativos para os municípios maiores ou que são sede desses circuitos, restando, para os demais membros, uma participação menor, em função de sua menor importância no contexto do referido circuito ou, mesmo, em função da quantidade do fluxo turístico ou dos atrativos oferecidos por cada membro. É o que ocorre na Microrregião de Viçosa, onde o município sede é melhor contemplado, quando da distribuição desses recursos.

Bolson (2004) aponta que os circuitos turísticos podem ser caracterizados da seguinte forma.

- Aspectos geográficos – Região geográfica limitada com características culturais, físicas e sociais que criam uma sensação de identidade regional;
- Aspectos multitemáticos – Os circuitos oferecem uma diversidade de atrativos, pois os municípios têm características distintas (rural, ecológico, saúde, eventos, religioso, negócios, cultura, gastronomia entre outros);
- Aspectos da oferta diversificada de infra-estrutura e serviços – possuem infra-estrutura turística variada e com diversas opções de preços. Os Centros Turísticos possuem equipamentos e serviços mais sofisticados, enquanto as Unidades Turísticas são mais rudimentares nesse quesito (hotéis, pousadas, albergues, restaurantes, postos de informação turística, sinalização turística, entre outros);
- Aspectos da demanda diversificada – Possuem demanda variada e atendem todas as classes sociais, de acordo com as características locais. A maioria dos turistas são domésticos e a localização estratégica do Estado cria condições favoráveis para visitação de pessoas de diversas partes do país (Bolson, 2004, p.06).

Na estruturação de um Circuito Turístico, faz-se necessário levar em consideração alguns fatores tais, como: a principal atividade econômica, fatos em comum na história dos envolvidos, características sócio-culturais, geográficas e geomorfológicas, ressaltando a identidade regional e tornando-a o chamariz do circuito turístico, pois, caso contrário, o risco de aglutinar municípios com características divergentes se torna conspícuo, o que pode levar a uma descaracterização do circuito.

Na Microrregião de Viçosa, o circuito turístico existente é denominado Circuito Turístico Serras de Minas, formado por municípios cuja característica principal é sua localização privilegiada, entre as elevações serranas do grupo Serra do Espinhaço e do grupo Serra da Mantiqueira, o que lhe confere no conjunto, um clima tropical de altitude, uma topografia bastante acidentada e uma economia dependente da cafeicultura, que contribuiu para essa aglutinação e também para a construção de sua identidade frente aos outros circuitos turísticos.

A própria SETUR (2003) aponta vantagens para os municípios formarem um Circuito Turístico, que podem ser:

- a) maximização dos esforços em promover o desenvolvimento turístico local;
- b) necessidade de se buscar recursos, objetivando a capacitação profissional do setor;
- c) elevação do fluxo e da permanência de turista no espaço turístico;
- d) maior probabilidade de preservação e/ou resgate dos patrimônios culturais e naturais;
- e) elevação da expectativa de melhoria da qualidade de vida nos municípios envolvidos;
- f) melhoria no atendimento ao turista.

De acordo com a SETUR (2003), são os circuitos que definem a denominação turística de cada região, de acordo com suas características naturais, econômicas ou culturais predominantes. Por exemplo: Circuito das Terras Altas da Mantiqueira, Circuito das Montanhas Cafeeiras de Minas, Circuito Trilha dos Inconfidentes e outros, cabendo aos associados do circuito legalizá-lo junto à SETUR.

A administração dos Circuitos é feita por uma entidade gestora (Associação, ONG, Agência de Desenvolvimento), sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, regida por um estatuto, com membros da sociedade civil e do poder público, e com a participação mais ativa das empresas que compõem a cadeia produtiva do turismo. No caso do Circuito Turístico Serras de Minas (CTSM), essa administração é feita por uma associação de proprietários rurais e empresários locais, coordenados por um presidente eleito, entre seus

pares, para um período de dois anos, e que conta com uma gestora formada em turismo e contratada pelo referido circuito.

Os municípios pertencentes aos Circuitos foram classificados, pela SETUR, como Centros Turísticos e Unidades Turísticas. Os Centros Turísticos são os municípios pólo, onde a cadeia produtiva do turismo é mais completa, que possuem um maior número de equipamentos turísticos, como hotéis, restaurantes, lanchonetes, serviços, comércio, aeroportos, rodoviária, postos de informação turística, acesso fácil e que exercem influência nos municípios do entorno. É o que acontece com a cidade de Viçosa que, mesmo possuindo uma rede hoteleira e uma população menor do que Ubá, foi efetivada como sede do CTSM, pela sua localização geográfica centralizada, em relação aos demais municípios membros.

As Unidades Turísticas são os municípios menores, que possuem atrativos naturais e culturais, que podem ser explorados, mas não oferecem a infraestrutura necessária para abrigar e atender os visitantes. Na maioria das vezes oferecem, no máximo, um ou dois atrativos distintos, o que não estimula a permanência prolongada dos turistas.

Nesse sentido, Araponga, Guaraciaba e Paula Cândido são consideradas unidades turísticas com uma fraca infraestrutura urbana e reduzidos atrativos turísticos; a exceção é Araponga, que possui um grande número de atrativos naturais em seu território.

Isso significa, como explicou Bolson (2005), que a interrelação entre os Centros Turísticos e as Unidades Turísticas é responsável pela dinâmica dos Circuitos - é a chamada complementaridade. Os Centros Turísticos suprem a necessidade de infraestrutura turística e básica das Unidades Turísticas e, por sua vez, as Unidades Turísticas são responsáveis por suprir os Centros de atrativos diversos, o que cria condições para permanência maior dos turistas na região.

No caso da área de estudo, essa complementaridade ainda não existe no circuito turístico constituído, ou se mostra insuficiente para caracterizá-la, pois ocorre apenas uma cooperação entre os membros, no sentido de divulgar os empreendimentos associados, direcionando-os às necessidades dos turistas, quando solicitado, não existindo, ainda, um roteiro turístico.

O artigo 3º do Decreto-Lei 43.321/03 determina que “para participar da política de turismo do Governo do Estado o Circuito Turístico terá que possuir o Certificado de Reconhecimento.” Essa política de certificação foi uma proposta do Governo de Minas Gerais, discutida com os representantes dos circuitos, onde ficou estabelecido que o certificado somente fosse concedido aos circuitos que fizessem o levantamento da oferta

turística das cidades participantes, providenciassem a documentação e as demais exigências que constam na Resolução nº 007/2003 da SETUR.

Essa certificação existe, na área de estudo, desde 2007, e suas exigências estão relacionadas à criação, ao registro e ao modo de funcionamento da entidade gestora, com ações mínimas, como endereço fixo da entidade gestora, telefone, logomarca, possuir um Bacharel em Turismo como responsável técnico, dentre outras. Todas essas exigências são cumpridas pelo CTSM, o que lhe garantiu essa certificação que, após ser concedida, é válida por um ano e renovada, posteriormente.

Entretanto, segundo Gomes, Silva, Santos (2008), as exigências do Governo para renová-la, após um ano, são maiores. Além da atualização da oferta turística e dos demais documentos, o Circuito deverá implementar um plano de ação, realizar pesquisa de demanda, organizar um calendário oficial de eventos, disponibilizar pelo menos um roteiro, ter um posto de informação turística em cada cidade do Circuito, dentre outras exigências.

Algumas dessas exigências do Governo para renovar a certificação, ainda não foram cumpridas, como por exemplo um posto de informação turística em cada município membro, plano de ação, etc. Provavelmente, essas ações devam ter sido implementadas com a posse da nova diretoria do Circuito, ocorrida em agosto de 2009. Mas até o presente momento ainda não obtivemos informações a respeito.

Ao receber a certificação, o Circuito passa a ser considerado “institucionalizado”, ou seja, está registrado juridicamente e possui uma sede própria. Na observação de Faria e Silva (2003), poucos circuitos, no entanto, encontram-se realmente implementados; a grande maioria está em fase inicial de implantação e adequação de infraestrutura, ainda não oferece produtos turísticos formatados e não tem roteiros que possam ser oferecidos. Em nossa área de estudo, o Circuito recebeu a certificação; entretanto, ainda falta formatar alguns produtos turísticos existentes e implantar os roteiros turísticos, para que possam ser ofertados aos turistas ou às agências de turismo.

Atualmente, o Estado conta com 58 Circuitos Turísticos formatados e 48 certificados, que contemplam, aproximadamente, 469 municípios, dos 853 existentes (Anexo 4).

As associações de circuitos turísticos certificados pela Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais são contempladas com sinalização turística rodoviária, cursos de capacitação e de melhoria do serviço turístico. Segundo dados dos relatórios da SETUR (2003), as ações da Secretaria, dentro da política de fortalecimento dessas associações, também incluem sensibilização, mobilização, elaboração de plano estratégico de desenvolvimento, roteirização, indo até a promoção do destino turístico.

Essa sinalização realmente ocorre na Microrregião de Viçosa, mas são placas pouco conhecidas pela maioria da população, que as confunde com placas de sinalização rodoviária, não identificando as suas funções turísticas. Observou-se, também, na microrregião, um número reduzido dessas placas, principalmente em locais onde o fluxo turístico é mais distante da cidade pólo.

Dentro do processo de sinalização turística, o Governo de Minas usa os mesmos pictogramas adotados pelo Ministério do Turismo, que é padronizado em todo o país, possuindo uma série de normas técnicas em sua elaboração e confecção.

Os pictogramas (Figura 03) são desenhos representativos que podem ser entendidos como a representação estilizada de um determinado produto ou serviço, tendo como finalidade facilitar sua identificação. No caso do turismo, os pictogramas são parte da sinalização das rodovias de acesso às cidades que integram os circuitos turísticos, sendo utilizados para informar aos usuários sobre os atrativos turísticos e as distâncias até eles.

De fundo marrom (Figura 04) e tamanho padrão, de acordo com as disposições do Código Nacional de Trânsito, segundo a SETUR as placas de orientação turística têm por objetivo,

informar, orientar e incentivar os usuários das rodovias a conhecerem os circuitos turísticos do Estado, visitando seus principais atrativos naturais e históricos. Além disso, a sinalização garante mais segurança nas estradas (SETUR, 2003).

Vale ressaltar que, para ser sinalizado, o município deve ter pelo menos um atrativo e infraestrutura para que o turista possa visitá-lo, sendo que os atrativos escolhidos devem atender às exigências da Resolução SETUR nº. 008/2005. Nesse sentido, é importante afirmar que apenas a identificação do espaço não é suficiente para dinamizar o fluxo e atrair os visitantes; é necessário que a administração pública cumpra seu papel de articulação, frente aos mais variados segmentos que compõe o CT, preocupando-se com a preservação e a manutenção dos atrativos, respeitando também o turista e sua relação com a comunidade local. O circuito também é carente de placas que melhor identifiquem as propriedades rurais associadas ao circuito, o que pode gerar prejuízos, tanto para o turista quanto para os proprietários rurais.

Figura 03. **PICTOGRAMAS UTILIZADOS NOS CIRCUITOS TURÍSTICOS.**



Fonte: Adaptado de Secretaria de Estado do Turismo, 2003.

Os Circuitos Turísticos podem ser considerados, também, como meio de desenvolvimento econômico, pois cidades pequenas, estagnadas economicamente e que não possuem estruturas para investir em seu desenvolvimento, aliam-se aos municípios vizinhos, a fim de instigar a atividade turística, como meio de incremento da receita, propondo rotas intermunicipais em que, juntos, têm maior capacidade de explorar o turismo em âmbito regional, fazendo com que o turista aumente o tempo de permanência na região.

Figura 04. Placa de sinalização de orientação turística.



Fonte: SETUR. 2005.

Como bem exemplificou Bolson (2004), uma cidade, que possua dentro de seu território uma cachoeira, muitas vezes não tem capacidade de despertar o interesse de turistas a visitá-la; mas se estiver aliada e organizada com as cidades vizinhas e seus respectivos atrativos, fortalecerá o produto turístico e, conseqüentemente, aumentará a probabilidade de visitantes, na região. Esse fato também é observável na área de estudo, principalmente nas cidades de Guaraciaba e Paula Cândido que, sozinhas, não tinham o poder de atrair turistas, mas integradas ao circuito vêm obtendo aumento no fluxo, ainda que a passos lentos.

No sentido de compreender como se formaram os circuitos turísticos, procuramos, no próximo item, abordar a sua evolução, pela inserção das políticas públicas, até que fosse alcançada a criação dos denominados circuitos turísticos no país e, principalmente, em Minas Gerais.

4.3 - O CIRCUITO TURÍSTICO COMO RESULTADO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE TURISMO.

A inclusão do turismo rural nas Diretrizes, Estratégias e Programas da Política Nacional de Turismo, do Governo Federal, demonstram que o turismo rural vem sendo

adotado como uma das ferramentas impulsionadoras do desenvolvimento de localidades rurais e como uma das atividades estratégicas para a diversificação do produto turístico nacional.

Para que o turismo se desenvolva em um local, a participação do poder público é fundamental, principalmente por meio das políticas e planos de turismo. De acordo com Cruz (2001), a política deve anteceder o plano, sendo ela um conjunto de diretrizes e ações deliberadas pelo Poder Público, com o objetivo de ordenar o desenvolvimento da atividade turística, em um determinado território.

Nesse sentido, o Plano Nacional de Turismo (Lei nº 11.771/08) reestruturou as ações do Ministério do Turismo por meio da descentralização, nos níveis federal, estadual e municipal, preconizando a participação no sistema turístico nacional por intermédio de Conselhos Municipais de Turismo e de roteiros sub-regionais.

Em Minas Gerais, a forma adotada de participação no sistema turístico nacional foi denominada Circuitos Turísticos. Em 28 de outubro de 1999, o Governo do Estado de Minas Gerais cria, pela Lei 13.341, uma Secretaria, para tratar do Turismo, no Estado, a Secretaria de Estado de Turismo - SETUR, com finalidade de planejar, coordenar, fomentar e fiscalizar o turismo, objetivando a sua expansão, a melhoria da qualidade de vida das comunidades, a geração de emprego e renda e a divulgação do potencial turístico do estado.

É competência da SETUR formular e coordenar a Política Estadual de Turismo, bem como seus planos e programas para o setor, inseridos na Política Estadual, incentivando e apoiando os projetos para promoção, divulgação e desenvolvimento do Turismo, em Minas Gerais.

Foi vinculada à nova Secretaria a Empresa Mineira de Turismo – TURMINAS, uma empresa pública, com autonomia para realizar as atividades da SETUR. A sua criação deu início à construção de uma política pública de turismo baseada na descentralização e na regionalização, com a participação ativa da sociedade para a definição das prioridades necessárias para o desenvolvimento do turismo.

Segundo Bolson (2004), por meio da SETUR estabeleceu-se uma metodologia de indução ou estímulo para que comunidades localizadas em determinados espaços geográficos se envolvessem, de modo consciente e ativo, na formação de Circuitos Turísticos.

O eixo principal da política de turismo, para o estado de Minas Gerais, foi a criação dos Circuitos Turísticos, uma forma encontrada, de acordo com Faria; Silva (2003), para resolver a questão da baixa permanência de turistas, além de viabilizar esforços para promover o desenvolvimento do turismo regional, preservar o patrimônio histórico-cultural e

contribuir para uma melhor redistribuição de renda entre os municípios e membros envolvidos no processo.

Em 2001, dois anos antes do surgimento do Plano Nacional de Turismo – 2003/2007, o estado lançou uma política de incentivo à formação de circuitos turísticos regionais. Segundo Gomes, Silva, Santos (2008), essa iniciativa do Governo de Minas Gerais se deu devido à percepção da importância da articulação regional para a expansão do número de produtos turísticos oferecidos e o consequente aumento na taxa de permanência do turista no estado.

Ainda de acordo com os mesmos autores, a partir de 2001, a SETUR, fundamentada em uma política voltada para a regionalização e descentralização das decisões, passou a organizar oficinas participativas, que discutiam a atividade turística e a importância da regionalização, como instrumento de desenvolvimento turístico, com o poder público e a comunidade local, sendo este um primeiro passo para os municípios se organizarem em circuitos.

Para Bolson (2004), o eixo central das oficinas era a organização regional para o desenvolvimento turístico, sendo elas ferramentas de um processo de sensibilização e despertar do poder público e das comunidades locais, para um engajamento com responsabilidade no planejamento e priorização das ações e execução das propostas, por intermédio da discussão da atividade turística. Na área de estudo, essas oficinas foram caracterizadas como ações que puderam estimular os envolvidos a desenvolver o turismo em suas áreas.

Tendo por base as orientações recebidas, nas oficinas, os municípios se dividiam em grupos, de acordo com as afinidades culturais, sociais, econômicas e limitações geográficas, fato este que possibilitou, a posteriori, criar os agrupamentos que dariam origem aos atuais circuitos.

Após a finalização das oficinas, o Governo Estadual visando adotar uma política de turismo, agora voltada para a regionalização turística, promulga, em oito de maio de 2003, o Decreto n. 43.321, que estabelece as normas de funcionamento para o reconhecimento dos circuitos turísticos pela SETUR.

Composto de apenas cinco artigos, o referido Decreto, justifica que a finalidade dos circuitos turísticos é a promoção da política de turismo no âmbito estadual, devendo ser institucionalizados e com personalidade jurídica, registrados em cartório, sendo reconhecidos como tal pela SETUR, por meio de Certificado de Reconhecimento de Circuito Turístico.

Desse modo, os Circuitos Turísticos nada mais são do que o resultado de uma política pública de turismo estadual que, apoiada num planejamento turístico, contou com a participação dos vários segmentos envolvidos com o turismo, optando por sua descentralização e regionalização, seguindo também uma tendência do Governo Federal com o seu PNT, tendo como finalidade o desenvolvimento e a divulgação do enorme potencial turístico que Minas Gerais possui.

Segundo Faria; Silva (2003), esse planejamento turístico é uma opção para

ordenar o crescimento e/ou desenvolvimento de uma localidade, porém o mesmo só será eficiente se na sua implementação integrar todos os envolvidos no processo: Estado, municípios e comunidade. A sua realização deve ser feita em nível local e regional, pois, diferente da indústria, o produto turístico não vai ao consumidor e sim o consumidor vai até o produto, sendo este um conjunto de fatores cuja qualidade depende de fatores externos. Não obstante o planejamento em nível de pólo turístico, como se está tentando organizar a oferta turística em Minas Gerais, se mostra necessário quando da realização da divulgação e do marketing, muitas vezes trabalhado de forma individual e isolado, apresentando resultados pouco satisfatórios (FARIA; SILVA, 2003, p.17).

Para as autoras, o que se verifica é uma necessidade, ainda que primária, de melhor ordenar o território turístico pois, conforme argumentaram posteriormente, no artigo, o turismo mineiro se encontrava num estado de letargia, estando o seu potencial turístico subaproveitado, e esse quadro só se inverteria quando um plano fosse capaz de balizar e orientar as ações governamentais e dos agentes privados; fato este iniciado com Decreto n. 43.321, de 2003. É o que realmente acontece na região de estudo: o turismo vivia numa letargia e agora começa a sinalizar com um avanço da modalidade.

Um fato a se destacar, com a criação dos circuitos turísticos, diz respeito aos processos de descentralização administrativa propostos para os circuitos e também para as parcerias. Para o Estado, a visão paternalista que ele sempre imprimiu prejudicaria todo o processo de implantação dos circuitos, sendo necessário transformar a máquina, eximindo-a de suas funções e também de suas responsabilidades, nesse processo. Para a área de estudo, a criação do circuito representou, num primeiro momento, a oportunidade de implementar, efetivamente, o turismo na região, sem depender diretamente, da burocracia estatal.

Na opinião de Bolson (2004), esse era um

processo inovador, não existiam modelos e receitas que poderiam ser copiadas ou adaptadas. Os modelos de organização e gestão se construíram a partir das experiências de cada região. Não houve nenhuma influência da SETUR para uniformizar ou padronizar o tipo de organização e os métodos de gestão dos Circuitos. Verificou-se posteriormente que a forma jurídica com melhor desempenho foi a de organizações em forma de associações (Bolson, 2004, p.05).

Nesse sentido, os circuitos foram planejados e estruturados para ser administrados não mais pelos governos, mas por um gestor que seria o responsável ou o executor das ações proposta pelos membros e, também, a ponte entre o circuito e a SETUR. Desta forma ela acompanhava, mas não intervinha nas decisões locais - apenas orientava.

Buscando compreender esse procedimento de formação dos circuitos turísticos, esse item tem uma relação direta com o próximo, pois procuramos introduzir, nela, esse processo de formação destacando o CTSM, no qual se insere a nossa área de estudo, como fruto de política pública mineira de turismo, pautada na descentralização do papel estatal para o setor turístico.

4.4. - O CIRCUITO TURÍSTICO SERRAS DE MINAS.

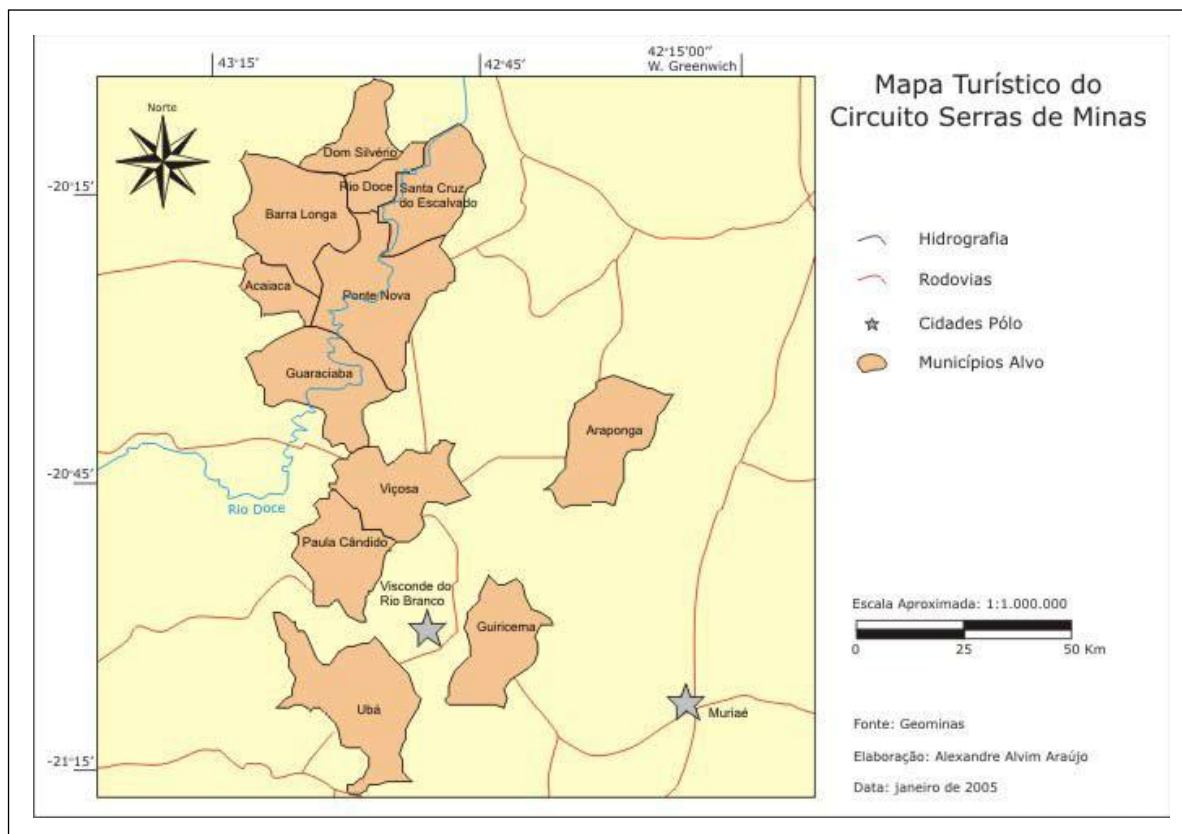
Localizado no sudeste do estado de Minas Gerais, na Mesorregião da Zona da Mata Mineira, o Circuito Turístico Serras de Minas (CTSM) é uma associação composta pelos municípios de Acaiaca, Araponga, Barra Longa, Canaã, Dom Silvério, Guaraciaba, Guiricema, Paula Cândido, Ponte Nova, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Ubá e Viçosa (Mapa 02). É uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Viçosa-MG, sendo constituída como organização civil de interesse público, regida por estatuto e pelo Decreto n. 43-321/03.

A região onde se encontram os municípios membros do CTSM foi, em épocas remotas, habitada por diversas tribos indígenas, quando do processo inicial de sua colonização no século XVIII, decorrente das atividades auríferas. Da ação de sertanistas à procura do ouro, surgiram os primeiros núcleos urbanos, que originariam as cidades de Guaraciaba, Barra Longa, Acaiaca, Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce. Com a decadência de sua exploração, transformaram-se em centros fornecedores de gêneros alimentícios para Mariana (Vila de

Nossa Senhora do Carmo) e Ouro Preto (Vila Rica), por meio da instalação de fazendas, no trajeto até essas cidades.

Mapa 02

Municípios Integrantes do Circuito Turístico Serras de Minas.



Fonte: Circuito Serras de Minas, 2005.

De acordo com informações históricas do Circuito Turístico Serras de Minas (2004),

no decorrer da primeira metade do século XVIII, auge da mineração aurífera, a maior parte da Zona da Mata é considerada “área proibida” pelas autoridades portuguesas. Também chamada de “Sertões do Leste”, a região habitada por tribos de índios hostis ao homem branco e animais selvagens, era coberta de matas nativas e servia de fronteira natural entre os núcleos mineradores e o litoral brasileiro, evitando o contrabando do metal precioso e a fuga da taxaço de impostos sobre mercadorias (CTSM, 2004, p.03).

A densa área de mata e a presença de índios hostis dos Sertões do Leste, a que se referem às afirmações do CTSM, podem ser apontadas como justificativa para a manutenção da paisagem local, ainda hoje preservada na maior parte da região, e também justificar o

pequeno desenvolvimento econômico pelo qual ela passou, nas últimas décadas, onde o cultivo do café não foi suficiente para alavancar o desenvolvimento local, quando comparado com outras áreas mais dinâmicas do estado.

Os núcleos urbanos que deram origem a Araponga, Paula Cândido, Ponte Nova, Ubá e Viçosa se formaram pela concessão de sesmarias, e sua expansão está ligada, diretamente à dispersão populacional dos antigos centros mineradores, a partir do início do século XIX.

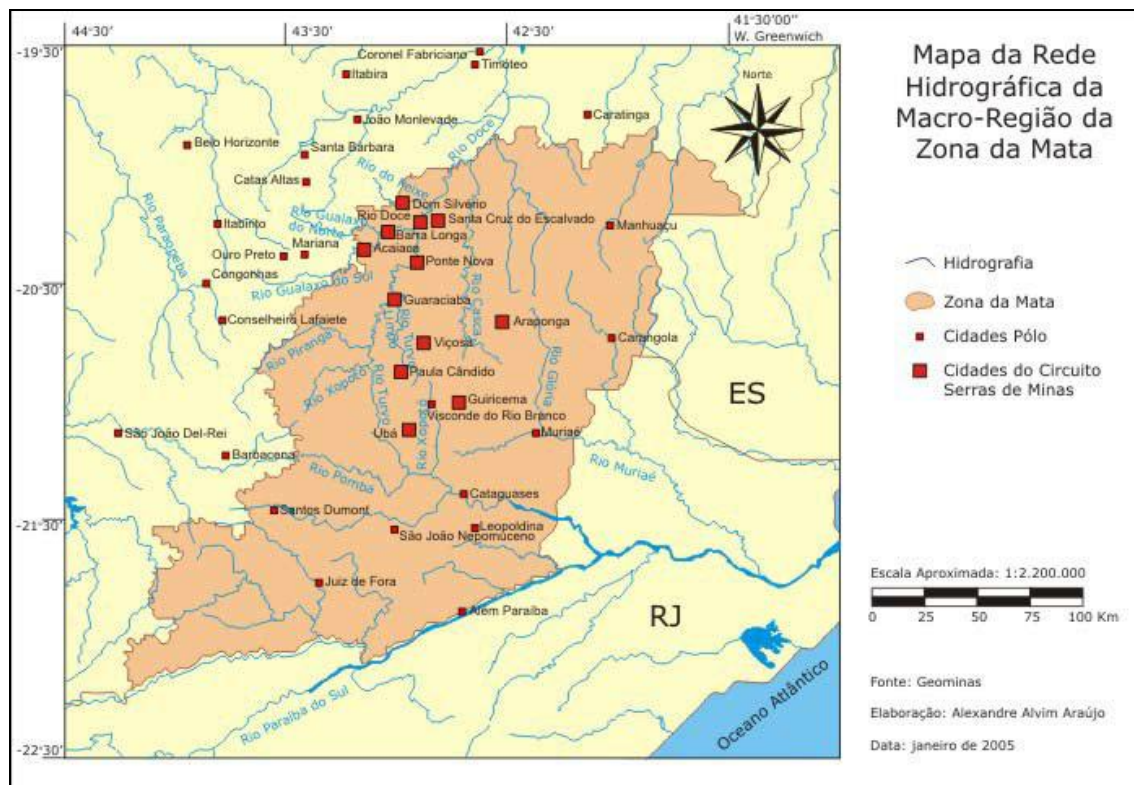
A partir dos meados do século XIX, surgem as grandes lavouras de café voltadas para a exportação, que com a chegada da ferrovia impulsionam ainda mais a economia local, a qual entraria em decadência no primeiro quartel de século XX, e não mais se recuperaria.

Os municípios integrantes do Circuito Turístico Serras de Minas possuem um topografia bastante acidentada. Suas cidades são localizadas, normalmente, nos fundo de vales, banhadas por uma densa rede hidrográfica (Mapa 03), que pontua a região com um número significativo de pequenas e médias cachoeiras. Basicamente, a região está entre duas grandes bacias hidrográficas, sendo os municípios de Ubá e Guiricema inseridos na Bacia do Rio Paraíba do Sul que, somando aos outros 178 municípios, apresentam uma área total de 55.400 km². Os demais municípios do circuito estão localizados na Bacia do Rio Doce, que banha 228 municípios, num total de 83.400 km² (CTSM, 2004).

Do nome Zona da Mata o Circuito Turístico Serras de Minas, trás a sua mais forte característica vegetacional, que é a presença da Mata Atlântica e seus remanescentes. Em grande parte de relevo serrano ainda predominam as matas residuais, de vegetação densa e exuberante, com paisagens ímpares, que foram amplamente devastadas, ao longo das últimas décadas, mas que conservaram grandes áreas que agora são apontadas como um dos atrativos turísticos locais.

Percebendo essa mudança de comportamento ambiental, alguns proprietários rurais, envolvidos com o turismo, buscam preservar as matas nativas, ainda existentes em suas propriedades, por meio de Reserva Particular de Proteção Ambiental (RPPA) ou por meio da legislação ambiental vigente, que criou as Áreas de Proteção Ambiental (APA), como ocorre em Guaraciaba (APA da Brecha e APA da Matinha), em Guiricema (APA Santa Montanha), em Ponte Nova (APA Vau-açu e Parque Florestal Tancredo Neves) e em Viçosa (APA Mata do Paraíso), entre outras.

Rede Hidrográfica dos Municípios do Circuito Turístico Serras de Minas.



Fonte: Circuito Serras de Minas, 2005.

Na zona rural dos municípios membros do CTSM, também se encontram muitas comunidades rurais, berço de vários núcleos urbanos que ainda não foram alçados à condição de cidades. São os exemplos Vau-açu em Ponte Nova, Estevão de Araújo, em Araponga, Cachoeira de Santa Cruz, em Viçosa, Airões, em Paula Cândido, e tantos outros.

De acordo com o CTSM (2004), a região é fortemente marcada pela influência da Igreja Católica que

trazida pelos seus primeiros colonizadores, foi a partir da construção de capelas primitivas que os povoados se desenvolveram e de onde, na maioria das vezes, provêm seus primeiros nomes que, ainda hoje, denominam suas igrejas matrizes – situadas em locais de destaque em cada uma das cidades, seja nas praças centrais, seja em cima de morros, sendo facilmente avistadas (CTSM, 2004, p. 05).

Justificando ainda que

a influência católica também é percebida nos costumes da população, que segue seu extenso calendário religioso e festivo e que tem seu auge na comemoração do dia do padroeiro ou padroeira local. A “Festa de Nossa Senhora do Rosário” é também bastante tradicional na região, contando com a participação de grupos de congado em quase todas as localidades; ganha maiores dimensões na cidade de Paula Cândido (CTSM, 2004, p. 05).

É em função desse catolicismo, ainda muito presente e influente no modo de vida das pessoas, que se observam as principais festas - religiosas ou profanas – e as atividades culturais e de lazer dos municípios que compõe o circuito. Vale ressaltar que as festas dos padroeiros locais conseguem atrair, além de um número significativo de devotos e fiéis, boa parte dos nativos¹¹ que se encontram ausentes e que utilizam essas comemorações para realizar visitas familiares ou a amigos, o que aumenta o fluxo de visitantes, ou mesmo turistas, nessas cidades.

Normalmente, nesses períodos, ocorrem também festas de cunho profano, coordenadas pelas prefeituras locais e denominadas “festas do cidadão ausente”, que também conseguem atrair um grande número de ex-moradores da cidade e movimentar o comércio local.

Destaca-se também, nesse contexto, um número significativo de fazendas antigas, que remontam ao período colonial e ao ciclo áureo do café, com seus casarões tradicionais, alguns em precário estado de conservação. Também, em algumas localidades rurais, a presença de represas, rios, cachoeiras, praias fluviais, pesque-pagues, pousadas, áreas de camping, são utilizados como áreas de lazer da população local, principalmente nos finais de semana e feriados prolongados, estimulando o turismo de base local.

Criado oficialmente em abril 2002, somente no ano de 2005 o circuito foi, oficialmente, certificado pela SETUR, por meio da TURMINAS, garantindo a ele, as condições legais para programar, planejar e executar ações que possibilitem um desenvolvimento mais significativo ao setor e, conseqüentemente à região no qual está inserido.

O Circuito Turístico Serras de Minas foi criado há poucos anos e ainda caminha em passos lentos. Surgiu como uma possibilidade, aos proprietários rurais da Microrregião de Viçosa, de expandirem as atividades turísticas de suas propriedades e, também, como uma alternativa para os turistas conhecerem os costumes e tradições da gente mineira, que tem na agricultura do café a sua mais importante fonte de divisas.

¹¹ Nativos. Aqui entendido como o conjunto de moradores que nasceram em uma determinada localidade.

O CTSM é fruto da política mineira de descentralização das ações turísticas, idealizadas pela SETUR. É composto por municípios próximos entre si, que se associaram em função de interesses e possibilidades de explorar turisticamente, seus respectivos patrimônios históricos e culturais (CTSM, 2004), abrigando uma das mais belas paisagens naturais do estado, com grandes serras, vales, matas, rios e cachoeiras; constituído, também, por pequenas cidades, ricas em história, folclore, artesanato e gastronomia. O turismo desse circuito se estrutura nessa relação. É um circuito jovem, que ainda busca atrair um número maior de visitantes e se estruturar para fazer frente a outros circuitos existentes.

Em seu *folder* de divulgação, o próprio Circuito Turístico Serras de Minas assim define os seus principais atrativos turísticos:

Com natureza exuberante, serra, montanhas, cachoeiras, rios, lagos e vales, o Circuito Turístico Serras de Minas [...], possui artesanato diversificado, rica gastronomia, manifestações religiosas e profanas. Uma grande atração do circuito é o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, com área de 13.210 hectares que une vários atrativos naturais. A melhor maneira de chegar ao Parque é via Araponga, que é também, destaque na produção de cafés especiais no Brasil. Antigas fazendas, engenhos e alambiques são alguma das boas opções de visitas em Acaiaca, Dom Silvério Guiricema e Paula Cândido. Além desses atrativos, o circuito favorece também a integração dos recursos socioculturais e naturais, meditação e retiro espiritual através do Caminho de São José que abrange os municípios de Barra Longa e Rio Doce. O Circuito Serras de Minas possui outros atrativos naturais para quem gosta de apreciar e desfrutar bons momentos junto à natureza. Guaraciaba e Ponte Nova oferecem a beleza do Rio Piranga. Em Santa Cruz do Escalvado, está a chamada Pedra do Escalvado, uma interessante formação rochosa com 200 metros de altura. Além disso, o turismo rural tem um potencial imenso na região em função de sua forte tradição agropecuária. Viçosa é uma das principais referências educacionais do país e Ubá, reconhecido pólo moveleiro, são importantes cidades-pólo da Zona da Mata (CTSM, 2004, p.01).

Pela apresentação do *folder*, observa-se que mais uma vez, o natural e a valorização cênica do local são o grande discurso atrativo do circuito, em todos os municípios que o compõem. A natureza é o principal produto, o que possibilita a prática das mais variadas modalidades turísticas na região, como, por exemplo, turismo rural, ecoturismo, turismo de aventura, lazer e também esportivas, como escaladas, rapel, caminhadas e outros, destacando-se também, a presença do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) como um

importante atrativo, mas que, também faz parte de outro circuito turístico, denominado de Circuito Turístico Serra do Brigadeiro.

Existe uma relação entre o turismo rural, o circuito e o além da própria cerca. Nessa relação, o turismo no espaço rural é o suporte para a existência do Circuito Turístico Serras de Minas, como fruto e vontade dos proprietários rurais locais em desenvolver uma atividade que possibilitasse a ampliação de suas rendas e a produção local; é baseado nele que o ir além da própria cerca - como sugere o título desse capítulo - se reproduz como uma possibilidade e, ao mesmo tempo, como uma perspectiva de atingir esses objetivos, devendo ser portanto, concebido como uma relação de parceria entre ambos.

Se o turismo no espaço rural constitui a base do CTSM, é esse turismo que tem que ser mais trabalhado, pelo próprio circuito, como o principal motivo de sua existência, pois mesmo que existam outras atividades produtivas a ele ligado, é o turismo no espaço rural e seus variados tipos que realmente agregam valores ao circuito e, nesse contexto, o ir além da própria cerca deve ser pensado como um dos mecanismos que podem alavancar a estagnada economia local e gerar um desenvolvimento sociocultural para toda a região.

O CTSM vem apresentando, também, nos últimos anos, um destaque na gastronomia local, principalmente na produção de aguardentes, cafés finos e, mais recentemente, a presença de algumas propriedades rurais investindo na produção de vinhos artesanais.

Na concepção do CTSM (2004), a somatória do conjunto de atrativos, integrados entre si, em forma de produtos e roteiros turísticos, aproveitando o que há de melhor em cada cidade, com os meios de hospedagem das cidades de maior porte e as localizações estratégicas para a entrada de demandas fazem, do circuito, um região potencial a ser desenvolvida turisticamente.

Para que o circuito se estabeleça com sucesso, e tenha garantida sua efetivação é necessário que algumas ações sejam adotadas. Dentre essas ações, o próprio CSTM aponta:

- Conscientização da população do valor turístico da região;
- Fortalecimento das políticas públicas de turismo;
- Elaboração do Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação do Solo;
- Conscientização sobre as possibilidades do turismo para regiões tradicionalmente não turísticas;
- Desenvolvimento de produtos turísticos como museus, centros de referências, roteiros e outros;
- Promoção e divulgação conjunta do circuito;

- Criação de um plano de comunicação para o Circuito;
- Desenvolvimento de programas integrados entre os vários tipos de turismo existentes no circuito;
- Maior união e integração dos empresários;
- Preservação e recuperação do patrimônio natural e cultural;
- Capacitação da mão-de-obra.

Todas essas ações são fundamentais para se efetivar o circuito. Entretanto, um fator importante nesse processo, que deve ser levado em consideração, é a questão do planejamento turístico, podendo ser entendida como a

previsión o anticipación de lo que va a suceder, consiste em um amplo estudio de mercado sobre todos los aspectos de la actividad turística y sus relaciones com el resto de la economia nacional. Por este carácter de prevision se há definido el plan, como um antiazar (GÓMEZ (1997) apud IGNARRA, 2003, p.82).

Nesse sentido, o planejamento turístico é de fundamental importância no processo de ordenamento das ações a serem realizadas, contribuindo para a dinamização dos benefícios socioeconômicos que dele podem ser gerados, e ao mesmo tempo, para criar os mecanismos de consolidação do Circuito Turístico. Na área de estudo, esses mecanismos ocorrem, através das ações que são propostas anualmente pelo CTSM.

Ainda na questão do planejamento, cabe ao circuito turístico estabelecer as metas e ações que contribuam para o seu próprio crescimento, garantindo o desenvolvimento de toda a segmentação turística existente no interior do Circuito Turístico Serra de Minas.

Considerando os treze municípios que compõem o Circuito Turístico Serras de Minas, sua segmentação turística (Quadro 2) se mostra bastante diversificada, o que promove o além da própria cerca, mas existe um predomínio das atividades diretamente relacionadas ao meio ambiente, principalmente por causa das condições geográficas que predominam na região do estudo.

O quadro 2 ilustra a diversificação que ocorre entre os segmentos turísticos que fazem parte do circuito em estudo. O segmento do Turismo Rural é presença confirmada em todos os municípios, com exceção de Ubá, por ser um município de forte apelo industrial (polo moveleiro), com uma boa rede de hotéis. O Turismo de eventos é destaque em Ubá e Viçosa; a primeira pelo motivo anteriormente citado, e Viçosa por ser um importante centro de

pesquisa no país, onde está localizada a Universidade Federal de Viçosa. Verifica-se que o Turismo Religioso é presença forte, principalmente nas pequenas cidades, onde o culto ao padroeiro local consegue atrair um número significativo de turistas, mas de forma sazonal.

Quadro 2

**SEGMENTAÇÃO TURÍSTICA DOS MUNICÍPIOS DO CIRCUITO TURÍSTICO
SERRA DE MINAS.**

MUNICÍPIO	SEGMENTAÇÃO TURÍSTICA
ACAIACA	Turismo Rural
ARAPONGA	Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo Cultural, Turismo Pedagógico e Turismo Rural
BARRA LONGA	Turismo de Compras, Turismo Cultural, Turismo Religioso e Rural
CANAÃ	Turismo Rural
DOM SILVÉRIO	Turismo Rural
GUARACIABA	Turismo de Aventura, Turismo de Pesca, Turismo Religioso e Turismo Rural
GUIRICEMA	Turismo Rural e Turismo Religioso
PAULA CÂNDIDO	Turismo Cultural e Turismo Rural
PONTE NOVA	Turismo Científico, Turismo de Pesca e Turismo Rural
RIO DOCE	Turismo de Pesca, Turismo Náutico, Turismo Religioso e Turismo Rural
SANTA CRUZ DO ESCALVADO	Ecoturismo, Turismo de Aventura e Turismo Rural
UBÁ	Turismo de Eventos, Turismo Cultural e Turismo de Compras
VIÇOSA	Turismo Científico, Turismo Pedagógico, Turismo Rural e Turismo de Eventos.

Fonte: Adaptado de CTSM, 2005, P.10.

Observa-se, também, que não existe uma presença significativa do Agroturismo; provavelmente, esse fato se dá por ser uma região fortemente agrícola, onde os afazeres e a rotina da vida do campo não exercem um grande atrativo nos turistas, por ser um público mais local e regional. Por último, o Ecoturismo é um fenômeno apenas nos municípios onde a forte

topografia serrana está aliada com a presença residual de Mata Atlântica, atraindo principalmente uma população de faixa etária jovem.

Observa-se que, dentro do CTSM, a atividade que mais se destaca é o Turismo Rural. Entretanto, este não pode ser considerado como a principal atividade turística desse circuito, pois existe todo um conjunto de outros tipos de turismo que são fundamentais para a sua sobrevivência e também de outros municípios, que se completam e se relacionam.

Pautado num regimento interno e por um estatuto social, a associação Circuito Turístico Serras de Minas tem uma série de objetivos que, somados, possibilitam direcionar ações que desenvolvam o próprio circuito frente a outros circuitos, ao Estado e à sociedade em geral. Esses objetivos foram assim apresentados:

- I) Promover a elaboração e coordenação de um plano integrado para o desenvolvimento sustentável do turismo na região abrangida pelos municípios associados;
- II) Assessorar as Prefeituras, entidades públicas e privadas que venham implantar projetos e programas de desenvolvimento sustentável, desde que beneficiem as comunidades envolvidas;
- III) Firmar convênios com órgãos, governamentais e não governamentais, para desenvolver projetos de interesse dos municípios;
- IV) Contratar, formar e capacitar os técnicos da Associação, bem como acompanhar, orientar e avaliar suas atividades;
- V) Estimular o espírito de cooperação entre os segmentos de atividades relacionadas ao turismo, promovendo a exploração sustentável dos recursos turísticos;
- VI) Exercer a representação dos associados perante as organizações estaduais e federais relacionadas ou não com o setor turístico, procurando defender os interesses gerais de seus associados, sem servir a causas individuais ou particulares;
- VII) Buscar parcerias que promovam a capacitação e treinamento de recursos humanos locais, atuando como formador de mão-de-obra qualificada;
- (VIII) Promover o intercâmbio de conhecimentos, entre os municípios que compõem o circuito, através da elaboração de um banco de dados sobre o Circuito, à disposição dos interessados;
- IX) Obter dos municípios que representam a devida proteção e estímulo, necessários para contribuir de forma profissional com o desenvolvimento econômico e social da região;
- X) Buscar parcerias que visem a criação de campanhas de publicidade e folheteria para a Associação, incluindo todos os municípios associados, além de assessorá-los na elaboração de material promocional individualizado;
- XI) Promover a articulação e integração de potenciais parceiros que tenham como principal objetivo à promoção e o fomento da atividade turística;

XII) Desenvolver ações que visem os municípios associados. (CTSM, 2004).

A totalidade desses objetivos não é, efetivamente, contemplada ou mesmo desenvolvida. Eles são considerados um conjunto, que direciona o circuito de acordo com suas finalidades. Entretanto, existe um esforço da atual gestão para que sejam executados em sua totalidade, mas é um processo longo e vai sendo efetivado à medida que o próprio circuito se consolida na região, como um todo.

Essa longa e extensa lista de objetivos do Estatuto Social foi sendo construída com o próprio circuito, sendo aprovada, conjuntamente com o Regimento Interno em Abril de 2008. Observa-se, nas entrelinhas de seus parágrafos, uma preocupação com itens considerados fundamentais, hoje em dia, quando a questão envolve associações empreendedoras, como por exemplo: a preocupação com a comunidade local, a questão do desenvolvimento sustentável, com os vários segmentos turísticos existentes nos municípios associados, a cooperação e parceria entre os vários órgãos e instituições e outros, que vêm sendo efetivados lentamente, dentro do próprio circuito turístico.

Ainda dentro dos objetivos do Estatuto Social do Circuito Turístico Serra de Minas, vale destacar o parágrafo XII, que apresenta uma série de ações mais detalhadas, visando atender os municípios mais especificamente. São ações que visam:

- a) a preservação do patrimônio histórico, cultural, natural e ecológico;
- b) a criação e montagem do sistema integrado de informações turísticas;
- c) a melhoria dos sistemas de transporte público;
- d) a melhoria dos acessos aos produtos turísticos e de saneamento;
- e) o controle de qualidade do receptivo turístico;
- f) o aperfeiçoamento dos serviços de telecomunicações, eletrificação e segurança;
- g) a captação, o aperfeiçoamento e a divulgação de eventos em que se insiram os objetivos;
- h) manter intercâmbio científico, tecnológico, cultural e social com entidades congêneres, em âmbito nacional e internacional, a elas se associando no interesse da Associação;
- i) contribuir para melhor aproveitamento dos equipamentos destinados a eventos, avaliando seu desempenho e sugerindo procedimentos técnicos, operacionais e administrativos;
- j) promover e valorizar a imagem da região como destino turístico, cultural, histórico, natural e ecológico;
- l) apoiar as empresas existentes e a criação de novas empresas nos municípios;

- m) buscar a permanente integração com as comunidades com as quais interagem na busca de soluções para o turismo sustentável e da situação sócio-econômica dos cidadãos residentes em sua base territorial, tendo por premissas a equidade, a justiça e a preservação ambiental e cultural;
- n) participar da correta execução da política turística regional e servir às autoridades municipais, estaduais e federais como órgão consultivo quando assim for solicitado (CTSM, 2008).

Essas ações, apontadas pelo próprio Circuito Turístico, podem ser entendidas como uma forma de planejamento, que tem como finalidade principal desenvolver e divulgar o potencial turístico do circuito. A proposta, no entanto, é audaciosa, pois envolve uma série de pontos que extrapolam as decisões e vontades de uma associação, pois grande parte dessas ações envolve um segmento importante nesse processo, que é o próprio Estado, enquanto instituição.

Pode-se afirmar que a efetividade desse planejamento é marcada pela sua pequena execução frente aos interesses reais do circuito; entretanto, é possível compreendê-lo como uma meta a ser alcançada a médio e longo prazo.

Nesse sentido, mesmo que a associação tenha pensado em ações que considera importantes para o desenvolvimento do próprio circuito turístico, e que sejam realmente realizadas, com a parceria do Estado, o desenvolvimento desse Cluster¹² (pólo) vem cumprir uma das metas que a SETUR planejou para a regionalização do turismo, que é de transmitir a responsabilidade, de forma efetiva e integrada, relativa às funções de planejamento e gestão do desenvolvimento turístico regional, eximindo o Estado de qualquer responsabilidade sobre o processo.

Na área de estudo, todo esse processo tende a ser assumido, em sua plenitude, pelo CTSM, tornando-se o principal executor do planejamento e gestão do turismo na Microrregião de Viçosa e também nas outras microrregiões onde o circuito turístico se faz presente, a partir do momento em que esse circuito se consolide, criando, assim, as possibilidades concretas para ir além da própria cerca.

¹² Cluster – Reunião de empresas em uma mesma região, voltadas pra a produção competitiva de determinadas linhas de produtos.

4.5 - O CIRCUITO TURÍSTICO NA PERCEPÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS RURAIS DA MICRORREGIÃO DE VIÇOSA.

O circuito turístico tem um papel importante no processo de desenvolvimento do turismo, no espaço rural da Microrregião de Viçosa, por causa de seu papel aglutinador. O fato de estar sendo conduzido por uma associação de proprietários rurais dos municípios envolvidos com o turismo tem possibilitado o seu desenvolvimento, ainda que em passos lentos, permitindo um melhor reordenamento das questões ligadas ao turismo nas propriedades rurais e dos demais envolvidos nesse processo.

Para os proprietários rurais, o circuito turístico tem um papel importante, nesse processo de desenvolvimento do turismo local. Entretanto, muitos não perceberam que ele é fruto de uma política pública de Estado para o setor turístico, e que suas ações estão atreladas a uma legislação específica, que o torna menos dinâmico, no sentido de ampliar as suas ações sobre a região do estudo.

Durante a etapa de coleta de dados, realizada entre os anos de 2007 e 2009, quando realizamos as entrevistas, os proprietários foram solicitados a falar sobre o papel do Circuito Turístico Serra de Minas, sendo levantadas duas questões gerais, que se desmembravam em outras (Anexo 1). A primeira visava saber a origem e a formação do Circuito Turístico Serras de Minas, e a segunda caracterizar o circuito turístico existente na região e sua influência no desenvolvimento do espaço rural local.

De acordo com a fala dos proprietários rurais envolvidos com o turismo, a necessidade de um circuito turístico surgiu de uma percepção coletiva de que, juntos, poderiam vencer os desafios que o turismo lhes impunha. Um proprietário justificou que, para ele, o circuito é um “povo que se junta para discutir sobre o assunto”, o que tem provocado novas formas e maneiras de perceberem o turismo, em suas propriedades.

Esse ajuntamento, na afirmativa de um proprietário, ocorreu para a formação do circuito, mas também significa o interesse comum de ampliar o turismo nas áreas e nas empresas envolvidas com o turismo existente na região. Hoje (2010), esse ajuntamento continua a ocorrer, mas no sentido de reuniões e assembléias dos associados ao circuito, o que nos permite afirmar que essa busca leva os proprietários para além da própria cerca, pois representa uma possibilidade de crescimento coletivo do circuito.

De maneira geral, o circuito e a propriedade não têm parceira entre eles ou com outras organizações, mas três proprietários justificaram que essa é uma forma de trazer melhorias para a região, para o circuito, ou, mesmo, para as propriedades. Dentre as respostas

apresentadas quando indagados sobre as melhorias que o circuito trouxe, pode ser citada que o grande benefício foi no sentido de trabalharem em conjunto, e que suas perspectivas com o circuito turístico são de “envolver mais e sempre melhorar”, justificando ainda que essa melhora tem que ser com um “bom atendimento e uma boa hospedagem”.

Pode-se afirmar que a origem e formação do Circuito Turístico Serras de Minas foi uma necessidade dos proprietários rurais do lugar, que estavam envolvidos com as atividades turísticas, em consonância com a política de Estado para o turismo. Este, agregando os municípios com características históricas e econômicas em comum, colocou, como principal atrativo, o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, incluindo, num primeiro momento, a cidade de Muriaé e municípios menores que depois, foram desmembrados em outro circuito. Portanto, sua origem teve como objetivo a descentralização do processo turístico no estado, e foi incorporada pelas comunidades, existindo desde 2002.

Caracterizando o circuito turístico no qual estão inseridos, os proprietários argumentaram, de maneira geral, que ele foi e é muito bem vindo, pois permitiu uma direção ao turismo na região, ao mesmo tempo em que tem possibilitado levar às pessoas informações positivas sobre o turismo que existe na Microrregião. Entretanto, o Circuito tem feito essa divulgação de forma pouco dinâmica, faltando a ele um maior empenho nesse processo, o que vem resultando num fluxo turístico local pouco expressivo para as propriedades rurais envolvidas.

Ainda sobre o Circuito Turístico Serra de Minas, um proprietário apontou como sendo uma necessidade, pois, para ele, é “... uma forma de comunicação, integração, parceria, opção de cursos e união das pessoas envolvidas, local de troca de experiências”, caracterizando, portanto, como uma possibilidade de expansão do serviço oferecido.

A relação de parceria entre as propriedades rurais que integram o circuito turístico não são profundas; essa integração ocorre, mais especificamente, com a participação dos proprietários nas reuniões e nas discussões do circuito, no pagamento da taxa de adesão e da taxa de anuidade. No entanto, todos os proprietários têm direito a voz e voto nas reuniões do Circuito, cabendo a cada membro decidir se tem uma participação intensa e uma presença ativa.

No processo de divulgação dos eventos turísticos no Circuito, observou-se que para os proprietários, ela ocorre de forma lenta e não satisfatória, encontrando-se muito no início, sendo necessário buscar outras formas e técnicas para que ela seja mais eficiente, possibilitando essa divulgação não apenas em nível local, mas também regional.

Observou-se que algumas propriedades que integram o circuito têm buscado uma parceria junto às prefeituras municipais e à EMATER, que tem representatividade em todos os municípios da Microrregião, visando a uma maior divulgação de seus serviços ou mesmo a uma tentativa de se ajudarem, ou, ainda, buscando mais apoio, inclusive do SEBRAE, possibilitando essa divulgação e integração.

A atuação do circuito frente à sociedade, ainda que tímida, tem possibilitado, lentamente, uma maior divulgação das propriedades, frente a outros circuitos ou, mesmo, a outros setores da economia, acreditando-se que possibilitará um desenvolvimento local a médio e longo prazo, pois o trabalho do circuito ainda está começando. Pode-se afirmar que isso é um resultado do ir além da própria cerca.

Analizando se o circuito trouxe melhorias para a propriedade e também à comunidade local, de acordo com um proprietário, o circuito turístico tem propiciado uma simbiose com outras empresas, pois possibilita a troca de experiências e conhecimentos, uma vez que a atividade turística não é o principal produto de sua propriedade.

Mesmo que apontando a existência dessa simbiose, na prática, a participação do circuito turístico no processo de desenvolvimento local trouxe poucos benefícios. Observa-se, no entanto, que a comunidade já percebeu a importância da atividade turística, para alavancar a economia local, e tem contribuído para uma melhor recepção aos turistas principalmente em Araponga e Viçosa.

Entre as melhorias observadas, nas propriedades rurais, podemos apontar que: o circuito turístico possibilitou, inicialmente, a formação de uma associação com interesses comuns, na questão turística local; melhorou a auto-estima de alguns proprietários, que andavam desacreditados com a agricultura; exigiu uma maior participação dos membros familiares ligados ao turismo; ampliou a possibilidade de linhas de créditos, com a certificação do circuito; trouxe melhorias na infra-estrutura física das propriedades rurais, para melhor receber os turistas e, também, o reconhecimento do potencial turístico da região, entre outros.

Sobre as perspectivas dos proprietários rurais para com o circuito turístico, observamos, pelas suas falas, que elas são boas, mas que ainda se faz necessário um maior comprometimento dos associados em buscar alternativas e soluções para os pontos que são considerados fracos, no circuito.

Por último, um proprietário argumentou que o circuito deve ser visto como um impulsionador dos empreendimentos, pois, sem ele, não arriscaria a enveredar pelo turismo, sendo o motivo de investir na propriedade. Entretanto, justifica que poderia ser melhor, se

alguns associados ‘vestissem a camisa’ do circuito, faltando, portanto, maior sensibilização por parte de alguns.

De maneira geral, os proprietários caracterizam o Circuito Turístico Serra de Minas e sua influência no desenvolvimento local como positiva, trazendo melhorias para seus empreendimentos, pois colabora na divulgação do lugar e mostra que os empreendedores do turismo não estão sozinhos ou isolados, que existe uma integração entre os membros, identificando que as melhorias aparecem com o uso do nome do circuito, pois fortalece as propriedades e contribui para o fortalecimento do lugar, inserindo as cidades da pesquisa, definitivamente, no desenvolvimento local.

Ao abordar a questão dos circuitos turísticos, teve-se como finalidade mostrar uma realidade que já é concreta, na Microrregião de Viçosa, e que vem permitindo, ainda que lentamente, a integração dos diversos atrativos, equipamentos e serviços de uma região, criando uma nova organização do espaço geográfico local, colocando, lado a lado, municípios que não possuem infra-estrutura, mas ricos em atrativos turísticos, e municípios com melhor estrutura, mas carentes desses atrativos.

Teoricamente, o circuito turístico apresenta-se democrático, pois possibilita essa integração, em forma de associação entre pequenos, médios e grandes municípios. Entretanto, deve-se ter o cuidado de definir o papel de cada um no circuito, pois é uma tendência natural que os pequenos sejam polarizados pelos que possuem maior infraestrutura, nesse sentido, a democracia sai enfraquecida, prevalecendo as vontades e decisões dos maiores.

Essa situação também acontece com os núcleos urbanos que são membros do circuito, e isso pode acabar resultando na perpetuação da dependência de recursos e serviços dos mais bem estruturados. A idéia do circuito turístico é, exatamente, evitar e reduzir esse descompasso entre eles, buscando uma forma de melhor compartilhar as funções e serviços que são oferecidos pelos membros do circuito, o que vem ocorrendo na área de estudo, por meio da dinamização dos serviços oferecidos pelos associados.

O turismo, no espaço rural, não é percebido pelos municípios da Microrregião de Viçosa, membros do Circuito Turístico Serras de Minas, de maneira homogênea. Existem diferenças na forma de praticar as políticas públicas, entre as quatro cidades pesquisadas. Em Viçosa, o turismo já é uma realidade, contando até mesmo com uma Secretaria Municipal de Turismo, enquanto que Araponga, Guaraciaba e Paula Cândido, não possuem maiores reflexos na realidade local, o que, provavelmente, dificulta a inserção da atividade turística, realizada pelas propriedades rurais, no desenvolvimento do lugar.

O sistema de circuito turístico cria um elo entre os municípios membros, onde o desempenho de cada parte resulta em benefícios ou prejuízos para todos; isso ocorre porque há uma forte complementaridade entre os diversos produtos que são oferecidos, tendendo a resultar numa sinergia positiva entre os membros.

Para que um circuito turístico realmente funcione, em sua plenitude, tanto na área de estudo como em qualquer outro circuito, é necessário preparar-se ou adequar-se às necessidades que lhe são impostas, principalmente na questão da infra-estrutura que, no caso do Circuito Turístico Serras de Minas, ainda é carente em transporte, estradas de boa qualidade, sinalização, postos de informação turística, meio de hospedagem, tratamento de resíduos sólidos e líquidos, e outros.

Os circuitos turísticos, geridos de forma responsável, podem vir a contribuir com a redução do desemprego regional, favorecendo, também, a inclusão social, principalmente da população rural que no seu dia-a-dia, não tem grandes oportunidades de melhoria de vida; o turismo pode contribuir com essa captação de mão-de-obra local.

O Circuito Turístico Serras de Minas é uma amostra do que acontece na realidade da atividade turística, no espaço rural mineiro e, porque não dizer, brasileiro, onde estão disponíveis práticas de atividades rurais, esportivas e de lazer, como cavalgadas, *trekking*, corridas de aventura, excursionismo, *camping*, visitas, degustação de vinhos, cachaças e quitandas, além de práticas de terapias alternativas ou religiosas. Também podem ser presenciadas, no espaço rural, outras atividades. O que as delimita são as suas especificidades regionais, como por exemplo a distância dos centros maiores, a formação cultural e as tradições do lugar, a matéria-prima e os seus recursos naturais.

Para as pequenas cidades, agora envolvidas com atividades turísticas no espaço rural, o circuito turístico passou a ser visto como um meio de desenvolvimento econômico, criando uma oportunidade real de alavancar suas estagnadas economias por intermédio da integração e parceria com outros municípios membros, criando uma infra-estrutura coletiva que poderá resultar numa maior permanência do turista nessas localidades e, conseqüentemente, um maior aumento das rendas.

No aspecto turístico da área de estudo essa integração ainda se encontra no plano das discussões políticas entre os municípios membros. Entretanto, em outros setores, como por exemplo o da saúde, já ocorrem ações práticas, como a criação do Consórcio Regional de Saúde, formado para atender a população da microrregião em várias especialidades médicas, com sede em Viçosa. Esta é uma iniciativa pioneira entre os municípios membros e tende a se

espalhar por outros setores, sendo considerada como uma forma de amenizar as diferenças socioeconômicas entre os envolvidos.

A importância do circuito, para os proprietários, vem se apresentando de forma vital, pois o sentido de cooperação e parceria faz parte das ações que o próprio Circuito Turístico Serras de Minas vem tentando empregar entre os associados, desde o ano de sua certificação, em 2005, criando uma expectativa de ampliação de resultados.

Acreditamos que essa parceria abre as cercas para o desenvolvimento do setor turístico na Microrregião de Viçosa e, conseqüentemente, para as propriedades rurais envolvidas, pois possibilita, não apenas a aquisição de informações e conhecimentos junto a órgãos técnicos e de consultoria, mas também, a troca de informações e produtos, contribuindo para a divulgação do próprio circuito. É o que vem ocorrendo, por exemplo, com a parceria entre o CTSM e a Fundação Arthur Bernardes - FUNARBE, que tem sua marca agregada à embalagem do doce de leite produzido pela UFV.

Apesar de sua importância para o desenvolvimento do setor turístico em Minas Gerais e até mesmo para a Microrregião de Viçosa, observamos que, dos cinquenta e oito circuitos turísticos originalmente criados pela SETUR, em 2003, quarenta e oito já foram certificados; os demais circuitos ainda não saíram do papel, seja por falta de interesse dos municípios ou associados, seja por falta de estímulo por parte dos envolvidos, ou mesmo porque algumas áreas consideradas turísticas não apresentam nenhuma vocação para essa finalidade.

Ressalta-se, ainda, que boa parte dos circuitos turísticos já instalados funciona de forma precária, normalmente em salas emprestadas, com reduzidas verbas de custeio, com grande carência de material técnico e humano e outras questões negativas, como por exemplo a falta de apoio dos administradores públicos do lugar, que atrapalham o pleno desenvolvimento do circuito turístico.

Para os proprietários rurais que associaram suas fazendas junto ao circuito turístico, existe uma percepção sobre o papel que ele possui e sua importância no processo de desenvolvimento do turismo, principalmente para a Microrregião de Viçosa, sobretudo por ser uma alternativa de renda para os pequenos proprietários rurais.

Além da alternativa da renda, o papel do turismo nas propriedades envolvidas com ele, no espaço rural, extrapola o viés econômico, podendo ser uma forma de evitar o fluxo migratório da população jovem para as cidades maiores e também uma forma de inclusão social permitindo o acesso a oportunidades que parte da população carente não possui. Permite, por exemplo, a contratação de guias locais, contratação de empregados que trabalhem diretamente com o turista ou na prestação de serviços para eles, entre outras

funções. Essas são algumas alternativas que as propriedades rurais têm, para efetivar a mão-de-obra local.

Os circuitos turísticos são uma forma de política pública para o turismo idealizado dentro de um plano governamental e, como tal, traz consigo toda uma conotação político-ideológica, fruto de um segmento político que administra o país e o estado, refletindo-se diretamente, sobre o espaço onde está inserido e, também no modo de vida e no dia-a-dia das pessoas. Na região de estudo, esse processo ocorre com a valorização de um espaço rural que, durante décadas, foi relegado a um segundo plano, o que resultou na sua estagnação econômica e social, surgindo como uma oportunidade de retomar esse crescimento.

A atual política pública, para o turismo, é pautada num regionalismo que se faz presente em forma de circuitos turísticos; seu processo inicial de construção foi realizado ouvindo e interagindo com as bases locais. Na realidade, como afirmou Bolson, em 2004, a participação das bases veio como uma “quebra de paradigmas aos modelos tradicionais de administração centralizada”, mas veio, também, como uma mostra clara que o poder centralizado do Estado não é mais capaz de assumir, sozinho, uma responsabilidade que, historicamente, sempre esteve em suas mãos, delegando a terceiros o seu papel.

Acreditamos que o circuito possibilitou a concretização de uma prática que vinha ocorrendo, não apenas na região de estudo, mas em várias partes de Minas Gerais, onde o Estado realmente não chegava, acabando por assumir esse papel de idealizador e aglutinador de ações que, antes, eram de sua responsabilidade, construindo o seu espaço junto ao setor produtivo e à sociedade em geral, mas sem abrir mão de ações que o somente o Estado pode realizar.

Visando a uma boa atuação dos circuitos turísticos, as ações realizadas pelo Estado, aqui entendidas como ações políticas, são de fundamental importância para que ele busque priorizar a melhoria na infra-estrutura das cidades e, também, a melhoria das condições de vida da população local. São necessárias, também, ações que priorizem o uso dos recursos culturais e naturais que, no caso do turismo no espaço rural, são os principais atrativos e motivos das visitas.

Entre as várias ações que o Estado pode realizar para criar uma melhoria das condições de vida da população local, pode ser citada a questão da agricultura familiar, que no caso da Microrregião de Viçosa, onde há um predomínio de pequenas e médias propriedades, tende a auxiliar no processo de desenvolvimento local e na descentralização da renda, uma vez que iria contribuir com a organização da produtividade, gerando alternativas, ao produtor rural para ser protagonista do seu próprio desenvolvimento.

Em síntese, o turismo não pode se organizar e se desenvolver sem que haja um efetivo planejamento e definição dos objetivos a serem alcançados, pois, sendo um fenômeno cíclico, precisa ser constantemente repensando e rediscutido, entre os membros envolvidos, visando, principalmente à sua contínua adequação às necessidades que o próprio sistema lhe imputa. Nesse sentido, pode-se afirmar que os usos e apropriações do circuito turístico influenciam no desenvolvimento do espaço rural, estimulando um consumo diversificado dos serviços ofertados, em cada propriedade rural da microrregião.

Acreditamos que o circuito turístico possibilita, aos proprietários rurais, irem além das próprias cercas, na medida em que se encaixarem numa série de normas que lhes possibilite a organizar e planejar o seu investimento, considerando que, isoladamente, esse desenvolvimento tão esperado não virá, mas que, neste momento da história, o futuro para o turismo, no espaço rural, é a regionalização, por meio dos circuitos turísticos.

Procurando entender como esse circuito turístico se insere na Microrregião de Viçosa e conseqüentemente nas propriedades rurais locais, o próximo capítulo traz uma caracterização da área da pesquisa, apresentando, detalhadamente, as propriedades participantes do CTSM e envolvidas com o turismo no espaço rural.

DO ACASO À REALIDADE: a propriedade familiar como opção turística.

MEU MUNDO

*Amarelou de manhã lá na rocinha
Quando o sol chegou lá no meu quintal
Galo cantou sua canção de manhãzinha
Tirando da cama todo o pessoal*

*Café quente na cozinha
Fogão de lenha a esquentar
Broa de milho, pão de queijo
Depois saiu pra trabalhar*

*Boto a enxada e a semente na rocinha
Terra boa quando chove tudo faz brotar
Nesse sossego vou levando essa vidinha
E o resto do mundo está pra estourar*

*O meu mundo é pequeno
Mas é grande o meu amor
Tenho tudo o que quero
Sou feliz e cantador.*

(Thyaga – CD Trem Mineiro)

5.1 – INTRODUÇÃO.

Neste capítulo, o objetivo é abordar a dinâmica das propriedades rurais da Microrregião de Viçosa - MG, caracterizando os aspectos naturais e culturais da Zona da Mata e da Microrregião de Viçosa que propiciaram o desenvolvimento do turismo, analisando as várias tipologias turísticas e como os produtores rurais se organizam, na perspectiva da atividade em questão.

Metodologicamente, adotamos as visitas técnicas a vários órgãos públicos e privados e também a realização de leituras e análises de referências bibliográficas, que versam sobre assuntos relacionados aos aspectos naturais e culturais da Zona da Mata e da Microrregião de Viçosa, identificando os elementos pontuais que contribuem para a entrada do turismo na microrregião.

Realizamos trabalhos de campo, objetivando identificar os atrativos naturais e culturais que ocorrem nas propriedades rurais e que possibilitam o avanço do turismo, com base local. O levantamento de campo constou da técnica da observação *in loco*, com visitas às propriedades, onde estão descritas e fotografadas as propriedades rurais envolvidas com o turismo.

A discussão deste capítulo será pautada nas seguintes questões: Como ocorre a entrada do turismo nas propriedades rurais? Os aspectos naturais e culturais influenciam o tipo de turismo local? Como ocorrem as relações sociais de quem vive do turismo? Quem são os envolvidos? O turismo é uma alternativa concreta para essas propriedades? Como essa alternativa se apresenta, para cada propriedade?

Entendemos que os meios natural e cultural não se encontram nos dias atuais, de forma estanque e desvinculada de um processo maior, mas são partes integrantes de uma totalidade mais global, que os reproduziu – ou reproduz - e que não devem ser dissociados.

Buscando compreender que tipo de turismo ocorre nas propriedades rurais da área de estudo, vivenciamos algumas dificuldades. A primeira foi identificar quais e quantas eram essas propriedades envolvidas com o turismo; sabíamos da existência de propriedades rurais envolvidas com o TER desde 2004, no Município de Araponga, mas não de outras propriedades envolvidas com essa atividade econômica, na Microrregião de Viçosa. Fomos, então, atrás de informações junto ao Circuito Turístico Serra de Minas, com sede na cidade de Viçosa e, também, buscar, junto aos órgãos públicos e prefeituras, dados que nos remetessem a esses proprietários.

Um grande parceiro, nesse sentido, foi o próprio Circuito Turístico Serra de Minas (CTSM), que disponibilizou dados e informações para chegarmos até os proprietários e suas respectivas propriedades, sendo algumas vezes o elo entre o pesquisador e os proprietários rurais.

Com as informações e os dados em mãos, constatamos que existem, na Região da Zona da Mata de Viçosa, seis propriedades rurais envolvidas, porém optamos por incluir mais uma propriedade rural, localizada no Município de Guaraciaba, que faz parte do referido circuito turístico, devido a sua localização geográfica estratégica, a pequena distância da Sede do Circuito Turístico Serras de Minas e, também, por ser área de influência de Viçosa, mesmo se encontrando em outra Microrregião. Portanto, como objeto de estudo deste capítulo, consideramos sete propriedades rurais conforme, o quadro 3.

Quadro 3

**PROPRIEDADES RURAIS ENVOLVIDAS COM O TURISMO NA
MICRORREGIÃO DE VIÇOSA**

PROPRIEDADES RURAIS	MUNICÍPIO	ATIVIDADES ECONÔMICAS	INICIO DAS ATIVIDADES	TIPOS DE TURISMO
Camping Remanso	Araponga	Cafeicultura	1995	Rural, camping
Fazenda Braúna	Araponga	Cafeicultura	2000	Científico, eventos, agroturismo e rural
Fazenda Indaiá	Viçosa	Vinicultura agropecuária	2003	Rural, gastronômico
Hotel Fazenda Adega Morro Velho	Paula Cândido	Cafeicultura Vinicultura	2006	Gastronômico, rural
Pousada Chalé do Turvo	Guaraciaba	Turismo	2007	Eventos, ecoturismo
Pousada Serra D'Água	Araponga	Turismo	1999	Ecoturismo, esportivo
Pousada Vale das Luas.	Araponga	Turismo	1995	Ecoturismo, camping

Fonte: Circuito Turístico Serras de Minas, 2007.
Elaborado pelo autor.

Uma vez identificadas as propriedades, nossa meta foi agendar uma entrevista com os proprietários para, num primeiro momento, conhecer as respectivas fazendas e, posteriormente, realizar as entrevistas (Anexo 1), objetivando avaliar e conhecer a realidade e as características locais de cada uma das sete propriedades rurais envolvidas na pesquisa.

Ressaltamos que também optamos por realizar o mesmo procedimento metodológico junto às fazendas de Portugal, criando uma padronização para a entrevista, conforme consta no quinto capítulo, objetivando uma posterior comparação de casos. Com esse procedimento padronizado, as metas para alcançar os objetivos propostos na tese tendem a delinear-se mais claramente.

Por fim, o capítulo apresenta-se estruturado em quatro tópicos principais. O primeiro abordando os aspectos gerais da Zona da Mata e da Microrregião, traçando um perfil mais geral da área principal do estudo; o segundo apresenta os modos de vida nas propriedades rurais da Microrregião de Viçosa, seguido por “o turismo no espaço das propriedades rurais” da área de estudo, detalhando cada uma das setes propriedades envolvidas no processo, e, por último, as considerações parciais do capítulo.

5.2 - OS ASPECTOS GERAIS DA ZONA DA MATA E MICRORREGIÃO DE VIÇOSA.

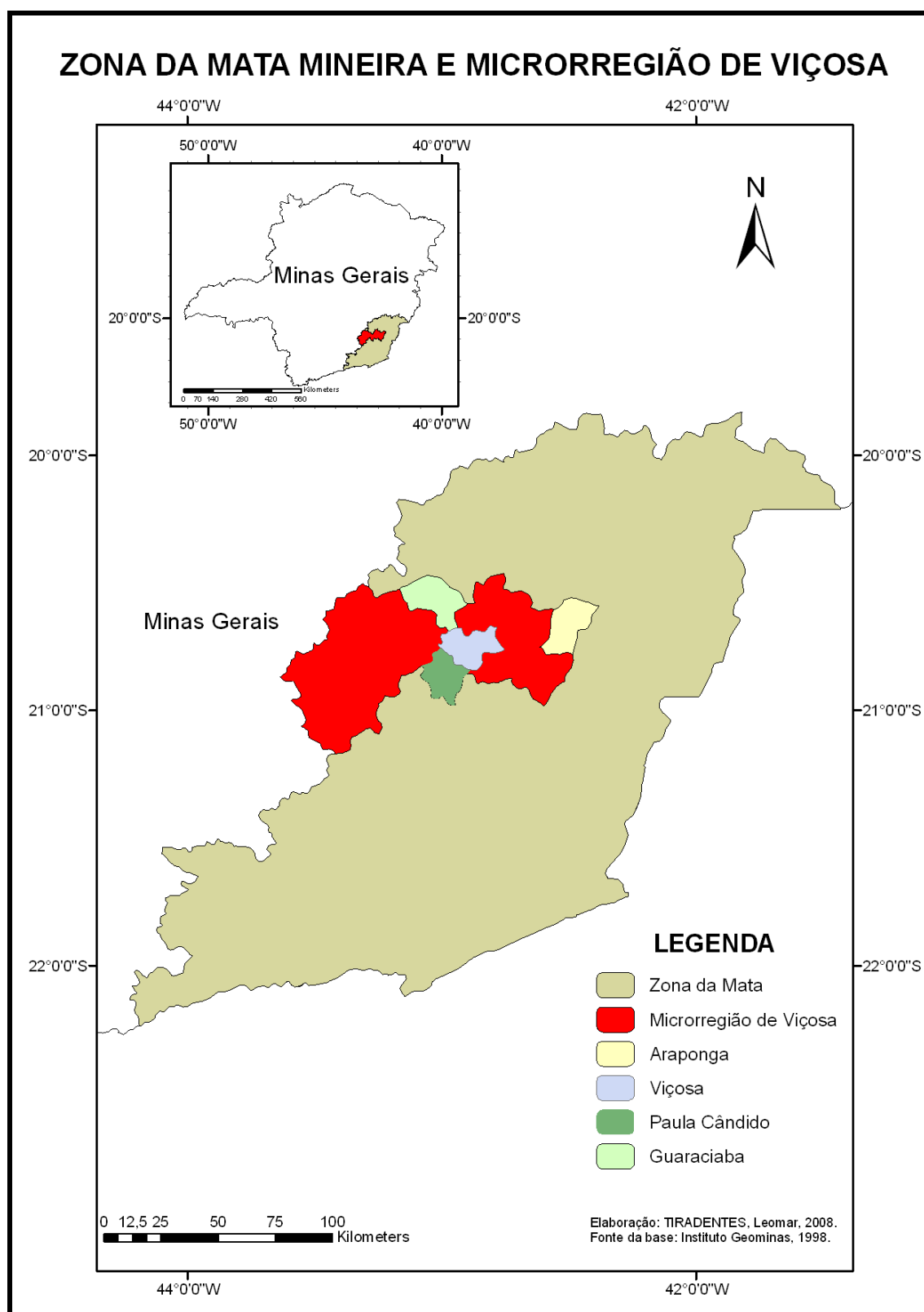
5.2.1 - A ZONA DA MATA MINEIRA

A mesorregião denominada Zona da Mata (Mapa 04), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2000), localiza-se no sudeste do Estado¹³, e é uma das dez regiões de planejamento proposto, em 1993, pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral de Minas, que utilizou, como critérios para essa divisão, a delimitação espacial de meso e microrregiões do IBGE (1991) e, também, critérios político-institucionais de planejamento e de administração pública, para a escala denominada de macrorregiões de planejamento.

Formada por 142 municípios, agrupados em sete microrregiões geográficas (Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Cataguases, Ponte Nova, Ubá e Viçosa), a Zona da Mata abrange um área de 35.726 km², compreendendo 6,01% da área territorial total do estado de Minas Gerais.

¹³ A Zona da Mata Mineira limita-se com as mesoregiões: Sul, Central, Vale do Rio Doce e com os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Mapa 04



A evolução histórica da formação socioeconômica está intimamente vinculada ao modelo de ocupação do território mineiro. Seu processo de ocupação e de povoamento aconteceu no período de implantação da economia extrativa mineral (BDMG, 2000)

Segundo Lisboa (2008), inicialmente,

a primeira expedição a penetrar a região o fez com o objetivo de procurar metais e pedras preciosas sem obter sucesso. O local era habitado por tribos indígenas dos grupos Coropós, Coroados, Purís, Miritis e Botocudos (LISBOA, 2008, p. 74).

Com a corrida para o ouro de Minas, no século XVII, inicia-se a implantação de uma economia voltada exclusivamente para a extração mineral, suplantando as demais atividades. Como atividades periféricas, contava-se apenas com uma agricultura incipiente, de subsistência e de pequena escala.

O declínio da produtividade aurífera provocou o arrefecimento da mineração, dando início à exploração da pecuária, num lento e contínuo processo de ocupação do interior mineiro, inserindo-se, aí, a Zona da Mata Mineira.

Lisboa (2008) afirma que foi a partir da metade do século XVIII que a ocupação da região ganhou mais ímpeto, já que se verifica, nesse período, o início da decadência da exploração aurífera, na Região Central.

No século seguinte, a penetração do território foi intensificada com o surgimento das primeiras plantações de café, no Vale do Paraíba, que daí começaram a demandar o interior, indo fixar-se, de imediato, na Zona da Mata. Inicia-se, portanto, a efetiva ocupação do espaço físico da região.

A segunda metade do século XIX caracteriza-se pela hegemonia da região da Mata e do Sul de Minas sobre a região Central, apresentando um espaço econômico mais dinâmico e distinto da antiga área mineradora. Segundo estudos do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais- BDMG (2000),

[...] Aquelas regiões passaram a ter como atividade principal a agricultura de exportação baseada no café, observando-se que o Sul de Minas subordinava-se à Mata em relação à produção e comercialização cafeeira (BDMG, 2000, p.17).

O avanço da cafeicultura possibilitou, para a região, um processo de industrialização, principalmente no setor dos têxteis e laticínios, para atendimento do mercado criado pela economia cafeeira, desempenhando um papel de relevo na economia do Estado.

De todo modo, a economia cafeeira sobressaía-se como a principal atividade da Zona da Mata, além de colocá-la como região de destaque em nível nacional, ressaltando-se que, na virada do século, a política econômica nacional pautava-se, exatamente, pela proteção dos interesses dos cafeicultores. Na década de 1890, a economia cafeeira atinge seu auge, destacando-se a presença de uma infraestrutura básica que beneficiava as atividades de produção e comercialização e fatores favoráveis no mercado internacional que permitiram a elevação dos volumes exportados (BDMG, 2000, p.17).

A continuidade da atividade agropecuária, sob o modelo tradicional de exploração extensiva de suas terras, as condições físicas relativamente desfavoráveis de seus solos, as crises e oscilações do mercado internacional de café culminaram na perda de sua importância econômica e política, no contexto econômico estadual, para outras áreas do Estado - Sul e Triângulo - vivenciando, ainda hoje, uma fase de estagnação econômica.

Dentre os fatores que podem ser indicados como responsáveis pelo retardo do crescimento da região, podem ser apontados:

- a) a redução do ritmo de crescimento do processo de industrialização, a partir de 1930;
- b) a reorganização interna da economia mineira, favorecida pelo deslocamento do eixo econômico para Belo Horizonte e consequente redução da pressão política da burguesia cafeeira e industrial;
- c) o deslocamento do eixo econômico do país, do Rio de Janeiro para São Paulo, favorecendo, posteriormente, outras regiões, como o Sul e o Triângulo;
- d) a erradicação dos cafezais, a partir de 1929, e o avanço da atividade pecuária, que não foi capaz de gerar excedentes, contribuindo para o atrofimento do mercado regional.

Segundo o BDMG (2000), o período de 1930 até os anos 60 do século passado configurou-se por grandes disparidades regionais internas e uma fase de decadência.

A nova ordem econômica estabelecida a partir dos anos 30 impõe, portanto, para a Zona da Mata problemas relevantes. Primeiro, o fim definitivo da economia cafeeira como atividade capaz de garantir crescimento e dinamismo à economia regional. Segundo, a evidência

de que o processo de industrialização baseado nos setores de bens de consumo ou mais precisamente na indústria têxtil, não se constituía em prioridade governamental em níveis estadual ou federal. E, terceiro, a relevância que outras regiões do Estado passaram a representar para a política econômica estadual (BDMG, 2000, p. 19).

Para o BDMG (2000), ainda hoje, a caracterização socioeconômica da Zona da Mata mostra uma região pouco industrializada, com atividade agropecuária tradicional, em sua maior parte voltada para o atendimento do mercado local e regional, ou tem como base uma economia voltada, tradicionalmente, para a atividade agropecuária, que alimenta as agroindústrias (Lisboa, 2008, p.74).

Constituem-se exceções a produção de cana-de-açúcar, café, fumo, cebola, além da avicultura e da suinocultura, atividades estas localizadas em áreas específicas. Essas atividades, mesmo quando desenvolvidas em grande escala, não têm sido capazes de promover processos dinâmicos de crescimento das microrregiões, dado que são fracos os seus efeitos propulsores sobre as demais atividades.

Citando Paiva e Toma (2005), Lisboa (2008) menciona que a Zona da Mata mineira foi caracterizada, desde o início do século XX e décadas posteriores, como uma região tipicamente de emigração, argumentando que

[...] à medida que os setores da agropecuária e da cafeicultura, que se apresentam como bases da economia regional, passaram por um processo de desaquecimento, assistiu-se à estagnação da região [...] Dessa forma, a região liberou população através de movimentos migratórios em direção a áreas economicamente mais dinâmicas (LISBOA, 2008, p.75).

A evasão populacional apontada por Lisboa (2008), que aconteceu, principalmente, entre as décadas de 1960 e 1980 para o eixo Rio – São Paulo, deve-se: à relativa proximidade espacial da Zona da Mata com o eixo econômico mais importante do país; ao baixo nível de capitalização dos trabalhadores rurais da região; e, também, ao avanço da fronteira agrícola nacional. Esses movimentos migratórios contribuíram também, para o crescimento urbano brasileiro.

A partir dos anos 90 do século passado, inicia-se uma nova tendência migratória na Zona da Mata, que é a inversão na perda populacional para o eixo Rio - São Paulo; esse fenômeno pode ser caracterizado, entre outros fatores como:

- redução da atratividade exercida pelos grandes centros urbanos;
- reativação ou remodelação de atividades econômicas locais, como a que vem ocorrendo na cafeicultura e na criação de aves e suínos;
- expansão da agroindústria na região.
- incremento no setor de prestação de serviços e comércio;
- implantação de novas faculdades e novos cursos superiores.
- ampliação dos segmentos turísticos na região.

Esses fatores, entre outros, têm propiciado uma nova dinâmica populacional, o que vem contribuindo para uma retenção populacional na Zona da Mata. Entretanto, vale destacar que esse relativo retorno não é apenas de natureza econômica, mas também de natureza cultural, já que as pessoas, buscam um retorno a sua vivência passada, às relações familiares e ao seu local de origem, contribuindo, acima de tudo, com o avanço do turismo no espaço rural.

De acordo com o BDMG (2000), o processo inicial de desenvolvimento econômico do estado de Minas Gerais ocorre no final dos anos 60 do século passado, quando se acreditava que a industrialização era o caminho ideal para atingir o desenvolvimento econômico, tendo sido criada uma série de recursos e instituições para elaborar um plano de reativação da economia mineira e um melhor posicionamento de sua produção no ranking brasileiro.

Englobando um total de 142 municípios, a Zona da Mata mineira possui uma densidade demográfica de 56,9 habitantes por quilômetro quadrado, representando quase o dobro da média estadual, que é de 30,5. Porém, apresenta um grau de urbanização inferior - 76,7 - contra 82,0 do estado de Minas Gerais. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2000).

Do ponto de vista demográfico, ao longo das últimas décadas, a Zona da Mata vem demonstrando um aumento populacional (Quadro 4). Esse incremento pode ser explicado pelo crescimento natural da população local, mas também pela redução do fluxo migratório que sempre caracterizou a região, conforme citado anteriormente.

De acordo com os dados apresentados nos últimos três censos demográficos, em termos absolutos a Zona da Mata apresenta-se com mais de 2 milhões de habitantes, caracterizando-se por uma população urbana bastante concentrada; entretanto, ao longo das últimas décadas, os percentuais não apresentam alterações substanciais na taxa média de crescimento, situado em torno de 0,9%, segundo a Fundação J. Pinheiro (2000).

Quadro 4

POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DE DOMICILIO EM MINAS GERAIS E ZONA DA MATA (1980-2000).		
	ZONA DA MATA	MINAS GERAIS
1980		
POPULAÇÃO TOTAL	1.638.768	13.378.553
POPULAÇÃO URBANA	996.479	8.982.134
POPULAÇÃO RURAL	642.289	4.396.419
1991		
POPULAÇÃO TOTAL	1.847.158	15.743.152
POPULAÇÃO URBANA	1.278.411	11.786.893
POPULAÇÃO RURAL	568.747	3.956.259
2000		
POPULAÇÃO TOTAL	2.030.856	17.891.494
POPULAÇÃO URBANA	1.557.231	14.671.828
POPULAÇÃO RURAL	473.625	3.219.666

Fonte: Dados básicos: IBGE: Censo Demográfico de Minas Gerais, 1991.

Diferentemente da população urbana, que continua a crescer, a população rural, mesmo que equitativamente bem distribuída pela região, vem assistindo, ao longo das últimas décadas (1980 a 2000), a uma redução de sua população, provavelmente resultado de alguns fatores como: problemas advindos das alterações administrativas que ocorreram ao longo do tempo, quando localidades anteriormente consideradas rurais passaram a ser definidas como urbanas, o que acontece principalmente no entorno dos maiores centros urbanos; melhor qualidade e expectativa de vida junto aos núcleos urbanos; constantes crises que vive a agropecuária brasileira, em geral.

Esses fatos, aliado ao histórico processo de êxodo rural, condicionam as elevadas taxas negativas de crescimento no campo. De maneira geral, houve queda no ritmo das perdas rurais a partir da década de 80 do século XX, contribuindo com a redução populacional local.

Economicamente, segundo a Fundação João Pinheiro

a Zona da Mata, com 11,1% da população, gerou 7,8% do PIB de Minas Gerais, em 2006. Participou com 9,3% na produção do setor de serviços, 5,6% na produção industrial e 8,9% na agropecuária. A Agropecuária representou 9,2% na atividade regional e obteve contribuições expressivas da produção cafeeira e da pecuária. Na indústria, que contribuiu com 22,0%, teve maior peso a indústria da transformação, em que se evidenciaram os seguimentos metalúrgico, têxtil e moveleiro. Os serviços lideraram em termos de participação (68%), com destaque pra o comércio. Seus cinco maiores municípios produziram 50,9% do PIB da região (FJP, 2008, p.15).

Os dados apresentados demonstram que, na região da Zona da Mata, o PIB por habitante revela a ampla desigualdade que prevalece entre as microrregiões e os municípios, além da posição desfavorável da Região, comparativamente a outras áreas do Estado.

Localizada entre os três maiores complexos urbanos e contando com uma ampla e diversificada infraestrutura socioeconômica, Juiz de Fora se constitui no principal polo da Zona da Mata, com 509.125 habitantes. Sua condição de centro de desenvolvimento regional vem provocando uma consolidação de sua área de influência, tornando-se o município com o maior potencial de crescimento da região (BDMG, 2000, p. 09).

Destacam-se, também, os municípios de Ponte Nova, Muriaé, Ubá, Viçosa, Manhuaçu, Leopoldina, Cataguases, Carangola, Além Paraíba, Visconde do Rio Branco e Santos Dumont, todos com população superior a 30 mil habitantes, que concentram 31% da população regional, e com grande potencial de crescimento.

Na questão do saneamento básico e abastecimento de água na região da Mata, a maioria dos municípios tem seus serviços prestados por autarquias municipais normalmente denominadas Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, enquanto outra grande parte é atendida pela Companhia de Abastecimento de Minas Gerais (COPASA), uma autarquia estadual.

Com relação às finanças públicas, a região ocupa a quinta posição relativa em termos de arrecadação total do ICMS, detendo, em 1991, 5,51% do total estadual. As transferências estaduais, cota-parte do ICMS destinada aos municípios da região da Mata, representam 6,47% do total destinado a todos os municípios do Estado, o que coloca a região na quinta posição relativa.

No que se refere às transferências federais relativas ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), a região deteve, em 1991, 13% do total de recursos destinados a todos os municípios mineiros.

Apesar de ser uma região que contribui com baixa receita proveniente da arrecadação do ICMS, as transferências estaduais e federais para a região foram proporcionalmente superiores, ficando na terceira posição relativa, em termos estaduais, evidenciando a ocorrência de desconcentração de recursos fiscais do Estado, com objetivo de promover o desenvolvimento de áreas menos favorecidas e estagnadas (SEPLAN, 1994).

O segmento do turismo, até recentemente, foi tratado como uma atividade secundária na Região; aliás, no Estado como um todo. Tal situação começa a mudar, acompanhando uma tendência nacional, passando o turismo a merecer uma atenção especial de organismos de financiamento como, por exemplo, o BNDES.

Várias áreas da Zona da Mata, em função de suas localizações estratégicas, próximas e com acesso facilitado a partir dos grandes centros do país, como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, e dispendo de condições naturais apropriadas, podem usufruir com vantagens dessa situação, favorecendo a prática do turismo no espaço rural.

Na região da Zona da Mata Mineira destacam-se os parques:

- Parque Nacional do Caparaó, distante 370 quilômetros de Belo Horizonte e na fronteira com o estado do Espírito Santo; o grande destaque é a região do Pico da Bandeira (2.890m), além dos picos do Cruzeiro, do Calçado e do Cristal, na Serra do Caparaó, evidenciando as belas paisagens da região e da Mata Atlântica. Atualmente, é procurado para a prática de camping e caminhadas.

- Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, situa-se entre as microrregiões de Viçosa, Muriaé e Ponte Nova. Dista, da capital 330 Km. Os melhores atrativos estão no município de Araponga, onde se localiza o Pico do Boné, com trilhas e cachoeiras revestidas de uma formação vegetal pouco degradada.

- Parque Estadual do Ibitipoca; está localizado no município de Lima Duarte, próximo a Juiz de Fora. Com uma área de 1488 hectares e uma altitude média de 1700m, a região é constituída por um conjunto de elevações com inúmeros vales, grutas e diversas formações rochosas. Com uma rica fauna e flora, muitas de suas espécies estão em extinção.

Existem potencialidades nos vários segmentos do turismo na região, embora subaproveitados, até o momento, por falta de iniciativas conjuntas do Governo Estadual, dos diversos municípios, dos empresários locais e da própria sociedade da Zona da Mata.

Como característica regional destaca-se a concentração espacial das atividades produtivas e a grande heterogeneidade dos indicadores econômicos e sociais entre as microrregiões. Registra-se, também, uma considerável disparidade interna, em termos de infraestrutura e de condições urbanas.

A microrregião de Juiz de Fora comanda a dimensão econômica que, sozinha, responde por praticamente metade do Produto Interno Bruto e por quase 60% do PIB industrial (BMDG, 2000).

Em segundo plano, apresentam-se as microrregiões de Muriaé, Cataguases e Ubá, que, somadas à microrregião de Juiz de Fora, respondem por quase 80% do PIB regional e por 87% de seu PIB industrial. As demais microrregiões - Ponte Nova, Viçosa e Manhuaçu – representam pouco mais de 20% do PIB regional, além de apresentarem indicadores de qualidade de vida e de PIB por habitantes bastante baixos, comparáveis com as áreas mais pobres do Estado.

De maneira geral, a Zona da Mata mineira pode ser caracterizada como uma região subaproveitada, em termos de suas potencialidades, e empobrecida, nas áreas que experimentaram lento crescimento econômico por um longo período, em infraestrutura, condições urbanas, indústria e outros. Numa perspectiva sócio-cultural, a região possui muitos bens materiais e imateriais, com poucas possibilidades turísticas.

5.2.2. A MICRORREGIÃO DE VIÇOSA

Constituída por um conjunto de 20 municípios (Quadro 5), a denominada Microrregião de Viçosa localiza-se no centro-norte da Mesorregião da Zona da Mata. Limita-se com as Microrregiões de Ponte Nova, Manhuaçu, Muriaé, Ubá, Barbacena, Conselheiro Lafaiete e Ouro Preto, sendo as três últimas da mesorregião Central. A cidade de Viçosa é tida como principal núcleo urbano e responsável direta na oferta de serviços e comércio, devido principalmente à presença da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e sua significativa população acadêmica, constituindo-se numa cidade universitária.

Quadro 5

MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA MICRORREGIÃO DE VIÇOSA			
Alto Rio Doce	Canaã	Paula Cândido	Rio Espera
Amparo do Serra	Cipotânea	Pedra do Anta	São Miguel do Anta
Araponga	Coimbra	Piranga	Senhora de Oliveira
Brás Pires	Ervália	Porto Firme	Teixeiras
Cajurí	Lamim	Presidente Bernardes	Viçosa

Fonte: IBGE. Microrregiões Geográficas. 1991.

É importante destacar a função educacional desempenhada pela UFV. Observa-se um processo dinâmico de divulgação de técnicas modernas relacionadas às atividades agropecuárias, visando influenciar os padrões de consumo e o nível de produtividade.

A aglutinação dos municípios integrantes da Microrregião de Viçosa apresenta características geoeconômicas similares, isto é, topografia, recursos naturais e tipo de agricultura entre outras. Todos os municípios são identificados por uma topografia bastante irregular: domínio do Planalto e Serras do Atlântico Leste-Sudeste (ROSS, 1998), e tradicionalmente caracterizados pela produção cafeeira, sua principal atividade econômica.

A microrregião apresenta diversificação agrícola com os cultivos de arroz, feijão, batata e frutas, com atenção para as culturas de café e milho. A pecuária leiteira e a avicultura industrial apresentam uma produção expressiva, abastecendo a microrregião e os municípios de Belo Horizonte e Juiz de Fora.

Com uma população de 204,2 mil habitantes e IDH variando de 0,522 a 0,741, a Microrregião de Viçosa é a que apresenta o mais baixo valor médio do PIB por habitante na região: R\$ 1.602, ou seja, 56,4% da média da Zona da Mata. Treze municípios convivem com PIB por habitante abaixo da metade da média da Região (R\$ 1.420), dos quais seis situando-se na faixa de R\$ 960 e R\$ 540, tendo sido o valor mínimo observado em toda a Zona da Mata (BDMG, 2000).

Excetuando o município polo, os demais são de pequeno porte, sendo que apenas Piranga (17,8 mil), Ervália (18,8 mil) e Teixeiras (12,1 mil) situam-se na faixa de mais de 10 mil habitantes.

Trata-se de uma microrregião sem histórico industrial, com base produtiva assentada na agropecuária, gerando 14,1% do PIB deste setor dentro da Região, na produção vegetal tradicional.

A atividade de prestação de serviços, com 56,7% do PIB microrregional, é a atividade mais importante internamente, destacando-se a Universidade Federal de Viçosa, com cursos regulares, pesquisa e extensão agropecuária, responsável pela absorção de parcela relevante do funcionalismo público na Região (BDMG, 2000).

Parte da Microrregião de Viçosa é denominada, pela Secretaria de Turismo de Minas Gerais – SETUR (2004), Circuito Turístico Serras de Minas, agregando os municípios de Araponga, Paula Cândido¹⁴ e Viçosa, sendo que os demais municípios se inserem em outros

¹⁴ Como curiosidade, o topônimo Paula Cândido não é nenhuma homenagem a qualquer figura feminina da região, mas sim uma referência a Francisco de Paula Cândido (1805-1864), natural de Piranga, sanitarista e matemático com doutorado em Paris, onde defendeu tese sobre a eletricidade animal. Foi professor catedrático

circuitos turísticos do Estado, ou optaram, politicamente, por não participar de nenhum segmento turístico.

A presente pesquisa se concentra nos municípios de Araponga, Paula Cândido e Viçosa, mas incluímos também Guaraciaba (Quadro 6), que geograficamente pertence à Microrregião de Ponte Nova, mas, é membro do mesmo circuito turístico das anteriores e até 1990 integrava a Microrregião de Viçosa.¹⁵

Quadro 6

**CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE VIÇOSA
2000-2009.**

	ARAPONGA	GUARACIABA	PAULA CÂNDIDO	VIÇOSA
Área (Km²)	304	349	269	299
População Total (2009)	8.328	10.820	9.404	74.171
População Total (2007)	8.029	10.428	9.086	70.404
População Total (2000)	7.916	10.262	9.037	65.034
População Urbana (2000)	2.541	2.749	3.886	59.972
População Rural (2000)	5.375	7.513	5.151	5.062
Densidade Demográfica (2000)	26,41	29,87	33,77	235,46

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000. Estimativas 2007 e 2009.

De acordo com os dados apresentados, com exceção da cidade de Viçosa, que possui uma melhor infra-estrutura e um maior adensamento populacional, as demais cidades se caracterizam por apresentar uma população rural superior à população urbana, o significa afirmar que as atividades ligadas ao campo ainda são as principais fonte de renda de seus municípios.

Os quatro municípios selecionados se caracterizam por dois aspectos em comum: o primeiro é a presença de, pelo menos, uma propriedade rural envolvida com o TER; o segundo é que todos fazem parte do Circuito Turístico Serras de Minas, proposto pelo

de Química e Terapêutica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e presidente da Junta Central de Higiene Pública na capital, combatendo também a febre amarela, em 1850. Mais informações em: RIBEIRO, Wagner. Noções de Cultura Mineira. São Paulo, Ed. FTD, 1966.

¹⁵ Citado em: LOURENÇO, C. G. Guaraciaba: fragmentos históricos e sociais. Guaraciaba: S.Ed.P, 1999.

Governo Estadual. Eles representam o emaranhado de atividades que envolvem o turismo na microrregião, demonstrando um quadro muito significativo para o aprofundamento e compreensão do turismo na região.

Entre os municípios que integram o Circuito Turístico Serras de Minas, Araponga é o que possui o maior potencial turístico da região e também, a maior diversidade de atrativos turísticos inseridos no espaço rural, principalmente o ecoturismo, o turismo rural e de aventura.

O município de Araponga possui uma tendência natural para as atividades turísticas ligadas ao espaço rural, favorecido pelo seu relevo e pela vegetação remanescente da Mata Atlântica. Nas palavras de Tiradentes (2004),

morfoestruturalmente, Araponga é parte da Serra da Mantiqueira, encontrando-se situada no domínio de escarpas e dos maciços modelados em rochas do complexo cristalino. [...] onde predomina um relevo escarpado, recebendo denominações regionais de Serra do Boné, do Brigadeiro, das Cabeças ou da Araponga, entre outras. Nessas áreas serranas são freqüentes os afloramentos rochosos, destacando-se pães-de-açúcar, paredões rochosos e frontões modelados. Predominam vertentes abruptas, com declividades superiores a 50%, longas e ravinadas (TIRADENTES, 2004, p. 54).

Outro município de destaque é Viçosa o qual devido principalmente à presença da Universidade Federal de Viçosa, tem propiciado, ao longo de seus oitenta e dois anos de existência, um fluxo significativo de turistas, principalmente quando da realização de eventos ligados ao meio rural, como por exemplo a Semana do Fazendeiro, realizada desde 1929.

Diferentemente de Araponga, o turismo em Viçosa se caracteriza por estar diretamente relacionado aos eventos e negócios gerados junto à UFV ou a outras instituições públicas, como EPAMIG, IEF, EMATER e outras, que também se localizam no Campus Universitário.

Essas relações de parceria entre os órgãos idealizadores de eventos ligados ao meio rural, criam na cidade uma demanda por hotéis e alojamentos para a hospedagem durante os eventos. Entretanto, a pequena rede hoteleira local não comporta o fluxo, possibilitando, a alguns proprietários rurais, a criação de hotéis rurais.

O terceiro município da pesquisa é Guaraciaba, que está localizado na bacia hidrográfica do Rio Piranga (a jusante é denominado Rio Doce). De economia acanhada, a principal atividade econômica é a agropecuária, com destaque para as lavouras de milho, café, arroz e pecuária leiteira.

Vale ressaltar que se encontra no território, a Usina Hidrelétrica da Brecha, com potencial de 15.500 KW, de propriedade da ALCAN, e que segundo Lourenço (1999),

desde a construção da barragem e da formação do lago, os problemas de enchentes têm-se agravado. O segmento urbano à margem direita do rio teve seu espaço reduzido, desaparecendo ao longo da Rua General Dutra. Nessa margem, as casas já ocupam encostas mais íngremes, onde os riscos ambientais, associados aos sociais, são significativos (LOURENÇO, 1999, p.20).

Observa-se a presença de usina hidrelétrica, de pequeno porte, que gera *royalties* para o município. Assim, não tem sido capaz elevar a melhoria socioeconômica do local.

Guaraciaba possui um elevado potencial para as atividades turísticas ligadas às atividades agropastoris. Entretanto, a presença de uma propriedade rural envolvida com o turismo ainda não foi capaz de atrair outros investidores ou interesses dos órgãos públicos locais para esse setor econômico.

Já o município de Paula Cândido que dista apenas 22 km de Viçosa, tem, no cultivo do café, sua principal atividade econômica. Com uma população inferior a 10 mil pessoas, o comércio e serviços estão fortemente influenciados pela cidade de Viçosa, sendo inexpressiva qualquer atividade industrial.

O turismo no município é algo novo; destaca-se apenas uma propriedade rural envolvida com as atividades turísticas que, além de oferecer uma pousada rural, vem trabalhando no cultivo de uvas e na produção de vinhos artesanais, agregando mais valor à propriedade, que ainda cultiva o café. Paula Cândido, não tendo no turismo uma expressão econômica significativa, apresenta, entretanto, potencial turístico para essa atividade.

5.3 - OS MODOS DE VIDA NAS PROPRIEDADES RURAIS DA MICRORREGIÃO DE VIÇOSA.

Ao abordamos o turismo no espaço rural, pensamos (e citamos), muitas vezes, as propriedades rurais, mas não levamos em consideração o meio rural onde elas estão inseridas e se (re)produzem; esse meio pode ser, aqui, entendido como um apoio ou suporte de relações sociais específicas que se constroem, se reproduzem ou se redefinem sobre um mesmo espaço onde a prática social se manifesta, e o configura como espaço singular de vida.

O espaço ora em questão – as propriedades rurais - localizadas na Zona da Mata de Viçosa, também denominada de Microrregião de Viçosa, foi e é construído pelos seus habitantes baseado em relações sociais que são fundadas nos laços de parentesco e de vizinhança, compreendidos através de uma dinâmica social interna que resulta da maior ou menor complexidade que a vida impõe a esses moradores.

Essa complexidade também é estruturada e inserida numa dimensão social da vida cotidiana, cercada pelos acontecimentos que determinam os ciclos de vida familiar, como por exemplo os nascimentos, os casamentos e a morte, ou mesmo por manifestações de outras ordens impregnadas de caráter social ou cultural.

Desse modo, esses acontecimentos se tornam, o que compreendemos por lugar, ou seja, o espaço vivido; no nosso caso, ele assume o papel da família, sendo centrado em torno de um patrimônio familiar, elemento de referência, de convergência e, às vezes, de conflito, mesmo quando a família é pluriativa e dividida entre os diferentes espaços onde vivem os seus membros.

Muitas vezes esses lugares são áreas de coletividades rurais, e são também os depositários de uma cultura cuja reprodução é necessária para a dinamização técnica, econômica, ambiental e social do meio-rural pois, ainda que fragmentados, esses lugares carregam um sentimento de pertencimento. É o que averiguamos nas propriedades do estudo.

Como afirma Wanderley:

“as coletividades locais assim constituídas não são isoladas, mas estão integradas aos espaços sociais mais amplos, sobretudo através das complexas relações associadas ao mercado e à vida urbana. Na verdade, esta dinâmica é considerada “externa” em razão de sua origem, mas, em várias circunstâncias ela age no interior do próprio meio rural” (WANDERLEY, 2000, p,30).

Nesse sentido, concordarmos com a autora, pois entendemos que o modo de vida local decorre do emaranhado conjunto de relações sociais que se fazem presentes no espaço rural, atribuindo-lhe definição, formas e conteúdos, integrando-os também às redes de relações que se estendem por espaços sociais mais amplos e que, na maioria das vezes, ultrapassam as fronteiras da Microrregião do estudo.

Analisando o modo de vida dos envolvidos com as atividades turísticas, observamos que esse espaço social mais amplo também se dá com as relações de parentesco e de vizinhança, sendo, em algumas propriedades rurais, o fator primordial para a contratação de

mão-de-obra, e é também a base da vida social local, cujo conteúdo é dado pelas necessidades do trabalho, da produção, do lazer e da vida religiosa.

Essas relações de parentesco e de amizades que se estendem para além do espaço local, muitas vezes estimularam o êxodo rural e os processos migratórios, muito comuns nesse espaço rural estagnado, do ponto de vista socioeconômico. Na contramão desse processo, o turismo no espaço rural traz um novo significado - o da possibilidade de desenvolvimento - agora carregado de expectativas e esperanças, pois promete, ainda que não declarado oficialmente, assegurar o homem nesse espaço rural, possibilitando a sua permanência no seu espaço de origem.

Observamos que esse processo sofre influência externa e que esta se constitui no interior dos próprios espaços rurais, modificando-os profundamente, tanto no que se refere aos aspectos físicos da paisagem, normalmente são adaptadas ao gosto do turista, quanto às relações sociais locais.

Na atualidade, o meio rural vem incorporando novas perspectivas, agora carregadas de uma possibilidade de desenvolvimento local. Entretanto, parte desse meio rural sempre foi marcado por um relativo processo de letargia, principalmente em áreas fora do contexto capitalista de produção e, historicamente, marcado por uma dissociação entre a apropriação de terra e a função residencial.

Tendo ou não um caráter produtivo, para os grandes proprietários a propriedade da terra está associada a objetivos econômicos, que incluem desde os investimentos produtivos até a mera especulação fundiária, mas não se traduz, necessariamente, pelo envolvimento do proprietário e sua família na vida social local, pois raramente eles habitam o meio rural em tempo integral.

Por outro lado, temos os trabalhadores agrícolas, os pequenos agricultores e os pequenos produtores que, influenciados pelas formas precárias e insuficientes de acesso à terra, tendem a aprofundar o vínculo de laços com o lugar de moradia e com a dinamização da vida social local; quando isso ocorre, eles acabam por assumir, nas propriedades envolvidas com o turismo, o papel de mão-de-obra barata para o turismo local, geralmente sem nenhuma qualificação para o posto.

Esses trabalhadores do campo, vivendo nas pequenas ou grandes propriedades da região, ainda que de forma rústica e praticamente sem garantia de moradia, conseguem animar o seu lugar e sua vida social inserindo-se no espaço ampliado dos contatos diversos e frequentes com pequenos agricultores da vizinhança, seja no retorno da lida diária, seja nas festividades religiosas ou culturais que ocorrem nos pequenos centros urbanos onde as

propriedades rurais envolvidas com o turismo se agregam. A presença do rural é uma constante no dia-a-dia das cidades pequenas, seja pelas necessidades básicas que o ser humano necessita, como saúde, educação, lazer e outros, seja como o ponto de escoamento de sua produção, tornando-se assim, um importante espaço das interações socioeconômicas do lugar.

Outras vezes, esses espaços de interações, são os pequenos centros urbanos do estudo - Araponga, Guaraciaba e Paula Cândido - que se tornam parte integrante do modo de vida rural, abarcando, na maioria das vezes, a única noção de lazer e cultura que vários trabalhadores rurais possuem e, ao mesmo tempo, incorporando os símbolos da vida e a rotina do cotidiano rural. Quando esses pequenos centros não são suficientes às necessidades dos moradores da área rural, estes recorrem a um centro urbano maior, no caso, a cidade de Viçosa.

As cidades acabam se envolvendo e propiciando as condições ideais para o produtor e o trabalhador rural, aliados ao visitante, que também aparece, principalmente, nos finais de semana, fomentando as atividades urbanas locais, seja dinamizando o comércio local, seja pressionando os órgãos públicos por melhorias na infra-estrutura urbana e por melhores prestações de serviços.

Faz-se necessário considerar que, em muitos casos, o contato intermitente ou permanente dos residentes no campo com esse meio urbano nem sempre significa o acesso a uma efetiva e intensa experiência urbana que se diferencie do seu modo de vida rural, ou mesmo se ponha a ele. Entretanto, pode significar a reiteração de uma experiência de vida rural menos precária, o que também nem todos os municípios conseguem assegurar aos seus habitantes, pois lhes falta um dinamismo próprio possibilitado pela complexidade dos setores produtivos. Podemos afirmar que a população rural é constituída, em sua maioria, por pessoas que se relacionam em função da referência familiar que possuem, fato também observado nas propriedades rurais visitadas.

Nesse contexto o turismo inicia seu processo de expansão sobre o lugar, pois sua chegada na região é marcada, inicialmente, pelo interesse em aproveitar a beleza cênica do local em um investimento econômico, e pelo fato de que alguns proprietários rurais possuem parentescos com pessoas que estão no lugar. Assim, a atividade turística se apropria da vontade e necessidade dos envolvidos com as atividades rurais, surgindo, na visão de alguns como a panacéia para suas propriedades.

Compreendemos que os usuários do turismo no espaço rural não fazem parte dessa população, mas cabe aqui uma ressalva, pois as presenças desses turistas nas propriedades

rurais visitadas são marcantes na vida rural local, visto que modificam, profundamente, não só a paisagem – degradando esse espaço - como também a natureza da vida social local, provocando o surgimento de novas ocupações, recrutando moradores locais e afetando também o ritmo de vida local, agora determinado pelo fluxo de pessoas externas ao lugar nos finais de semana, feriados prolongados e férias, criando um fluxo gerador e multiplicador de novas atividades econômicas e de vida social que repercute sobre o todo do município onde ocorrem as atividades turísticas e não apenas sobre sua área rural diretamente beneficiada por essa atividade.

Nesse contexto, nossa problemática é entender, a partir da análise das propriedades envolvidas com o turismo, no espaço rural da Microrregião de Viçosa, como esses produtores se tornam os elementos do seu modo de vida turístico.

5.4 - O TURISMO NO ESPAÇO DAS PROPRIEDADES RURAIS DA MICRORREGIÃO DE VIÇOSA.

A Região da Zona da Mata Mineira tem uma ocupação bastante antiga. Entretanto, sua predisposição às atividades turísticas é bastante recente, sendo que as primeiras incursões destas, em seu território, são apontadas, por alguns produtores rurais, como ocorrendo desde os meados da última década do século XX. Entretanto, acredita-se que tenham ocorrido visitas desde o processo de expansão da cafeicultura na região, propiciada inicialmente pela expansão da Estrada de Ferro Leopoldina a Ponte Nova, em 1886¹⁶, acontecendo de forma constante, em toda região.

Essa estrada de ferro foi o ponto de ligação da região com Juiz de Fora e de lá com o Rio de Janeiro, servindo, durante anos, como a principal ligação com o centro político do país e como meio de escoamento da produção cafeeira, tornando-se o fator de agregação das cidades por ela margeada.

Interligados pela Estrada Ferro Leopoldina, os municípios da Microrregião de Viçosa cresceram a passos lentos, envolvidos apenas pela cafeicultura, mas com respaldo político para serem aglutinados, em 2003, pela Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais (SETUR), em um dos circuitos turísticos de sua política de regionalização do Turismo.

¹⁶ Citado em: Vieira, E. P. **Economia cafeeira e processo político**: na população eleitoral da Zona da Mata Mineira (1850-1889). Curitiba: UFPR, 1978 (Dissertação de Mestrado em História).

Desse modo, optamos por pesquisar as propriedades apontadas pelo Circuito Turístico Serras de Minas (CTSM), que fazem parte da Zona da Mata de Viçosa, devido, principalmente, ao pequeno número amostral existente nos municípios integrantes do referido circuito e assim distribuídos: Araponga (4), Guaraciaba (1) Paula Cândido (1) e Viçosa (1). (Mapa 05). Na escolha desses lugares foi considerado, como fator preponderante o envolvimento de cada propriedade rural com as atividades turísticas.

Ao se abordar o turismo na região, a única representação associativa que os proprietários rurais possuem é o circuito turístico do qual fazem parte, mas que não representa apenas uma associação de proprietários, uma vez que a idéia do circuito envolve também um leque grande de empresários e investidores de vários segmentos.

As propriedades rurais que ora apresentamos inserem-se nas atividades turísticas de forma aleatória e individual, estimuladas, principalmente, pela possibilidade de ampliação em suas divisas ou recursos econômicos, mas de olho na possibilidade do desenvolvimento local. Para que isso ocorresse, a única maneira possível, a priori, era disponibilizar o único produto turístico que possuíam de forma abundante, que é o espaço natural das “Serras de Minas”. No entanto, é preciso levar em consideração não apenas o discurso do ganho econômico que as propriedades passam a ter, mas também outros elementos e, principalmente, as humanidades envolvidas nesse processo.

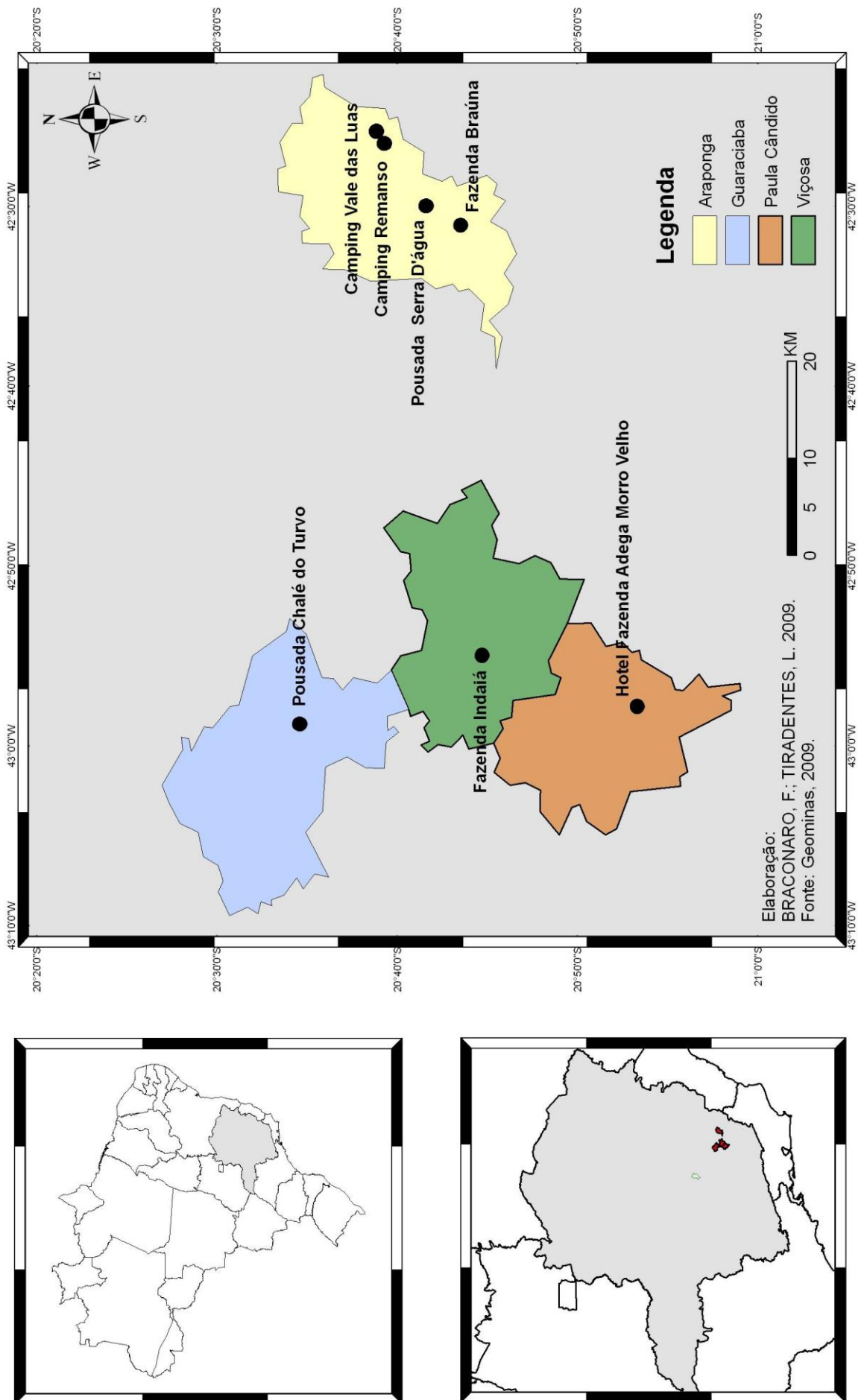
Ainda hoje, o grande desafio para o turismo local é promover a região, que é carente em vários aspectos socioeconômicos. Porém, acreditamos que uma das possibilidades para esse desenvolvimento local encontra-se na qualificação e certificação das propriedades, que poderão ser executadas pelo próprio Circuito Turístico Serras de Minas, podendo, futuramente, ser estabelecida uma central de consultas e reservas.

A curto prazo, precisa-se pensar, para a região, num processo que amplie a possibilidade de expansão desse turismo no espaço rural, investindo maciçamente num marketing pendular e permanente, como, por exemplo, idealizando vários eventos ao longo dos anos, e também na obtenção de parcerias e assinaturas de protocolos com várias instituições.

Objetivando compreender as atividades turísticas que ocorrem na região de estudo, foram visitadas sete propriedades rurais. Nessas entrevistas, procuramos conhecer a realidade da atividade turística em cada propriedade, ao mesmo tempo em que observamos sua composição e estruturação; desta forma, o que aí está é o resultado de muitas andanças e percepções sobre o que foi visto, lido e ouvido. A seguir, descrevemos as referidas propriedades turísticas da Microrregião de Viçosa, envolvidas com o TER.

PROPRIEDADES TURÍSTICAS DA ÁREA DE ESTUDO - MICRORREGIÃO DE VIÇOSA - MG

Mapa 05



5.4.1 - FAZENDA BRAÚNA

Localizada no Município de Araponga e distante a 12 km da sede do Município, no entorno da Serra do Brigadeiro, a Fazenda Braúna (Foto 01) tem, na cafeicultura, a sua principal atividade econômica, a qual também vem sendo aproveitada para o turismo. Produzindo, principalmente, cafés finos, sendo certificada pela Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA).



Foto 01. Vista parcial do cafezal da Fazenda Braúna, com destaque para o cultivo do café em áreas de encosta e do processo de secagem dos grãos de café no fundo do vale, técnicas muito utilizadas na região.

Foto: Arquivo da Fazenda Braúna Abr. 08

Braúna é uma marca forte na região, quando se fala em café fino, o que contribui com a verticalização do produto com a exportação, principalmente para a Itália, agregando valor à marca, uma vez que a própria fazenda cuida desde o plantio até a torrefação e a distribuição.

A Fazenda Braúna está incrustada na região das Matas de Minas Gerais e margeia o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, sendo envolvida por um conjunto de belas montanhas e cachoeira, considerada como um santuário de pássaros e de animais silvestres, como, por exemplo, o macaco moncarvoeiro, o maior primata das Américas.

Os cafés que são produzidos na propriedade Braúna vêm sendo comercializados desde a década de 20 do século passado, perpetuando na família a tradição na produção de cafés nobres. Conforme consta no site da propriedade,

começou adquirindo máquinas para o processamento do café - que à época eram movidas a vapor - e tratores - os primeiros da região - até chegar à atual tecnologia de preparo de cafés especiais, através do processo de descascamento de grãos cereja. O Café Braúna é oriundo de plantas selecionadas da variedade arábica. Os grãos são colhidos à mão e, após lavados, são separados pela maturação; apenas os grãos maduros (cereja) são utilizados. Estes grãos são comprimidos numa peneira para que a casca seja retirada e, em seguida, são secos ao sol em pátios. Este processo produz cafés extraordinários, pois diminui muito o risco da fermentação e utiliza apenas frutos maduros, fase esta em que o grão pode exprimir todo seu potencial de corpo, aroma e sabor (FAZENDA BRAÚNA, 2008).

O nome Braúna está ligado diretamente à espécie arbórea braúna (*Melanoxylon Braunia schott*), espécie com altura média de 15 a 25 metros, que era comum na fazenda. Possuindo uma extensão de 304 hectares, o café está presente na propriedade desde os anos 20 do século passado, sendo cultivado, principalmente, o café tipo cereja que, durante muito tempo, foi trabalhado em sistema de parceria.

As visitas turísticas que ocorrem na propriedade são todas direcionadas, sendo que partes são ligadas diretamente ao curso de barista¹⁷ que é oferecido dentro da propriedade. Outra função do turismo, na propriedade, é a possibilidade para o *marketing* disponibilizar a marca Braúna, sendo que os turistas são recebidos de maneira simples, sem características de um hotel tradicional e sim mais familiar, podendo vivenciar o dia-a-dia da propriedade, caracterizando, portanto, um agroturismo¹⁸. Observamos que o turismo, aqui, mesmo estando dentro de uma importante propriedade produtora de café, insere-se numa relação interpessoal, trabalhando com um estilo familiar, sendo que ele é uma complementação à renda da propriedade, ou, como destacou o entrevistado, “... é uma simbiose”, estando presente desde os anos 2000.

Ao arguirmos sobre a participação do Estado nesse processo, obtivemos como resposta que essa participação é inexistente. Para o entrevistado, que também é um dos proprietários

¹⁷ Barista é o profissional especializado em cafés de alta qualidade ou cafés especiais.

¹⁸ De acordo com Portuguese (1999), o agroturismo refere-se às atividades turísticas que ocorrem no interior das propriedades rurais, gerando ocupações complementares com as atividades agropecuárias produtivas.

envolvidos na pesquisa, não houve um pleito da base, solicitando o turismo. Essa mesma questão também não é abordada pelo governo municipal, como, por exemplo, o financiamento de atividades turísticas locais, desconhecendo se existem informações sobre a atuação do Estado, aqui entendido como as ações públicas que possibilitem o desenvolvimento do setor turístico.

Na Fazenda Braúna, a participação familiar é importante, com relação ao processo de expansão da marca Braúna, existindo uma divisão de tarefas, sendo que quatro membros convivem, diretamente, com a empresa, e acabam lidando, também, com a questão do turismo na propriedade rural, direta ou indiretamente. Nesse processo, os pais não participam, ficando a cargo dos filhos a gerência e a parte de relações públicas; a irmã do entrevistado é responsável pela contabilidade do empreendimento e um sobrinho pela cafeteria.

Ao questionarmos as mudanças que ocorrem na propriedade, com a chegada do turismo, obtivemos como resposta que houve mudanças na estrutura física (Foto 02), para melhor receber os visitantes, destacando também que os funcionários receberam informações sobre os conceitos de limpeza e procedimentos de recepção, resultando numa melhoria de atitudes. Essas informações oferecidas aos funcionários foram repassadas pelos proprietários, não se constituindo em cursos específicos de atendimento e recebimento ao turista.

A participação dos membros familiares no processo de produção do café foi um fator essencial para a aceleração do procedimento de chegada do turismo na propriedade, pois foi nesse contexto de ampliação das atividades cafeeiras, principalmente com a melhoria das técnicas de plantio, cultivo e beneficiamento do café fino, que surge a necessidade de oferecer uma melhor infra-estrutura aos visitantes que vinham à procura de novas técnicas e conhecimentos, e que a cidade de Araponga não oferecia.

Não ocorre, na propriedade, uma preferência por um determinado tipo de turista; entretanto, a maior parte dos visitantes são pessoas ligadas diretamente à cafeicultura (Foto 03), que a visitam com objetivos específicos sobre produção, seleção e consumo de grãos-finos, o que contribuiu para que os proprietários construíssem toda uma infra-estrutura de chalés para atender os visitantes que desejam pernoitar no local.

Vale ressaltar que não há contratação de funcionários específicos para o turismo, MS há contratação de até cem pessoas na época da colheita do café. Entretanto, esses contratados, que são trabalhadores rurais locais, não trabalham diretamente na recepção aos turistas, ficando essa função delegada a um dos proprietários.



Foto 02. Espaço em construção destinado ao recebimento e pernoite dos turistas na Fazenda Braúna. Esse espaço visa atender as pessoas que procuram a propriedade para realizar o curso de barista.

Foto: TIRADENTES, L. Abr. 08

Dependendo do objetivo da visita, o turista tem um direcionamento diferenciado, ou seja, pode ser um grupo de visitantes ou especialistas em café: os turistas mais frequentes são os que vêm com a finalidade de se tornarem baristas, recebendo, portanto, todas as informações técnicas sobre o curso e suas atividades na propriedade. Já os turistas que são estudantes recebem mais informações acadêmicas sobre a cultura do café e seus processos produtivos e outros tipos de turistas são enfocados na finalidade a que se destinam. Quem realiza a recepção são os proprietários ou um funcionário designado para essa função, já que não existem guias específicos para acompanhar os turistas.

Na propriedade não existe qualquer tipo de festa, seja ela religiosa ou profana, ou mesmo produção artesanal no local. Existe, por parte dos proprietários, a vontade de realizar parcerias, no sentido de possibilitar um melhor aproveitamento turístico, mas ainda não houve qualquer movimentação no sentido dessa realização. Também não averiguamos a presença de atrativos históricos que se destacassem.



Foto 03. Ocupação das encostas por cafezais em floração, plantado segundo a técnica de curvas de nível na Fazenda Braúna. Ao fundo área preparada para novos plantios

Foto. Arquivo da Fazenda Braúna. Abr. 08

No requisito atrativo natural, o destaque são as grandes reservas florestais existentes no seu interior, existindo quatro cachoeiras que podem ser visitadas pelos turistas. O turista, no local, pode usufruir de atividades de entretenimento que promovem bem-estar, tais como cavalgadas e passeios, num belo cenário natural.

Questionado sobre o sentimento de pertencimento ao lugar, o entrevistado afirmou que o maior pertencimento são os cafés especiais, marca de destaque na região, e a recepção familiar que eles possibilitam, ao turista ou visitante. Essa recepção familiar se caracteriza como uma forma de receber o turista que particulariza o turismo na propriedade, criando toda uma noção ou sentido de “acolhimento familiar”, ressaltando o estilo ou a personificação do mineiro em receber um visitante.

De acordo com o proprietário, “...o circuito turístico existente tem propiciado uma simbiose com outras empresas, pois possibilita a troca de experiências e conhecimentos”. Mas essa troca, ainda que justificada pelo proprietário, é pouco representativa, no conjunto do circuito turístico no qual essa propriedade se insere.

A atividade turística não é o principal produto da Fazenda Braúna, mas uma consequência da cafeicultura. Sua participação no circuito turístico (CT) tem contribuído para uma melhor recepção por parte dos turistas e para a expansão do café fino, ampliando definitivamente sua participação no mercado de café.

O turismo existente na Fazenda Braúna não acontece por acaso, mas sob bases concretas, ou seja, pela apropriação do modo de vida de seus proprietários, que perceberam a necessidade de sua existência para atender a um público específico, voltado para a cultura do café, principalmente os denominados cafés especiais, que atrai pessoas interessadas em apreender o processo produtivo; e, também, por necessidades familiares de ampliar a renda e o trabalho para seus membros.

5.4.2 - CAMPING REMANSO.

Também localizado em Araponga, região rural do Estouro (Foto 04), o Camping Remanso é a única propriedade rural envolvida com o turismo no espaço rural que não participa, oficialmente, do Circuito Turístico Serras de Minas. Entretanto, seu proprietário está envolvido com o TER desde o início de 1990, sendo um dos pioneiros na região.

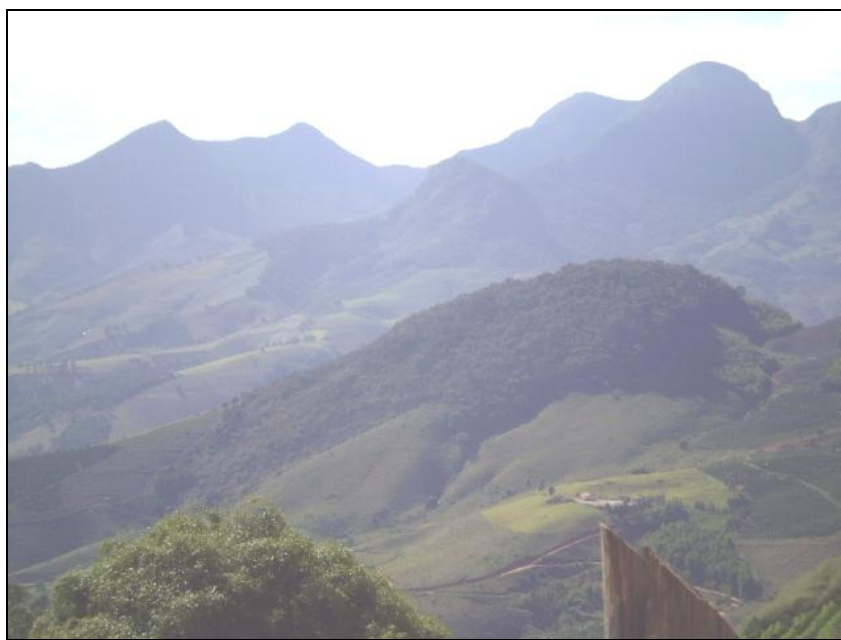


Foto 04. Área de pastagens e cobertura vegetal de Mata Atlântica da Serra do Brigadeiro, na região rural do Município de Araponga, denominada “Estouros”, onde se localiza o Camping Remanso .

Foto: TIRADENTES, L. Abr. 08

Morador da região desde os anos de 1970, o proprietário trabalhou como meeiro por vinte anos, até conseguir comprar 130 ha, adquirindo dois mil pés de cafés, à época, e

algumas cabeças de gado. A técnica utilizada na cafeicultura foi aprendida no dia-a-dia da lida no campo, não contando com a presença de técnicos locais; entretanto, faz uso de curva de nível.

A produção local é vendida na própria fazenda e destinada, posteriormente, para depósitos nas cidades de Araponga, Ervália e Viçosa, sendo que o transporte desse produto é realizado por conta do proprietário, assim como todo o custo de produção, contando com financiamento, mas está estudando a possibilidade de financiar um trator, para ampliar a produção. Os principais tipos de café produzidos são o catuaí vermelho e o conilon.

A origem do nome da propriedade está ligada, diretamente, aos remansos¹⁹ que existem no Córrego do Boné (Foto 05). As primeiras visitas turísticas na propriedade não se caracterizaram como atividade turística e começaram no ano de 1975; tinham, como finalidade, apenas o acampamento; normalmente, eram pessoas de fora da região, na maioria jovens, oriundos de Viçosa, que buscavam o lugar como área de lazer, não gerando renda para a propriedade.



Foto. 05. Remanso que deu origem ao nome da propriedade Camping Remanso, localizado no Córrego do Boné e distante a 23 km da sede do Município de Araponga – MG.

Foto: TIRADENTES, L. Abr. 08.

O turismo, na propriedade, começou conjuntamente com outro camping, localizado em suas proximidades, estando associado à idéia do surgimento do Parque Estadual da Serra do

¹⁹ Remanso - Adotamos a definição de Antônio T. Guerra e seu Dicionário Geológico Geomorfológico, que o define como trecho de um rio no qual a corrente fluvial fica como que parada.

Brigadeiro (PESB), no ano 2000. Segundo o entrevistado, “....as primeiras visitas no início foram de desconfiança, sem nenhum serviço oferecido...”, mas com a chegada da energia elétrica houve um incremento de turistas, encontrando-se o turismo hoje (2010), totalmente integrado à rotina diária da propriedade.

Na propriedade Remanso, o turismo divergiu dos outros tipos praticados em outras localidades. Primeiro, pelo seu pioneirismo, já que, até 2004, restringia-se a uma área de camping, que era caracterizado, de acordo com Tiradentes (2004, p.96), como “um camping bastante rudimentar”, sem nenhum tipo de melhoria ou beneficiamento. Segundo, o envolvimento dessa propriedade com o turismo começou por acaso, nada planejado, quando há mais de quinze anos, apareceram os primeiros mochileiros, para acampar. Terceiro, o turismo não abocanhou a cafeicultura, tornando-se uma atividade de ampliação da renda familiar, contando com a participação de toda a família, nesse processo.

Para o proprietário, “o turismo não atrapalha a rotina da propriedade...”, uma vez que conta com a ajuda e participação de familiares tais como: esposa, filhos, e noras. As razões para a prática do turismo, nessa propriedade - e também em outras - estão ligadas, diretamente, às estagnadas agricultura e pecuária da Região, compelindo-os a buscar uma alternativa de ampliação da renda, gerada, entretanto, à custa de um sobretrabalho. A atividade turística não gera muito lucro ou prejuízo, é uma atividade intermediária que complementa a renda familiar, tendo o proprietário construído uma estrutura física para abrigar os turistas que preferem não acampar (Foto 06).

Com relação à participação do Estado ou de suas políticas públicas para a atividade turística, o proprietário afirma que não percebe essa ação do Estado, a não ser em áreas da saúde e da educação, afirmando também que não recebe apoio ou ajuda de outras instituições, sendo que a contribuição do Estado, para o turismo local, é totalmente ineficiente, na prática.

A total falta de preocupação com o turismo local também ocorre em nível municipal. Não conseguimos, junto à Prefeitura Municipal de Araponga, qualquer documento ou manifestação da existência de uma política pública ou um planejamento para esse setor, o que pode ser identificado nas entrevistas dos proprietários rurais, mesmo existindo um departamento municipal específico para o turismo.



Foto 06. Pequeno alojamento para pernoites dos turistas no Camping Remanso. Esse alojamento demonstra a preocupação do proprietário em melhorar a qualidade do atendimento no camping.

Foto: TIRADENTES, L. Abr. 08

A participação familiar, no turismo da propriedade, é intensa, contando o proprietário com a ajuda de quatro filhos e quatro noras, que trabalham com um sistema de rotação por final de semana, recebendo uma diária como salário pago. Esse sistema de rotação se refere, principalmente, à escolha de qual filho ou nora ajudará nos serviços ligados às atividades turísticas, e é realizado pelo próprio pai. As tarefas da lavoura estão a cargo dos filhos, mas todos participam das atividades turísticas quando necessário, sendo que um dos filhos trabalha como Guarda-Parque no PESB e também é um dos guias da propriedade, tendo realizado, conjuntamente com outros membros familiares, cursos de guia turístico pelo Sistema Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

Os primeiros contatos do turista com os proprietários são realizados por telefonema, quando se agenda um dia ou final de semana para acampar. Ao chegar à propriedade, o espaço para o acampamento é mostrado e algumas normas básicas do acampar são repassadas, estando os visitantes livres para conhecer toda a área do camping. Entretanto, para realizar uma visita ao PESB, é necessário contratar o guia local, que é filho do proprietário.

Não identificamos qualquer tipo de festa local ou manifestação religiosa; o que ocorre são as festas juninas, com as quadrilhas, realizadas na escola rural da região, que não pertence a essa propriedade. Também não foi identificada qualquer manifestação cultural, artesanal ou histórica que seja caracterizada como um importante atrativo turístico. O grande atrativo é a

exuberância natural do local, cercado por elevada região montanhosa, denominada Serra do Brigadeiro e recoberta pela Mata Atlântica, constituindo hoje uma importante reserva florestal do Estado, com destaque para a Cachoeira da Laje, a piscina natural do remanso, o paredão de pedras para escaladas e as ‘trilhas ecológicas’ realizadas no PESB, mas com acampamento base localizado na propriedade.

Como vimos, as festas não fazem parte dos atrativos do lugar e os grandes atrativos são, sem dúvida, os recursos naturais (Foto 07) existentes, favorecidos pela proximidade com o parque estadual. A propriedade é rica em paisagens culturais, como a produção do café, a sede da fazenda e, também, a própria história do lugar. No entanto, essas paisagens não são absorvidas como um atrativo turístico importante, o que pode ser trabalhado.

Quando questionamos o proprietário a identificar qual seria o símbolo que melhor caracteriza a propriedade, recebemos como resposta que não existe esse símbolo propriamente dito, mas destacou que é uma região privilegiada por ter duas “chegadas de água” em suas terras, e isso é um símbolo para poucos. Para o entrevistado, a relação com o lugar é de felicidade, de melhor lugar para viver, argumentando que a vida dele está naquele local, fruto de anos de esforços e luta para adquirir.

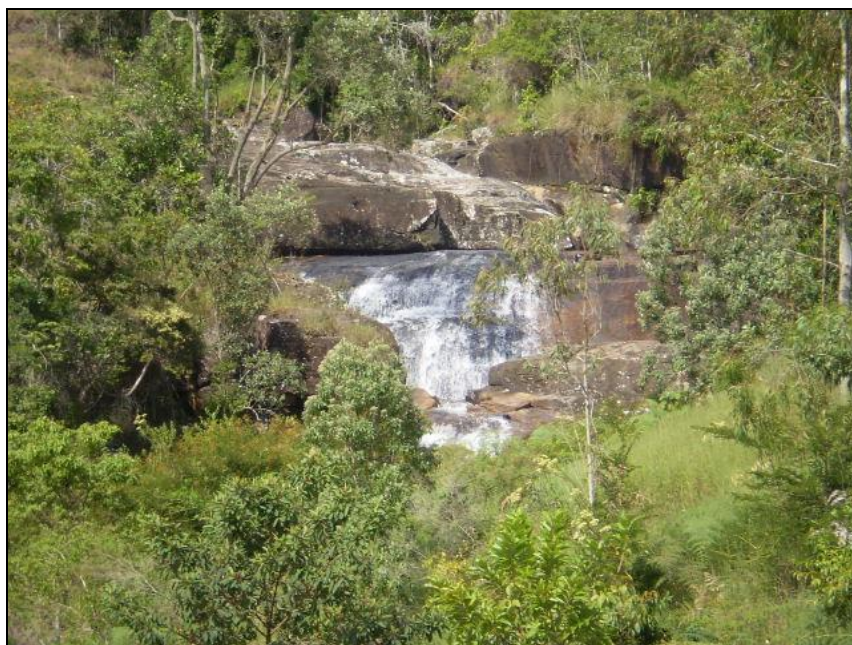


Foto 07. Cachoeira do Córrego do Boné, localizado dentro do Camping Remanso e um dos principais atrativos turístico da propriedade.

Foto: TIRADENTES, L. Mai. 08

A própria justificativa do proprietário sobre a sua percepção do que melhor representaria a propriedade é um fato interessante a se analisar nesse contexto. Símbolos significam pertencimento ou apenas uma representação de algo concreto? Entende-se que o símbolo pode ser um conceito ou uma idéia e surge como uma representação concreta ou imaginável de um objeto, de uma paisagem ou de um fato, e leva as pessoas a acreditarem que sua representatividade assume um caráter fiel ao imaginado.

Nesse sentido, divergente do que ocorreu com as propriedades portuguesas, que trazem na heráldica o seu maior significado de representatividade e também de um sentimento de pertencimento ao lugar, as propriedades rurais da Microrregião de Viçosa e, mais especificamente, essa propriedade, é desprovida de uma simbologia típica, tornando os símbolos naturais (montanhas, matas, rios) mais representativos do que os símbolos culturais (brasão, cabeça de boi, porteira).

No Camping Remanso, a presença do café é uma atividade marcante. É através da cafeicultura que essa família tira seu sustento, não se caracterizando contudo, como uma agricultura familiar, pois a propriedade possui cerca de 100.000 pés de café, entre os tipos *Catuai-Vermelho* e *Conilon*, espalhados em 130 hectares.

Na última parte da entrevista, questionamos sobre o Circuito Turístico Serra de Minas e sua participação. Para ele, é um “...povo que se junta para discutir sobre o assunto”, sendo ele sempre bem visto nas reuniões dos associados, argumentando que a origem do circuito é desconhecida e que sua divulgação é muito lenta.

Embora justificando que sempre é bem vindo quando participa das reuniões do CTSM, esse proprietário não faz parte do grupo de associados do circuito turístico local, não demonstrando interesse em participar. Sendo sua propriedade uma das pioneiras em trabalhar com o turismo, no espaço rural da Microrregião de Viçosa, essa recusa está associada a dois fatores: o primeiro, de ordem física, reflete-se diretamente na dificuldade de deslocamento e acesso até a sede do CTRM; e o segundo, pela baixa confiança no Circuito que, a passos lentos, não concretizou o esperado desenvolvimento turístico.

A integração da propriedade com o circuito turístico (CT) não é aprofundada, ela ocorre com a participação nas reuniões e nas discussões do Circuito. Indagado sobre as melhorias que o circuito trouxe, recebemos como resposta que o grande benefício foi no sentido de trabalharem em conjunto e que suas perspectivas com o CT é se “envolver mais e sempre melhorar, e essa melhora tem que ser com um bom atendimento e uma boa hospedagem”. Vale destacar, também, que a propriedade é um ponto de cavalgada para a região e oferece seis quartos e três banheiros para os que preferem não acampar.

O turismo é uma realidade que cobra, de todos, melhorias, e isto significa buscar caminhos que possibilitem o desenvolvimento, não apenas econômico, do lugar, mas também o desenvolvimento social e cultural de uma região até então esquecida, em todos os sentidos.

O turismo, na propriedade Camping Remanso, ocorre de maneira diferenciada das demais propriedades investigadas. A presença das atividades turísticas, no local, iniciou-se em 1995, predominando dois tipos de turismo: o ‘campismo’, identificado como uma questão de lazer e de ocupação de espaço, e o turismo rural, mais integrado com a realidade turística no campo, e nesse processo a produção cafeeira não para.

Com a chegada do turismo no espaço rural, a família se envolve por completo, adequando-se e reestruturando seus afazeres de acordo com a complexidade das atividades, agora vestida com uma roupagem pluriativa, ou seja, uma combinação de tarefas específicas. Seus membros são deslocados quando da necessidade de suprir uma demanda é o que chamamos de multifuncionalidade das famílias envolvidas no turismo.

A atividade turística, no Camping Remanso, envolve a produção do café, que continua a ser a mais importante atividade econômica da propriedade, mas que, nos finais de semana ou feriados prolongados, perde sua importância para o turismo, transformando os produtores em empreendedores do turismo. Isso tudo se reproduz na família, que tem o seu modo de vida alterado, pois tornam-se administradores do próprio negócio, nem sempre de forma planejada, resultando na exploração do trabalho familiar, pelas suas múltiplas atividades produtivas.

5.4.3 - FAZENDA INDAIÁ.

Localizada a apenas 09 quilômetros do centro da cidade de Viçosa, na localidade de Córrego dos Nobres (Foto 08), caracteriza-se por ser uma das poucas propriedades rurais envolvidas com o TER a não produzir o café. Circundada por remanescentes da Mata Atlântica, a fazenda procura se diferenciar utilizando um modelo de desenvolvimento que observa o cuidado com o meio ambiente, dá ênfase ao uso da água, tendo como grande atrativo a produção de uva e a vivência dos moradores no espaço rural.

Com uma extensão de 14 hectares, o nome da propriedade está associado à palmeira Indaiá, um dos símbolos que a caracterizam. Em sua produção local, destaca-se também a produção artesanal do melado de cana, rapadura e açúcar mascavo, onde a presença de um moinho d’água vem se tornando um atrativo a mais para o turismo rural.



Foto 08. Vista parcial da sede da Fazenda Indaiá localizada no Município de Viçosa –MG, zona rural dos Nobres e pioneira na produção de uvas no município.

Foto: TIRADENTES, L. Abr. 08

Essa propriedade traz uma particularidade em relação às demais apresentadas. É uma pequena propriedade rural familiar que produz uva, fato raro para a região que, até então, nunca havia produzido uva, apesar do clima frio de montanha que predomina no local, e se envolve com o turismo para ampliar a renda e o trabalho familiar. Esse turismo ocorre explorando o que já existe na propriedade. A razão dessa existência está ligada diretamente à necessidade de criar uma ocupação aos proprietários, já idosos e recém-aposentados, buscando livrá-los de uma depressão, levando-os a uma nova dinâmica de vida; a idéia desse envolvimento é de uma sobrinha, que toma frente nas iniciativas e assumiu a função de administradora desse processo turístico.

Contando com uma infra-estrutura mais moderna, o local tem condições de receber até cem visitantes por dia, oferecendo inclusive almoço, quando agendado. As atividades rotineiras da fazenda são mantidas, permitindo o fabrico de queijos, doces, rapaduras e outros artefatos, que ajudam a gerar rendas e trabalho aos familiares do lugar. A propriedade é utilizada para visitas e eventos de um dia, principalmente por não possuir espaço para pernoite.

Uma das pioneiras na produção de uva e vinho, a Fazenda Indaiá iniciou sua atividade vinícola em 2000 (Foto 09), tendo surgido de forma espontânea. Posteriormente, o contato com um vinicultor da cidade de Louveira (SP) contribuiu para o cultivo dessa cultura;

entretanto, o grande avanço só ocorreria anos mais tarde, com a consultoria técnica de um professor da UFV.



Foto 09. A produção de uvas da Fazenda Indaiá, Município de Viçosa é um dos atrativos turísticos locais.

Foto: TIRADENTES, L. Abr. 08

As primeiras visitas só se iniciaram em 2003, como prática agrícola, e não como atividade turística. Nesse processo, as visitas familiares e os estímulos de amigos contribuíram para que os proprietários comesçassem a enveredar pelo lado do turismo, tendo um dos membros familiares tido a iniciativa de procurar o Circuito Turístico Serra de Minas, com o objetivo de agregar-se ao circuito, sendo posteriormente contatados pela Secretaria de Desenvolvimento de Viçosa.

A chegada do turismo também foi estimulada pelo SEBRAE, que fez contato com os proprietários, inserindo o turismo por intermédio da oferta de produtos locais e do oferecimento da lida no campo (agroturismo). De acordo com a entrevistada, “... o turismo tá chegando devagar”. Segundo nos contou, foi num dia de desânimo, sem saber que rumo tomar, que a administradora teve a idéia de se envolver com o TER, convidando, posteriormente, um consultor para fazer um diagnóstico do lugar. Este levantou o potencial do local e indicou o que precisava mudar. Um fato interessante é que essa mudança não ocorreu rapidamente; a iniciativa foi da própria administradora, que num primeiro momento realizou pesquisa e estudos sobre o assunto e, posteriormente, decidiu procurar o CTSM, demonstrando a sua vontade de participar do Circuito.

Suas primeiras percepções sobre o turismo levaram-na a entender que algo estava mudando, não só na parte física, mas também nos relacionamentos dos familiares envolvidos com a atividade turística e que se encontram na melhor idade, sendo que ocorreram mudanças até na comunidade onde a propriedade está inserida, argumentando que houve melhorias nas casas, nas estradas e no povo, demonstrando que há um entusiasmo local.

Arguida se o turismo substitui ou complementa a renda da propriedade, foi categórica ao afirmar que ele irá complementar os rendimentos; no entanto, além de visar a um aumento da renda, quer mostrar um tipo de vida cotidiana existente nas fazendas mineiras que já não se observa com facilidade hoje em dia. Por enquanto, porém, o turismo ainda não deu o retorno esperado.

Com relação à participação do Estado na região, no quesito atividades turísticas, afirmou que não recebe ajuda do Governo. Entretanto recebeu, do SEBRAE, a possibilidade de realizar cursos, mas esses cursos são pouco focados no turismo rural. Para a entrevistada, não há necessidade de apoio, cada um faz por si, mas, há uma previsão de parceria com uma agência de divulgação de Viçosa o que, segundo ela, seria muito bom para divulgar o lugar.

Visando identificar e avaliar como as políticas públicas chegam até as propriedades rurais, não identificamos como o Estado vem contribuindo para o turismo local. Em suas respostas às nossas perguntas sobre essas políticas públicas, a proprietária afirma que o Estado não contribui para o desenvolvimento local, faltando um programa que realmente fortaleça o setor. Nesse contexto, os órgãos públicos municipais também não têm dado o suporte necessário, tendo cedido apenas o espaço (uma sala) para a sede do Circuito Turístico local.

No quesito participação familiar no empreendimento turístico, esta é total, com quatro familiares (três irmãos e uma sobrinha) envolvidos diretamente com as atividades do turismo, sendo um deles o proprietário. Vale ressaltar que as participações desses irmãos que se encontram na terceira idade, proporcionaram um novo estímulo de vida a eles, possibilitando-lhes engajarem-se nessas atividades. Esse engajamento, entretanto, não significou uma divisão específica de funções; ao contrário, contribuiu para o fortalecimento do grupo, que acaba propiciando um acolhimento natural aos turistas, que são recebidos como amigos da família. Essa família conta, ainda, com a participação direta de outros sobrinhos e familiares.

Nessa propriedade rural, constatamos que a administradora do empreendimento turístico já realizou curso de capacitação pelo SENAR, com duração de 40 horas, durante a Semana do Fazendeiro, realizado pela Universidade Federal de Viçosa. Com a participação em cursos de capacitação, pode-se afirmar que existe uma preocupação, por parte dessa

administradora, em se qualificar para melhor compreender o turismo rural e sua dinâmica, o que implica diretamente a possibilidade de ampliação de seus conhecimentos sobre o assunto, repassando essas informações a outros membros da família, resultando, a curto prazo, numa melhoria dos serviços prestado aos turistas.

Analisando as mudanças que ocorrem na propriedade envolvida com o turismo, identificamos profundas transformações no espaço físico local, para melhor atender o visitante, como a construção do salão onde é produzida a garapa, o grande moinho d'água, banheiros e outras. Observamos que há uma preferência pelo turismo da terceira idade, pois há uma maior identificação de idéias e ações com esse grupo etário.

A maioria dos turistas que visitam o lugar, está ligada, diretamente, ao interesse em conhecer uma produção vinícola, ainda que artesanal; há, ainda, o interesse de trabalhar com escolas. Nessa propriedade não há contratação de empregados específicos para a atividade turística; os que existem são contratados para a lida diária da fazenda. Essa afirmação demonstra, mais uma vez, que nas propriedades rurais envolvidas na pesquisa não existe essa preocupação em contratar mão-de-obra local para trabalhar, especificamente, com as atividades turísticas, mas sim, funcionários que possam suprir essa pluriatividade que os proprietários ou administradores exercem.

A recepção do turista é feita, previamente, com um agendamento da visita. Na propriedade, o turista é recebido pelos proprietários, que oferecem um típico café de Minas. Nesse processo, o visitante recebe as informações sobre as atividades que são desenvolvidas e conta com os proprietários, que mostram a fazenda, realizando o papel de guias, o que explica a inexistência de gente contratada para essa função.

Um fato que observamos, na propriedade, é que não ocorrem festas locais que sejam um atrativo a mais para o turismo local. Nesse ano, entretanto, foi realizada a primeira festa junina. Na fazenda existe produção artesanal de vinho, doces, geléias, queijo que são revendidos aos visitantes. Com relação às festas religiosas, ocorre na capela da comunidade rural a Festa de São José, em março, sendo que a fazenda contribui com prendas para o leilão da igreja.

Outro assunto abordado na entrevista diz respeito às identificações e pertencimentos das pessoas com o lugar. Observamos que as festas não constituem um pertencimento do lugar. Os símbolos que mais representam a propriedade são as palmeiras indaiá e o engenho d'água (Foto 10). Entretanto, existe um sentimento de pertencimento com o lugar, pois toda a família foi criada nesse espaço, como argumenta a entrevistada "...é uma vida toda passada aqui".



Foto 10. A roda d'água e palmeiras imperiais são os símbolos da Fazenda Indaiá localizada em Viçosa-MG e única plantadora de uva no município.

Foto: TIRADENTES, L. Mai. 08

As identificações e os pertencimentos das pessoas com o lugar são frutos de uma noção cultural existente no espaço da pesquisa. Essas identificações são os aspectos trabalhados que representam a característica própria do local, enquanto o pertencimento, muito trabalhado pela Geografia Cultural, representa o momento exato que o indivíduo se identifica com ele mesmo e com a comunidade em que está inserido.

Santos (2005), ao trabalhar com comunidades rurais, justificou que

a comunidade rural é parte relevante da história do lugar, bem como das práticas culturais. Em outras palavras, o uso simbólico que a comunidade faz dos seus bens patrimoniais interfere direta e profundamente nos aspectos da conservação dos costumes, tradições e valores sociais do grupo. Esses bens patrimoniais são usados nos rituais sociais em que seus membros estão envolvidos (SANTOS, 2005, p.91).

No caso desta pesquisa, essa prática simbólica, que é agregada ao pertencimento, também está presente, não apenas nessa propriedade rural, mas em todas as propriedades da Microrregião de Viçosa, o que nos permite afirmar que os significados dos símbolos individuais ou coletivos possuem dinamicidade e são interpretados por quem os usa.

Indagada sobre como surgiu a necessidade de participar de um circuito turístico (CT), obtivemos como resposta da administradora que ela não sabe dizer se é uma necessidade, pois, para ela, o CT caiu de paraquedas, foi feito para bem estar da família, começando o processo com a reforma da casa. A divulgação da propriedade junto ao CT é feita apenas pelos *folders* do circuito, sendo que, particularmente, não realiza essa divulgação, que é feita dia-a-dia, principalmente na Semana do Fazendeiro organizado pela UFV.

A forma de divulgação apontada pela administradora não é suficiente e nem adequada para anunciar a propriedade e atrair os turistas. Esse sistema de *folders* é eficiente quando eles são disponibilizados junto a várias operadoras turísticas, fato que ainda não ocorre no CTSM; mesmo a divulgação durante a referida Semana do Fazendeiro também não atinge esse objetivo, uma vez que esse evento é de periodicidade anual. O correto é a criação de uma intensa campanha de *marketing* que divulgue, não apenas a Fazenda Indaiá, mas todo o circuito turístico.

Para a entrevistada, a presença do CT é uma coisa boa, pois traz melhorias de forma geral, integrando-se a ele sem problemas, tendo a propriedade sido bem aceita por todos os membros do CT. Observamos que não existem parcerias entre os integrantes do circuito e outras organizações, mas a entrevistada acredita que houve melhorias na propriedade; no entanto, ainda não ocorreram melhorias de forma generalizada, na comunidade local.

Segundo a administradora, as perspectivas com o CT são boas, mas não são fáceis, pois, nesses seis anos de existência, ele ainda está caminhando, e a dificuldade é de todos, argumentou. Ela acredita que é necessário consolidá-lo, “... ficar pronto para oferecer uma boa proposta de circuito”, estando esperançosa que realmente ele se desenvolva, pois todos ganhariam.

Nessa propriedade, ocorre uma situação que pode interessar ao turismo como um atrativo, que é a história do lugar. A história local retrata o modo de vida de seus proprietários, suas realizações e questionamentos, contando como a propriedade se formou e se desenvolveu. Essa atração pode e deve ser trabalhada no sentido de resgatar a oralidade do lugar, resgatando, também, a própria história da ocupação dessas paragens. Isto está na estética do ambiente construído, porém esses fatos não são trabalhados.

5.4.4 - HOTEL FAZENDA ADEGA MORRO VELHO

Distante da cidade de Paula Cândido a 6 quilômetros, e de Viçosa 26 quilômetros, o Hotel Fazenda Morro Velho (Foto 11) possui 33 hectares e tem, na herança de terras recebidas pelo proprietário, sua origem datada do ano de 1990, quando a crise da construção civil nacional leva-o a implantar, nessa propriedade, a produção de café, de vinhos e a criação de suínos e carneiros para o consumo próprio, resultando, nessa propriedade, numa diversificação da produção agrícola de subsistência.

O destaque da propriedade é a produção de vinhos tintos finos, a partir do cultivo de uvas da própria propriedade, nas variedades *Cabernet sauvignon*, *Merlot*, *Cabernet franc* e *Chancellor*, tornando-se, aos poucos, uma referência na produção de uva na Zona da Mata de Minas, demonstrando o empreendedorismo do local.

De acordo com o proprietário, a propriedade tem uma história secular, sendo que 15% de sua área territorial ainda é dedicada à produção do café, coordenada por agrônomos, mas sem a ajuda de organismos do governo e distanciados da Cooperativa de Cafeicultores de Varginha.



Foto 11. Vista do Hotel Fazenda Adegas Morro Velho em Paula Cândido – MG, com destaque, no primeiro plano, para estrutura de suporte aos parreirais, seguido pelos plantios de café em curva de nível e manchas de Mata Atlântica.

Foto: TIRADENTES, L. Abr. 08

O turismo chegou à propriedade com a criação de um programa de hotel-fazenda e desenvolvimento de um projeto, com planilha de custo e investimentos, idealizada pelo proprietário, formado em engenharia civil. Dessa forma, o turismo chegou planejadamente, embora a propriedade já viesse recebendo visitação por causa da uva e do vinho que produz; não existiu, neste caso, o turismo do acaso, registrado em outras propriedades rurais, mas houve um embasamento técnico.

Na propriedade trabalha-se com pequenos grupos de turistas. Para o proprietário, o turismo é a atividade que mais lhe interessa, na qual acredita; a produção de café e de uva (Foto 12) é um meio de renda, mas não é o mais importante, para ele hoje, o turismo complementa a renda, mas a idéia é que ele substitua o café, e a pretensão é erradicá-lo. O motivo é a fiscalização muito intensa, e a única presença do Governo Federal é essa fiscalização rígida, que se apegue aos mínimos detalhes, principalmente o Ministério do Trabalho. O proprietário justifica que o café não dá retorno, visto que financia o café e paga em torno de R\$210,00 o custo de produção por saca, que é vendida em média a R\$268,10²⁰.



Foto 12. Exemplo do uso do espaço agrícola do Hotel Fazenda Adega Morro Velho, com cafezal e parreiral, e o fundo, área de pastagem resultante do processo de desmatamento da Mata Atlântica.

Foto: TIRADENTES, L Mai. 08

²⁰ Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria de Café, através da média mensal dos preços recebidos pelos produtores em 2009. http://www.abic.com.br/estat_pprodutor.html#2009. Acessado em janeiro de 2010.

Existe um desencantamento por parte do proprietário com a produção do café. Esse descontentamento é fruto das próprias crises em que vive a cafeicultura e da política agrícola para esse setor, tornando-se para alguns fazendeiros, uma fonte de recursos pouco atrativa. Nesse sentido, o turismo surge, para esse proprietário rural, como um mecanismo alternativo de substituição ao café. Agregado ao cultivo da uva, acredita-se que poderão substituir a cafeicultura local; entretanto, a produção do café é um atrativo em várias propriedades, existindo uma relação muito profunda entre sua produção e a implantação do turismo.

Essa relação profunda entre o cultivo do café e o turismo ocorre quando se leva em consideração que foi a cafeicultura, com suas crises e acertos, a principal responsável pela entrada do turismo nas propriedades rurais do presente estudo e que, das sete propriedades pesquisadas, cinco têm, no turismo, um papel de coadjuvante nas suas rendas.

Para o proprietário, a participação do Estado na propriedade, sob a perspectiva do turismo, não ocorre, mas conta com o apoio do SEBRAE, via CT. Ele argumenta “...que as políticas públicas para o setor, quando ocorrem, são de forma acanhada, a presença do Estado foi apenas no início da criação do circuito e, em se tratando de município, a prefeitura local tem ajudado, principalmente na conservação de estradas”. Essa participação em nível municipal confirma que as funções exercidas pelas prefeituras estão restritas, principalmente, à melhoria da qualidade das estradas, o que, em se tratando de Zona da Mata, é um benefício considerável. Entretanto, é muito pouco para garantir o desenvolvimento do segmento turístico local, faltando, por parte dessas prefeituras, um maior envolvimento no processo turístico.

Caracterizando a participação familiar no processo, observamos que o casal está diretamente envolvido no empreendimento, sendo que ocorre uma divisão de tarefas, mas de tal forma que sempre há uma consulta conjunta para as tomadas de decisões, cabendo ao esposo a parte gerencial e à esposa a parte financeira e de pessoal. Conjuntamente, já realizaram cursos ligados ao turismo, na Semana do Fazendeiro, realizados pela Universidade Federal de Viçosa, e também um curso de administração de pequenos meios de hospedagem, pelo SEBRAE.

Da mesma forma que a propriedade anterior, aqui também se destaca o curso de curta duração em turismo oferecido pela UFV e SEBRAE. Tal fato, demonstra que o Estado se faz presente, e que o turismo demanda de outras intervenções não tão específicas sobre a propriedade, o que significa, para os proprietários, a possibilidade de melhoria de suas propriedades e investimentos realizados.

De acordo com os proprietários, o turismo trouxe mudanças para a propriedade e também para a vida deles, pois se tornou uma experiência nova, possibilitando a criação de uma estrutura melhor, para receber o turista. Com relação à citada divisão de tarefas, foi uma questão de aptidão, surgindo espontaneamente. A sua preferência, com relação aos turistas, é por casais com ou sem filhos, com poder aquisitivo mais alto, sendo a média de gastos em dois dias de R\$400,00 (quatrocentos reais); contam com o apoio de quatro funcionários, sendo três fixos e um reforço.

A recepção ao turista envolve, inicialmente, um pré-agendamento, depois deste confirmado, o apartamento é preparado; em sua chegada, o turista participa de uma degustação de vinho, preenche os formulários padrões, ocorrendo uma apresentação do hotel, recebendo informações sobre o local e a propriedade. Esse tipo de recepção não se caracteriza, tipicamente, como uma recepção familiar, percebendo-se uma padronização, no estilo de atendimento aos hóspedes, próxima aos padrões tradicionais de hotéis. Não constatamos a presença de guias na propriedade, sendo esta uma tarefa, também, dos proprietários.

Na sede da propriedade, em estilo europeu (Foto 13), os atrativos culturais ainda não estão consolidados, mas já vem ocorrendo uma Festa do Vinho, com data não fixa, e todo mês vem ocorrendo uma Roda de Viola, caracterizando-se por apresentar músicas regionais. É pretensão dos proprietários levar o grupo de congado da cidade de Paula Cândido para a realização de apresentações aos hóspedes, no final de cada mês.

O congado de Paula Cândido, assim como outros existentes na Microrregião de Viçosa, é uma característica da forte presença da cultura negra. Esse elemento negro é procedente das regiões de Ouro Preto, Mariana e Piranga, que veio à procura de terras próprias para a lavoura. Segundo Paniago (1990), eram de origem Bantu e, normalmente, tinham a posse da terra, de onde tiravam o seu sustento. Culturalmente, entre eles, a religião, a dança e a música tinham lugar de destaque, até mesmo como forma de agradecimento às divindades, pela boa colheita.



Foto 13. Sede do Hotel Fazenda Adega Morro Velho, com seu estilo europeu, localizada no município de Paula Cândido –MG, local das hospedagens e moradia dos proprietários.

Foto: TIRADENTES, L. Abr. 08

A mesma autora, em suas argumentações, coloca que

de uma longa convivência entre negros e brancos, em diferentes situações, surgiu um legado de contribuições que iriam enriquecer a cultura brasileira. Em Minas Gerais, a contribuição do negro mostrou-se intensa e duradora em inumeráveis aspectos: raciais, lingüísticos, religiosos, econômicos, folclóricos e outros. Essas contribuições sobrevivem, e mesmo modificadas pelo impacto dos meios de comunicação de massa ainda podem ser percebidas (PANIAGO, 1990, p.69).

No campo do folclore, a congada é o melhor exemplo dessa contribuição do negro e sobrevive, com força total, na região. Percebe-se uma tentativa, por parte dos proprietários, de criar usos e apropriações da cultura local. Essa prática ainda não é comum na região do estudo; entretanto, a iniciativa dessa aproximação cultural é positiva, quando instituída com a finalidade de proporcionar essa divulgação para outras pessoas.

O sentimento de pertencimento com o lugar existe na fala do proprietário, principalmente por ser nativo do local e esse lugar é, historicamente, estabelecido, por quem nele vive e trabalha, resultando nesse sentimento de pertencimento. Como afirma Santos

(2007), “...atribui uma existência social que envolve usos e apropriações dos seus patrimônios, que se traduzem como sendo transformações do espaço e da natureza”; sendo, portanto, o próprio lugar um local importante de sua existência.

Em relação às festas religiosas, são inexistentes dentro da propriedade. Nem mesmo se caracteriza a presença de cruzeiros ou capelas, como símbolo de religiosidade existente no local. Mesmo considerando suas especificidades, a religiosidade dos proprietários não é percebida. O que se pode afirmar é que não ocorrem os estranhamentos entre o que é sagrado para o local e o que é apenas uma representação para os turistas.

A denominada Festa do Vinho, que vem ocorrendo há poucos anos, ainda não se constituiu num atrativo turístico, mas o vinho produzido e a gastronomia local são na visão do proprietário, os símbolos que melhor representam o empreendimento. Neste sentido, o valor simbólico existente na propriedade é aqui representado pelo vinho e pela gastronomia local, e de acordo com Santos (2007), “contribui para a manutenção das identidades locais”, porém ainda não se caracteriza com um processo de reação à homogeneização cultural que vem ocorrendo desde as últimas décadas do século passado, com o processo de globalização.

Sobre a origem e a formação do Circuito Turístico Serra de Minas, foi apontado como sendo uma necessidade, pois, para o entrevistado, é uma forma de comunicação, integração, parceria, opção de cursos e união das pessoas envolvidas, além de um local de troca de experiências.

Caracterizando o circuito turístico no qual está envolvido, o proprietário argumentou que foi e é muito bem vindo junto ao referido circuito, e que vem tentando direcionar o turismo na região. Entretanto, a forma como o circuito divulga a propriedade é pouco satisfatória, sendo que essa divulgação é falha. Indagado sobre sua participação no circuito, ele argumentou que tem “...uma participação intensa e uma presença ativa”, não caracterizando essa forma de participação ou contribuição nesse processo, apontando, ainda, que não tem parcerias. Não esclareceu, porém, que tipo de parceria ele idealiza para a propriedade.

As implicações, para o turismo, sobre essa falta de parceria, estão ligadas, diretamente, à quantidade e, conseqüentemente, à qualidade dos serviços ofertados, principalmente por se levar em questão que esta é a única propriedade rural no Município de Paula Cândido que vem desenvolvendo o turismo no espaço rural.

O turista vem da própria região e, de acordo com o proprietário, “...o turismo trouxe melhorias, em se tratando de faturamento”. Suas perspectivas são de que poderia aumentar intensamente, principalmente com a divulgação, acreditando que o circuito tenha um impulso

com a iniciativa privada, pois o turismo tem tudo para crescer. Na concepção do proprietário, esse aumento de faz, principalmente, no sentido de gerar lucro, e o caminho que eles estão trilhando com esse turismo, passa pelo incentivo da iniciativa privada, que é ao mesmo tempo destino principal e parceira nesse sistema de (re)produção do turismo, que nem sempre irá atingir a sua demanda ou expectativa.

É nessa perspectiva que Santos (2007) afirma que

O turismo é um enorme gerador de riquezas e muitas vezes desconsidera que pode se constituir, ao mesmo tempo, em uma força de agressão aos bens naturais, às culturas, aos lugares, às regiões e às comunidade receptoras (SANTOS, 2007, p.13).

Nesse processo, trilhar um caminho que pense no turismo como uma grande possibilidade de desenvolvimento econômico resultará, acima de tudo, numa decepção com essa prática. É necessário pensar, também, na própria propriedade como um todo, não esquecendo que é a soma dos conjuntos de fatores socioeconômicos e culturais que poderá desenvolver esse turismo no espaço rural. Qualquer tentativa meramente econômica resultará apenas numa tentativa malfada dos problemas ligados às propriedades rurais.

5.4.5 - POUSADA CHALÉ DO TURVO.

A propriedade rural onde se encontra a Pousada Chale do Turvo (Foto 14) está localizada no município de Guaraciaba, distante de Viçosa 44 quilômetros e apenas a 2 quilômetros da sede do município. Por se tratar de uma microrregião, Guaraciaba é parte integrante da Microrregião de Ponte Nova; porém, do ponto-de-vista socioeconômico e cultural, é polarizada pelo Município de Viçosa, existindo, portanto, um processo de regionalização do turismo, no qual outras microrregiões também estão inseridas, o que possibilitou a criação do Circuito Turístico Serras de Minas, tendo como sede a cidade de Viçosa.

Herdada pelo atual proprietário, em 1999, com aproximadamente 43 hectares, a propriedade possuía uma intensa atividade agrícola ligada à cafeicultura e à presença de algumas cabeças de gado, que foi excluída quando o proprietário resolve trabalhar,

exclusivamente, com a atividade turística. Temos, aqui, aspectos históricos que podem ser usados para o turismo, como um atrativo, e que são poucos utilizados.



Foto 14. Entrada da Pousada Chalé do Turvo, ao lado do Rio Turvo em Guaraciaba. Inicialmente, a fazenda foi usada como área produtora de café, sendo, atualmente, destinada apenas às atividades turísticas.

Foto: TIRADENTES, L. Abr. 08

As primeiras visitas na propriedade ocorreram em 2004, quando existia apenas um chalé. Entretanto, a procura pelo local levou o proprietário a investir e transformar a propriedade em pousada. Na construção dos chalés, foram empregadas vinte pessoas, contando atualmente com três funcionários fixos e um ajudante rural. Neste caso, observa-se que o turismo impõe mais trabalho e coloca a necessidade de contratação de mais mão-de-obra, significando para a propriedade mais aumento nos gastos e nos encargos sociais, mas também amplia-se a possibilidade de oferta de emprego para o município, que é bastante carente na geração de empregos. Essa oferta quase sempre é temporária, ocorrendo, principalmente quando da realização de eventos na propriedade e na alta temporada.

De acordo com o proprietário, “...o turismo, na verdade, cria oportunidades, e não existe uma fórmula para o sucesso do empreendimento”. Em sua opinião, a solução foi eliminar a cafeicultura e a criação de gado, ampliando o número de chalés, criando uma receita própria para a pousada, investindo, inicialmente, 300 mil reais. Essa alternativa de eliminar a produção cafeeira esteve ligada, diretamente, na forma de administrar a

propriedade. No caso do entrevistado, ele optou por reduzir a sua sobrecarga de trabalho, tendo que administrar não apenas a fazenda e seu empreendimento turístico, mas uma empresa localizada na capital mineira, e isso favoreceu a sua opção, uma vez que até o deslocamento à propriedade é dispendioso.

Sobre a participação do Estado, o entrevistado acredita que falta iniciativa, argumentando que o Estado é pouco participativo, mesmo tendo incentivado a criação da Secretaria de Turismo. Indiretamente, porém, ele (o Estado) impulsiona o município: “há um incentivo, mas as pessoas envolvidas têm que correr atrás desses recursos”. Outro órgão que participa desse processo é o SEBRAE, oferecendo, principalmente, consultorias na área.

Observa-se, nessa justificativa, que ocorrem contradições em sua fala; a primeira diz respeito ao Estado, pouco participativo, que mesmo assim, impulsiona o município, e a segunda se refere à participação do SEBRAE, com consultorias. Essa contradição parece-nos uma redução de análise, uma vez que o próprio órgão que presta consultorias também é um braço do Estado, a fornecer as diretrizes para o desenvolvimento do turismo no espaço rural, estando de acordo com as políticas públicas de turismo.

Indagado sobre como o Estado vem contribuindo para o desenvolvimento do turismo local, o entrevistado afirmou que essa contribuição se dá por meio de incentivos, e que ele acredita no potencial do lugar, argumentando que “... as políticas públicas têm dado um impulso, mas que ainda pode ser criado um apoio logístico e financeiro maior às propriedades envolvidas com as atividades turísticas”.

Essa posição é fruto de uma necessidade que ainda predomina, não apenas nessa propriedade, mas em todas as propriedades da área de estudo, de um maior incentivo e apoio por parte do Estado que, em sua atual política pública para o setor, não cumpre com eficiência e eficácia os seus objetivos.

Percebe-se na argumentação do proprietário, que mesmo justificando os incentivos dados pelo Estado, ou pelo Circuito Turístico Serras de Minas, não está claro como esses incentivos, sejam eles fiscais ou logísticos, vêm contribuindo para o desenvolvimento do local.

O empreendimento turístico, aqui abordado, funciona como uma microempresa, que é administrada pela família, com participação da esposa, que atua na gerência, contando também com cooperação de irmãos, criando um envolvimento familiar. Identificamos que um membro da família realizou um curso de gestão pela Internet, no sentido de aprimorar o envolvimento com a atividade turística.

O fato de essa propriedade se caracterizar como uma empresa não significa que ela tenha perdido a sua característica de propriedade familiar; ao contrário, seus membros têm procurado criar novas situações que possibilitem um avanço, no sentido de propiciar uma melhor gestão, dinamizando, principalmente, as potencialidades do lugar.

A propriedade foi recém-inaugurada oficialmente, e as mudanças ainda são surpresas. No entanto, já existe, no local, uma ótima infraestrutura física para receber os turistas ou mesmo pessoas para eventos diários. Para o proprietário, há uma vontade de trabalhar com criança em trilhas e passeios, criando um roteiro no lugar, uma vez que, no interior da propriedade, existem algumas trilhas ecológicas.

Questionado sobre se existia alguma preferência por um tipo específico de turista, obtivemos como resposta que não, que são oferecidas oportunidades para todos; também não observamos guias na propriedade; esse trabalho é realizado por um dos três funcionários, que seguem um regulamento de funcionamento, que foi idealizado pelo proprietário com a finalidade de melhor administrar a propriedade. Isto não indica uma falta de profissionalismo por parte dos funcionários que lá trabalham, mas reflete claramente o caráter de gestor e administrador que o proprietário possui, lembrando que ele também administra uma empresa de assessoria localizada na capital do Estado.

Um dos grandes atrativos do lugar é a proximidade do núcleo urbano e sua localização na Barra do Rio Turvo, afluente do Rio Piranga, também conhecido como Rio Doce, principal bacia hidrográfica do estado do Espírito Santo. A proximidade desses rios tem levado o proprietário a pensar num atrativo para o lugar, que seriam passeios de barcos até o centro da cidade de Guaraciaba, caracterizando-se, como uma espacialização turística da propriedade. A concretização desse projeto representaria um ganho significativo no processo de expansão das atividades turísticas para a região, mas envolveria uma série de riscos e impactos que poderão até comprometer o turismo local.

Como atrativos do local, podemos citar o passeio por trilhas, passeio a cavalo ou charretes, pescarias, beleza cênica e piscinas e os três chalés em funcionamento, sendo previsto, para o futuro, um total de dez chalés, havendo necessidade de estudos mais aprofundados para se verificar a viabilidade do empreendimento.

Apesar do amplo e confortável local para festas (Foto 15), não existem festas que constituam um atrativo cultural da propriedade. Entretanto, há a pretensão, dos proprietários de contratar uma Folia de Reis, localizada no núcleo urbano do município, como um atrativo. Observa-se, nessa propriedade e na anterior, que os proprietários percebem a importância e a necessidade de se buscarem atividades culturais para o local, como por exemplo o grupo da

Folia de Reis. Isto, no entanto, ainda não foi efetivado, o que demonstra a dificuldade de se conseguir contratar esse tipo de atividade. Seria importante criar mecanismos que levassem essas propriedades a obter uma parceria com esses grupos. No quesito artesanato, a propriedade não disponibiliza, mas ocorre na cidade a produção de bordados, artesanato em madeira e compotas.

Procurando identificar um símbolo que melhor representasse a propriedade, a escolha caiu sobre as rochas aí existentes, e principalmente sobre o Rio Turvo, que é um lugar especial na relação familiar, pois relembra a infância, as pescas, o trabalho e a vivência com esse espaço; essa identificação com o lugar justifica a escolha do proprietário em transformar o seu espaço particular em espaço para o turismo.



Foto 15. Apesar de não existirem festas profanas ou religiosas, que movimentem culturalmente o local, a existência do Salão de Festas da Pousada Chalé do Turvo significou uma agregação de valor ao local, com seu uso destinado ao aluguel desse espaço para eventos particulares, como casamentos, aniversários e outros.

Foto: TIRADENTES, L. Abr. 08

Questionado sobre o Circuito Turístico Serras de Minas, o proprietário enfatizou que o vê com um impulsionador dos empreendimentos. Sem ele, não arriscaria, sendo o que o motivou a investir na propriedade. Poderia ser melhor se alguns associados ‘vestissem a camisa’ do circuito, faltando, portanto, maior sensibilização daqueles. De acordo com o seu relato, a origem da iniciativa da formação do circuito esteve na EMATER de Guaraciaba, fato

esse não confirmado na pesquisa de campo, argumentando também que as divulgações dos eventos turísticos do circuito são realizadas por meio do site ou pela imprensa local.

O uso do meio técnico-científico, por parte do CT, representa um avanço para o desenvolvimento do turismo no espaço rural da Microrregião de Viçosa, mas a divulgação realizada pelo site do circuito não tem gerado o resultado esperado pela maioria dos proprietários rurais envolvidos com o turismo, o que permite afirmar que vem ocorrendo falhas nesse processo de divulgação das propriedades envolvidas.

Solicitado a caracterizar o CT existente na região e sua influência no desenvolvimento local, o proprietário afirmou que existe uma limitação de agenda, que o circuito é o ‘conceito’, trazendo para os empreendimentos melhorias, pois divulga o lugar e mostra que os empreendedores do turismo não estão sozinhos ou isolados. Mostra, ainda, que existe uma integração entre os membros, identificando que as melhorias aparecem com o uso do nome do circuito, pois fortalece a pousada, fator que contribui para o fortalecimento do local, inserindo a cidade de Guaraciaba, definitivamente, no desenvolvimento local.

Ocorre, aqui, uma situação, em que o circuito aparece como possibilidade de desenvolvimento do turismo, mas isto não significa que ele promova o turismo em sua plenitude, mas de forma muito lenta, aglutinando pessoas e sujeitos com diferentes idéias e objetivos para o turismo praticado em suas propriedades, o que nos permite afirmar que essas propriedades representam um conjunto de lugares que se estabelecem numa sociabilidade forçada.

5.4.6 - POUSADA SERRA D'ÁGUA

Encravada no sopé da Serra do Brigadeiro e caminho obrigatório para quem vai ao Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), a Pousada Serra D'Água (Foto 16) está localizada a apenas 06 quilômetros do núcleo urbano de Araponga, principal local da Microrregião de Viçosa para a prática de atividades esportivas e para o turismo de aventura.

Fundada em 1991, a pousada foi uma opção do proprietário, por não ser um produtor de café, mantendo um pequeno cultivo desse produto agrícola apenas para o consumo próprio, tendo, desde sua fundação, “...um projeto pessoal de vida e não um projeto econômico”. É interessante observar, nessa situação, que o proprietário não é originário do local, mas frequentava esse espaço desde sua infância (Tiradentes, 2004), e isso contribuiu para que ele adquirisse a propriedade e concretizasse seu projeto de vida. Aos poucos foi incorporando o

turismo como uma possibilidade de dinamização desse espaço rural, quando passa a receber os turistas, inicialmente, para acampar e, posteriormente, como um local de hospedagem. Não se pode dizer, que essa transformação do empreendimento não seja um projeto econômico.



Foto 16. Vista lateral da sede da Pousada Serra D'Água no Município de Araponga – MG, que representa o melhor exemplo de atividades ligadas ao ecoturismo e turismo de aventura, na região.

Foto: TIRADENTES, L. Abr. 08

Para o proprietário, o turismo, na sua propriedade, tem uma aceitação grande, devido, principalmente, à divulgação que realiza em Viçosa, mas não tem propaganda é um marketing pessoal, feito no corpo-a-corpo. Esse marketing pessoal é realizado dentro de um padrão pouco convencional, quando se fala em divulgação de um empreendimento. Ele é possível, primeiramente, porque é realizado um turismo de base local, onde os principais visitantes são os turistas da própria região: segundo, por ser um ex-profissional liberal de Viçosa, e também um dos primeiros diretores do Circuito Turístico Serras de Minas, o proprietário tornou-se bastante conhecido na cidade, o que facilitou a divulgação de sua propriedade. Segundo Tiradentes (2004),

o proprietário vem transformando a propriedade num local de referência ao ecoturismo do município e da região, aproveitando a região montanhosa que circunda a fazenda, as várias nascentes d'água, a mata atlântica nativa e a beleza natural do lugar. (TIRADENTES, 2004, p. 105).

O envolvimento, junto ao CTSM, e a opção pelo ecoturismo na propriedade foram os grandes chamarizes para o turismo realizado no local, uma vez que boa parte dos turistas que a frequentam são pessoas com faixa etária abaixo de trinta anos, normalmente alunos da UFV, e casais sem filhos, que contribuem para que essa divulgação seja feita, verbalmente, entre seus pares.

Os primeiros turistas chegaram em outubro de 1999, levando-o, inicialmente, a reformar uma antiga casa, ainda hoje usada nas atividades turísticas. Percebendo que era sua opção mudar para o lugar, mas sem vocação de fazendeiro, inicia as atividades de turismo, deixando de lado sua antiga atividade comercial, na cidade de Viçosa. Temos, aqui, um sujeito ímpar nesse processo turístico, e isso representa, para o turismo e, principalmente, para o circuito, uma nova mentalidade para a efetivação do turismo de base local, pois representa não apenas a exploração econômica do lugar, mas a possibilidade de desenvolvimento local agregando outros valores e conceitos, não apenas à propriedade, mas também a toda a comunidade em volta, quando passa a valorizar o espaço natural e as pessoas que ali vivem.

Observamos que ele criou, na propriedade, um tripé econômico: pousada - restaurante - ecovila, vislumbrando uma possibilidade econômica voltada para o turismo, sendo 92 hectares de potencial turístico, cujas paisagens incluem serras e vegetação de mata atlântica, limitando-se com o PESB. O turismo se insere, concretamente, na Pousada Serra D'Água, pois a propriedade vive, exclusivamente dele, sua principal fonte de renda. Ele é o cerne dessa propriedade, com um viés ambiental, pois possui ainda, 80 hectares de mata preservada.

Para o proprietário, a participação do Estado está agora voltada para a questão do fluxo, melhorando as estradas, justificando que “...o Estado de Minas Gerais faz um trabalho bom em relação às estradas”, enfocando exclusivamente na questão do deslocamento, não apontando para outros questionamentos sobre a atuação desse Estado.

Seus questionamentos só ocorrem, quando aparece a figura do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF), que tem uma importância local significativa, por causa do PESB, e representa a forma mais presente do Estado no local. No momento da entrevista, ele cita o processo de implantação do parque estadual e a desapropriação de terras, pois em sua opinião, “...existe uma contradição enorme entre o que é pago e o que é desapropriado”, apontando que essa visão estatal deve ser mais “...ambiental e pragmática, usando o patrimônio mais ambiental e social, devendo a participação do Estado ser maior”. Mesmo assim, justificou que o Estado é, hoje, mais participativo do que em sua época à frente do CTSM.

Ainda sobre a participação do Estado, afirmou que ele é influenciado pelo conjunto de situações das coisas que acontecem, voltando-se para um marketing ambiental e social, esquecendo o cultural, relegando a segundo plano as questões que envolvem diretamente as comunidades locais. Com relação ao poder municipal, justifica que este continua fraco, não existindo uma política pública municipal que contemple o turismo, apontando que falta mais parceria com o Estado, caracterizando uma política viciada, ou seja, existe uma total falta de envolvimento desses setores, pois um delega ao outro essa responsabilidade e acabam por não contribuir com o desenvolvimento da atividade turística, faltando também essa parceria com a iniciativa privada.

Avaliando a visão do proprietário sobre as políticas públicas para o setor, identificamos que o Estado contribuiu para a criação dos circuitos e os incentivou, no início. Hoje, porém, não ocorrem mais esses incentivos, restando a esses proprietários a expectativa de uma política que realmente atenda aos seus interesses e necessidades.

A participação familiar, nessa propriedade, não ocorre; o proprietário atua sozinho na administração, porém conta com a participação de funcionários contratados que moram no local, tendo criado, para eles uma “Vila de Funcionários”, composta por duas casas já em funcionamento, mas prevendo um total de oito casas. A propriedade emprega seis pessoas, todas ligadas ao turismo, e nas altas temporadas (Verão, Carnaval e Semana Santa) ocorre um incremento desse número de funcionários, o que permite afirmar que é nesse processo que essa propriedade se afirma como turística.

No interior da propriedade, observamos uma pequena área para pasto e plantações de arroz, milho e feijão, cultivados em parceria com os funcionários, sendo uma agropecuária de subsistência destinada ao consumo interno, principalmente dos funcionários e do restaurante existente na pousada.

Para administrar o empreendimento, o proprietário contou com parceria do SEBRAE, buscando curso de alimento seguro, profissionalização dos serviços e também de formatação de produtos locais.

A chegada dos turistas contribuiu para que ocorressem profundas mudanças na paisagem da propriedade transformando, principalmente, o que era um espaço de pastagem e de cultivo do café em uma área de Mata Atlântica recuperada e preservada, o que, de certa forma estimulou a vinda de turistas que praticam turismo esportivo ou de natureza. Entretanto, não verificamos uma preferência específica por esse tipo de turista.

Isso significa que o turismo pode ser uma atividade que propõe o reordenamento das funções, com importantes redefinições nos usos da natureza. No caso da propriedade em

questão, esses novos usos da natureza representam a possibilidade de o turista adequar suas necessidades e vontades ao seu interesse por aquele espaço, uma vez que ali se oferece a possibilidade de realizar caminhadas em trilhas, com guias locais, escaladas, visitas ao parque estadual, banho em cachoeiras, corrida de orientação e outras atividades esportivas; e, para o proprietário, esses novos usos da natureza significaram o fortalecimento da propriedade como atrativo turístico, voltada para o ecoturismo e turismo de aventura.

De acordo com o proprietário, a recepção ao turista é realizada na chegada do hóspede, após um agendamento prévio. Em seguida, este é levado aos seus aposentos, mostrando-se a ele a flexibilidade de horário da pousada, para em seguida oferecer uma pequena explicação sobre o lugar. Na propriedade, existem dois guias, que são funcionários do local e que ficam à disposição, caso o hóspede queira fazer alguma trilha, principalmente na parte serrana da propriedade.

Festas religiosas ou profanas não ocorrem ali, mas existe uma parceria com um grupo de Folia de Reis da cidade de Araponga, que faz apresentação no local. Entre os atrativos do lugar, a riqueza natural é o grande destaque; entretanto, existem alguns fatos históricos que ocorreram na região e que poderão ser utilizados como atrativos para a propriedade. É o caso da Ermida de Antonio Martins²¹ e a história da presença do Exército Brasileiro na propriedade, quando da Revolução Constitucionalista, em 1932. Apesar de ter passado pela região, não se tem marcos ou referências dessa passagem. Percebe-se que o turismo aqui praticado busca ampliar os atrativos, apoiando-se em fatos locais que mexem com o imaginário da população do lugar.

Na propriedade, ocorre a venda de artesanato como, por exemplo, oratórios em cabaças, artesanato de palha de café e a venda de mel. Essa propriedade tem, no ecoturismo, sua principal atividade turística, e como atrativos naturais: três cachoeiras, várias trilhas dentro da mata, as belas montanhas da Serra das Cabeças (Foto 17), a vegetação preservada da Mata Atlântica e a presença de uma espécie de primata denominado Muriqui; são esses elementos do conjunto natural (a mata, a serra e o rio) que simbolizam o lugar, segundo afirmação do proprietário.

De acordo com o proprietário a origem, e formação do circuito turístico foi uma necessidade, conciliando com a política de Estado, juntando os municípios com características

²¹ Capela construída em 1908 e reconstruída em 1952, que marcava o lugar da morte de Antonio Martins da Silva, o qual após fugir com a filha de um rico fazendeiro da região para se casar, é perseguido por jagunços e cruelmente assassinado. Os moradores locais acreditam que a alma do supliciado acode aos apelos dos que sofrem e clamam a sua ajuda. Sobre o assunto, consultar: ASSIS, G. G. **Conhecer Araponga**. Araponga (MG): Edição do Autor, 2003.

históricas e econômicas em comum, incluindo, num primeiro momento, a cidade de Muriaé e municípios menores. Esse circuito foi, depois, desmembrado em outro. Argumentou, ainda, que sua origem teve, como objetivo, a descentralização do processo turístico no Estado, e foi incorporado pelas comunidades, existindo desde 2002.

Questionado sobre o processo de divulgação dos eventos no circuito, afirmou que se encontra muito no início, sendo necessário buscar outras formas e técnicas para ser mais eficiente.



Foto 17. Serras das Cabeças, importante local de prática do ecoturismo na Pousada Serra D'Água, localizada próxima à entrada principal do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro em Araponga – MG.

Foto: TIRADENTES, L. Mai. 08

Na visão do proprietário, as propriedades integram o circuito junto com as prefeituras municipais e com a EMATER, que tem representatividade em todos os municípios, devendo existir mais parcerias, ajudando-se entre si, buscando mais apoio, inclusive do SEBRAE, possibilitando essa divulgação e integração. Para ele, o circuito está num momento ímpar, pois traz a inserção dos empresários no turismo, podendo ser uma referência na cidade, o que pode consolidar o desenvolvimento do turismo na Microrregião de Viçosa, por meio dessa parceria entre as iniciativas públicas e privadas.

5.4.7 - POUSADA VALE DAS LUAS

Situada na região rural denominada Estouros, Município de Araponga, a Pousada Vale das Luas (Foto 18) margeia os limite do PESB, estando localizada próxima ao Pico do Boné, o mais importante atrativo natural do referido parque, e a menos de quinhentos metros do Camping Remanso.



Foto 18. Os três chalés da Pousada Vale das Luas, em Araponga – MG, destacam-se pela praticidade do lugar, sendo um importante ponto de apoio para quem quer enveredar pela Mata Atlântica do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.

Foto: TIRADENTES, L. Jun.08

Privilegiada pela sua localização estratégica, que favorece o uso de trilhas existentes na vegetação de Mata Atlântica, a propriedade possui um ponto negativo, que é a grande dificuldade de acesso, devido principalmente às condições precárias da estrada que, nos meses mais chuvosos (outubro a março), torna-se intransitável. Este é um fato importante, pois caracteriza uma afirmação que justifica que o turismo precisa de fluidez para a sua sobrevivência, caso contrário as dificuldades de acesso e de deslocamento tendem a “espantar” os turistas que se habilitam a aventurar-se por estradas bastante sinuosas, esburacadas, mal sinalizadas e mal conservadas.

A Pousada Vale da Lua, conta com apenas quatro hectares; sua origem remonta ao início do ano de 1995 e surgiu, inicialmente, como área de camping, tendo sido adquirida,

pelo atual proprietário, de um fazendeiro local, com o objetivo exclusivo de se torná-la uma pousada turística.

Um aspecto interessante desse processo de apropriação do espaço pelo turismo é que o circuito promove investimentos de pessoas que não são produtores rurais e, muitas vezes, nem são moradores locais. Na verdade, os lugares vão-se tornando turísticos e atraem investimentos que redefinem a região. Mas, no caso dessa pousada, essa situação também é divergente, pois o proprietário não mudou para a região com a chegada do turismo e do CTSM, mas ele é um dos responsáveis por ter levado o turismo até essa região, estimulando outros proprietários e vizinhos a se dedicarem às atividades de turismo no espaço rural.

Observamos que não existe tipo algum de cultivo agrícola ou produção agropecuária, devido principalmente a sua pequena extensão territorial e, também, por causa da finalidade para qual foi criada. No entanto, de acordo com informações do proprietário, o café já existiu na propriedade e ele pretende, em um curto espaço de tempo, comercializar o café produzido na região, principalmente os denominados cafés finos.

O café, que anteriormente existiu no espaço dessa propriedade, foi plantado pelo antigo proprietário. Para o atual proprietário, a cafeicultura não estava em seus planos, pois os quatro hectares foram comprados com o intuito de estabelecer uma pequena propriedade voltada exclusivamente ao turismo. Essa pequena extensão territorial e a relativa proximidade de uma das entradas do PESB facilitariam o desenvolvimento do turismo. Considerando esse processo de aquisição de terras para fins turísticos, observa-se que é uma realidade em todo o país, mas quando de sua aquisição, muitos cafeicultores não acreditaram no investimento. Com o tempo, porém, houve um processo de convencimento junto a outros proprietários a “abrirem as porteiras” de suas propriedades para o turismo no espaço rural, bem antes da chegada do circuito turístico.

Para o proprietário, o turismo chegou há mais ou menos quinze anos, como uma possibilidade de renda. Tendo uma visão de que a região, no futuro, poderia se tornar um importante polo turístico, principalmente por ser uma área que tem todo um potencial para atrair jovens e famílias que gostam de acampar, favorecida pela beleza cênica do lugar, adquiriu quatro hectares de terras para essa finalidade.

Os primeiros turistas foram estudantes universitários, oriundos, principalmente, da cidade de Viçosa, com sua Universidade, que acampavam próximo das margens do Córrego do Boné, aproveitando principalmente os feriados prolongados ou as férias acadêmicas. Isso significa que os usos para o lazer, nessas propriedades, existem de forma significativa, e que a propriedade vai turistificando tais usos, dentro de seu espaço.

Indagado sobre as ações que o Estado realiza, na região, e sua política pública para o setor, argumentou desconhecer essa política, afirmando que essas ações, quando ocorrem, dão-se por meio do CTSM. Entretanto, não se esclareceu quais ou que tipos de ações são essas, citando ainda que as raras visitas oficiais estão ligadas ao IEF, que é o responsável pela administração do PESB, uma vez que sua propriedade limita-se com esse parque, sendo um importante ponto de apoio e de infra-estrutura (Foto 19), existindo, também, uma participação de outros órgãos públicos, como o SEBRAE o SENAR.



Foto 19. O restaurante da Pousada Vale das Luas funciona como um local de apoio aos que pretendem fazer as trilhas do PESB, oferecendo refeições e lanches rápidos, funcionando, exclusivamente, nos finais de semana e feriados.

Foto: TIRADENTES, L. Mai.08.

Para o proprietário, as políticas públicas, sejam elas em nível federal, estadual ou municipal, vêm ocorrendo de forma lenta e ainda tímida, pouco contribuindo com o desenvolvimento do turismo local. O que ocorreu de melhoria na região foi a finalização do asfaltamento da rodovia estadual (MG-482), que interliga o núcleo urbano de Araponga à BR-120, uma reivindicação de mais de quarenta anos da comunidade local; mesmo assim, esse asfalto está distante a 23 quilômetros da sede da propriedade.

O turismo, na área de estudo, sofre uma forte dependência das disponibilidades dos acessos, principalmente o que liga à cidade de Viçosa; a falta deles representou um dos motivos do atraso socioeconômico do lugar e da falta de fluxo turístico em períodos

chuvosos. Para contornar esse problema, alguns proprietários promovem redução de preços para enfrentar tais dificuldades, porém essa ação pouco têm interferido nessa dinâmica.

Em relação à participação familiar, averiguamos que apenas uma filha do proprietário está, eventualmente, envolvida na atividade turística, por residir a pouco mais de 80 quilômetros da pousada, no município de Coimbra. Na maioria das vezes uma das funcionárias, que é moradora da região, exerce também a função de gerente, na ausência do proprietário; vale ressaltar que a propriedade possui três funcionários fixos e, em época de feriados ou alta temporada, contrata mais dois; segundo o proprietário, esse número de contratados poderia ser maior, se houvesse uma estrada melhor conservada.

Questionado sobre a existência de preferência por algum tipo específico de turista, o proprietário respondeu que não tem preferência, mas considera interessante trabalhar com grupos fechados, como por exemplo: grupos de amigos, grupos oriundos de empresas ou de agências de turismo.

O turismo permite a exploração de certos segmentos, dentro do circuito, e esses segmentos representam a possibilidade de agregar novos valores para esses produtos. No entanto, não foi constatada a existência de agência de turismo, na região, que promova esse tipo de turismo, o que permite afirmar que ocorre, principalmente, a presença de grupos de amigos e de jovens casais como os principais visitantes da propriedade.

A reserva de vagas para o camping ou para a pousada é realizada via pré-agendamento, diretamente com o proprietário; após sua chegada, o turista é conduzido ao local de sua permanência, recebendo informações básicas sobre o camping e os cuidados com a natureza do lugar. Observamos que existe uma quantidade significativa de placas educativas, orientando os turistas no sentido de evitar ações que possam causar problemas ao meio ambiente e à propriedade propriamente dita.

Não existe um funcionário específico para servir de guia, principalmente pela pequena extensão do lugar, mas, esses guias, eventualmente, podem ser contratados junto a moradores locais. Isto, no entanto, não significa improviso ou economia, mas sim uma consequência da reduzida procura por esse tipo de prestação de serviço, levando o proprietário a contratar esses moradores apenas quando solicitado.

Observamos, na fala do proprietário, que não existem festas religiosas ou profanas na pousada. O local é mais utilizado como área de repouso e descanso, evitando-se a realização de qualquer tipo de festa que perturbe a tranquilidade do lugar; também não averiguamos a existência de um fato ou fenômeno histórico local que possa ser identificado como um atrativo ou, ainda, qualquer forma de artesanato.

A ausência do artesanato, verificado nesta e na maioria das propriedades deste estudo é reflexo de um conjunto de fatores que contribuíram para desenhar esse quadro. A falta dessa produção artesanal está diretamente ligada à ausência desses produtos no município, ou mesmo à reduzida mão-de-obra artesanal, fruto da falta de incentivo e estímulo ao setor artesanal local. Isto se reflete, diretamente, nas propriedades que não apresentam uma tradição artesanal do lugar ou da região.

O grande atrativo natural da propriedade são as várias cachoeiras e as piscinas naturais que existem no Córrego do Boné, um curso d'água de pequena extensão, mas com um bom potencial hídrico, margeado por remanescentes da Mata Atlântica; agregando, a tudo isso, um clima tipicamente de montanhas, característico da Serra da Mantiqueira, classificado como tropical de altitude, onde predominam temperaturas com média anual de 18 graus, com média do mês mais frio (julho), inferior a 10 graus, sendo muito comum a formação de geadas e nevoeiros (Assis, 2003).

Indagamos do proprietário qual o símbolo que melhor representava a propriedade; sua resposta foi categórica, ao afirmar que o que mais a representava era a montanha que margeia a propriedade e que, em época de Lua cheia, esta nasce por “trás da serra”, de forma exuberante. Nesse sentido, tentamos também caracterizar a relação do proprietário com o lugar, percebendo que, apesar de ter comprado a propriedade com a finalidade específica de transformá-la num espaço turístico, existe uma relação de pertencimento com esse lugar.

Sobre a formação e atuação do Circuito Turístico Serras de Minas, o proprietário argumentou que o circuito foi uma necessidade geral dos que estão envolvidos com as atividades turísticas e que sua atuação, ainda que pequena, tem possibilitado uma maior divulgação das propriedades frente a outros circuitos, ou mesmo a outros setores da economia, acreditando que ele possibilitará um desenvolvimento local a médio e longo prazo, pois o trabalho do circuito ainda está começando.

Finalizando, indagamos quais as perspectivas dos proprietários rurais para com o circuito turístico. Obtivemos, como resposta, que essas perspectivas são boas, mas que ainda se faz necessário um maior comprometimento dos associados em buscar alternativas e soluções para os pontos que são considerados fracos no circuito, como por exemplo parcerias, cursos de aperfeiçoamento, linhas de créditos, maior participação dos órgãos públicos, entre outros.

Nessa propriedade, o turismo se apresenta de forma divergente em relação às outras propriedades que ainda têm a cafeicultura e/ou a produção de uva como a principal fonte de

renda e estímulo às atividades turísticas. Aqui, as atividades agrícolas são totalmente excluídas desse processo, ou seja, não construiu, em cima dessa atividade, o seu turismo.

A pequena extensão territorial da propriedade, aliada à proximidade com a entrada do PESB, resultou em ser ela um importante lugar para o turismo, propiciando sua transformação de área de *camping* em pousada e, desse desenvolvimento, veio o estímulo para que outros proprietários buscassem no turismo uma renda a mais para suas propriedades, conforme foi comentando anteriormente. Em síntese, o turismo, nessa propriedade, apresenta-se como um turismo no espaço rural de forma familiar, mas com características comerciais, em função de sua origem, e agregado a um circuito turístico, que ainda não propiciou um desenvolvimento regional.

À guisa de conhecimento, as considerações aqui apresentadas ainda não constituem a finalização dos resultados propostos; entretanto, servirão de base para essa avaliação. Procuramos identificar os principais pontos que possibilitam ou afetam o desenvolvimento do turismo na região; percebemos, nas falas dos entrevistados, alguns consensos, principalmente em se tratando de questões que estão ligadas, diretamente, ao desenvolvimento do turismo em suas propriedades e à falta de recursos e apoio do Estado.

Procuramos, a seguir, descrever os relatos das entrevistas que tivemos com os proprietários rurais envolvidos na pesquisa. Essas entrevistas foram concedidas entre os meses de abril e agosto de 2008 e em março de 2009, e realizadas nas cidades onde o entrevistado possuía o empreendimento rural, o que facilitou na obtenção de várias imagens da paisagem local e do empreendimento.

As entrevistas foram, inicialmente, pré-agendadas. Na data marcada, o deslocamento foi realizado com o apoio de veículo da Universidade Federal de Viçosa, que disponibilizou também um motorista para nos acompanhar no trabalho de campo; cada entrevista teve duração média de três horas, sendo que todas as propriedades rurais foram visitadas três vezes ao longo do ano de 2008, e uma vez, no ano de 2009. Essas entrevistas (Anexo 1) foram agrupadas em cinco temas, objetivando melhor detalhar o turismo nessas propriedades rurais.

O primeiro tema abordado compreendeu a cultura e o turismo; num primeiro momento, procuramos identificar, junto aos proprietários, como o café surgiu na propriedade, objetivando compreender a origem, o tipo de cultivo e técnicas utilizadas, a produção, consumo, vendas e custo da manutenção da cultura cafeeira. Nesse mesmo tema, procuramos identificar como eles percebem e incorporam o turismo nas suas propriedades, e se o turismo substitui ou complementa a renda da propriedade.

O segundo tema destaca o papel do Estado na região. O intuito principal é observar e avaliar a participação desse Estado no campo, ao mesmo tempo em que procuramos ver as percepções desses proprietários sobre as políticas públicas para o turismo e como essas políticas chegam até essas propriedades, e também se existe alguma participação de outros órgãos ou entidades.

O terceiro tema envolveu a questão da participação familiar, sendo subdividido em três questões: a primeira analisa essa participação; a segunda envolve as mudanças que ocorrem nas propriedades envolvidas com o turismo, identificando os planos e preferências da família para o turismo; e a última questão diz respeito a como a população trabalha ou recebe os turistas.

No tópico quarto, o tema central foram os atrativos históricos, culturais e naturais. Nesse item, procuramos identificar quais e quantas são as festas locais, as produções artesanais e os atrativos naturais das propriedades e, ao mesmo tempo, identificar os pertencimentos das pessoas com o lugar e também os símbolos que as representam.

O quinto tópico aborda o circuito turístico, procurando compreender como surgiu essa necessidade de um circuito, sua origem, formação e divulgação dos eventos turísticos, buscando, também, identificar como ele influencia no desenvolvimento do espaço rural e quais as perspectivas dos proprietários com o Circuito Turístico Serra de Minas. Por ora, apresentaremos as principais considerações abordadas na entrevista com os proprietários.

Ao caracterizar a **cafeicultura local** e o turismo, procuramos identificar cada propriedade; primeiramente, detalhando suas origens, se estão ou estiveram envolvidas com a cafeicultura, ou outros cultivos, perfazendo um total de sete propriedades visitadas na Microrregião de Viçosa, sendo quatro em Araponga, uma em Guaraciaba, uma em Paula Cândido e uma em Viçosa. Esse procedimento justifica-se por acreditarmos que os espaços são diferentemente valorizados pelas sociedades, em função das possibilidades técnicas que determinam seu uso.

Das propriedades entrevistadas, apenas duas propriedades ainda têm, na cafeicultura sua principal fonte de renda, sendo que, em uma delas, as visitas turísticas que ocorrem são todas direcionadas ao curso de barista que é oferecido dentro da propriedade, ou a uma visita técnica de campo. Nessa propriedade, o turismo tem como função o marketing que ele disponibiliza para a marca de café que é exportado, podendo também o turista vivenciar o dia-a-dia da propriedade, caracterizando, portanto, um agroturismo, sendo que a propriedade vem trabalhando com o café desde o primeiro quartel do século passado, e com o turismo, desde os anos 2000.

A segunda propriedade existe desde o início dos anos setenta do século XX, quando o proprietário trabalhava ainda como meeiro, até conseguir comprar 130 ha, adquirindo dois mil pés de cafés na época e algumas cabeças de gado. A técnica utilizada na cafeicultura dessa propriedade foi, segundo o entrevistado, apreendida no dia-a-dia da lida no campo, não contando com a presença de técnicos locais, fazendo, entretanto, o uso de curva de nível. Produz os cafés tipo Catuaí vermelho e *Conilon*.

Das cinco propriedades restantes, duas intercalam as atividades agrícolas com o turismo, sendo que o turismo também assume um papel de complemento à renda local, mas vem ganhando destaque a cada ano.

Vale ressaltar que uma dessas propriedades não trabalha com a cafeicultura. Seu destaque é a cultivo da uva, produzindo também cana-de-açúcar, feijão e criação de gado, mas, em épocas passadas, o café também esteve presente na fazenda. Outra propriedade também trabalha com o cultivo de uva, destacando a produção de vinhos tintos finos a partir desse cultivo próprio nas variedades *Cabernet sauvignon*, *Merlot*, *Cabernet franc* e *Chancellor*. No entanto, de acordo com o proprietário, 15% da área ainda é dedicada à produção do café, coordenada por agrônomos, mas sem a ajuda de órgãos públicos ou cooperativas.

Em três propriedades observamos que as únicas fontes de renda são o turismo no espaço rural, caracterizando, principalmente, um turismo de natureza²², onde as presenças de matas, rios, cachoeiras e trilhas são os grandes atrativos, principalmente para as pessoas mais jovens. Identificamos que, numa dessas propriedades, o turismo é a principal fonte de renda, sendo o cerne dessa propriedade tem um viés ambiental, possuindo 80 hectares de mata preservada e recuperada. Entretanto, existe ainda, em seu interior uma pequena área para pasto e plantações de arroz, milho e feijão, cultivados em parceira.

Na região da pesquisa, as primeiras visitas ocorreram a partir de 1975, como atividades de camping no Córrego do Boné, importante curso d'água que banha duas propriedades visitadas. Essas visitas, porém, não se caracterizavam como uma atividade turística, uma vez que não era gerada nenhuma renda para a propriedade. Pode-se afirmar que as primeiras visitas turísticas ocorrem no final dos anos 90 do século passado, quando três proprietários abrem as porteiras de suas propriedades para camping e começam a cobrar por esse espaço alocado, influenciados, principalmente, pela notícia da criação do PESB, que só

²² Segundo DIAS; AGUIAR (2002, p.31), é um dos tipos que mais crescem no mundo atual; engloba o ecoturismo, o turismo rural etc.

iria ser concretizada em 2005. A partir da virada do século, novos proprietários vão transformar suas propriedades em atrativos turísticos para a região.

Indagados sobre como percebem e incorporam o turismo nas suas propriedades, um proprietário afirmou, euforicamente, que o turismo está vindo lentamente e que percebe que algo está mudando, tanto na parte física como nos relacionamentos das pessoas envolvidas com a atividade turística, ocorrendo mudanças até na comunidade onde a propriedade está inserida, argumentando ainda que houve melhorias nas casas, nas estradas e no povo, demonstrando que há um entusiasmo local. Outros proprietários colocaram que as atividades turísticas vieram para ficar, mas é preciso investir e não só contar com os apoios oficiais.

Fechando esse bloco, questionados sobre se o turismo substitui ou complementa a renda da propriedade, apenas um afirmou que a atividade turística substituiu a antiga renda e hoje é a mais importante fonte de rendimentos. Esse fato deve-se, entre outros fatores, à consciência ambiental do proprietário, que adota uma linha mais preservacionista, à diversificação dos atrativos do lugar e à proximidade com o Parque Estadual. Para os demais, as atividades turísticas ainda são um complemento à renda, mas acreditam que, futuramente, além de visar a um aumento da renda, querem mostrar um tipo de vida cotidiana existente nas fazendas mineiras que já não se observa com facilidade, hoje em dia.

O segundo tema abordado diz respeito à **participação do Estado**. De acordo com cinco proprietários rurais, nesse processo ela é inexistente, ou não percebem essa ação do Estado, a não ser em áreas da Saúde e da Educação.

Parte desse grupo de cinco dos proprietários entrevistados, afirmou que não recebe apoio ou ajuda de outras instituições, sendo que a contribuição do Estado, para o turismo local, é totalmente ineficiente, na prática, sendo que dois afirmaram ter recebido ajuda através do SEBRAE, com a possibilidade de realizar cursos, mas esses cursos são pouco focados no turismo rural.

Um único proprietário argumentou que a contribuição do Estado, para o turismo local vem ocorrendo, por meio de incentivos, e que ele acredita no potencial do lugar, argumentando que as políticas públicas têm dado um relativo impulso, mas que ainda pode ser criado um apoio logístico e financeiro maior às propriedades envolvidas com as atividades turísticas. Nesse aspecto, podemos afirmar que o Estado contribuiu para a criação do circuito, e os incentivou, no início. Hoje, porém, não ocorre mais essa ajuda aos proprietários rurais, como também averiguamos em Portugal e que será exposto no próximo capítulo.

Em nível municipal, não constatamos, em nenhum dos quatro municípios abordados nesta pesquisa, a efetiva participação ou apoio do Governo Municipal, como por exemplo o

financiamento de atividades turísticas locais, incentivo ao emprego local e outros. Apenas um proprietário justificou que a prefeitura local tem ajudado, principalmente na conservação de estradas.

Compreendemos que o Estado existe e se faz presente, direta ou indiretamente, nas propriedades. O problema é o que os entrevistados entendem por Estado e como eles idealizam sua presença no circuito turístico do qual fazem parte.

Procurando identificar a participação das famílias no empreendimento turístico, observamos que essa participação é constante, mas não ocorre de forma homogênea, não se constituindo um modelo padrão de participação.

De maneira geral, constatamos que a **participação familiar**, nas propriedades rurais e/ou empreendimento turístico, é muito forte, contando o proprietário, normalmente, com a participação da esposa ou de parentes mais próximos, principalmente na lida direta com as atividades de restaurante ou atendimento ao público. Averiguamos, também, que a presença de filhos, no empreendimento, ocorre em duas propriedades, sendo que, em uma delas, são os filhos que assumiram todas as funções. Em outra, os filhos são coordenados pelo pai, respondendo diretamente a ele pela execução ou não de determinadas tarefas solicitadas, mas continuam lidando com a agricultura do lugar. Nesse processo, podemos afirmar que as presenças de outros familiares também são importantes, e que, na maioria dos casos, ocorre uma divisão de tarefas, mesmo se considerando que, muitas vezes, não foram divididos, formalmente, e os papéis.

Em uma propriedade visitada, foi-nos expostos que essa atividade fortaleceu o estreitamento dos laços familiares, possibilitando melhorias na relação interpessoal, antes desestimulados pela falta de perspectiva, possibilitando uma parceria familiar. Notamos que alguns membros familiares já realizaram cursos técnicos envolvidos com as atividades turísticas, oferecidos por organismos como o SEBRAE, o SENAR e até mesmo com curso de extensão realizado pela Universidade Federal de Viçosa, durante a Semana do Fazendeiro, que ocorre, anualmente, em Viçosa; o que caracteriza uma relativa preocupação em aprimorar e melhorar seus conhecimentos a respeito do assunto; observamos que apenas em uma propriedade essa participação familiar é inexistente, atuando o dono sozinho, mas contando com a ajuda de funcionários.

Sobre as **mudanças ocorridas** nas propriedades envolvidas com o turismo, analisamos, nas propriedades visitadas, que em todas ocorreram mudanças significativas, não apenas do ponto de vista estrutural, mas também mudanças comportamentais e culturais, favorecendo a chegada de novas idéias e ações no modo de vida local.

Visivelmente, o maior impacto é com a estrutura física do lugar, para melhor atender o visitante, estimulando a reforma da estrutura existente ou sua ampliação, estimulando a busca por novas tecnologias que facilitem a comunicação da propriedade com o mundo e, também, ampliando a consciência ambiental na família, pois agora passaram a se preocupar mais com os recursos naturais. Alguns proprietários nos afirmaram também que, com a chegada dos turistas, ocorreram profundas mudanças na paisagem, transformando o que era área com pasto e cultura no que hoje é Mata Atlântica recuperada e preservada, o que possibilitou uma mudança de atitude. Em resumo, alguns proprietários argumentaram que houve melhoras na sua qualidade de vida.

Para a maioria dos entrevistados não existe um tipo específico de turista que seja o preferido, mas a grande presença de turistas mais jovens (entre 20 a 30 anos) ocorre nas áreas de camping ou onde existe a possibilidade de esportes de aventura. Nas propriedades envolvidas com o cultivo da uva, verificamos uma preferência dos proprietários por casais com ou sem filhos, com poder aquisitivo mais alto, ou mesmo por turistas da terceira idade, pois há uma maior identificação de idéias e ações com esse grupo etário. Vale ressaltar que a maioria dos turistas que visitam o lugar estão ligados, diretamente, ao interesse em conhecer uma produção vinícola.

Duas propriedades demonstraram, ainda, o interesse de trabalhar com escolas ou trabalhar com crianças em trilhas e passeios na cidade, criando um roteiro no lugar, já que em seu interior possuem algumas trilhas ecológicas. Esses turistas seriam capturados entre crianças e adolescentes de escolas locais e da região, disponibilizando esse espaço para aulas de Educação Ambiental, Geografia, Biologia e de outras disciplinas.

De acordo com as entrevistas, constatamos que duas propriedades contratam empregados para trabalhar, especificamente, com o turismo. Esses contratados, normalmente, são mão-de-obra local, com baixa qualificação profissional, na maioria do sexo feminino e que estão envolvidas com as tarefas da lida diária, exercendo, ao mesmo tempo, o papel de cozinheiras e secretárias do lar. Observamos que em todas as propriedades existem funcionários contratados, mas suas funções não se restringem, apenas, às atividades turísticas; na maioria das vezes têm a uma dupla função: a de lidar com as atividades agrícolas, e, ao mesmo tempo, conforme as necessidades, a de serem deslocados para as funções do turismo. Apenas em uma propriedade reconhecemos que não existe qualquer contratação e que todas as tarefas são realizadas pelo proprietário e seus familiares, inclusive a função de guia; em média, são dois contratados por propriedade. De maneira geral, boa parte da mão-de-obra

empregada nas propriedades rurais possui baixa qualificação e é originária das imediações da propriedade.

No quesito **recepção aos turistas** verificamos que, no geral, não há um procedimento diferenciado entre os envolvidos. Existe até uma homogeneização nesse aspecto, iniciando com um pré-agendamento, normalmente via telefone; depois de confirmado o contato, o turista, ao chegar, normalmente é recepcionado pelos proprietários; nesse processo, o visitante recebe as informações sobre as atividades que são desenvolvidas e conta com a atenção dos proprietários, que mostram a propriedade, fazendo o papel de guia, o que explica a inexistência de gente contratada para essa função, na maioria das propriedades.

Após a chegada, o espaço da propriedade é mostrado, aos turistas e, no caso dos *campings*, são conduzidos até esse local onde algumas regras básicas do acampar são repassadas; caso queiram realizar uma trilha, é necessário contratar um guia local. Apenas duas propriedades afirmaram que disponibilizam guias locais. Vale ressaltar que as presenças desses guias qualificados ocorrem em função da proximidade do PESB.

Algumas propriedades vêm tentando fazer um diferencial nesse processo, no sentido de atrair mais turistas. Para tanto, algumas já providenciam, na chegada, um pequeno lanche caseiro “típico” de Minas Gerais, que é o pão de queijo com café ou, mesmo uma pequena degustação de vinho. Em uma das propriedades visitadas, constatamos que existe um direcionamento diferenciado, dependendo do turista. Essa diferenciação se dá em função do objetivo da visita, caso seja ele um técnico em café ou apenas um visitante.

Verificamos que as propriedades rurais são muito carentes, quando questionadas sobre as **festas locais** ou a produção artesanal. Essa inexistência de festas locais, que poderiam ser um fator aglutinador e diferenciador, é justificada, inicialmente, pelo curto período de existência da maioria dessas propriedades envolvidas com o turismo. Falta também, às comunidades locais, uma busca mais aprofundada de suas raízes e uma valorização da cultura, demonstrando que esse espaço de Minas Gerais tem cultura própria, ainda que permaneça esquecida, na memória dos mais velhos.

Desse modo, não caracterizamos nenhuma festa local, seja ela profana ou religiosa, que estivesse vinculada a alguma propriedade rural. Vale ressaltar que a maioria desses eventos culturais estão interligados a eventos comandados pela Igreja, normalmente festa do santo padroeiro da cidade onde estão inseridas. É o caso da Festa de Santa Rita (Viçosa), Festa de Nossa Senhora do Rosário (Paula Cândido), São Miguel (Araponga), Santana (Guaraciaba) e outras.

Em se tratando de festas profanas, na região, o que ocorre são as festas juninas, com as quadrilhas. No ano de 2008, uma das propriedades realizou a primeira festa junina local, mas não obtivemos informações a respeito; em outra propriedade, fomos informados que os atrativos culturais ainda não estão consolidados, mas já vem ocorrendo uma Festa do Vinho, com data não fixa, e uma Roda de Viola todo mês, com músicas regionais; por último, um proprietário afirmou que tem uma parceria com um grupo de Folia de Reis, que faz apresentação no local, significando que as festas, em nenhuma dessas propriedades rurais, representam atrativos importantes para o desenvolvimento do turismo, no ambiente rural da Microrregião de Viçosa.

Observamos que, nas propriedades rurais, a produção artesanal é pouco significativa. Apenas duas propriedades confirmaram a ocorrência da produção artesanal de vinho e somente uma produz doces, geléias e queijo, que são vendidos aos visitantes. Uma terceira propriedade confirmou que ocorre a venda de artesanato como, por exemplo, oratórios em cabaças, artesanato de palha de café e a venda de mel. Existe, por parte dos proprietários, a vontade de realizar parcerias, no sentido de oferecer esses artesanatos que são produzidos no Circuito, visando possibilitar um melhor aproveitamento turístico, mas tais tentativas ainda não surtiram efeito esperado.

O turismo é uma realidade nas propriedades pesquisadas e se faz presente com maior ou menor intensidade dependendo do período do ano, pois é uma atividade sazonal. Levando-se em consideração que é uma atividade capaz de dar suporte ou mesmo agregar outras atividades à sua volta, como por exemplo o artesanato, percebe-se que essa atividade artesanal é praticamente inexistente na região; nem a produção de vinhos artesanais, em duas propriedades, ou os produtos ofertados, em uma única propriedade, têm gerado interesse, por parte dos turistas, em adquiri-los numa escala mais ampla. Existe uma contradição nessa situação, que está ligada, diretamente, ao tipo de atividade turística realizada em cada propriedade, e também à participação familiar nessa produção artesanal. O que se observa é a falta de iniciativa, orientação e estímulo para essa produção, pois a região é rica em matéria prima e mão-de-obra que pode ser absorvida por essa atividade, o que contribuiria, também, para o desenvolvimento socioeconômico da Microrregião de Viçosa.

Em relação aos atrativos históricos, não observamos, de maneira significativa, nas entrevistas realizadas, referências a eles. Apenas um proprietário citou fatos históricos que ocorreram na região, mas que ainda não se constituem num importante atrativo para a propriedade.

O fato histórico principal da região foi a tentativa de resistência liderada pelo ex-presidente da república, Arthur Bernardes, a favor da Revolução Constitucionalista de 1932, quando procurou apoiar o Estado de São Paulo. Porém, com poucas armas e sem apoio do governo de Minas Gerais, viu-se isolado e, posteriormente, preso e exilado no Rio de Janeiro. Esse fato não possibilitou um estímulo ao turismo local, mas, foi criado, em Viçosa, pela Universidade Federal de Viçosa, o Museu Arthur Bernardes, que guarda objetos pessoais e fatos da época citada. Não existe uma proposta de inserção desse fato no roteiro turístico, porém, o museu é um local de visitação na cidade de Viçosa.

Em todas as propriedades rurais visitadas, o atrativo principal são os recursos naturais existentes, destacando-se as grandes reservas florestais no seu interior, as cachoeiras, que podem ser visitadas pelos turistas, as serras e vales recobertos pela Mata Atlântica, permitindo a realização de várias trilhas ecológicas, os cursos d'água e, principalmente, a presença do Parque Estadual Serra do Brigadeiro, uma importante reserva florestal.

Vale ressaltar que apenas os recursos naturais não são suficientes como atrativos, em se tratando de circuito turístico, pois o Circuito Serras de Minas não se constitui apenas de propriedades voltadas para a preservação do meio natural. Cada membro tem suas particularidades, e o que se faz necessário é destacar essas particularidades, incentivando a criação de outros atrativos que possibilitem o aumento do número de atrativos e, conseqüentemente, a demanda por esse espaço. É preciso valorizar e incentivar o modo de vida local, o artesanato e os valores culturais das cidades envolvidas, como por exemplo as congadas e as festas religiosas.

Uma importante questão abordada visava identificar as **identidades e os pertencimentos** das pessoas em relação ao lugar. Buscamos compreender esse sentimento das pessoas com o seu espaço de vivência e, para tanto, indagamos dos entrevistados qual o símbolo - material ou não-material - existente na propriedade que melhor a representa perante os outros, objetivando caracterizar as relações desses proprietários com o lugar e entender sua importância para o turismo.

As respostas da maioria dos entrevistados foram um tanto vagas. Cremos que esse fato se justifica, não pela característica da pergunta aos proprietários, como também por não terem parado para pensar nesse simbolismo como uma forma de representatividade do local, abrangendo desde elementos naturais, como a mata, as montanhas, as árvores, os rios, passando pelos elementos construídos, como os cafés especiais, o engenho d'água, a gastronomia local ou mesmo a logomarca. Alguns consideraram que não existia um símbolo propriamente dito.

É interessante afirmar que muitos dos proprietários justificaram que “nunca havia pensado num símbolo” como um elemento que representasse o seu investimento de forma concreta, tendo dificuldades em expressar qual a simbologia que melhor caracterizasse a propriedade, recorrendo aos elementos naturais para justificar essas respostas.

Para os proprietários, a relação com o lugar se caracteriza pela satisfação de ali estar; de lugar melhor para viver. Para um proprietário, sua vida estava naquele local, fruto de anos de esforços e lutas para adquiri-lo, para outros, por existir uma relação familiar direta, pois toda a família foi criada naquele espaço. Percebemos que o sentimento de pertencimento com o lugar existe na fala da maioria dos proprietários, principalmente dos que são nativos da região, e este é um fato relevante para o turismo. Isso repercute no atendimento, na valorização de certos aspectos da cultura, na história local e regional, ou mesmo na própria produção rural como atrativo.

Solicitados a informarem sobre suas **relações com o Circuito Turístico Serras de Minas**, no qual estão inseridos, os proprietários não demonstraram problemas ou situações de conflito, mas percebemos que todos esperam um envolvimento maior desse circuito com a possibilidade de um incremento nas visitas e nas relações de parceria entre eles e outros que poderiam vir a se agregar, tornando-se uma referência no turismo do espaço rural.

Para um dos proprietários, a origem do circuito é desconhecida. Criticou a divulgação, considerando que é muito lenta e que a integração da propriedade com o circuito turístico (CT) não é aprofundada, ela somente ocorre com a participação nas reuniões e nas discussões do circuito. Outro argumentou que o CT “...caiu de paraquedas”, foi feito para bem estar da família, tendo começado o processo com a reforma da casa. Para ele o circuito é uma coisa boa, por ter possibilitado melhorias, de forma geral, integrando-se a ele sem problemas.

Dois outros proprietários argumentaram que a origem do CT foi uma necessidade, sendo uma forma de comunicação, integração, parceria, opção de cursos e união das pessoas envolvidas, local de troca de experiências, consideraram, ainda, que o circuito conciliou a política de Estado de descentralização do processo, incorporada pelas comunidades, existindo desde 2002.

Uma das indagações levantadas apontou que uma das preocupações dos proprietários é a falta de parceria entre os membros do circuito e outras instituições. Mesmo assim, colocaram que ocorreram melhorias nas propriedades, ainda que de forma tímida, e que o grande benefício foi no sentido de trabalharem em conjunto. Suas perspectivas com o CT são de se envolverem mais e sempre melhorar, e essa melhora tem que ser com um bom atendimento e uma boa hospedagem. Isso mostra que o turismo é pensado como forma de

receber bem as pessoas. Nesse sentido, a parceria proposta por alguns proprietários deve ser pensada muito além do apenas receber o turista, pois não é só o bem receber que garante o fluxo turístico na propriedade, mas um conjunto de fatores a ele interligados, como os serviços prestados, a disponibilidade de atrativos, a forma de hospedagem, entre outros.

Constatamos que a divulgação das propriedades junto, ao CT, é feita apenas pelo *folder* do circuito, o que é pouco, quando comparado com os vários meios de divulgação existentes. Das propriedades visitadas, quatro já possuem sites próprios, para realizar a divulgação de seus produtos, mas isto ainda não é suficiente para incrementar o número de visitantes na região, sendo eles divulgados no dia-a-dia e, principalmente, na Semana do Fazendeiro, organizada pela UFV nas férias de julho.

Em apenas duas propriedades o turismo é a principal fonte de renda, o que nos leva a afirmar que o turismo existe como atividade complementar nas demais propriedades rurais, não conseguindo ainda gerar renda e trabalho capaz de reproduzir os envolvidos.

Os proprietários mostraram que estão cientes da importância e da necessidade do CT, pois ele propiciou uma direção ao turismo na região. Acreditam que suas perspectivas futuras são boas, mas não serão fáceis, pois, nesses seis anos de existência, ele ainda está “caminhando”, e a dificuldade é de todos, sendo necessário consolidá-lo para que se desenvolva, pois todos ganharão. Acredita-se que esse ganho se efetivará pela parceria entre os envolvidos e o circuito turístico, pois o desenvolvimento do turismo na Microrregião de Viçosa se dará pelo envolvimento dos proprietários rurais entre si, contanto com a colaboração da comunidade e também dos órgãos públicos, em todos os níveis.

Observamos que a grande dificuldade do CT é a completa falta de apoio ou mesmo de interesse dos órgãos públicos, no processo de divulgação e expansão da atividade turística, em cada município membro. Essa falta de apoio vem resultando na baixa divulgação junto aos mais diferenciados órgãos da sociedade civil, resultando numa reduzida procura por esse tipo de atividade turística, o que compromete até mesmo a manutenção desse circuito.

O turismo se apropria desse espaço rural, incorporando não só a dinâmica dessas propriedades rurais como, também, o modo de vida do pessoal envolvido na atividade. Como cada propriedade possui suas características peculiares, o que as torna especiais, sob o ponto de vista da análise geográfica e também turística, compreendemos que é essa diversidade que lhes permitiu associarem-se ao denominado “Circuito Turístico Serras de Minas”, cuja sede se encontra na cidade de Viçosa.

Após toda essa exposição dos resultados das entrevistas, podemos considerar que o turismo se apropria do seu modo de criação, ou seja, de acordo com sua origem, e seu tempo

de criação, acaba por incorporar características de outras regiões, que é o preservar, o cuidar e o proteger, ainda que em diferentes níveis.

Nesse sentido, as atividades turísticas que estão presentes nas propriedades rurais da área de estudo ocorrem de forma diferenciada, tornando-se particularizadas em cada propriedade, onde seus usos ocorrem de formas divergentes, alguns mais caracterizados pelo envolvimento familiar na atividade, outros pela visão do empreendedorismo. Entretanto, todos os envolvidos se apropriaram de uma paisagem natural, marcada pela beleza cênica do lugar, para expandir suas atividades produtivas, por meio do turismo.

O turismo existe nas propriedades rurais visitadas; é uma atividade que surgiu como forma alternativa de renda, gerando, para os envolvidos, uma possibilidade de reprodução da família, bem como dos capitais investidos. No entanto, ele não consegue existir sem a presença do Estado, sem a produção rural e sem o trabalho familiar. É a interação desses elementos que possibilita, ao turismo, a sua consolidação, alcançando outros segmentos e atingindo, inclusive, empresários que vivem na região e trabalham com turismo, deixando de ser apenas produtores rurais para se tornarem investidores do turismo.

É interessante ressaltar que algumas alterações no dia-a-dia do campo são observáveis, pois as visitas provocaram e provocam uma reestruturação na dinâmica funcional das propriedades; sendo as propriedades com maior fluxo de visitantes as que apresentam as mudanças mais significativas. Essas situações, algumas vezes, são perceptíveis, como, por exemplo, as alterações nos horários das rotinas diárias de produção na propriedade, a variação nas formas de receber os turistas, etc. Outras são apenas sentidas ao longo dos tempos, como a preocupação em melhorar o aspecto físico da sede da propriedade, a atenção com o que será oferecido no almoço ou lanche e até mesmo com a melhoria da aparência visual ou estética dos proprietários e familiares.

Outro aspecto que merece nossa observação refere-se às interferências paisagísticas ocorridas ou ainda pretendidas pelos proprietários, que foram sistematicamente explanadas quando da realização das entrevistas, pois, segundo eles, a beleza cênica do lugar é cobrada pelos turistas, que exigem, também, o mínimo de comodidade. Essas interferências visam, principalmente, ao embelezamento do local e à otimização das atividades, porém acabam por resultar em graves alterações paisagísticas e funcionais, podendo gerar uma descaracterização do ambiente original, carregando-o de forte conteúdo artificial, distanciando-o do habitat rural, mas possibilitando ao turista o mesmo conforto encontrado no espaço urbano.

Não menos importante, observamos que determinados proprietários aproveitaram-se da nova “tendência do mercado” para agregar rendimentos às suas propriedades, aderindo,

principalmente, ao modismo do turismo no espaço rural, pois a atividade vem sendo praticada, aleatoriamente, por qualquer proprietário interessado em aumentar os lucros, não existindo um controle, ou mesmo um cadastro dos órgãos públicos sobre quem é esse empreendedor rural e o que ele faz.

Isso significa que o turismo é, na maioria das vezes, seletivo, e que tem várias implicações nos movimentos sociais que reivindicam a presença do Estado, pois este não consegue dar respostas a todas as demandas e assumir sua responsabilidade junto aos segmentos que trabalham com o turismo e, especificamente com o turismo no espaço rural. Esses desencontros entre a ação do Estado e as demandas apresentadas pelo turismo e expressas nos movimentos sociais são estrategicamente questionadas, pela não operância do sistema público. Também é creditado às políticas públicas as falhas nas questões sociais e, principalmente, no desenvolvimento local.

Na região do estudo, a atividade turística caracteriza-se por apresentar uma abundante gama de possibilidades de uso do espaço rural. Em todas as propriedades estudadas existem dois ou mais tipos de turismo, sendo que o turismo rural está presente em quatro propriedades; o ecoturismo em três; o turismo de eventos, o turismo gastronômico e o campismo verifica-se em duas propriedades, enquanto que o agroturismo, o turismo científico e o turismo esportivo são modalidades que aparecem em apenas uma propriedade.

Considerando que a pluriatividade é compreendida como um conjunto de processos que se caracterizam pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família (SCHNEIDER et al., 2006), acreditamos que ela tem sido usada como um recurso para “...explicar o processo de diversificação do trabalho que ocorre no âmbito das unidades familiares de produção”, servindo para demonstrar a transição da própria função da agricultura e da mudança social que vem ocorrendo nos espaços rurais, fruto de uma reestruturação capitalista.

Nesse sentido, em nossas pesquisas de campo, e após termos elaborado os capítulos que tratam das propriedades rurais na Microrregião de Viçosa, propomos uma classificação para as propriedades rurais que estão envolvidas com o turismo mas que continuam a trabalhar com as atividades agrícolas e que, aqui, denominamos Classificação Pluriativa para as propriedades rurais.

De acordo com Carneiro (2006), Schneider (2006) identifica cinco tipos de pluriatividades, a saber: a intersetorial, a de base agrária, a sazonal ou informal, a para-agrícola e a tradicional-camponesa. Entretanto, optamos por uma outra classificação, que leva em consideração a quantidade de atividades turísticas exercidas nas propriedades e o tempo

dedicado as atividades rotineiras da agropecuária, sendo possível uma classificação em pequena, média ou grande pluriatividade, ou mesmo apresentar uma pluriatividade nula.

Observamos que, quanto maior é o número de atividades turísticas em que a propriedade está envolvida, menor é a pluriatividade existente em seu território, e quanto menos atividade turística a propriedade apresenta, maior é a necessidade de se ter uma pluriatividade, caracterizando, assim, uma diversidade de serviços ou tarefas para serem cumpridas pelos proprietários e seus familiares. Isso significa que o turismo rural, quando incorporado à propriedade rural de forma profissional, tende a se tornar uma atividade predominante e capaz de atender às expectativas daqueles que pretendem viver da renda propiciada pelo turismo.

Nessa classificação, não levamos em consideração o tamanho da propriedade rural, mas o envolvimento de seus membros em realizar atividades turísticas e agrícolas, ao mesmo tempo, e a dedicação do proprietário, no empreendimento, com uma ou outra função.

O objetivo dessa classificação tem a finalidade de servir como parâmetro aos circuitos turísticos, para avaliar o nível de classificação turística de cada propriedade rural participante, no sentido de calcular a potencialidade de cada membro, e também de servir de subsídio para a SETUR, com a finalidade de possibilitar um melhor planejamento da suas políticas públicas para o turismo, levando em consideração os diferentes níveis de pluriatividade de outras regiões do Estado.

Desse modo, podemos afirmar que as propriedades rurais da Microrregião de Viçosa, nossa área de estudo, também se enquadram nessa classificação, conforme o quadro 7.

Para a região do estudo, com essa classificação, verificamos que existe um predomínio de propriedades com alta pluriatividade - três no total – que são caracterizadas pela intensa atividade agrícola, principalmente a cafeicultura e a pecuária, que ocorrem em seus territórios, relegando ao turismo um papel secundário nesse processo. Apenas uma propriedade caracteriza-se como sendo de média pluriatividade, por apresentar uma equivalência entre as atividades agrícolas e de turismo que são executadas no seu interior, pois, nesse caso, o cultivo da uva é o principal atrativo, que acaba por seduzir um importante número de visitantes para a propriedade.

Quadro 7

CLASSIFICAÇÃO PLURIATIVA PARA AS PROPRIEDADES RURAIS DA
MICRORREGIÃO DE VIÇOSA – MG - 2010.

	Pluriatividade Alta	Pluriatividade Média	Pluriatividade Baixa	Pluriatividade Nula
Camping Remanso	X			
Camping Vale das Luas				X
Fazenda Braúna	X			
Fazenda Indaiá	X			
Hotel Fazenda Adega Morro Velho		X		
Pousada Serra D'Água			X	
Pousada Chalé do Turvo				X

Elaborado pelo autor (2010).

Neste contexto de classificação, apenas uma propriedade apresenta uma baixa pluriatividade, por ter o turismo como a principal fonte de renda e trabalho, apresentando, porém, uma pequena atividade agrícola, voltada à subsistência, não se caracterizando em uma atividade comercial; e, por último, duas propriedades caracterizaram-se como tendo uma pluriatividade nula, vivendo exclusivamente da atividade turística.

O Camping Remanso foi classificado como tendo uma pluriatividade alta. Nessa propriedade, o predomínio da cafeicultura é significativo. Entretanto, ainda ocorre produção leiteira e o cultivo de várias espécies agrícolas, destinados à subsistência familiar. O turismo, praticado inicialmente como área de camping, encontra-se mais estruturado, com a construção de quartos e uma pequena venda para atender às necessidades básicas dos campistas. Nesse sentido, as tarefas são comandadas pelo proprietário, pelos filhos e noras, que se alternam a cada final de semana, ajudando nas tarefas turísticas e, durante a semana, na lida do campo.

O Camping Vale da Lua, apesar da proximidade do outro camping, é uma das duas propriedades da área de estudo da qual se pode afirmar que a pluriatividade é nula. Nessa pequena propriedade, o turismo é a única atividade econômica do lugar, mas não é a fonte de renda exclusiva para o dono, que possui outra pousada, em outro município, o que justifica, de certa forma, essa classificação.

Na Fazenda Braúna, o turismo não é a atividade econômica familiar mais importante; na verdade, ela surgiu como um complemento à produção de cafés finos para exportação, onde o fluxo contínuo de visitantes e técnicos, em busca desses conhecimentos sobre a cafeicultura, oportunizou aos proprietários a entrada nas atividades turísticas, para atender a uma demanda específica de turistas. Nesse sentido, a propriedade possui uma pluriatividade alta.

A única propriedade do Município de Viçosa a produzir uvas, a Fazenda Indaiá, tem nessa atividade agrícola e na criação de gado leiteiro, suas fontes de renda. Produz-se, no local, também, cana-de-açúcar, feijão e outras culturas de subsistência, mas o grande atrativo turístico são as videiras, cultura exótica para a região. Todo esse conjunto de atividades relacionadas ao campo e mais a presença de turistas em busca de informações sobre a vinicultura gera uma pluriatividade alta para os proprietários.

Quanto ao Hotel Fazenda Adega Morro Velho, em princípio pode-se afirmar que o cultivo de café e de uva o classificaria como sendo de alta pluriatividade. Entretanto, o que percebemos, de nossas visitas a campo, é que existe um equilíbrio de funções entre as atividades agrícolas e as turísticas e o tempo de dedicação dos proprietários a essas práticas. Tendo como atrativo o cultivo de uvas e o estilo arquitetônico europeu da sede da fazenda, essa propriedade tem possibilitado a geração de rendas com o turismo, o que nos permite afirmar que sua pluriatividade é média.

Predominando nela as atividades turísticas, principalmente o ecoturismo, o turismo de aventura e outras atividades esportivas ligadas ao meio ambiente, a Pousada Serra D'água apresenta uma baixa pluriatividade, em função da elevada atividade turística que ali se desenvolve. A propriedade apresenta algumas culturas agrícolas como, por exemplo, a cafeicultura; entretanto, são culturas de subsistência, sem finalidades comerciais.

Por último, a Pousada Chalé do Turvo apresenta a atividade turística como única fonte de renda da propriedade, inexistindo, em seu interior, qualquer atividade agrícola. Seus proprietários aboliram a produção agrícola há alguns anos, sendo classificada também, como tendo uma pluriatividade baixa.

Os motivos dessa classificação têm como função nos auxiliar na compreensão do envolvimento que cada proprietário rural tem com as atividades turísticas, bem como na compreensão de quais tipologias turísticas são praticados nas propriedades rurais do nosso estudo; com isso, buscamos entender essa dinâmica turística que ocorre na Microrregião de Viçosa.

De maneira geral, o turismo existe na perspectiva da pluriatividade, apontando para a necessidade de se pensar uma política pública que atenda o turismo no espaço rural como um todo, e que considere, também, as atividades agrícolas, pois esses fatos não são contemplados pelas legislações atuais.

Podemos afirmar que, em todas as propriedades, privilegiam-se os elementos do espaço natural como o atrativo mais importante. Porém, falta a elas uma melhor ordenação de seus afazeres e um planejamento mais eficaz das tarefas ali realizadas.

O turismo, no espaço rural, requer um planejamento específico que propicie orientações, gerando diversos benefícios, como diversificação de renda, geração de empregos, preservação do patrimônio natural e cultural, melhoria na produção agropecuária e na qualidade de vida local.

Atingir esses benefícios, de uma maneira otimizada, sem colocar em risco a própria existência desse processo, não é uma tarefa fácil; é preciso buscar informações que possam tornar a propriedade mais produtiva, utilizando-a de uma maneira mais racional. Tais afirmações, acima de tudo, reforçam a necessidade da presença do Estado e do circuito turístico na organização dos envolvidos, que estão, cada vez mais, buscando uma qualidade de vida e um desenvolvimento socioeconômico para o lugar em que vivem.

Um desses caminhos é buscar um plano mais coerente com os recursos e potenciais turísticos que a propriedade disponibiliza, para atender à demanda dos visitantes, sem comprometer sua rotina diária, e também evitando as contradições da atividade.

Nesse processo de compreensão da realidade turística local, o planejamento é de fundamental importância, pois se pretende sair de uma situação de várias carências infraestruturais, de políticas públicas limitantes e de gestão que atenda as especificidades do lugar. Para que isso ocorra, é necessário que se elabore uma política que inclua a comunidade, que esta exerça a sua força política, que possa ser analisada e atendida pelo circuito turístico. Esse esforço pode, também, resultar na defesa da pluriatividade, identificando quais são as tendências socioespaciais, bem como aquilo que o turismo tem a ver com o desenvolvimento local e regional. Afinal, trata-se de uma região historicamente produtora de café que, pelo exposto, conserva essa prática e, sobrepondo-se a ela, (re)produz o turismo.

Além do planejamento e do envolvimento político com o circuito turístico, é importante que os proprietários rurais envolvidos com o TER conheçam e identifiquem outras realidades turísticas. Buscando apresentar outras formas e alternativas de TER, usaremos, como exemplo, o caso da região do Minho, em Portugal, onde o turismo está presente há mais de três décadas, conseguindo respaldo e apoio dos órgãos públicos e privados.

Nesse sentido, o próximo capítulo aborda o turismo no espaço rural de Guimarães e Ponte de Lima, duas importantes áreas do TER, no Minho, com suas práticas, interesses e demandas socioespaciais dessa realidade específica. O turismo que é lá praticado configura-se num importante referencial para se compreenderem os desdobramentos dessa atividade no espaço que foi conquistado pelos sujeitos envolvidos, tendo alcançado seu desenvolvimento a partir de uma crise na agricultura.

O TURISMO QUE VEM D'ÁLEM MAR: manifestações turísticas no espaço rural do Minho (Portugal).

COM QUE VOZ

*Com que voz chorarei meu triste fado,
que em tão dura paixão me sepultou.
que mor não seja a dor que me deixou
o tempo, de meu bem desenganado.*

*Mas chorar não estima neste estado
aonde suspirar nunca aproveitou.
triste quero viver, pois se mudou
em tristeza a alegria do passado.*

*Assim a vida passo descontente,
ao som nesta prisão do grilhão duro
que lastima ao pé que a sofre e sente.*

*De tanto mal, a causa é amor puro,
devido a quem de mim tenho ausente,
por quem a vida e bens dele aventuro.*

Luis de Camões

6.1 – INTRODUÇÃO.

O turismo no espaço rural (TER) não é um tema exclusivo das regiões brasileiras, mas um assunto que há anos já domina as pesquisas e discussões nos meios acadêmicos de várias instituições internacionais. Pode-se dizer que esse turismo surge, inicialmente, nos países europeus e vai-se espalhando, lenta e progressivamente, pelo velho continente, europeu e estendendo-se, posteriormente para o resto do mundo.

Portugal, o mais ocidental dos países europeus, também recebeu esse tipo turístico, embora tardiamente, resultando num privilégio do turismo termal e do turismo de sol e mar. As discussões acadêmicas, nesse país, fazem-se presentes em várias instituições, destacando-se as Universidades de Lisboa, Porto, Coimbra, Aveiro e Minho, que contam com grupos de estudos e pesquisas destinados ao turismo.

Um dos motivos de se estudar o turismo no espaço rural de Portugal foi, num primeiro momento, as paridades existentes entre a área de pesquisa da Microrregião de Viçosa, na Zona da Mata Mineira (Brasil), e a região do Minho, duas zonas geográficas onde a agricultura se faz presente como a principal atividade econômica e que passam por constantes crises nos seus principais produtos agrícolas, o café e a uva, respectivamente.

O segundo motivo está ligado, diretamente, à necessidade de que as duas instituições envolvidas, a Universidade Federal de Uberlândia e a Universidade do Minho, por intermédio de seus respectivos Departamentos de Geografia, disponibilizem um intercâmbio de seu corpo docente e de material para pesquisa, contando com ajuda da CAPES.

Procurando compreender esse turismo, parte da pesquisa do doutorado foi desenvolvida junto à Universidade do Minho (UMinho), em Portugal. Nesse sentido, durante a permanência em solo português, procuramos investigar, analisar e identificar como o turismo, no espaço rural da Região do Minho, vem sofrendo ações do Estado e da comunidade local, ampliando o estudo das discussões teóricas e metodológicas, que envolvem a questão, para possíveis análises e confrontações de casos.

O estágio na Universidade do Minho foi realizado num período de quatro meses junto ao Núcleo de Investigação em Geografia e Planejamento (NIGP). O NIGP é uma unidade permanente de investigação científica, de caráter pluridisciplinar, integrado ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Além do NIGIP, o Departamento de Geografia da Universidade do Minho possui o Laboratório de Informática, instalado com diversos softwares, com funcionalidades e utilidades diversas; a Biblioteca de Geografia e Planejamento que conta com um acervo

significativo de revistas e livros de âmbito geográfico; a Mapoteca, com um rico espólio cartográfico; edita a Revista Aurora, um fórum internacional de investigação e análise crítica nos domínios da Geografia e também o Geo-Working Papers.

As atividades que desenvolvemos durante nossa estada no referido Núcleo visaram buscar um compartilhamento de experiências junto aos seus pesquisadores, conhecendo e acompanhando as pesquisas ali desenvolvidas com relação ao tema aqui proposto. Posteriormente, realizamos uma pesquisa empírica, ou seja, contatos e entrevistas com os proprietários rurais que desenvolvem atividades turísticas e recebem turistas em suas propriedades.

Inicialmente, o procedimento consistiu em uma verificação junto aos arquivos de documentos textuais produzidos pelos pesquisadores do NIGP, reconhecendo o volume de trabalhos disponibilizados, mapeando as fontes de materiais particularmente interessantes: anais de congressos, relatórios de pesquisas desenvolvidas, livros e periódicos. Esse levantamento teve a função prática de eleger um número razoável de referências bibliográficas a serem analisadas e que serviram para uma reflexão sobre o desenvolvimento do turismo no espaço rural.

A fase de leituras foi cumprida, num primeiro momento, junto à biblioteca do Departamento de Geografia, com um amplo e variado acervo, entre livros e revistas especializadas, e também nas Bibliotecas dos Campus de Azurém e Gualtar, da Universidade do Minho.

Paralela às consultas bibliográficas, a participação em congressos e seminários e o contacto com pesquisadores e coordenadores de projetos foi de fundamental importância para conhecer e compreender quais e como são conduzidos os estudos sobre turismo, no espaço rural português.

O objetivo era conhecer a dinâmica do Turismo no Espaço Rural (TER) de Portugal e quais eram os pensamentos de alguns produtores rurais sobre o turismo em suas propriedades. Tratou-se, portanto, de um levantamento bibliográfico, com acompanhamento das pesquisas em desenvolvimento e de trabalho de campo, no sentido de registrar passagens textuais encontradas em documentos impressos e, nas idas a campo, no contato e entrevistas com os proprietários rurais portugueses.

Na escolha dos lugares a serem fotografados, preferiu-se uma paisagem que definisse o lugar e seus pormenores, de maneira que se tornem evidentes os registros de um tempo

secular que é vivenciado na maioria das propriedades visitadas, sendo estas dez no Concelho²³ de Ponte de Lima e cinco no Concelho de Guimarães.

Nesse sentido, a coleta de dados foi composta, basicamente, de duas etapas: a fase inicial consistiu de um levantamento de fontes documentais e da pesquisa bibliográfica; a outra, da aplicação de entrevistas com os produtores rurais. Na primeira etapa buscou-se o máximo de informações e documentações referentes às pesquisas já desenvolvidas sobre o turismo no espaço rural português. Na segunda etapa, realizou-se a aplicação do plano de entrevistas, com os produtores rurais que desenvolvem a atividade turística em suas propriedades, em Ponte de Lima, Distrito de Viana do Castelo, e em Guimarães, Distrito de Braga, ambos localizados na Região do Minho, norte de Portugal. Por fim, elaboramos a dissertação de um capítulo da tese.

Procuramos retratar todo um conjunto de fatores naturais, econômicos, socioculturais que pudessem servir de subsídios para a tese e, a partir dessas informações, comparar a realidade do turismo no espaço rural de Portugal com o turismo que vem sendo praticado na Microrregião de Viçosa.

6.2 A REGIÃO DO MINHO

6.2.1 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Repartindo Portugal em regiões, como afirma Ribeiro (1998), as divisões principais que ocorrem naquele país foram criadas pelo contraste entre as influências mediterrâneas e atlânticas, marcadas pela atenuação com o afastamento da orla litorânea e pelo clima. O Norte Atlântico, citado pelo mesmo autor, é a região onde se localiza o Minho, uma área essencialmente dominada pela dinâmica oceânica, com uma abundância de chuvas.

Para melhor compreender a região de estudos deste trabalho, faz-se inicialmente necessário entender a complexa divisão politicorregional portuguesa, dividida em: regiões autônomas, distritos, concelhos, freguesias e vilas, segundo a Constituição de 1976.

- As **Regiões Autônomas** são parte do território português d'além mar. A Constituição Portuguesa, em seu artigo 6º, inciso 2, institui que, apenas os Arquipélagos dos Açores e a

²³ Concelho - terminologia administrativa portuguesa que corresponde à divisão municipal, no Brasil.

Ilha da Madeira constituem regiões autônomas, dotadas de estatutos politicoadministrativos e de órgãos de governo próprios.²⁴

- Os **Distritos**, em Portugal, assumem uma conotação maior, em termos de importância política, que no Brasil. Em terras portuguesas, o Distrito equivale ao Estado brasileiro, enquanto unidade política; entretanto, sua utilização prática resume-se a fins estatísticos e de planejamento, sendo pouco utilizados pela população local. Sua origem remonta à Lei de 1835, que criou dezessete distritos, no continente, e quatro, nas ilhas adjacentes, extintos em 1976, com a criação das Regiões Autônomas.

- Os **Concelhos** representam as definições do que no Brasil entendemos por municípios e são administrados pela Câmara Municipal (Órgão Executivo) e pela Assembleia Municipal, órgão deliberativo e fiscalizador das ações da Câmara Municipal. Não existe a presença jurídica e física de um Prefeito; esse papel é realizado pelo presidente da Câmara Municipal.

- As **Freguesias** são as menores porções politicoadministrativas de Portugal. Equivalem no Brasil, aos bairros, distritos ou subprefeituras, e são subdivisões dos Concelhos, dotadas de autonomia jurídica e territorial, sendo governadas por uma Junta de Freguesia, onde o candidato mais votado é automaticamente, o presidente da Junta. Pode ser entendida, também, como sinônimo de Paróquias.

- As **Vilas** são um aglomerado populacional, de tamanho intermediário entre a aldeia ou povoação e a cidade, dotadas de uma economia em que o setor terciário tem uma importância, no mínimo, razoável. Em Portugal, as vilas têm entre 1 000 e 10 000 habitantes, mas motivos históricos e flutuações populacionais criaram várias exceções a essa regra. A maioria das Vilas, em Portugal, são autarquias administrativas dos Concelhos, com as respectivas Freguesias.

Utilizando a divisão administrativa aqui apresentada, a área de estudo denominada Minho não existe, do ponto de vista tecnicoadministrativo. Entretanto, essa denominação ainda se faz presente para a maioria da população local, com suas características naturais, socioeconômicas e culturais próprias, assim como em outras regiões do país, como Trás-os-Montes, Douro, Alentejo, Ribatejo, Beira Litoral, Algarve e outras.

Geograficamente, a Região do Minho limita-se, a Norte e Nordeste, com a Espanha, através das Províncias de Pontevedra e Ourense, na Galícia; a Leste, com o Distrito de Vila Real; ao Sul, com o Distrito do Porto e a Oeste com o Oceano Atlântico. É parte do

²⁴ De acordo com o site: http://www.parlamento.pt/const_leg/crp_port/, acessado em 05/11/20007.

denominado Norte português e, para fins estatísticos ou de planeamento, engloba ainda os Distritos de Vila Real, Porto e Bragança.

A Região do Minho (Mapa 06) é formada pelos Distritos de Viana do Castelo e pelo Distrito de Braga. O Distrito de Viana do Castelo, também é denominado Alto Minho, é composto por dez Concelhos: cinco no Vale do Rio Minho (Caminha, Melgaço, Monção, Valença e Vila Nova de Cerveira), quatro no Vale do Rio Lima (Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo) e um no Vale do Rio Coura (Paredes do Coura).

Por sua vez, o Distrito de Braga também denominado Baixo Minho, sendo composto pelos Concelhos de: Amares, Barcelos, Braga, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Esposende, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Terras do Bouro, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão, Vila Verde e Vizela. Juntos, representam a área mais importante para as práticas das atividades do TER português.

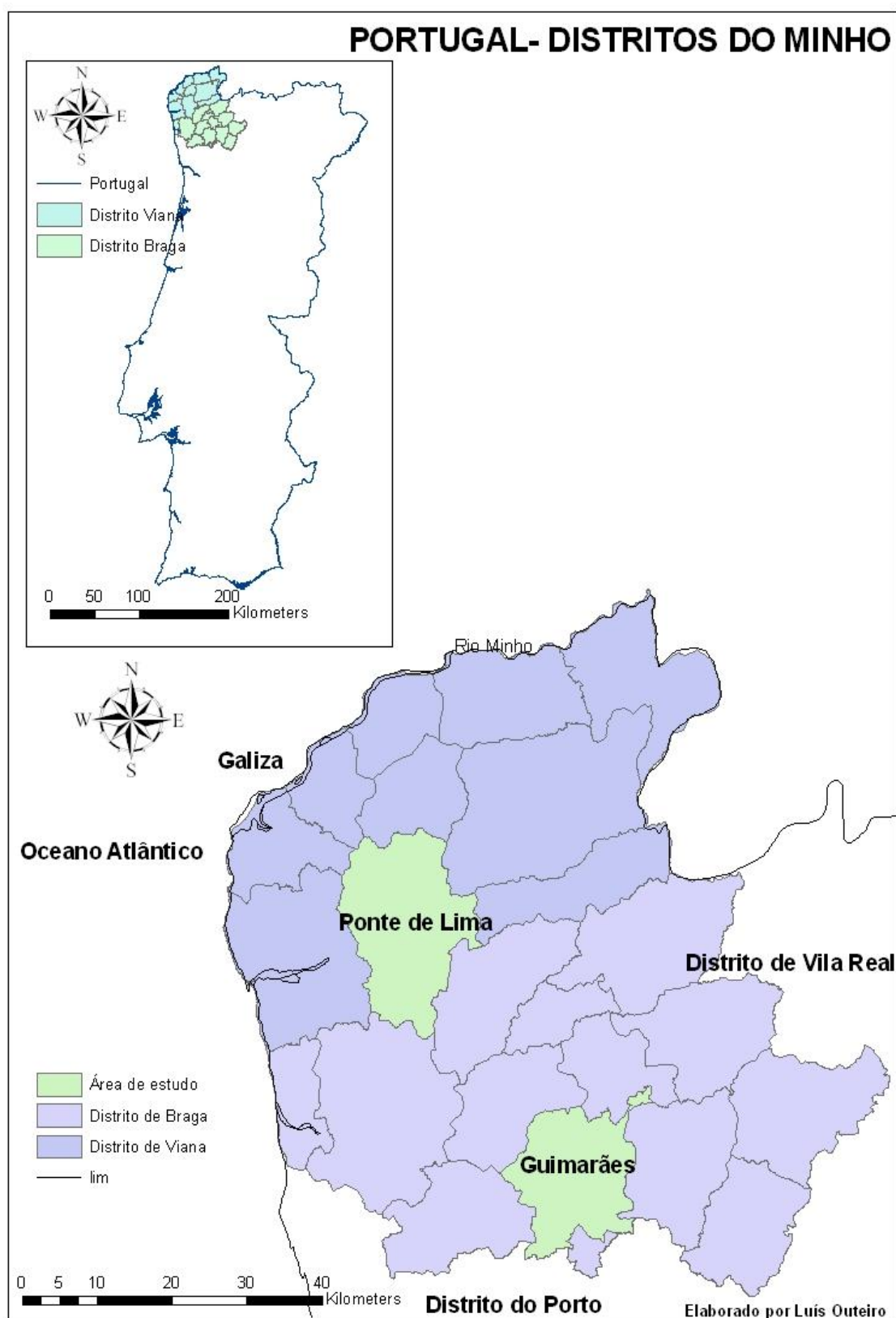
O território minhoto caracteriza-se por um relevo onde predominam as serras graníticas, como a Serra da Peneda, Serra do Gerês, Serra da Cabreira, Serra Amarela, Serra de Santa Luzia, Serra do Extremo, Serra do Soajo e Serra de Arga, importante interflúvio entre os Rios Minho e Lima.

Segundo Feio e Deveau (2004), o relevo do Noroeste de Portugal, aqui entendido como região do Minho, apresenta particularidades que o diferenciam de outras regiões do país. Sua característica principal é a fragmentação do relevo, onde é difícil a reconstituição dos níveis de aplanamento e as escarpas de origem tectônica, que se iniciam nas montanhas mais ocidentais das regiões de Trás-os-Montes e norte da Beira, tornando-se mais evidentes na região deste estudo.

Nas palavras de Ribeiro (1998), o Minho é um anfiteatro voltado para o mar, apresentando-se como uma quadrícula de blocos, separados por duas direções de fraturas, uma no sentido ENE-WSW (nordeste - sudoeste) e a outra entre N-S (norte-sul) a NW-SE (noroeste-sudeste), justificando a maioria da orientação da drenagem e dos alargamentos dos vales. Outra característica importante na região de estudo reside na forma dos vales que, diferentemente da Região do Douro, mais ao sul, onde os vales são profundamente encaixados na orla atlântica, caracterizam-se por correrem quase ao rés do solo, em vales de fundo plano e largo, conservando, porém, as vertentes abruptas²⁵.

²⁵ FEIO, M. e DEVEAU, S. *O relevo de Portugal*. Grandes unidades regionais. Coimbra, Associação Portuguesa de Geomorfólogos, 2004.

Mapa 06



Do Leste para o Atlântico, a Região do Minho é drenada por quatro cursos de água importantes para a dinâmica local e para a população. O mais importante e que denomina a região é o Rio Minho que, junto com o Rio Lima, nasce das Serras da Galiza. Já o Rio Cávado e o Rio Ave vêm dos contrafortes da região Trás-os-Montes. A região é banhada, ainda, pelo Rio Tâmega, afluente do Rio Douro.

Desse modo, os Concelhos que fazem parte desta pesquisa localizam-se em bacias secundárias convergentes, quando comparadas com a direção a que se destinam, que é o Oceano Atlântico, mas são divergentes por possuírem autonomia e dinâmica própria. Ponte de Lima localiza-se na bacia do Rio Lima e Guimarães é a principal cidade da bacia hidrográfica do Rio Ave.

Do ponto de vista climatológico, a região do Minho forma, com as outras regiões portuguesas, um conjunto climático regulado por duas células distintas, uma sob influência do Atlântico, outra sob influência do Mediterrâneo, tendo como divisor natural a denominada Cordilheira Central (Ribeiro, 1998), onde se localiza a Serra da Estrela, importante atrativo natural e turístico de Portugal. Influenciado pelo oceano e pela região serrana do seu rebordo oriental, o clima minhoto é predominantemente mais chuvoso e úmido. Mattoso (1998) afirma que a duração do Verão sem chuvas é curta ao ponto que, em certos anos, desaparece por completo esse verão seco.

Na percepção de Ribeiro:

“No Minho, os caracteres atlânticos acham-se representados com a máxima força. Banha-o todo o ano uma luz úmida, de incomparável doçura. O verão, moderado e breve, não desdobra a verdura dominante das paisagens. As necessidades da colméia humana transformaram a terra dos vales e baixas, que é exígua, num domínio de policultura. Mas ainda se descobrem traços da antiga economia pastoril, que seria a natural vocação destes lugares. Os campos conservam parte do ano a feição de prados, regados no inverno, com as árvores em renques que marcam a quadrícula das ervas de pasto. Como na Europa média, as reses bovinas excedem ou aproximam-se do número de ovelhas e cabras. Sem espaço para a vida pastoril, é todavia aqui o maior centro de criação de gado em Portugal” (RIBEIRO, 1998, p.145).

Essa visão até romântica do Minho, hoje, já não representa essa totalidade descrita por Ribeiro, em 1947, quando da primeira edição do seu livro “Portugal: o Mediterrâneo e o Atlântico” e que se encontra na sétima edição, caracterizando o Minho como uma região de

intensas atividades da pecuária; atualmente, não é uma verdade, pois a pecuária praticamente desapareceu, predominando uma policultura, principalmente nos pequenos minifúndios, que são as fazendas típicas da região.

Para Mattoso, Deveau e Belo, o que caracteriza o Minho

“...é a população densa, a possibilidade de aproveitamento do solo pela agricultura intensiva, o valor atribuído à reprodução dos homens, animais e plantas, a precoce implantação senhorial, a fácil comunicação com outras áreas e a capacidade de renovação constante” (MATTOSO, DEVEAU, BELO, 1997, p. 58).

Esse conjunto de fatores apontados pelos autores expressa uma realidade do Norte português, que o tornou conhecido e admirado por muitos anos, criando uma singularidade territorial em relação às outras áreas do país, e dentro dessa singularidade, foram escolhidos dois Concelhos que pudessem melhor representar o turismo no espaço rural minhoto: Guimarães e Ponte de Lima.

Nesse sentido, optamos por pesquisar dois lugares do Minho. Na escolha desses lugares foram considerados: a distância, a facilidade de acesso; a existência de TER e o importante sítio histórico de Guimarães; e, no caso de Ponte de Lima, a abundância de oferta dessa atividade turística, além de ser, hoje, a principal referência no turismo em espaço rural de Portugal.

6.2.1.1 - PONTE DE LIMA

Localizado no Distrito de Viana do Castelo, o Concelho de Ponte de Lima é formado por 51 freguesias (Mapa 07) e caracteriza-se pelo seu rico acervo patrimonial, arquitetônico, arqueológico e paisagístico, favorecendo as atividades turísticas que, conjuntamente com as atividades agrícolas, exercem um forte impacto local.

Fundada em 04 de Março de 1125 (século XII) por Dona Teresa, mãe de Dom Afonso Henrique, primeiro rei de Portugal, é considerada a Vila mais antiga do país, preservando, ainda hoje, o seu importante patrimônio histórico, arquitetônico e cultural, como por exemplo

a ponte romana, construída na época do Imperador Augusto²⁶ sobre o Rio Lima e reconstruída na Idade Média (Foto 20).



Foto 20. A histórica ponte romana sobre o Rio Lima, na cidade de Ponte de Lima, que se constitui num dos símbolos da cidade e importante ponto de atração turística local.

Foto: TIRADENTES, L. Nov. 07.

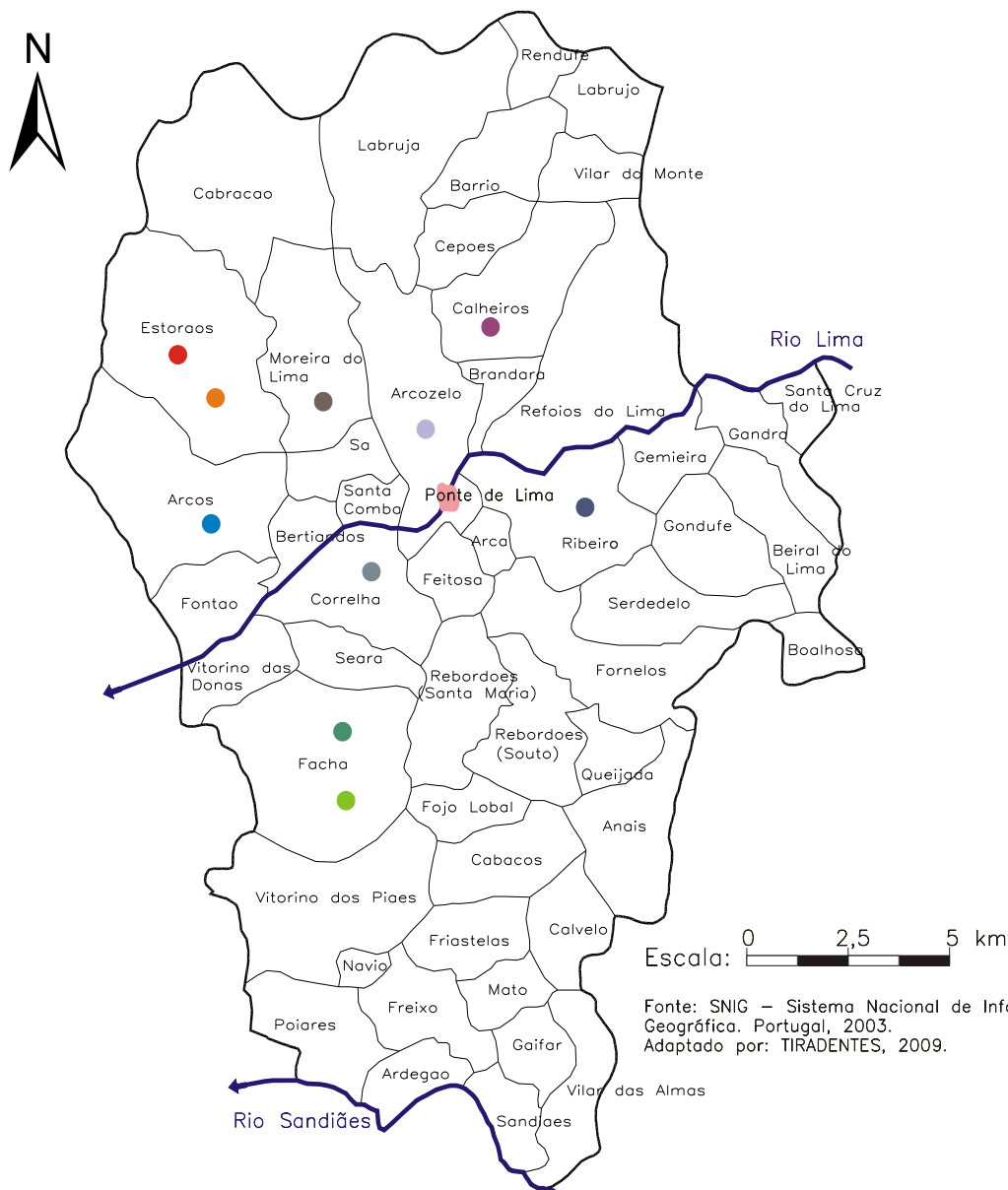
Ponte de Lima é um concelho secular, onde património, ambiente e ruralidade se interagem, propiciando uma intensa atividade turística. Para a Câmara Municipal:

Em qualquer passeio, deparamos com vestígios castrejos e da romanização, com um marco miliário, com uma pedra de armas, com igrejas românicas, com um cruzeiro, com alminhas, com os solares barrocos e com inúmeros vestígios que provam a antiguidade de ponte de Lima - desde a pré-história à idade moderna (C.M.P.L., 2007)²⁷.

²⁶ Citada por: REIS, A. M. **Ponte de Lima no tempo e no espaço**. Ponte de Lima, C. M. de Ponte de Lima, 2000, p.80.

²⁷ Sobre Ponte de Lima consultar o site: <http://www.cm-pontedelima.pt>, Acessado em 04/02/2008

FREGUESIAS DO CONCELHO DE PONTE DE LIMA



Fonte: SNIG – Sistema Nacional de Informação Geográfica. Portugal, 2003.
Adaptado por: TIRADENTES, 2009.

LEGENDA

- Localização aproximada das propriedades Rurais visitadas:
 - Casa da Laje
 - Casa das Torres
 - Casa de Covas
 - Casa de Crasto
 - Casa do Outeiro
 - Poço de Calheiros
 - Quinta da Aldeia
 - Quinta de Agra
 - Quinta de Casal
 - Quinta do Rei
- ~~~~~ Drenagem
- ~~~~~ Limite do Concelho
- ~~~~~ Limite das Freguesias
- Núcleo Urbano Principal

Uma das características do Concelho é sua paisagem variada, dividida entre montanhas de moderada altitude, outeiros e colinas²⁸, com destaque para a Serra da Arga e o Monte do Nó, onde afloram blocos significativos de granitos e xistos, formando vales amenos, com uma drenagem voltada para o Rio Lima - principal bacia hidrográfica - destacando o Estorão e o Ribeiro do Labruja.

De maneira geral, o Concelho possui uma grande biodiversidade, quando comparado com outras regiões do Minho; é na área das encostas que se encontra a maior diversidade de espécies vegetais e animais, em diferentes habitats.

A flora limense é marcada por florestas naturais de salgueiros, amieiros, aveleiras e carvalhos, que constitui a vegetação florestal natural mais representativa do Concelho. Já a fauna local é relativamente pobre e pouco diversificada; ainda assim, existem espécies com interesse ecológico, como por exemplo: gralha-preta, coruja do mato, rouxinol, lobo (maior carnívoro de Portugal), corço, javali, esquilo, texugo, toupeira, doninha, cobras, sardão, entre outras.

As principais atividades econômicas locais estão ligadas, fortemente, ao setor primário, que concentra cerca de 34% da população ativa do concelho, com destaque para a policultura, praticada, essencialmente, em minifúndios que ocupam os aluviões dos vales e avançam pelas encostas, e, muitas vezes, intercalada com a pecuária.

Ponte de Lima é sinónimo de turismo, principalmente o turismo cultural, de habitação, ambiental e rural. Caracteriza-se essencialmente, por ser uma zona de forte impacto turístico, com um vasto património

Com uma densidade populacional alta (Quadro 8), a utilização do solo também é intensa, apresentando uma paisagem fortemente humanizada, mas com presença de uma vegetação natural constituída por espécies autóctones, como a que ocorre na Área Protegida das Lagoas de Bertandos e S. Pedro d'Arcos (criada pelo Decreto Regulamentar de 19/2000). Esses elementos da paisagem, conjuntamente com o património histórico e arquitetónico da sede do Concelho, suas quintas e herdades e, também a hospitalidade limiana, possibilitaram o desenvolvimento das atividades turísticas na região, ligadas ao turismo no espaço rural.

²⁸ Outeiro é a denominação dada aos pequenos morros, cuja altitude média varia entre 50 e 100 metros. É um termo descritivo usado pelos topógrafos e aproveitado pelos geomorfólogos ao narrarem os aspectos físicos de uma paisagem. As colinas, por sua vez, são pequenas elevações do terreno, com declives suaves e inferiores aos outeiros, não excedendo 50 metros.

Quadro 8

Dados populacionais da Cidade e do Concelho de Ponte de Lima (2001).

	CIDADE	CONCELHO
Área (Km ²)	1,41	321.20
População residente (Nº)	2.752	44.343
Alojamentos (Nº)	----	15.693
Densidade populacional (hab/km ²)	1951,7	138,05

Fonte: Câmara Municipal de Ponte de Lima, 2001.
http://www.dgaa.pt/pdf/freguesias/freguesias_parte4.pdf. 2001

Segundo a Câmara Municipal de Ponte de Lima,

o Concelho de Ponte de Lima encerra um número significativo de alojamento concentrado, essencialmente, nas casas de Turismo de Habitação, com valências de grande qualidade. Sendo o berço desta modalidade, representa a maior oferta a nível nacional, e por tal, considerada a capital do Turismo de Habitação. Esta prática de alojamento desenvolve-se em três categorias: Agroturismo, Turismo de Habitação e Turismo em Espaço Rural (C.M.P.L., 2007) .

As características rurais que Ponte de Lima possui contribuíram, significativamente, para o surgimento do turismo de habitação²⁹, e se refletem na sua vocação fortemente turística, apresentando uma boa oferta de qualidade nos seus similares hoteleiros, na gastronomia local, com destaque para o serrabulho³⁰, a lampreia³¹ e o vinho verde branco e tinto, produzidos no concelho, que, aliados às feiras quinzenais ou mensais, têm atraído um público regular para a sede do município.

²⁹ Turismo de Habitação é uma das formas de turismo no espaço rural e pode se definida como o serviço de alojamento prestado em casas antigas particulares que, pelo seu valor arquitetónico, histórico ou artístico, são representativas de uma determinada época, e que são exploradas por pessoas ou sociedades familiares, proprietárias dos imóveis e neles residentes para fins turísticos. Fonte: <http://www.instituto-camoes.pt/lextec>.

³⁰ Serrabulho – Iguaria da gastronomia portuguesa, muito apreciado entre o Douro e o Minho, feito com miúdos de vaca, galinha, chouriço, coração, bofe, suã e sangue de porco cozido com arroz branco.

³¹ Lampreia – Prato bastante apreciado em Portugal, feito com postas de lampreia cozidas com vinho maduro tinto e vinho verde tinto.

Agregado a esses fatores turísticos, o concelho está inserido na rota portuguesa do “Caminho de Santiago”, recebendo turistas de todo o país e também estrangeiros que fazem esse percurso até Santiago de Compostela, na Espanha, sendo este um elemento importante na divulgação do turismo minhoto.

6.2.1.2 - GUIMARÃES

A história de Guimarães confunde-se com a origem de Portugal, enquanto nação; como afirma Domingues (2006), essa cidade está “fortemente ligada à fundação de Portugal”. Sua origem remonta ao século X, quando são edificadas, pela Condessa Mumadona Dias (entre os anos de 959 e 968), um mosteiro e um castelo para a defesa dos ataques de mouros e normandos. Esses dois prédios constituem a origem da cidade e a partir deles o núcleo urbano ganhará fórum de vila, em 1114³², e categoria de cidade, no ano 1183, pela Rainha D. Maria II, sendo o seu centro histórico considerado pela UNESCO, em 2001, como Patrimônio Histórico da Humanidade, sendo também conhecida como a “Cidade Berço”.

Foi nas terras próximas a Guimarães que se deu a Batalha de São Mamede, fato histórico ocorrido em 24 de Junho de 1128, cuja vitória, de D. Afonso Henriques, contra as tropas de sua mãe, D. Tereza, e do Conde galego, Fernão Peres de Trava, que tentava apoderar-se do governo, foi decisiva para a fundação da Nação Portuguesa, ao garantir a independência do Condado Portucalense face ao Reino de Leão, sendo D. Afonso reconhecido como Rei de Portugal, em 1179, pelo Papa Alexandre III.

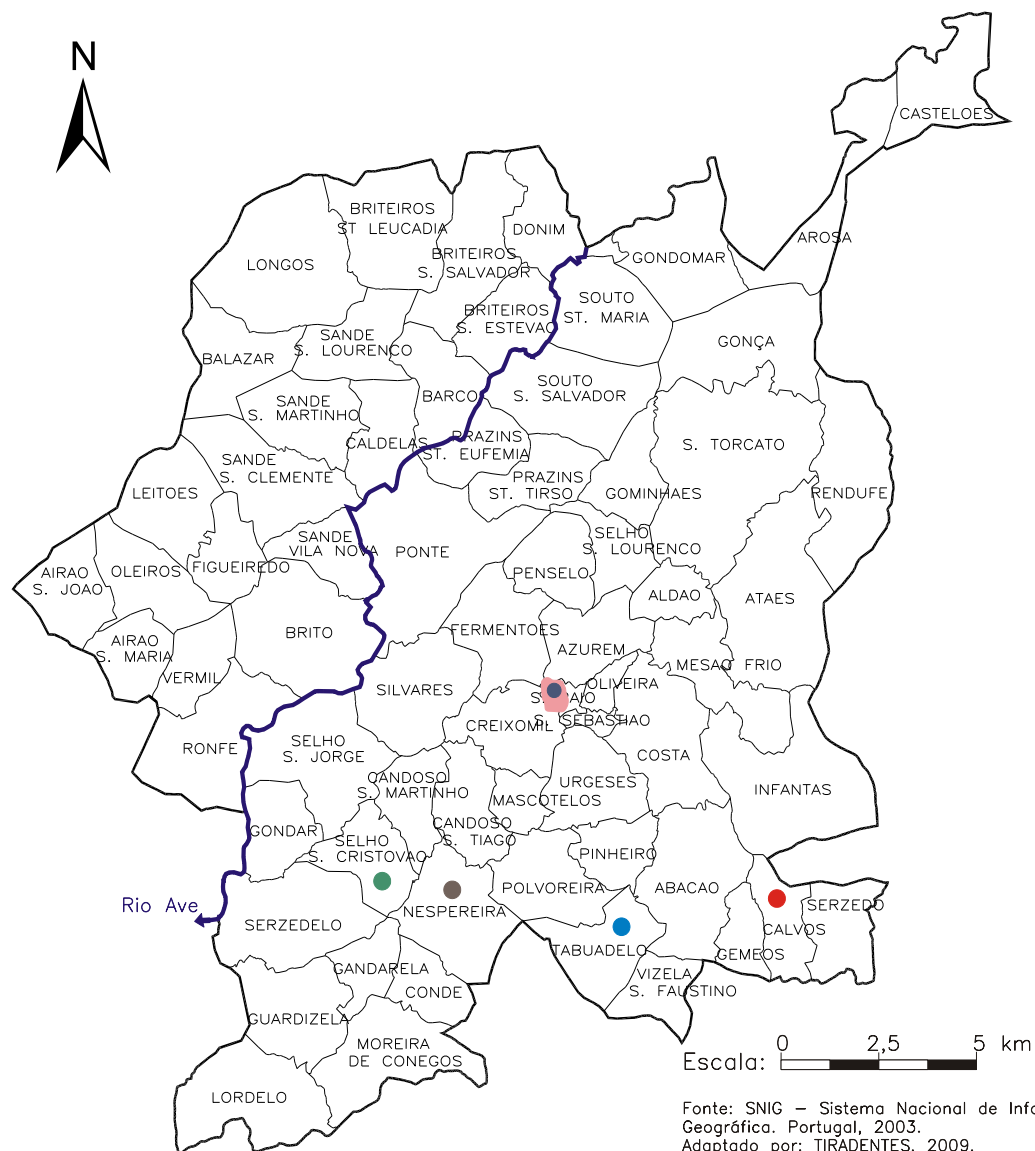
O Concelho de Guimarães tem aproximadamente, 160.000 habitantes (Quadro 9), segundo o Censo de 2001, em Portugal. A cidade propriamente dita possui pouco mais de 50.000 moradores, o que representa 31% da população do Concelho, tendo havido um crescimento do aglomerado urbano de 12.7% entre os anos de 1991 e 2000. (Domingues, 2006). É composta por 64 freguesias (Mapa 08).

Com uma área de 23,46 km², a sede do Concelho de Guimarães compreende as Freguesias de Oliveira, São Paio, São Sebastião, Creixomil e Azurém, apresentando uma elevada densidade demográfica, principalmente no entorno do centro histórico e suas adjacências.

³² Dados obtidos pelo site: <http://www.cm-guimaraes.pt>, acessado em 30/01/2008.

Mapa 08

FREGUESIAS DO CONCELHO DE GUIMARÃES



Fonte: SNIG – Sistema Nacional de Informação Geográfica, Portugal, 2003.
Adaptado por: TIRADENTES, 2009.

Quadro 9

**DADOS POPULACIONAIS DA CIDADE E DO CONCELHO
DE GUIMARÃES (2001).**

	CIDADE	CONCELHO
Área (Km ²)	23,46	241,74
População residente (Nº)	52 181	159 576
Alojamentos (Nº)	20 624	59 914
Densidade populacional (hab/km ²)	2.224,25	660,11

Fonte: Adaptado de: DOMINGUES, A. (Coord.) Cidade e democracia. Lisboa: Argumentum, 2006.

As condições climáticas de Guimarães são caracterizadas por apresentarem invernos amenos e verões moderados a quentes, com uma temperatura mínima média do mês mais frio (Janeiro) variando entre 2 e 5°C, verificando-se temperaturas negativas durante 10 a 30 dias por ano, com uma temperatura máxima (média do mês mais quente, Julho) variando entre 23 e 32°C.

A região de Guimarães apresenta elevados índices de precipitação devido à passagem de superfícies frontais, associadas com o efeito das montanhas, apresentando totais anuais de precipitação superiores a 1500 mm, sendo o mês de Janeiro o período de maior precipitação (217mm) e Julho o de menor (20,9 mm).

A composição geológica do Concelho de Guimarães é essencialmente formada por rochas graníticas, com pequenos afloramentos de rochas xistosas a noroeste e sudeste do Concelho, encontrando-se, ao longo dos vales dos Rios Ave, Vizela e Selho, depósitos superficiais recentes, constituídos por argilas pouco espessas e por cascalheiros fluviais. As rochas graníticas constituíram o principal elemento natural para a construção do Palácio de Guimarães e inúmeras residências locais.

A principal bacia hidrográfica do Concelho é a do Rio Ave, cuja área total é de 1390 Km², sendo limitada, a norte, pela bacia do Rio Cávado, a leste pela bacia do rio Douro; e a sul pelas bacias do Leça e do Douro; percorrendo cerca de 100 km desde a sua nascente (Serra da Cabreira) até a sua foz no oceano, tendo como principais tributários os rios Vizela e Selho.

A comunidade faunística existente no Concelho é relativamente pobre e pouco diversificada. Ainda assim, existem espécies com interesse ecológico e que interessa proteger, como por exemplo o Musaranho de dentes brancos, a Raposa e a Andorinha dos beirais.

A flora Vimaranesa é marcada pela diversidade climática e pela altitude, caracterizando uma paisagem bastante compartimentada, principalmente entre os espaços florestais e as zonas ribeirinhas. Os espaços florestais dominam 32,4 % das áreas do Concelho, o que representa 78,4 km² de seu território, configurando algumas freguesias com áreas densamente florestadas, predominando espécies arbóreas do tipo: Pinheiro bravo, Eucalipto, Carvalho-alvarinho, Carvalho-negral, Azevinho, Mirtilho e Castanheiro; enquanto que nos espaços ribeirinhos, ocorre a presença de Choupo-negro, Salgueiro-branco, Borradeira-negra, Freixo e outras espécies.

A principal atividade econômica do Concelho de Guimarães está associada à indústria têxtil do vestuário e confecção (Quadro 10), sendo que a atividade industrial representa mais de 64 % da mão-de-obra do Concelho; as atividades consideradas terciárias ocupam menos de 35% da população empregada.

Quadro 10

POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETOR DE ATIVIDADE

POPULAÇÃO RESIDENTE. POR RAMO DE ATIVIDADE (ATIVIDADES MAIS REPRESENTATIVAS)	Homens + Mulheres	%
TOTAL - Agricultura e Silvicultura e Ind. Extrativa	1260	1.55
TOTAL – Indústria	52175	64.48
Têxteis e Vestuário	31191	38.36
Construção e Obras Públicas	6612	8.13
Curtumes e Calçado	5549	6.83
TOTAL – Comércio e Serviços	27619	33.97
Comércio a Retalho	7136	8.81
Hotelaria e Restauração	2653	3.26
Transportes	843	1.04
Serviços Financeiros Intermediários	2786	3.43
Administração Pública	1881	2.31
Ensino	3702	4.55
Saúde	1511	1.86
TOTAL	81304	100%

Fonte: Adaptado de: INE, Atlas das Cidades de Portugal e Câmara M. de Guimarães, 2007.

Guimarães também é um importante centro turístico português, por abrigar um conjunto arquitetónico e histórico (Foto 21) de relevada importância cultural. Para o professor Jorge Gaspar, “é importante assinalar e enaltecer os exemplos de cidades que ao longo de sua

história e nos dias que vivemos, souberam atualizar-se dentro da urbanidade”.³³ Nesse contexto, Guimarães tornou-se um ótimo exemplo dessa realidade, preservando não somente o seu sítio urbano, mas todo um conjunto arquitetônico de suas freguesias e de suas quintas e herdades, contribuindo, significativamente, com o desenvolvimento do setor turístico.



Foto 21. Fachada lateral do Castelo de Guimarães, principal ponto turístico e local de origem da cidade de Guimarães, sendo considerado pela UNESCO, Patrimônio Cultural da Humanidade.

Foto: TIRADENTES, L. Nov. 07

6.3 - A ATUAÇÃO DO ESTADO PORTUGUÊS NO TURISMO

A evolução do turismo, em Portugal, foi fortemente condicionada pela intervenção do Estado, tanto na escala nacional como local. Com a intensificação do turismo mundial, anos 50 e 60 do século XX, principalmente o mediterrâneo, Portugal passa a ser envolvido com a turistificação³⁴ do seu espaço, inicialmente pelo turismo de sol e praia para, posteriormente na década de 80, envolver-se com o turismo no espaço rural.

A inexistência de uma estrutura e até mesmo de uma tradição e aptidão de Portugal para acompanhar esse *boom* turístico fez o Governo Português criar, em 1956, por meio da Lei 2082, o Fundo de Turismo, com participação de receitas de impostos sobre o jogo e o

³³ GASPAR, J. Cidade e urbanidade. 1996 In. <http://www.cm-guimaraes.pt/files/1/documentos/470417.pdf>

³⁴ Turistificação – processo de implementação e consolidação da atividade turística em um determinado espaço.

turismo (20%) e nas vendas de gasolina super (20% por litro), financiando investimentos à indústria hoteleira por intermédio de empréstimos a longo prazo e sem juros.

“O início de atividade do Fundo de Turismo foi essencialmente caracterizado pela prestação de garantias à Caixa Nacional de Crédito, relativamente a empréstimos a efectuar por esta, para a indústria hoteleira, tendo se seguido, ainda que com carácter complementar, os chamados financiamentos diretos. (empréstimos a juro baixo)” (HOMENS, 1998, p. 40).

Tal processo demonstra uma política inicial voltada, quase exclusivamente, a financiar empréstimos à indústria hoteleira, caracterizando-se uma política de incremento ao turismo português.

No período da década de 1950, a reforma administrativa, proposta por Marcelo Caetano, quando ministro da Presidência do Conselho de Ministros (1955-1958), previu Regiões de Turismo, criando-se as grandes regiões turísticas (Costa Verde, Costa de Prata, Costa de Lisboa, Planícies, Montanhas, Algarve, Região Autónoma da Madeira e R. A. dos Açores) e regiões turísticas propriamente ditas, que foram mantidas ou alternadas de acordo com as necessidades políticas de cada época, praticamente não abordando o turismo de habitação.

No caso da área deste estudo, a região do Minho figurou-se como Região Turística da Costa Verde que, em termos de gestão do turismo, esteve sob os cuidados de três comissões administrativas que agiam regionalmente: a Comissão Regional do Turismo do Alto Minho (CRTAM), a Comissão Regional de Turismo Verde Minho (CRTVM) e a Comissão Regional de Turismo da Serra do Marão (CRTSM).

Somente em 1985, com o Plano Nacional de Turismo (PNT) - para vigorar entre 1986 e 1989 -, é que o governo português introduz, pela primeira vez, uma tentativa de definição de áreas geográficas turísticas, prioritárias para investimentos, numa tentativa de sanear e planejar as atividades turísticas. Essa política de apoio financeiro procurou seguir as orientações traçadas no plano, tanto em nível dos empréstimos quanto das bonificações de juros, no âmbito do Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo (SIFIT), também denominado Sistema de Incentivos ao Investimento no Turismo (SIIT), que vigorou entre 1982 e 1988.

Um dos principais objetivos específicos desse sistema caracterizou-se por expressar a necessidade de aumentar a oferta turística nas regiões do interior que ofereciam maiores potencialidades turísticas, mas que não se enquadravam no modelo turístico do litoral, privilegiando as formas de turismo designadas por Turismo Rural, Agroturismo e Turismo de Habitação.

Anteriormente ao PNT, o governo regulamentou pelo Decreto N. 14/78, o uso de alojamentos particulares com finalidades turísticas. Por intermédio da Direção Geral de Turismo, em parceria com órgãos locais, foram levantadas as possíveis áreas de experiência piloto, distribuídas, inicialmente, em quatro pólos municipais: Castelo de Vide, Vila Viçosa, Vouzela e Ponte de Lima, lançando-se assim, as condições favoráveis para o surgimento do Turismo em Espaço Rural, que foi, posteriormente em 1980, expandido para as Regiões do Vale do Rio Vouga e do Vale do Rio Douro e, depois, para todo o país.

Com esse Decreto a regulamentação, a classificação e o funcionamento dos meios complementares de alojamentos turísticos possibilitaram o uso de alojamentos particulares, onde se incluíam quartos particulares, moradias e apartamentos para a finalidade turística. Tal fato, foi de fundamental importância para a inserção do TER, sendo que, no ano seguinte, a região de Ponte de Lima receberia os primeiros turistas em suas propriedades rurais.

Em Dezembro de 1983, por meio do Decreto-Lei 423/83, que abrigava uma revisão dos princípios normativos de intervenção do Instituto de Utilidade Turística, tem-se, pela primeira vez, o emprego do termo Turismo de Habitação, conferindo, desta forma uma designação oficial a um determinado tipo de atividade turística no espaço rural português.

No ano seguinte, é definido o regime de inserção do Turismo de Habitação na oferta turística, por intermédio do Decreto-Lei Nº 251/84, reconhecendo o carácter experimental desse tipo de turismo. Entretanto, passou-se a conferir, às propriedades rurais, a possibilidade de recuperar as casas antigas de valor arquitetónico reconhecido, permitindo a expansão das atividades do TER na Região do Minho, principalmente em Ponte de Lima.

De acordo com Martins (2004),

“por outro lado, o diploma de 1984 é caracterizado pela incipiente relação estabelecida entre a atividade agrícola e o Turismo de Habitação que, ao ser designado como uma modalidade especial de atividade turística que consiste na exploração de quartos existentes em casas, isoladas ou inseridas em núcleos habitacionais, que sirvam simultaneamente de residência aos respectivos donos, pouco terá a ver com os agricultores ou explorações agrícolas apenas subsistindo

afinidades locacionais. No entanto, a sobreposição do alojamento turístico e da residência do proprietário ou representante, expressa no artigo 1º, número 1, sem forçar a sua permanência, constituía um forte incentivo à fixação de uma franja significativa da população” (MARTINS, 2004, p. 177).

Martins (2004), acredita que a regulamentação do Turismo de Habitação trouxe para as regiões rurais do Minho, um incentivo à fixação populacional na região (Quadro 11). Entretanto, um aumento populacional não se averiguou, conforme pode ser observado nos dados do quadro a seguir; ainda que tenha possibilitado um incremento de recursos financeiros na região, não garantiu a fixação de uma mão-de-obra, já escassa, e nem mesmo a perspectiva de aumento do número de empregos.

Quadro 11

POPULAÇÃO RESIDENTE (1960-2001)

	1960	1970	1981	1991	2001
Guimarães	116.272	121.140	146.959	143.984	159.576
Ponte de Lima	42.979	42.398	43.797	43.421	44.343
Região de Entre Douro e Minho	2.370.801	2.488.523	2.876.051	2.998.779	3.242.107
Continente	8.292.975	8.074.975	9.336.760	9.375.926	9.869.343

Fonte: INE. Recenseamentos Gerais da População. (1940-2001).
J. Cabral Rolo (2003). População Rural e Agrícola ao longo do século XX. INIAP/EAN, Oeiras.
<http://www.drapn.min-agricultura.pt>. Acessado em 08/01/2008.

O primeiro grande sistema de apoio ao turismo surge, efetivamente, com a adesão de Portugal à CEE, em 1987, através do DL nº 420/87, mantendo-se em vigor até 1992 (DL nº 215/92), quando se aprova o SIFIT II. Em 1994, surge uma terceira versão de sistema (DL nº 178/94 – SIFIT-III), revisto posteriormente, em 1997 através do DL nº 369/97, entretanto, o fio condutor das estratégias subjacentes aos sistemas não sofreu em qualquer versão, alterações profundas.

Segundo Homens (1998), o acesso aos fundos estruturais do SIFIT I possibilitou a construção de um sistema de incentivos baseados na concessão de fundos perdidos. Essa prática, porém, é abandonada a partir do SIFIT-III, sendo mantida apenas quando se tratava de projetos destinados à recuperação de património qualificado, concedendo ainda, empréstimos sem juros.

“A intensidade do apoio é, pois, nesta fase essencialmente determinada pela contribuição dos projetos na criação de emprego e pela contribuição para o desenvolvimento regional. É curioso de salientar o tratamento dado a “figuras” regionais criadas pelo Plano Nacional de Turismo, no caso do SIFIT I ou a discriminação negativa praticada pelo SIFIT II para os concelhos de Lisboa e Porto ou entre o “litoral e o interior” (HOMENS, 1998, p. 40)

Apesar da construção de diversos estabelecimentos hoteleiros no noroeste português e, consequentemente no Minho, e ainda, nomeadamente, no Porto, segundo Martins (2004) a introdução do SIFIT, em 1988, adequando-se às propostas de regionalização turística contidas no PNT, não trouxe alterações significativas e a área continuou a não atrair grandes investimentos e mesmo os pequenos e médios projetos, na maioria implementados por promotores locais foram pouco numerosos.

A década de 80 do século XX, foi um período de significativa importância para o Turismo no Espaço Rural português. Pode-se dizer que esse foi o melhor período para o setor, foi uma fase de euforia, provocada principalmente pela expansão e crescimento do TER e pela entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1987, O país, por meio de políticas públicas locais e regionais, conseguiu capitalizar fundos e aplicá-los como subsídios no espaço rural, possibilitando a concretização do turismo nas propriedades rurais.

Na década seguinte, a política portuguesa de turismo avançou, com a elaboração do QAFIT - Quadro de Apoios Financeiros para o Investimento no Turismo (1994-1999) -, que significou mais um passo na questão de uma política pública de financiamento ao setor. O QAFIT significou a reestruturação de um sistema coerente e integrado, capaz de orientar o investimento privado para a prossecução dos três grandes objetivos de política do setor: promover, diversificar e qualificar a oferta turística no país.

Em sua proposta original, o QAFIT visava dinamizar a economia no setor turístico para aumentar a competitividade, a qualidade e a internacionalização das empresas portuguesas e reforçar os programas de apoio já existentes, com vistas à valorização da produção nacional, traduzindo assim os grandes objetivos traçados pelo Ministério da Economia - Secretaria de Estado do Turismo e corporizados pelo Fundo de Turismo.

Vale ressaltar, que além dos instrumentos legais criados pelo QAFIT, esse fundo conteve a participação de duas sociedades financeiras, gestoras de um fundo de capital de risco e de um fundo de investimento imobiliário turístico. Na opinião de Homens (1998):

“Essa linha de atuação – oferta de novos produtos financeiros - numa lógica de mercado, mas actuando numa perspectiva complementar e integrada com os sistemas ditos “directos”, a que não são alheios os objectivos de política sectorial turística, mas também outros objectivos de como o desenvolvimento regional, o ambiente, o património cultural e a promoção do emprego – em colaboração com o sistema financeiro, “arrastando-o” para uma “especialização” ainda não existente, parece-me ser a linha pela qual, num futuro próximo, se passarão a centrar cada vez mais as políticas públicas de apoio ao investimento no turismo” (HOMENS, 1998, p. 40).

Nesse mesmo período temporal, porém com uma duração menor (1998-1999), também existiram mais dois projetos destinados a fomentar o turismo no território português, que foram exercidos concomitantemente ao QAFIT. Um, denominado PITER I - Projecto Integrado Turístico Estruturante de Base Regional, que vigorou entre os anos 1998-1999, pretendia incentivar o aparecimento de projetos integrados que, pelo seu carácter concentrado e funcionalmente interdependente, permitiriam criar pólos de atração turística, dirigidos às diferentes vertentes da procura, potenciando também a criação de produtos turísticos específicos. O outro, denominado Regime de Apoio à Promoção da Qualidade em Empreendimentos Turísticos (1998 e 1999), teve por objetivo estimular o aparecimento de projetos que visassem, precisamente, à certificação de sistemas de garantia de qualidade, promovidos por empresas, com referência aos mais diversificados tipos de empreendimentos turísticos.³⁵

Com o término do QAFIT em 1999, começa a vigorar o PEDAT - Programa Especial de Dinamização da Atividade Turística, cujos objetivos eram promover e dinamizar as atividades turísticas e o desenvolvimento regional, no quadro de uma estratégia coerente de promoção global, tendo em vista a atenuação da sazonalidade e a sustentabilidade e consolidação do turismo nacional por intermédio:

- Do efeito de informação, divulgação, promoção e animação, associados a projetos de investimento, iniciativas ou eventos;
- Do reforço da promoção turística, no quadro das linhas orientadoras para a política de turismo;
- Do envolvimento das Regiões de Turismo, como elementos catalisadores;
- Da cooperação entre o setor público e setor privado.

³⁵ Mais informações sobre esses projetos, consultar o site: www.iturismo.pt

Os anos noventa, do século passado, em Portugal, caracterizaram-se pela ampliação e expansão do setor turístico, principalmente em regiões destinadas ao TER. Entretanto, com a reestruturação do setor agrícola português, instigada pela implantação da Política Agrícola Comum da União Européia, em 1992, ocorreu uma redução na produção vinícola da região, principal atividade agrícola agregada ao TER, consolidando uma crise agrícola local que se refletira sobre o setor turístico.

Elaborado em 2003, o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) define as ações para o crescimento sustentável do Turismo português para um período de 10 anos. O plano sintetiza as conclusões do diagnóstico e formula os objetivos e linhas de desenvolvimento estratégico para o setor, materializados em cinco eixos estratégicos:

- a) Territórios, destinos e produtos;
- b) Marcas e mercados;
- c) Qualificação de recursos;
- d) Distribuição e comercialização;
- e) Inovação e conhecimento.

Esses cinco eixos estratégicos seriam atingidos por mais de 11 projetos de implementação, assim definidos:

1. Produtos, destinos e pólos; 2. Intervenção em Zonas Turísticas de Interesse (urbanismo, ambiente e paisagem); 3. Desenvolvimento de conteúdos distintivos e inovadores; 4. Captação de eventos de projeção internacional e promoção de um calendário nacional, regional e local; 5. Acessibilidade aérea; 6. Marcas, promoção e distribuição; 7. Programa de qualidade; 8. Excelência no capital humano; 9. Conhecimento e inovação; 10. Eficácia do relacionamento Estado – Empresa e 11. Modernização empresarial.

Apesar dos onze pontos estruturais, a lei não deixa claro como foram ou serão realizadas essas ações, o que significa acreditar que os mecanismos disponíveis para a sua realização ainda não se tornaram eficientes a ponto de alavancar as reais potencialidades turísticas portuguesas.

Entretanto, na questão do Turismo no Espaço Rural português, um ano antes do PENT, em 2002, o governo de Portugal aprovou o Decreto Regulamentar n.13/2002, de 12 de Março, que regulava as instalações e o funcionamento dos empreendimentos de turismo no espaço rural, impondo uma série de requisitos para que um hotel pudesse ser classificado como hotel rural. Posteriormente, esse decreto teve alteração no Artigo 39, alínea “b”, onde se estabeleceu um número mínimo de 10 quartos para ser classificado como hotel rural, e extinguiu o número máximo de quartos.

O ano de 2003 não foi marcado, apenas, pelo lançamento do segundo Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), mas também, pelo lançamento, em nível de Comunidade Européia, do segundo plano da Política Agrícola Comum (PAC), que veio substituir o plano anterior, datado de 1992, e que interferiu, diretamente, na política portuguesa de apoio ao turismo no espaço rural.

Esse novo regimento do Conselho Europeu (N.º1782/2003) define

“Atividade agrícola” como produção, criação ou cultivo de produtos agrícolas, incluindo colheita, ordenha, criação de animais ou detenção de animais para fins de produção, ou a manutenção de terras em boas condições agrícolas e ambientais” (CE N.º. 1782/2003)

Os produtores locais têm vivido dias de baixas expectativas, com a atual política agrícola portuguesa, que, por sua vez, está agregada à política agrícola comum (PAC) da União Européia, e viram sua principal fonte de renda, a vinicultura, entrar em crise, sem perspectivas de melhorias, principalmente com a redução dos subsídios agrícolas.

Tem se observado que ocorre, em quase toda a região do Minho, uma elevação da taxa de desemprego e, ao mesmo tempo, uma redução da taxa de ocupação das casas. Entretanto, acredita-se que existe uma relação direta entre os dois fatores, mas a ineficiência do setor de turismo não pode ser apontada como único fator preponderante para justificar essa elevação do desemprego, uma vez que é um fenômeno comum em todo o Portugal e na Europa.

Por ser uma região mais agrícola, o Concelho de Ponte de Lima, que vive do turismo e da vinicultura, não tem conseguido estimular o aumento do fluxo turístico para a região, principalmente por não ter uma política pública eficaz que divulgue esse setor, faltando também uma maior sincronia entre a Câmara Municipal e a Associação dos Proprietários do Turismo de Habitação, o que vem gerando um descompasso entre os dois órgãos e, consequentemente, prejudicando o turismo local.

Por último, pode-se apontar que ocorreu uma inversão econômica na região. Hoje (2010), o Minho, bem como o Norte, de maneira geral, tornou-se a região mais pobre de Portugal, inversamente ao que se esperava quando o turismo no espaço rural chegou ao Concelho de Ponte de Lima e Guimarães. Esses dois Concelhos vêm sofrendo com a falta de uma política pública que estimule esses espaços e volte a valorizar e dinamizar os seus produtos turísticos.

6.4 - O TURISMO NO ESPAÇO RURAL PORTUGUÊS

A origem do turismo rural, no espaço português, remonta à própria configuração espacial portuguesa. Desde a Idade Média, a região denominada Minho tem um constante movimento de turistas, provocado principalmente por peregrinos, que se dirigiam a Santiago de Compostela (Espanha), realizando pousos e paragens na região. Mas é com avanço do Século XVIII que os estratos superiores da pirâmide social, passam a frequentar as termas portuguesas, aumentando-as em número de estabelecimentos e de frequentadores.

Durante a segunda metade do Século XIX, outro tipo de turismo começa a despontar, ampliando o interesse de frequentadores em áreas na beira-mar e em locais mais amenos do interior. São os chamados termalismos e o climatismo.

Surge, em 1911, o primeiro órgão oficial dedicado, exclusivamente, ao turismo (Repartição do Turismo). Durante esse período e as décadas seguintes, o turismo português assistiu a um crescimento do setor; entretanto, é um crescimento relativamente pequeno, no contexto europeu. Esse fluxo de crescimento constante chega ao fim no ano de 1973, por uma série de fatores, tais como a imagem de instabilidade política do país, associada aos acontecimentos da Revolução dos Cravos, a crise do petróleo, nos países emergentes, e outros, que contribuíram para a redução desse fluxo turístico.

No século passado, na década de 80, criou-se uma política de incentivos financeiros aos investimentos em unidades consideradas de interesse turístico, surgindo, em 1982, novos investimentos de relevância turística (SIIT), por meio do Fundo de Turismo, visando expandir essa atividade no quadro da economia nacional. Para Godinho (2004), “Em Portugal, o TER iniciou-se em meados de 1980, beneficiando-se dos fluxos financeiros comunitários”, argumentando ainda que:

“Em Portugal, o fenómeno do TER andou um pouco ao contrário do resto da Europa. A sua implantação iniciou-se em meados dos anos 80, mas por casas com algum porte, alguma traça, baseado provavelmente no critério de reabilitação patrimonial, aproveitando as vantagens dos primeiros fluxos financeiros comunitários”. (GODINHO, 2004, p. 91).

Na década seguinte, o SIIT ganhava novos reforços financeiros, persistindo o reconhecimento do papel do turismo na modernização das estruturas produtivas tanto

nacionais como regionais, geralmente financiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Rural (FEDER).

Na atualidade, Portugal vem-se reconfigurando territorialmente, acompanhando as tendências de mudanças que também atingem toda a União Européia, mudanças, sentidas nos âmbitos econômicos, sociais e culturais. Essas mudanças podem ser observadas, entre outros aspectos, nas transformações territoriais, impulsionadas pelo turismo. Segundo Pereira (2007),

“...o turismo termal está em perda face à afirmação do sol e praia. O lançamento internacional do Algarve é a grande aposta, mas emergem novos projetos (Tróia). O aumento do lazer e do turismo gera grandes pressões sobre o território. Os aldeamentos turísticos e a multiplicação da segunda residência provocam uma forte pressão sobre a orla costeira, mas também nas áreas protegidas, albufeiras e espaço rural. O turismo é eleito como sector estratégico da economia, diversificando os produtos e os territórios turísticos” (PEREIRA, 2007. p.13).

Segundo Martins (2004), as estruturas espaciais que sustentam o turismo, principalmente o do noroeste de Portugal, resultam, normalmente, de um processo de crescimento espontâneo, tantas vezes marginal a princípios integrados de ordenamento do território. Afirmando que:

ao longo do século XX, foram encontradas renovadas motivações que reforçaram a capacidade de atração da área e, inclusivamente, a permanência de visitantes nacionais, fato que a dinâmica do mercado imobiliário comprova. Intensificam-se assim, os movimentos iniciados na procura dos espaços de lazer em direção ao campo, à praia ou às termas, bem como a feiras anuais, festas e romarias, que remontam mesmo a um período anterior ao aparecimento do comboio [trem de ferro]. (MARTINS, 2004, p.118).

Nesse sentido, o turismo no espaço rural ganhou, ao longo das últimas décadas, uma maior importância junto aos órgãos oficiais de fomento e incentivo ao turismo. Acredita-se que essa expansão é fruto da pressão que as propriedades rurais e a sociedade vêm exercendo sobre o Governo. Entretanto, essa importância ainda não contribuiu no sentido de alavancar o desenvolvimento local que há anos essas regiões envolvidas com o Turismo no Espaço Rural

necessitam, mesmo considerando, como afirma GODINHO (2004), que esse turismo cresce, anualmente, a taxas que rondam os vinte por cento.

6.5 - O TURISMO NO ESPAÇO RURAL MINHOTO: Ponte de Lima e Guimarães.

Na Região do Minho praticamente predomina o turismo rural. Nessa concepção, a região de Ponte de Lima surge na paisagem natural, como o principal centro desse turismo.

Ao se abordar o turismo na região, bem como em todo o país, encontramos a Associação de Turismo de Habitação – TURIHAB (Foto 22), entidade que agrega a maioria dos proprietários rurais envolvidos com o turismo no espaço rural, como a gestora e coordenadora oficial dessas atividades turísticas ligadas ao campo, que vem possibilitando a concretização do turismo rural em todo o território português.



Foto 22. Fachada da sede da TURIHAB em Ponte de Lima, onde se coordenam as reservas de hospedagem, em todo o Portugal.

Foto: TIRADENTES, L. Nov/07.

Em Portugal, a TURIHAB é a responsável pela dinâmica e pela certificação da genuinidade do Turismo de Habitação, Agroturismo e Turismo Rural, asseverando a qualidade da oferta e de seus associados³⁶, seguindo as leis nacionais estabelecidas por Lisboa e descritas nos itens anteriores.

A TURIHAB, de uma associação de proprietários rurais, tornou-se pessoa jurídica e hoje é a detentora da marca Solares de Portugal, congregando 96 casas associadas, classificadas em Casas Antigas, Quintas e Herdades³⁷ e Casas Rústicas, destacando-se três categorias de preços: Categoria A – constituída por casas mais imponentes, quer pela grandeza, quer pela decoração interna e externa. Categoria B – assemelham-se à categoria anterior, mas de menores dimensões. Categoria C – são essencialmente casas rústicas ou quintas adaptadas para o turismo, com todo o conforto.

A associação nasceu de uma proposta conjunta de proprietários rurais da região do Conselho de Ponte de Lima, em 1983, que reconheceram que o Turismo no Espaço Rural era um importante contributo no desenvolvimento da Região. Surgiu da necessidade de se formar uma cooperativa que defendesse seus interesses comuns. Durante todo esse tempo, a associação expandiu-se e tornou-se, como já citamos, uma das responsáveis pelo estímulo e incentivo ao turismo no espaço rural.

Para uma melhor compreensão do funcionamento dessa associação, o pesquisador esteve presente em sua sede, localizada em Ponte de Lima, no dia 20 de Novembro de 2007, para uma entrevista previamente marcada com o atual presidente, o Sr. Francisco de Calheiros, que também é proprietário do Paço de Calheiros, uma das quinze propriedades rurais visitadas durante o trabalho de campo, em Portugal.

Nessa entrevista, procuramos identificar alguns pontos relevantes que pudessem contribuir para a pesquisa e, ao mesmo tempo, nortear o nosso interesse em compreender esse tipo de turismo, delineando alguns pontos sobre sua efetiva participação no processo de desenvolvimento local.

Indagado sobre o surgimento do TER, nas propriedades rurais do Concelho de Ponte de Lima, o Sr. Presidente afirmou que o turismo, na região, surgiu de uma parceria entre os proprietários rurais e o Governo Português que, na década de oitenta do século XX, buscava desenvolver algumas regiões estagnadas, economicamente, em todo o território português. De acordo com o presidente, o turismo de habitação foi a forma encontrada, na região, para o

³⁶ Consulte o site: www.turihab.pt, para maiores informações.

³⁷ Herdades: grandes propriedades rurais em Portugal, compostas, geralmente, de criação de animais, terras de sementeira e casa de habitação. Sinônimo de fazendas.

desenvolvimento do turismo, e as principais animações turísticas estavam associadas ao golfe, ao hipismo, a festas e eventos locais. Tais atividades, no entanto, tiveram como público inicial os ingleses, que tinham como objetivo visitar e conhecer essa tradicional região portuguesa.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que esse interesse do governo local coincide com o Programa LEADER II, um conjunto de ações previsto, na Comunidade Européia, para incentivar o desenvolvimento local em várias regiões, que possibilitou uma política estatal de incentivos ao turismo no espaço rural, entre outros.

De acordo com Cavaco (1999),

paralelamente, observa-se a população de certos tipos, em particular com apoio financeiro de subvenções globais de desenvolvimento local, como no programa LEADER: reconversão de casas para o turismo em espaço rural ou então, para o turismo de aldeia, em particular em aldeias históricas e nos centros rurais, e de casas de campo, os novos serviços de hospedagem oficialmente reconhecidos sendo bem mais flexíveis em termos de exploração (CAVACO, 1999. p.298).

Como característica desse programa, foi presenciada na fala do Presidente da TURIHAB e também na fala de alguns proprietários visitados, que a política nacional para o turismo no espaço rural estava agregada a empréstimos realizados junto às instituições financeiras, que destinaram uma linha de crédito para essa finalidade.

Ao longo dos anos, o grande desafio para o turismo local foi promover a região, porém tal fato veio com a qualificação e certificação das propriedades, quando foram idealizados os Solares de Portugal, em 1993. Isso possibilitou a criação da Central de Reservas, ano 2000, que dinamizou a comercialização de reservas e a regularização dos pagamentos às propriedades associadas.

Questionado sobre como os proprietários perceberam a incorporação do turismo, em suas propriedades, recebemos como resposta que havia uma grande resistência inicial, provavelmente fruto do desconhecimento sobre o turismo no espaço rural. Foi argumentado, ainda, que muitos proprietários rurais acreditavam que iriam perder a privacidade e a intimidade familiar se alojassem os turistas em suas propriedades, mas perceberam, com o tempo, que o turismo poderia trazer vantagens, principalmente econômicas. Criou-se certo posicionamento comum entre os proprietários, pois vários procuraram melhorar ou se preocuparam mais com as propriedades, trazendo-as mais arrumadas, limpas e bem cuidadas.

Outro questionamento foi com relação à participação familiar nas propriedades rurais. De acordo com o Sr. Presidente, a participação da família, no TER, está ligada a um ou mais membros familiares. Portanto, a natureza familiar está presente, e isso favorece, também, o profissionalismo, que se faz necessário para atender os turistas: "...a participação familiar é muito importante"; normalmente, essas atividades estão ligadas com as atividades da casa e da propriedade.

Com relação à contribuição da TURIHAB para a expansão do TER, na região, recebemos como resposta, que a associação tem expandido, ao longo, de sua existência, o turismo rural, não só na Região de Ponte de Lima, mas em todo o Portugal e em outras áreas da Europa, investindo, maciçamente num marketing pendular e permanente, idealizando vários eventos ao longo dos anos, buscando, também, a obtenção de parcerias e assinaturas de protocolos com várias instituições, tendo recebido, em 1990, o prêmio do Ano Europeu de Turismo e, em 1995, a medalha de ouro do Mérito Turístico e o prêmio Europeu de Turismo e Ambiente.

Para se associarem é necessário, para as propriedades rurais se candidatarem junto à referida associação, elaborar um dossiê sobre a propriedade e aguardar a visita de três técnicos, que fazem um relatório que será discutido na assembléia de associados, para aprovação da entrada da propriedade na associação. Uma vez aprovada a adesão, existe uma taxa anual a ser paga, fixada, atualmente, em duzentos e cinquenta euros.

Objetivando compreender as atividades turísticas que ocorrem na região de estudo, foram visitadas quinze propriedades rurais, sendo dez no Concelho de Ponte de Lima e cinco no Concelho de Guimarães (Quadro 12). As visitas consistiram de um agendamento prévio com o proprietário ou responsável, todas previamente consultadas e agendadas pela TURIHAB.

Uma das dificuldades apresentadas para as entrevistas foi conseguirmos encontrar alguns proprietários em suas residências pois, devido à baixa hospedagem nos meses de novembro, dezembro e janeiro, algumas propriedades estavam fechadas para as férias ou para reformas internas, o que dificultou as visitas. Outro fator preponderante a se considerar é o processo de deslocamento do autor da pesquisa, dificultada pela ausência de veículo próprio e, também, pelas condições climáticas no dia da entrevista, que foram contornadas de maneira simples, com a contratação de um taxista local, que conhecia todos os proprietários rurais a serem entrevistados.

QUADRO 12 PROPRIEDADES RURAIS PESQUISADAS NO MINHO

PROPRIEDADES	LOCALI- ZAÇÃO	ATRATI- VOS*	CATE- GORIA/ CLASSIF	DIMENSÃO (HA)	INÍCIO DA ATIVIDADE	Nº DE EMPREGA DOS
Casa da Laje	Ponte de Lima	N/H/L	Casa Antiga / A	---	2000	02
Casa das Torres	Ponte de Lima	H/ L	Casa Antiga / B	---	1982	02
Casa de Covas	Ponte de Lima	N	Casa Rústica/ C	03	1986	01
Casa de Crasto	Ponte de Lima	N/H/L	Casa Antiga/ B	03	1983	01
Casa de Sezim	Guimarães	N/H	Casa Antiga/ A	25	1985	10
Casa do Outeiro	Ponte de Lima	H/L/R	Casa Antiga/ B	---	1974	02
Casa do Ribeiro	Guimarães	N/H	Casa Antiga/ B	03	1987	01
Casa dos Pombais	Guimarães	H	Casa Antiga/ B	---	1998	01
Paço de Calheiros	Ponte de Lima	N/ H/ L	Casa Antiga/ A	----	1980	02
Paço de São Cipriano	Guimarães	N/H/L	Casa Antiga/ A	80	1982	03
Quinta da Aldeia	Ponte de Lima	H/L	Quintas e Herdades/	---	1980	01
Quinta de Agra	Ponte de Lima	N/ H/ L	Quintas e Herdades/ C	07	2003	02
Quinta de Cima do Eiriz	Guimarães	N/L	Quintas e Herdades/ C	---	2001	01
Quinta do Casal	Ponte de Lima	N/H/L	Quintas e Herdades/ B	80	2004	03
Quinta do Rei	Ponte de Lima	N/ H/ L	Quintas e Herdades/ C	----	1978	01

Fonte: Turihab, 2005.

Nota: N - Naturais; H - Históricos e arquitetônicos; L - Lazer; R – Religioso

No dia da visita, procuramos conhecer a realidade local da atividade turística em cada propriedade, ao mesmo tempo em que se observávamos a infraestrutura interna, sua composição e estruturação. Em nossa visita, não contatamos hospede algum, pois, nessa

época do ano, devido ao frio intenso e às constantes chuvas na região, e também às comemorações natalícias, praticamente não há reservas de hospedagem.

Visando a uma entrevista informal, estabelecemos um contato inicial com os proprietários, por indicação da Secretaria da TURIHAB. Após um agendamento prévio, a visita, normalmente durava, entre uma hora e meia e quatro horas, em cada propriedade.

Nesse intervalo, procuramos conhecer o dia-a-dia da propriedade. Em várias visitas, encontramos os proprietários ou empregados a trabalhar na lida diária. Nessa época do ano, em que a temporada de visitas é muito baixa, os proprietários rurais procuram realizar grandes ou pequenas reformas e reparos em suas estruturas.

A escolha das principais propriedades rurais visitadas deveu-se à localização, ao acesso, à disponibilidade de conversarmos com o proprietário, ao horário de funcionamento e, também à classificação turística estabelecida pela TURIHAB. A classificação das propriedades em Casas Antigas, Quintas e Herdades e Casas Rústicas também foi um critério importante para escolha das propriedades a serem visitadas, uma vez que são classificadas em função das três categorias de preços e serviços oferecidos.

Ponte de Lima é considerada o berço do turismo no espaço rural português, o que, por si só, justifica o maior número de propriedades rurais visitadas – dez, no total - quando comparados a Guimarães, que possui apenas cinco propriedades. Das propriedades rurais visitadas, oito são casas antigas, sendo quatro classificadas como ‘A’ e quatro como ‘B’; seis quintas e herdades, sendo quatro da categoria ‘C’ e duas, categoria ‘B’ e por último, uma casa rústica, classificada como categoria ‘C’.³⁸

As propriedades envolvidas com o TER caracterizam-se por apresentar um predomínio da propriedade de pequena dimensão, característica marcante na região do Minho, sendo que apenas duas possuem 80 hectares. Observa-se que as dimensões das propriedades influenciam, diretamente, no número de empregados contratados, inclusive nas propriedades de maior dimensão, variando entre um e três empregados.

Considerando os proprietários contactados que visitamos, foi possível perceber que a atividade turística, nas áreas da pesquisa, inicia-se por Ponte de Lima, a partir de 1974, ainda sem a presença da TURIHAB, e em Guimarães, a partir de 1982; boa parte das propriedades há mais de duas décadas envolvidas com o turismo no espaço rural.

³⁸ A escolha de apenas uma casa rústica esta ligada ao fato que de vários proprietários rurais possuem, além das quintas e herdades, casas rústicas, que também são envolvidas com o turismo no espaço rural; é o caso, por exemplo, da Casa do Moinho, que pertence aos proprietários da Quinta do Rei.

Em relação aos principais atrativos turísticos existentes nas propriedades rurais do Minho, 13 apresentam dois ou mais atrativos e apenas duas apresentam um único atrativo. Entre os atrativos apresentados, ocorre um predomínio dos históricos e arquitetônicos, em treze propriedades; em 11, os atrativos são considerados naturais ou de lazer e apenas uma possui um atrativo religioso.

A seguir, descrevemos as 15 propriedades turísticas visitadas em Portugal. A ordem de apresentação das propriedades aqui descritas não está em função de sua importância econômica ou histórica. Segue, apenas, a ordem de visita ocorrida entre novembro de 2007 e janeiro de 2008. Cada entrevista foi realizada, diretamente, com o proprietário ou com algum membro familiar envolvido com as atividades de turismo.

6.5.1 - QUINTA DO REI

Situada na Freguesia de Estorãos, a Quinta do Rei (Foto 23) é cercada pelas Serras d'Arga e de Cerquido. É uma propriedade rural que combina um ambiente rústico e familiar de uma quinta de lavoura com o conforto de uma casa grande rural.



Foto 23. Entrada frontal da Quinta do Rei, localizada em Estorãos – Concelho de Ponte de Lima.

Foto: TIRADENTES, L. Nov./07.

De maneira geral, predomina uma paisagem rural típica do norte do Minho, dominada pelas serras e por uma vegetação de árvores de portes elevados, destacando-se os carvalhos e pinheiros, sendo toda a propriedade margeada pelo Rio Estorão que, no verão, oferece à população local uma pequena praia fluvial.

A propriedade pertence à família da entrevistada, que também possui outras propriedades rurais envolvidas com o turismo, tais como: a Casa do Moinho, a Casa do Tamanqueiro, a Casa de Gaiba e a Azenha de Estorão, todas localizadas nas imediações dessa propriedade.

As outras propriedades citadas pertencem a outros membros da família de nossa entrevistada; são primos, irmãos ou cunhados que, administram suas propriedades coletivamente. Normalmente, um dos envolvidos é o responsável por determinado setor administrativo das propriedades. Existe uma divisão de tarefas, sendo que um é responsável pela parte de manutenção física da propriedade, outro pelas finanças, outro pelo atendimento e atenção aos clientes e, por último, um dos irmãos, normalmente uma mulher, é a responsável pela alimentação. Todos estão associados à TURIHAB.

O envolvimento da família com o turismo inicia-se, aproximadamente, no ano de 1978, com a partilha de uma grande propriedade rural pertencente aos avós da entrevistada. Nessa partilha, os herdeiros, todos primos, resolvem não vender a propriedade denominada Azenha, destinando-a a reuniões e encontros familiares.

A primeira propriedade familiar envolvida com o turismo foi a denominada Casa do Moinho, uma casa localizada próxima à Quinta do Rei, nas margens do Rio Estorão. Em seu interior ainda se encontra um moinho em funcionamento; esta casa está cadastrada, junto à TURIHAB, como casa rústica.

A abertura da propriedade para o turismo rural ocorreu frente à crise econômica e política ocorrida nos anos setenta do Século XX, que assolou não só a Região do Minho, mas também boa parte de Portugal e do continente Europeu. Essa crise acabou por estimular os proprietários a buscar novas oportunidades de rendas, entre elas o estímulo e incentivo que o Governo Português estava a disponibilizar com os Programas Leader's e Plano Nacional de Turismo, com empréstimos bancários a fundo perdido e valores reduzidos, com parcelamentos previstos para até sete anos.

Segundo a proprietária, a Quinta do Rei é, entre as propriedades familiares, a mais imponente; o casarão, em estilo colonial português, recentemente restaurado, traz, em seu interior, um mobiliário colonial clássico do Século XIX, pertencente à família ou adquirido em outras áreas, resultando num ambiente de clima agradável e acolhedor.

A participação da propriedade no turismo rural remonta ao surgimento da TURIHAB, sendo uma das sócias pioneiras. Questionada sobre o papel da associação, obtivemos, como resposta, que é indiscutível a sua importância no desenvolvimento do turismo no espaço rural, porém ainda falta mais divulgação, no sentido de atrair mais turistas para a região.

A taxa de ocupação da Quinta do Rei está estimada em cento e oitenta dias, o que significa, segundo a proprietária, uma ocupação em torno de cinquenta por cento do ano; entretanto, ela acredita que essa taxa seja menor. Não obtivemos dados precisos junto à Associação do Turismo de Habitação.

A alta temporada de ocupação ocorre entre os meses de julho e agosto, período que coincide com as férias escolares em Portugal; normalmente, os turistas ficam entre dois e três dias, e as diárias variam entre €65,00 e €110,00.

Para a proprietária, falta ao setor uma política de apoio mais eficaz, no sentido de dinamizar a atividade do turismo no espaço rural, ao mesmo tempo que possibilite, aos proprietários rurais, buscar um desenvolvimento local mais significativo.

Um fato interessante, ocorrido na região, foi a construção de uma autoestrada nas imediações de uma das propriedades rurais envolvidas com o TER, na Freguesia de Estorãos. A referida obra dinamizou o fluxo de veículos e visitantes, mas desconfigurou a paisagem, ao mesmo tempo em que aumentou o nível de poluição sonora, reduzindo a tranquilidade e o sossego do lugar. Tal situação levou a proprietária a fechar essa propriedade para o turismo rural, pois, segundo sua explanação, a autoestrada acabou com o principal produto turístico que podia oferecer que era a tranquilidade da vida no campo.

Um dos problemas percebidos, tanto na fala da proprietária, quanto na observação de campo, foi a dificuldade que os proprietários têm em conseguir mão-de-obra para trabalhar na propriedade, em sua lida diária. Esse fenômeno é cada vez mais comum em Portugal, e vem-se tornando preocupante, pois o país vem passando por um processo de envelhecimento contínuo de sua população, o que poderá ocasionar déficits populacionais em alguns setores da economia. Cabe ressaltar, ainda, que a proximidade com a Galiza, na Espanha (alcançada com trinta minutos de automóvel), é também um atrativo dessa mão-de-obra, uma vez que oferecem salários mais elevados contribuindo com essa evasão. Tudo isso vem causando um impacto negativo para a região, que vem perdendo potencial humano, e interferindo, não apenas na área econômica, mas também social e cultural, quando se trata de valorização do lugar.

6.5.2 - QUINTA DE AGRA

De acordo com a TURIHAB, a Quinta de Agra, localizada na freguesia de Correlhã, constitui um conjunto arquitetónico edificado com fundação anterior ao Sec. XVI. Sua entrada principal é formada por um portão em pedra e dá acesso a duas casas totalmente restauradas com bom gosto e conforto, afirmando ainda que:

“O proprietário dedicou cerca de 10 anos à recuperação criteriosa de telhados, tectos em castanho, janelas de guilhotina, varandas em cantaria, cantos e recantos de lazer, restituindo-lhes a originalidade arquitectónica” (TURIHAB, 2006, p.58).

A quinta possui um total de sete hectares, sendo envolvida por várias espécies frutíferas e por oliveiras seculares, apresentando, também, um picadeiro, cavalariças, pequenos lagos para a pesca e piscina.

De aparência externa simples (Foto 24), onde predominam diversos materiais e técnicas construtivas, como granito e alvenaria, a sede da propriedade surpreende pela variedade de corredores e por sua mobília de origem rústica e secular, com destaque para a cozinha rural típica da Idade Média.



Foto 24. Fachada rústica da sede da propriedade Quinta de Agra, em Ponte de Lima

Foto: TIRADENTES, L. Nov/07.

À época da entrevista, a Quinta de Agra encontrava-se, segundo o seu proprietário, no quarto ano de funcionamento. Sua formação em zootecnia e a afinidade com o meio rural contribuiu para a sua permanência à frente do empreendimento turístico. Entretanto, a Quinta sobrevive das atividades agrícolas, produzindo castanhas, milho e fabricando de vinhos.

O início das atividades turísticas, na Quinta, ocorreu por meio do incentivo de um programa de investimento agrícola a fundo perdido, também voltado para o agroturismo, de estímulo às propriedades rurais.

A propriedade se caracteriza por não ter a presença de membros familiares do proprietário a ajudá-lo; os serviços diários são realizados por dois funcionários, com contrato pessoal de trabalho.

Questionado sobre a importância da TURIHAB para o desenvolvimento do turismo, em seu empreendimento, o proprietário afirmou que teve e tem um papel essencial, pois possibilitou uma melhoria nos procedimentos turísticos, visto que, sozinho, não teria possibilidade de atrair turistas, pois havia pouca oferta nos serviços, a casa não era ideal para a atividade e não havia uma preocupação com a qualidade.

De acordo com o proprietário, é necessário criar incentivos, com apoios específicos para essas estruturas turísticas, bem como criar oportunidades para atividades lúdicas, que garantam uma maior permanência dos turistas nesses espaços, sendo necessárias algumas ações tais como:

- a) Fidelizar mais os clientes;
- b) Criar uma lei de regulação dos produtos;
- c) Salvaguardar os produtos locais.

Acreditamos que os apontamentos identificados pelo proprietário têm, como objetivo, salientar a necessidade de criar uma política que garanta melhores meios de produção e comercialização local dos produtos agrícolas, frente à concorrência com os produtos industrializados.

A Quinta de Agra é uma das mais novas propriedades pesquisadas envolvidas com o turismo. Percebe-se uma forte presença de atividades rurais no dia-a-dia, o que nos permite afirmar que a pluriatividade, aqui, é muito intensa. Entre todas as propriedades visitadas em Portugal, predomina mais o agroturismo do que o denominado turismo de habitação.

6.5.3 - PAÇO DE CALHEIROS.

Classificado como categoria “A” e localizado a apenas dois quilômetros da sede do Concelho de Ponte de Lima, o Paço de Calheiros domina a paisagem da colina onde se encontra, devido a seu imponente edifício, considerado como um dos mais representativos das nobres casas do Minho (Foto 25).

O Paço de Calheiros está em mãos da família Calheiros, desde a sua origem, datada do Século XIV, e trás consigo todo o esplendor da nobreza portuguesa. O próprio proprietário recebeu o título de Conde, e assim é conhecido na região e também na TURIHAB, onde é o atual presidente da Associação de Turismo de Habitação. No interior do Paço, predominam salas e quartos amplos, decorados por um mobiliário adquirido ao longo de vários séculos e pertencente a várias gerações da família.



Foto 25. Paço de Calheiros, notável e imponente edifício, tradicionalmente considerado como o mais representativo das nobres casas do Minho e um dos mais importantes casarões de Ponte Lima, localizado na Freguesia de Calheiros.

Foto TURIHAB, Nov. 07.

Externamente, a propriedade possui vários equipamentos que ampliam, de forma significativa, os serviços oferecidos aos hóspedes, tais como: piscina, tênis, capela, jardim com fonte de granito, biblioteca, cavalos, passeios a pé, provas de vinhos e outros. A propriedade é classificada como Casa Antiga, do tipo A. A estrutura colonial montada no

Paço de Calheiros permite a visita de altas autoridades e governantes, o que o faz ser bastante procurado por um público de elevado poder aquisitivo.

Na propriedade, o destaque é o cultivo da uva. As atividades agrícolas são um estímulo às ações turísticas, sendo a pioneira nas atividades do turismo rural, na região e em Portugal.

No Paço de Calheiros, vivem o Conde e seus três filhos, que estudam em outros lugares e portanto, não participam no dia-a-dia da rotina da propriedade, estando a manutenção da estrutura física a cargo de dois funcionários, que são permanentes.

Verifica-se também, no Paço, a presença de vários apartamentos, usados para o agroturismo, uma atividade também forte na propriedade rural. Esses apartamentos são típicos da região, apresentam uma boa infra-estrutura arquitetônica e também mobiliar.

A partir da visitação nessa propriedade é que se percebe a importância do TER, na região. Sua imponente arquitetura é destaque, mas não apenas na paisagem local, mas é antes de tudo, um marco, quando se aborda a questão do turismo na região o que permite afirmar que o Paço de Calheiros representa as três principais variações do turismo no espaço rural português: o turismo rural, o turismo de habitação e o agroturismo.

6.5.4 - CASA DAS TORRES

Classificada como Casa Antiga, categoria B, a Casa das Torres (Foto 26), situada na região de Facha, é, conjuntamente com o Paço de Calheiros, umas das mais imponentes propriedades rurais envolvidas com o turismo no espaço rural português. Erguida com recursos vindos das minas de ouro do Brasil, a construção data de 1756, predominando, no sobrado, um estilo barroco, obra do arquiteto italiano Nicolau Nasoni, sendo uma herança da família da proprietária.

A família Barcelar, proprietária da Casa das Torres, também foi uma das famílias pioneiras a trabalhar com o turismo, em sua propriedade. O ano de 1980 marca o início das obras de “modernização” do sobrado; na verdade, a transformação do andar térreo, em Portugal denominado rés-do-chão, que anteriormente funcionava como tulha, soleira, adega e lagar³⁹, em um espaço adaptado ao turismo.

³⁹ Local onde se pisam as azeitonas ou uvas para se fazer o azeite e vinho, respectivamente

Para a realização de obras de modernização na propriedade, objetivando receber os turistas, os proprietários recorreram a um empréstimo bancário, com juros de 6% ao ano, pagos num período de seis anos, no montante de três mil euros.



Foto 26. Imponente fachada frontal Casa das Torres, datada de 1756, em Ponte de Lima.

Foto: TURIHAB, 2004.

O sobrado conta com uma capacidade de alojamento para quatorze pessoas, distribuídos nos dois andares principais. Ricamente ornamentado, traz, no seu interior, móveis e utensílios familiares de várias gerações.

Os primeiros turistas, uma família de franceses, apareceram em 1982; posteriormente, vieram os ingleses. Nessa época, era insignificante a presença de portugueses que procuravam o turismo rural como atrativo para as férias, o gosto nacional era pelo turismo de termas e de sol e mar.

Segundo a proprietária, o turismo é um ponto de apoio. No início, os primeiros turistas pagavam uma estada, era um trabalho com característica familiar, o que favorecia uma convivência mais descontraída. O turismo tem-se inserido, no dia-a-dia da propriedade, sem prejudicar as atividades rotineiras; entretanto, percebe-se um sobretrabalho por parte da proprietária, que é a administradora. Segundo ela, já houve melhores dias na atividade.

Em relação à participação do Estado, verificou-se que, na atualidade, não existe uma ação concreta dos órgãos públicos portugueses e suas políticas públicas para o setor, assim como também não ocorre uma participação de outros órgãos ou entidades da região, com

exceção da TURIHAB, a associação dos proprietários rurais envolvidos com o turismo. Para a proprietária, o único papel que o Estado realiza é o da fiscalização, principalmente na cobrança de vários impostos e taxas.

Quanto à participação familiar, observou-se que somente a esposa está ligada diretamente ao turismo, sendo responsável por todas as atividades da casa, da arrumação diária ao papel de relações públicas. Para auxiliá-la nas tarefas rotineiras existe, na propriedade, uma empregada externa, trabalhando como diarista. Tal situação tem contribuído para que a proprietária não tenha um período de férias longas com os familiares. Averiguamos, também, que a proprietária não tem curso específico de capacitação no turismo, apesar de seu elevado nível de instrução.

A participação da esposa como a principal responsável pelo turismo, não é um fato único ou isolado nessa propriedade, mas um fenômeno comum na região, ao ponto de que a mulher se sacrifica ou sacrifica a família, em função das atividades turísticas.

Nessa perspectiva, segundo CAVACO (1999),

cabe sempre às mulheres um papel importante no funcionamento das unidades de turismo rural, no acolhimento dos turistas, quando não também na gestão e nos contactos institucionais, particularmente quando domésticas. O seu nível de instrução, formação e cultura facilita o desempenho destas tarefas e a assumpção de tais responsabilidades e favorece a atracção de clientelas de elevado nível de exigência quanto a tratamento e convívio. Este enriquece as suas novas experiências profissionais e os seus quotidianos e ajuda a compensar os inconvenientes da abertura de sua própria residência aos visitantes, de partilha com eles dos seus espaços de vida, de perda de privacidade familiar, de privação de liberdade pessoal, de sobrecarga de trabalho, acumulação de responsabilidades, preocupações burocráticas e fiscais, etc. (CAVACO, 1999, p.299).

Indagada sobre as mudanças que ocorreram e ocorrem na propriedade, com o turismo, obtivemos como resposta que não houve mudanças significativas com a chegada do turismo; o que mudou foi a privacidade e a disponibilidade da dona, que agora se dedica mais a propriedade e ao turista, não a rotina.

O turista é recebido como um hóspede; normalmente, ele recebe da Central de Reservas (CENTER) todas as informações sobre a propriedade, principalmente via Internet, facilitando um primeiro contato com o local das hospedagens. Ao se instalar na fazenda, tem a sua disposição um folheto sobre as normas da casa, com livre acesso à propriedade; não

existem guias para a realização de trilhas ou passeios, mas tais atividades são realizadas quando solicitadas.

Um fato que observamos, nas propriedades aqui citadas, foi a dificuldade de obter ou contratar um guia para mostrar todos os pontos turísticos locais, como também as fazendas envolvidas com o turismo no espaço rural

Em relação aos atrativos culturais locais, as manifestações que ocorrem estão quase todas ligadas aos eventos religiosos e, normalmente, ocorrem na igreja da freguesia ou na sede do Concelho, sendo raramente realizadas na propriedade, por se querer evitar que os hóspedes percam a tranquilidade e o sossego do lugar.

Não observamos a presença de artesanato; tal fenômeno ocorre fora da propriedade, principalmente o artesanato de linho, mas não há uma venda direta aos turistas. As comidas típicas também são encontradas na vila, entretanto, sua feitura pode ser encomendada na fazenda, quando solicitada com antecedência, uma vez que as propriedades não oferecem almoço, apenas o café da manhã, cuja denominação local é pequeno-almoço.

Os eventos culturais são realizados quase sempre no verão, período que coincide com a fase de maior fluxo turístico nas propriedades rurais. É nessa época do ano que os eventos fazem parte dos atrativos dessas propriedades.

Indagada sobre o papel da TURIHAB, enquanto representante da associação de proprietários para o turismo local, obtivemos como resposta que essa associação vem desempenhando um ótimo papel na condução da categoria de classe, tendo, ao longo de seus quase 25 anos de existência, realizado grandes conquistas, principalmente na divulgação e marketing do turismo no espaço rural português, ao mesmo tempo em que vem lutando para obter, junto ao Governo Português, o reconhecimento desse tipo de turismo para a economia do país, evitando a ameaça de transformar as propriedades rurais em hotéis rurais, como querem alguns organismos oficiais portugueses.

6.5.5 - CASA DE COVAS

Localizada em área da Freguesia de Moreira do Lima, a aproximadamente 8 quilômetros de Ponte de Lima, a Casa de Covas (Foto 27) é uma propriedade de três hectares, existindo desde 1760. A propriedade é uma herança de família. A origem do nome está associada a um antigo morador, natural do lugar de Covas, Freguesia de Cerveira, que

posteriormente vendeu a propriedade ao avô do proprietário, que manteve o mesmo nome de origem.



Foto 27. Vista frontal da Casa de Covas, localizada Moreira do Lima, e classificada pela TURIHAB, como casa rústica, tipo C.

Foto: TIRADENTES, L. Dez. 07.

Na propriedade, cultivam-se milho, maçã e uvas. Esses cultivares eram cuidados por um caseiro; após sua aposentadoria, os proprietários passaram a cuidar do milharal, das macieiras e do cultivo da uva. Percebe-se uma crise na vinicultura portuguesa, o que fez reduzir sensivelmente o preço da caixa de uvas pago pela cooperativa de vinicultores do local.

Atualmente, os proprietários sobrevivem da aposentadoria paga pelo governo, sendo o turismo uma fonte importante na complementação de renda da propriedade, o que significa, para alguns proprietários, que esse recurso é fundamental, não só na manutenção da quinta, como também para a sobrerenda familiar.

A entrada dessa propriedade no turismo foi um pouco mais tardia em relação às propriedades descritas anteriormente. Segundo a proprietária, essa demora deu-se em função da escolha da família em priorizar a educação dos filhos para, posteriormente, entrar na atividade turística. Essa entrada ocorreu nos anos 80 do século passado, quando a presença de uma senhora – acredita-se que seja uma técnica do governo –, de nome Laura Acheman, passou a estimular os proprietários da região de Pontes de Lima a investir em suas fazendas, abrindo-as para o turismo no espaço rural, sendo iniciada pela Casa do Outeiro.

Em artigo publicado na revista Turismo e Desenvolvimento, da Universidade de Aveiro, em 2004, Godinho cita D. Laura Acheman, argumentando que “[...] falta ao país o reconhecimento devido a esta senhora pelo papel na implantação do TER em Portugal e pela sua inesgotável luta pela dinamização em todos os lugares onde foi preciso lutar”.

Na maioria das propriedades do turismo no espaço rural, pode ser alugada a casa inteira ou apenas parte dela. Na Casa de Covas, essa divisão é controlada por uma porta que separa ou une os apartamentos, sendo um de dois quartos (em Portugal denominado de T2) e dois de apenas um quarto (T1).

A transformação da casa para fins turísticos ocorre no início dos anos de 1980, por meio de empréstimo junto ao Fundo de Turismo, com juros unificados e prazo de pagamento de dez anos. As adaptações iniciaram-se pelo piso térreo, que foi todo remodelado, transformando a estrebaria, a adega e o lagar em quartos para os hóspedes, mantendo a mobília original da casa.

Com o fim da vida acadêmica dos filhos, os proprietários aderem ao turismo e a TURIHAB.

A chegada dos primeiros turistas, em 1986, dá-se por meio da associação de proprietários rurais. O primeiro turista foi um médico francês e seus amigos portugueses, depois vieram os ingleses e nórdicos, todos com um elevado poder econômico e boa formação cultural. Hoje, a propriedade recebe também uma boa leva de portugueses ao longo do ano, mas os períodos de maior movimento são o Carnaval, a Páscoa, os meses de julho e agosto e os feriados de final de ano.

Com relação à participação do Estado, enquanto órgão gestor do turismo no espaço rural, a proprietária enfatizou que essa participação é pouco expressiva hoje, tendo sido mais destacada quando a propriedade aderiu ao TER; na época, o Estado dava incentivos, com juros bonificados devido à inflação, com dez anos para pagar o empréstimo. No primeiro e segundo anos, pagavam-se somente juros, do terceiro ano em diante, pagavam-se o capital e mais os juros. No âmbito municipal, não existe uma política pública para o turismo; boa parte das ações envolvendo o turismo está ligada à TURIHAB.

A participação familiar nas atividades turísticas restringe-se, atualmente à participação da esposa, atual proprietária. No início, o marido participava, mas devido ao aparecimento de uma doença que impede suas atividades diárias, todas as funções da propriedade estão a cargo da esposa, que conta com o auxílio de uma funcionária contratada por hora de trabalho, podendo ser contratada uma segunda funcionária, nos meses de maior movimento. Não há participação dos filhos na função turística da propriedade.

Segundo a proprietária, o turismo trouxe uma nova dinâmica para a propriedade, ocorrendo mudanças, sem atrapalhar a rotina diária. As mudanças identificadas referem-se, principalmente, aos cuidados que passaram a ter com a casa e também com seus arredores. Provavelmente, esses cuidados por parte da proprietária, praticamente eliminaram suas férias, no verão, época onde ocorre a maior parte das hospedagens.

Na propriedade, o turista, depois de ser encaminhado pela TURIHAB, é recebido pela proprietária, que procura tratar a todos como se fossem da família, caracterizando uma situação de confiança e tranquilidade. Não foi averiguado se existe um roteiro ou normas escritas sobre os procedimentos na propriedade; as informações recebidas são as rotineiras, básicas de uma hospedagem.

Não existe a presença de guias, devido ao pequeno tamanho da propriedade; entretanto, a propriedade é privilegiada por apresentar, nos seus arredores, uma região serrana de rara beleza, formada pelos contrafortes da Serra da Arga.

Com relação às festas locais, pôde-se averiguar que não existem esses tipos de festas, apesar da Região ser rica em romarias. Apesar da forte influência católica, nessa Freguesia, a inexistência de festa, seja ela profana ou religiosa, justifica-se pela pequena extensão da propriedade e pela postura da proprietária, que acredita que essas festas podem prejudicar a tranquilidade dos turistas, comprometendo, assim, o turismo praticado no local.

Ressalta-se também que, na propriedade, não existem sinais de produtos artesanais, sendo, porém, possível adquiri-los na sede do Concelho.

6.5.6 - CASA DE CRASTO

Aberta o ano todo, a Casa de Crasto (Foto 28) é uma casa do século XVII, de porte majestoso, e que conserva sua arquitetura secular. Está localizada nos limites urbanos de Ponte de Lima, na Freguesia da Ribeira, tendo uma capacidade de alojamentos de seis quartos e um apartamento para quatro pessoas.

O histórico da casa, inicia-se com seu primeiro proprietário, Francisco de Mello Pereira, cavaleiro do Hábito de Cristo. Em 1715, a casa passa a pertencer a João Malheiro que sem herdeiros, passa para os parentes mais próximos até chegar ao tio-avô da atual proprietária.

A propriedade possui, atualmente, três hectares, caracterizando-se por ser um minifúndio e coincidindo com o tamanho padrão da maioria das propriedades do Minho, fruto de intensas partilhas familiares, que vem ocorrendo há vários séculos.



Foto 28. Fachada lateral e escadas de acesso à Casa de Castro, na Freguesia da Ribeira.

Foto: TIRADENTES, L. Dez. 07.

O turismo existe, na propriedade, desde o ano de 1983, ano de fundação da associação dos proprietários de turismo de habitação. Nos primeiros anos, a maioria dos turistas eram de origem inglesa e nórdica, principalmente sueca; hoje, não existe mais essa situação. Nos arredores da propriedade passa uma rodovia nacional, e de acordo com a entrevistada, sobrinha da proprietária, a estrada favoreceu o acesso à casa, mas também causou um transtorno, por dividir a propriedade ao meio, passando a poucos metros da sede da fazenda, aumentando, significativamente, o barulho, reduzindo a tranquilidade do lugar.

Outrora, a propriedade produzia, vinho, milho, nozes, castanha. Hoje, faltam pessoas para trabalhar, devido à reduzida mão-de-obra local, impedindo a produção local. Nesse sentido, não existe a produção de artesanato ou produtos para o turismo, mas fabricam o vinho caseiro.

Segundo a entrevistada, hoje em dia o turismo não é tão rentável, devido principalmente ao excesso de casas, na região, envolvidas com o Turismo no Espaço Rural, que reduz significativamente a oferta de visitação. A estação principal ocorre entre março e outubro, sendo o mês de agosto o mês da alta temporada para esse tipo de turismo.

Como a maioria das propriedades até aqui apresentadas, a Casa de Crasto também foi beneficiada pelas ações do Estado, no início de suas atividades turísticas. Essa ajuda ocorreu há mais de dez anos, e foi um trabalho do Ministério do Turismo para o restauro das casas, com juros baixos. Hoje, essa ajuda não ocorre em esfera alguma do Governo, seja ela municipal ou federal; entretanto, a casa é protegida por lei local, que impede qualquer construção em sua volta.

Em relação à participação familiar, tanto a esposa quanto o marido são os responsáveis diretos pela administração da propriedade, que pertence a uma tia do casal, contando com a colaboração de uma prima. Não foi detectada a participação de filhos do casal nesse processo de gerenciamento.

Atualmente, a casa conta com uma empregada, contratada por regime de horas; no passado, a casa já contou com a colaboração de treze funcionários, divididos entre os afazeres domésticos e a lida no campo. Nenhum membro da casa possui cursos específicos sobre o turismo, apenas uma funcionária participou de um curso de atendimento ao turismo, realizado pela TURIHAB, na própria casa, e que contou com a participação de outros funcionários das fazendas associadas.

Teoricamente, o fato de os proprietários não possuírem certificados ou cursos específicos no turismo significaria uma baixa qualidade no atendimento aos turistas, nessas propriedades. No entanto, o que se observou foi exatamente uma preocupação com a qualidade desse atendimento, provavelmente fruto de uma cobrança por parte da TURIHAB e, também, da observação empírica dos envolvidos com essa atividade, não implicando negativamente, neste caso, a qualidade do TER local.

Foi averiguado que não existe uma divisão específica das tarefas existentes na propriedade. A funcionária, é a responsável pelos serviços domésticos e também pelo pequeno-almoço (café da manhã), trabalho que em certas ocasiões é realizado pela administradora da casa. De acordo com a entrevistada, com o turismo, mudou o convívio familiar com as pessoas, pois agora se convive com culturas muito diferentes.

Questionada sobre o tipo de turista que ela mais recepciona na propriedade, obtivemos como resposta, que não existe um turista específico, apesar de ter recebido muitos turistas ingleses no princípio do funcionamento da casa, afirmando que todos são bastante acessíveis, não idealizando um tipo ideal de turista.

Ao chegar à propriedade, vindo indicado pela TURIHAB ou por contato direto, o turista é recepcionado, normalmente, pelos proprietários, quando são mostrados os quartos,

recebendo uma chave das portas de acesso e informado sobre os horários do pequeno-almoço ou atrativos do lugar.

No interior da propriedade não são realizadas festas ou eventos. As poucas festas religiosas existentes são a da Páscoa e de Nossa Senhora das Dores, e seus festejos são realizados na cidade de Ponte de Lima ou em suas freguesias. Entretanto, existem várias festas regionais, principalmente no período de verão, tais como a Feira Nova⁴⁰.

Como na maioria das propriedades visitadas, quando questionados sobre os símbolos que mais representassem a propriedade, recebeu-se como resposta que o melhor símbolo é o brasão da casa. A heráldica é bastante importante e muito utilizada na região de estudo.

A Casa de Crasto, como uma das pioneiras do turismo no espaço rural em Ponte Lima traz, consigo, algumas particularidades que são relevantes para o estudo do TER, no local. A primeira é o fato de o desenvolvimento ter chegado até a propriedade com a construção e asfaltamento de uma importante rodovia, favorecendo, por um lado, o fluxo de turistas, mas por outro, reduzindo a tranquilidade do lugar, de acordo com a entrevistada. A segunda está ligada diretamente ao simbolismo, que representa não apenas a propriedade mas também a própria família; os brasões possuem uma conotação muito forte, carregada de simbolismo pouco observado nas propriedades rurais brasileiras envolvidas com o turismo no espaço rural.

6.5.7 - CASA DA LAGE

Situada a sete quilômetros de Ponte de Lima, na localidade de São Pedro D'Arcos e dentro de uma extensa propriedade agrícola, a Casa da Lage (Foto 29) é uma propriedade onde o conforto e o requinte são sinônimos do valor histórico e cultural que representou a casa grande.

Construída nos finais do Séc. XVII, a casa senhorial predomina na paisagem rural, estando localizada próxima a uma área de proteção ambiental, denominada Área Proteção das Lagoas de Bertlandos. Seu estilo arquitetônico imponente permite o uso de dez quartos, sendo

⁴⁰ Feira Nova – feira artesanal e cultural realizada, anualmente, em setembro, na cidade de Ponte de Lima. As Feiras Novas são festas folclóricas instituídas em 1824 por D. Pedro IV (D. Pedro I, no Brasil) para celebrar Nossa Senhora das Dores. Com duração de três dias, a festa lembra as Festas Juninas brasileiras, destacando a música regional, os sanfoneiros, as comidas típicas e as barraquinhas de brincadeiras.

três duplos e sete *twins*, destacando-se os bonitos tetos artesoados⁴¹ em talha, a qualidade do restauro e a tulha, possuindo ainda: capela, quadra de ténis e piscina interior aquecida.



Foto 29. Vista lateral da Casa da Lage, importante propriedade rural da Freguesia de Arcos.

Foto: TIRADENTES, L. Dez/07.

As atividades turísticas, na propriedade, iniciaram-se no ano de 2000; anteriormente, predominava a pecuária. Os primeiros turistas foram casais de amigos com filhos, que vinham usufruir de um turismo de habitação.

De acordo com o proprietário, e que atualmente é o presidente da Cooperativa de Vinicultores da Região de Ponte de Lima, o turismo de habitação surgiu, de forma experimental, na década de setenta do século passado, essencialmente com um caráter de apoio à conservação do património arquitetónico rural.

A Casa da Lage contou com apoio institucional do Governo Português, na obra de habitação, na modalidade de fundo perdido, e também com recursos próprios do proprietário. Essa modalidade de ajuda financeira surgiu como suporte económico, pois o proprietário, para poder conservar o seu património, tem que recorrer a outros apoios, não existindo, na fazenda, outras fontes de renda de destaque significativo.

Na atualidade, as atividades turísticas estão sob o cuidado do casal responsável pela propriedade. Tanto a esposa quanto o entrevistado são responsáveis pelas tarefas e

⁴¹ Artesoados - ornados com artesanato. Na arquitetura, refere-se a um adorno de forma quadrada ou pentagonal, rodeado de molduras, às vezes com um florão no centro, o qual se coloca em tetos, abóbodas e voltas de arcos.

responsabilidades para com o turismo, mas ficam a cargo da esposa as tarefas diárias no trato com os turistas e a coordenação dos dois funcionários que trabalham na casa. Não constatamos a presença de cursos de capacitação ou cursos de turismo entre os envolvidos, o que não pode ser considerado como uma implicação direta à qualidade do atendimento prestado.

A chegada do turismo propiciou algumas mudanças, tanto na questão do aumento do trabalho, para o seu funcionamento, quanto no aspecto físico da propriedade, causando melhorias. Uma dessas melhorias foi o impacto positivo que resultou no investimento da conservação do prédio histórico, surgindo mais áreas ajardinadas, que não existiam, a construção da piscina e outras. Isso proporcionou uma ampliação no número de visitantes, que utilizam a propriedade como suporte para as visitas nas Áreas de Proteção Ambiental das Lagoas de Bertandos, ou nela se hospedam.

Segundo o proprietário, o turista possui quatro maneiras de reservar um quarto, podendo isto ser feito pela associação (TURIHAB), por um operador qualquer, pela Internet ou por indicação, sendo esta última uma importante divulgadora da propriedade. Essas formas de se registrar, na propriedade, são relevantes para o turismo; representam uma importante maneira de atrair novas hospedagens, funcionando como um modelo para outras propriedades envolvidas com o TER.

Em algumas situações, quem recebe o turista são os empregados, que passam todas as informações necessárias. O proprietário informou, ainda, que procura deixar o turista mais à vontade, pois acredita que algumas propriedades rurais envolvidas com o TER pecam pelo excesso da presença dos donos na casa. Não existe a presença de guias.

O fato de, em algumas situações, os turistas serem recebidos pelos empregados, não se caracteriza como uma situação de desleixo por parte dos proprietários, mas significa que existe, em algumas propriedades, um funcionário específico para essa função, normalmente exercida pelo gerente.

Para o proprietário, o grande atrativo local é a qualidade da oferta dos serviços oferecidos, como o pequeno-almoço, por exemplo, a proximidade com as áreas de proteção das Lagoas de Bertandos e a tranquilidade local. Segundo ele, o turismo ali realizado não é praticado por pessoas da terceira idade; a caracterização local é de gente nova, casais entre trinta e cinquenta anos, que não querem ficar apenas descansando, mas mudar de atividades.

Este é um fato interessante para a análise do TER, em Portugal, que normalmente é apresentado como um turismo para a Terceira Idade. Apontado como um estímulo para pessoas mais idosas, algumas propriedades rurais do Minho vêm buscando alternativas

esportivas ou de lazer para complementar os atrativos turísticos locais, ao mesmo tempo em que divulgam o TER como uma opção também para pessoas de menor faixa etária.

Ainda de acordo com o proprietário, faltam atividades organizadas nas proximidades. A Serra D'Arga, nas adjacências, favorece visitas, que podem ser exploradas, caracterizando atividades mais desportivas. Não existem, na propriedade festas religiosas ou culturais; as atividades culturais são comuns na cidade, como por exemplo a Feira Nova em Setembro.

Em resumo, a Casa da Lage situa-se dentro de uma extensa propriedade agrícola que possibilita a prática de atividades esportivas e de lazer, sendo fortemente influenciada pela Área de Proteção Ambiental das Lagoas de Bertandos, onde o conforto, a afabilidade e o requinte se interagem com o valor histórico, etnográfico e cultural que essa propriedade representa.

6.5.8 - QUINTA DA ALDEIA

Localizada em São João da Ribeira, a Quinta da Aldeia (Foto 30) surgiu em 1742 e é uma das mais antigas propriedades rurais de Ponte de Lima envolvida com o turismo no espaço rural. Com uma capacidade de alojamento de três apartamentos, sendo dois apartamentos para duas pessoas e um apartamento para quatro pessoas, a propriedade funciona entre os meses de maio a outubro, localizando-se distante a apenas 3 km de Ponte de Lima.

Essa pequena distância da sede do Concelho faz com que a propriedade também funcione como um apoio à rede hotelaria da cidade de Ponte de Lima, principalmente quando das realizações de festas e eventos comemorativos.

As atividades turísticas surgiram anteriormente ao aparecimento da TURIHAB. A proprietária possuía um moinho, que foi restaurado e, posteriormente, começou a alugá-lo para outras pessoas e amigos, tendo iniciado essas atividades no ano de 1980. A propriedade era uma quinta de aldeia e as primeiras visitas ocorreram de formas espontâneas.

O destaque do lugar era o cultivo da uva para a produção do vinho, possuindo quinze pipas de vinho. Hoje, o rendimento é baixo, e praticamente toda a produção é vendida para a cooperativa agrícola existente na cidade de Ponte de Lima, que produz, principalmente, os vinhos verdes. Essa situação, apresentada pela proprietária, é uma representação do que vem ocorrendo com a produção vinícola da Região do Minho, que sofre com a imposição de cotas

de produção estabelecida pela Política Agrícola Comum da União Européia, não conseguindo concorrer, em igualdade, com os vinhos espanhóis, franceses e italianos.



Foto 30. Em estilo colonial, a sede da Quinta da Aldeia, em São João da Ribeira, representa um importante espaço rural destinado ao turismo, em Ponte de Lima.

Foto: TIRADENTES, L. Dez/07.

De acordo com a proprietária, quem realmente está administrando o turismo, na Quinta da Aldeia, é uma funcionária que trabalha na casa há mais de 18 anos, sendo a pessoa que recebe os turistas, realizando ao mesmo tempo, todos os afazeres domésticos. É também, responsável pelas compras ou aquisições necessárias para a casa, tais como: talheres, tecidos, produtos de limpeza e outras. É uma espécie de gerente da propriedade.

Essa situação não é comum para a maioria das propriedades visitadas, e ocorre porque a proprietária possui várias outras fontes de rendas no Concelho, sendo categórica ao afirmar que está tendo prejuízo com o turismo no espaço rural, trabalhando com o turismo apenas por gosto. Mesmo assim, o turismo é um complemento as suas rendas.

O turismo já esteve mais forte na propriedade, inserindo-se de maneira a não prejudicar as atividades rotineiras do local, Os turistas que a visitam passam o dia, principalmente, na sede do Concelho, também chamada de Vila, e a utilizam, mais especificamente, para a dormida, principalmente na época de festas locais; esse fato se justifica mais pela proximidade e localização do que pelo valor cobrado nas diárias.

Questionada sobre a participação do Estado, a proprietária afirmou que este ajuda, mas bem menos do que quando começou a trabalhar com o turismo. Mas, não esclareceu como foi essa contribuição e nem como o Concelho local colabora com o turismo no espaço rural.

A colaboração apontada pela proprietária vinha do Fundo de Turismo que, nos anos de 1980, proporcionava condições especiais para o financiamento turístico e compensava com bonificações de taxas de juro das instituições de crédito. Acreditamos que essa contribuição ocorre com a redução de impostos e na diversificação da oferta de produtos turísticos, valorizando a cultura e as feiras locais.

No quesito participação familiar nas atividades turísticas da propriedade rural, averiguamos que não existe essa participação; devido à idade avançada da proprietária, essas atividades estão a cargo de uma empregada que já convive com a família há mais de 18 anos, sendo a responsável direta por todo o serviço, mas que não possui nenhum curso de capacitação. Entretanto, não se pode afirmar que a falta desses cursos tenha interferido negativamente no processo de atendimento aos hóspedes, uma vez que em nossa pesquisa, não estabelecemos um contato direto com os turistas.

Para a proprietária, nada mudou na propriedade com o turismo, pois ela continua a cuidar da vinha, da horta, afirmando que “tudo continua como era”, não havendo a participação da família nas tarefas do dia-a-dia. A funcionária, porém, recebe ajuda de outras empregadas oriundas da casa da cidade onde vive a proprietária, em época de maior fluxo turístico.

Na propriedade, os turistas são recebidos pela funcionária, que normalmente já está à espera, pois a maioria dos visitantes são indicados pela associação; ao chegarem, eles recebem as informações de praxe, existindo um livro de registro onde deixam suas impressões pessoais sobre seu período de estada. Não existe a presença de guias, na propriedade.

Foi constatado que não existem festas ou manifestações culturais no interior da propriedade mas, de acordo com a proprietária, no período de maior intensidade turística, compreendido entre maio e outubro, ocorrem festas nos finais de semana, dirigindo-se os turistas para a Vila, principalmente em época de feiras.

A ausência de festas que possa atrair os turistas está ligada, diretamente, ao estilo de vida da proprietária e também ao fato da propriedade estar localizada ao lado da sede do Concelho de Ponte de Lima, que por si só, já atrai um número significativo de turistas.

Na propriedade visitada, os atrativos turísticos concentram-se, principalmente, na sede, que é um belo casarão, datado de 1742. Os turistas podem, ainda, apreciar a beleza

cênica do lugar, os animais existentes e o rio, ao fundo da propriedade. Não existe qualquer tipo de artesanato, no local.

Finalizando, a entrevistada argumentou que tem uma ótima relação com a TURIHAB, não tendo grandes problemas com a associação, o que lhe dá certa vantagem, não justificando o porquê dessa vantagem.

Analisando a Quinta da Aldeia, essa propriedade apresenta uma particularidade significativa, que é a função de administradora do empreendimento exercida por uma funcionária. Tal fato se verifica devido à confiabilidade existente entre ambas e pela proprietária possuir um conjunto de vários empreendimentos no Concelho de Ponte de Lima, relegando a um segundo plano o seu envolvimento com as atividades turísticas.

A referida propriedade é um exemplo clássico do que vem ocorrendo em propriedades do Minho que, a partir dos anos de 1980, têm uma drástica redução da produção vinícola, causada por fatores políticos e econômicos, que levam esses proprietários a buscarem, no turismo, uma alternativa ao desenvolvimento local.

6.5.9 - QUINTA DO CASAL DO CONDADO

A Freguesia da Facha é a sede da Quinta do Casal (Foto 31), propriedade recuperada de uma Casa Senhorial do Séc. XVII, até há pouco em ruínas e detentora de um dos mais belos panoramas de Ponte de Lima. A casa já pertenceu à Condessa de Terouca, estando na família até 1934, quando foi vendida, entrando em decadência e ruínas, até ser novamente comprada pelo atual proprietário, em 1999, e passar por uma profunda restauração. Observou-se que toda essa informação histórica não é explorada como um fator positivo para o turismo local.

A propriedade possui 17 hectares, abrigando uma capela construída em 1645. O mobiliário da casa sede é moderno e funcional; grande parte do mobiliário antigo desapareceu, no período que ela se encontrava em ruínas. No lugar das pequenas casas dos caseiros, há seis apartamentos construídos de raiz⁴², modernos e práticos, possuindo área de matas, pomar, olival, piscina, ginásio, lago de 3.500m² com barco, ribeiro para pesca e quadra de tênis. Possui três quartos *twins* na casa principal e seis apartamentos para duas pessoas em anexo.

⁴² Apartamentos de raiz – apartamentos construídos no nível térreo, geralmente aproveitando a declinação do terreno.



Foto 31. Vista posterior da sede da Quinta do Casal, localizado na Freguesia de Facha, em Ponte de Lima.

Foto: TIRADENTES, L. Dez/07.

Sobre esses tipos de habitações, Cavaco (1999), argumenta que o alojamento que é oferecido

corresponde a quartos no corpo central da residência da família que a explora ou a apartamentos sitos ao lado daquela ou de solares, que resultam da conversão de antigas casas de caseiros, de anexos do assento de lavoura, de azenhas ou de pequenas habitações rústica do velho campesinato (CAVACO, 1999, p. 298)

As primeiras visitas ocorreram em 2004, ano em que a propriedade foi aberta para as atividades turísticas, sendo que os primeiros turistas vieram por intermédio de uma agência de viagem; em 2005, já ocorreriam as primeiras hospedagens realizadas via Internet, e, em 2006, também pela TURIHAB. Foram os ingleses os primeiros a frequentar a propriedade, que, hoje, não caracteriza a presença única de visitantes estrangeiros, mas também, uma grande quantidade de portugueses, principalmente no verão, que é considerado a alta estação para o turismo no espaço rural.

Para os proprietários da Quinta do Casal, as primeiras impressões do turismo, em sua propriedade, foram positivas, principalmente no quesito da qualidade dos hóspedes, fato este justificado pelo elevado poder aquisitivo dos visitantes e pela qualidade dos produtos que são ofertados.

Na Quinta do Casal, o turismo se insere de forma primordial na propriedade, uma vez que toda a infra-estrutura existente foi projetada e pensada de forma a possibilitar o maior contato com a natureza sem abrir mão do conforto de uma grande quinta, que foi totalmente recuperada, inicialmente para o conforto da família e depois aberta para o turismo. Sua inserção tem contribuído para as despesas fixas da propriedade e serve também à família, estimulando e contribuindo para o prestígio da Freguesia, trazendo algo novo para o lugar, segundo o proprietário.

Em relação ao Estado, sua participação ocorre de maneira significativa, naquilo que ele (o Estado) considera mais dispendioso e necessário, definindo regras e ações que podem ser alteradas, conforme sua necessidade ou prioridade, decretando o interesse para o município ou região, passando a investir localmente, recuperando, por exemplo, boa parte do patrimônio ali existente. Em sua afirmação, o proprietário acredita que o Estado não tem uma política adequada para o turismo no espaço rural. Entretanto, confirmou que teve um financiamento de setenta por cento do instrumento elegível. Na época, a operação era a fundo perdido até um terço do financiamento, sem juros, com até oito anos para pagar e mais dois de carência.

Em relação à participação familiar, os filhos não participam das atividades turísticas, apenas a esposa tem participação efetiva, sendo a responsável pela gestão da propriedade e dos quatro funcionários fixos existentes na Quinta do Casal. Apesar de possuírem curso superior, os proprietários não possuem curso de gestão do turismo.

Analisando essa situação, observam-se dois fatores muito comuns em propriedades envolvidas com o TER, em Portugal. O primeiro diz respeito à pouca ou nenhuma participação dos filhos nas atividades turísticas, provocada pela sua falta de interesse ou estímulo, já que objetivam outras atividades ou outras áreas. O segundo fator, bastante comum, é a boa qualificação educacional e cultural desses proprietários, com elevado nível socioeconômico, mas que não possuem cursos ou qualificação para área, provavelmente fruto da escassez do tempo livre ou da falta de disponibilidade desses cursos, na região.

Questionando sobre as mudanças ocorridas na propriedade, com a chegada do turismo, obtivemos, como resposta, que o turismo aumentou a demanda das visitas e um maior convívio com o espaço da casa, ampliando, significativamente, o seu uso e também o da capela, que, apesar de ter sido construída em 1645, caracteriza-se pela sua pintura interna contemporânea.

Na propriedade, não existem guias na condução do visitante ou turista. Pode ocorrer que alguns dos funcionários apresentem o lugar, mas essa função é quase sempre realizada

pelos proprietários, que fazem a acolhida dos turistas, quando encaminhados pela TURIHAB (representa quatro por cento da ocupação) ou agendados diretamente.

Não foi constatada a presença de atrativos culturais. Esses eventos são realizados nas freguesias ou na Cidade. Os grandes atrativos do local são a extensa gama de produtos que a Quinta possui, conforme citado, mas destaca-se também a bela paisagem que a circunda, formada pela Serra de Arga e pelo Monte do Nó, o que torna o local favorável para a prática de esportes de aventura. Também inexistem quaisquer sinais de atividades artesanais.

Apesar da intensa atividade realizada pelo casal, fora das atividades turísticas, identificamos, na fala do proprietário, um sentimento de pertencimento ao lugar, pois a propriedade esteve na mão de sua família por vários anos; depois de vendida, entrou em decadência e ruínas, sendo grande parte de seus mobiliários espoliados. A recuperação foi, segundo o proprietário, um sentimento de recuperação do passado familiar.

Analisando a Quinta do Casal, percebe-se que é uma propriedade rural que possui particularidades que a torna diferenciada das demais. Essa diferenciação está, principalmente, na complementação ao lazer dos turistas, tais como piscina aquecida, pista para a prática de esportes de aventura, caiaques e outros, que possibilitam uma série de atividades que não são inerentes ao campo, mas que, têm estimulado e contribuído para a elevação do fluxo de turistas e dos rendimentos.

6.5.10 - CASA DO OUTEIRO

Arcozelo é a sede da Casa do Outeiro (Foto 32), um Solar do século XVIII nos arredores de Ponte de Lima, que congrega todo o encanto de uma fidalga casa antiga. Escondida entre castanheiras e jardins cuidadosamente tratados, foi a primeira casa em Portugal a abrir as portas ao turismo rural. O nome da propriedade está ligado, diretamente ao local onde se encontra que é o monte do Outeiro.

Enquanto propriedade envolvida com o turismo no espaço rural, a Casa do Outeiro foi pioneira, quando, em 1974, recebeu os primeiros grupos de turistas, originários de países nórdicos, principalmente da Dinamarca. Essa atividade ocorreu de forma espontânea e foi o marco inicial do turismo no espaço rural em Ponte de Lima.

Além dessa propriedade, que possui três quartos, os proprietários também possuem outra Quinta onde se pratica o turismo no espaço rural, denominada Casa do Salgueirinho, com duas casas e cinco quartos.



Foto 32. Entrada da Capela e vista parcial da sede da Casa do Outeiro, na Freguesia de Arcozelo.

Foto: TIRADENTES, L. Dez/07.

No início da entrevista com a proprietária, sobre sua percepção do TER, foi colocado que o turismo de habitação tem a ver com quem vai ser recebido por uma família e como a pessoa se adapta com a família que vive no lugar, pois é uma oferta única, típica, onde nem sempre interessa só o luxo, a comodidade e estilo, o importante são as características da região.

Ainda em sua fala, argumentou que se vive uma crise na atividade turística, onde os dirigentes não mentalizaram que estão a arruinar uma vida familiar tradicional. Falta uma maior promoção, que deveria ser feita pelos meios de comunicação, pois, segundo ela, as tradições da terra tendem a desaparecer e a maneira como eles vivem tem de ser diferente. A reclamação da proprietária, faz sentido, quando pesquisamos a origem do problema e percebemos que existem projetos de lei em Lisboa, que querem igualar a hospedagem do TER, igual a qualquer hotel do núcleo urbano, sobretaxando-os com os impostos e encargos.

Para a proprietária, a atuação atual do Estado é pequena, não recebendo, deste, ajuda ou incentivo do mesmo. Da parte municipal, há uma divulgação da oferta do turismo local, mas ela acredita que esse poder municipal deveria ter verbas ou subsídios para não deixar cair os ‘custeios da terra’, o que tem provocado um esvaziamento do campo e, ao mesmo tempo, oferecer mais atrativos para as visitas, citando como exemplo mais serviços noturnos, fados e

feiras da terra. Argumentou ainda que as políticas públicas do Estado pouco contribuem para o desenvolvimento do setor turístico local.

Segundo a proprietária, ocorreram mudanças com a chegada do turismo, houve uma necessidade de se preparar para atendê-los. Mas o mais significativo, segundo o seu relato, foi a maior abertura ao mundo, possibilitando o contato com novas culturas, principalmente com o centro da Europa, justificando ainda que o turista é mais uma companhia, sendo simpático tê-los como amigos.

Com relação à participação familiar e suas respectivas funções nas atividades turísticas, foi averiguado que apenas o casal proprietário está diretamente envolvido com essas atividades; os seis filhos ajudam apenas quando estão visitando ou de férias na região. Uma das filhas da proprietária também possui uma propriedade rural que está envolvida com o turismo, porém próxima a Lisboa, não fazendo parte da área dessa pesquisa. Não ocorre uma divisão de trabalho, mas é a proprietária quem está mais envolvida com as atividades turísticas.

Averiguou-se que não existe, hoje, uma preferência por um tipo específico de turista que desejam receber, havendo uma boa participação dos turistas portugueses, diferente dos primeiros anos de abertura ao turismo na propriedade, em que eram mais comuns os estrangeiros.

Na época do trabalho de campo, trabalhavam dois funcionários fixos em regime de contrato, e mais duas ou três não fixas, em época de alta temporada, sendo que uma empregada fez o curso da TURIHAB. Esse curso, realizado por uma das funcionárias, foi um curso específico sobre os afazeres domésticos, destinado ao atendimento ao turismo.

Sobre a recepção ao turista, depois de ser encaminhado pela TURIHAB, é recebido com bebidas, comidas e boas vindas. Todas as informações são passadas pela proprietária que, além de mostrar a propriedade, conta um pouco da tradição do lugar, apesar de que nem todos gostam da informação sobre a história local.

Como nas demais propriedades, aqui também não há a presença de guias dentro da Quinta. Segundo a proprietária, faltam guias para orientar, pois falta ajuda do Concelho para formar e capacitar esses guias; o ideal seria fazer um circuito pelo Município, visitando várias Quintas, sendo oferecido um passeio pelo Concelho, uma vez que essa região também é conhecida pela rota do vinho verde. Em síntese, a inexistência de uma política pública, que abarque essa necessidade do setor, faz com que a região onde insere a propriedade deixe de aproveitar a mão-de-obra do lugar, reduzindo também a integração dos envolvidos com o TER.

Em relação à associação de proprietários rurais, a participação da Casa do Outeiro, na TURIAHAB, tem sido boa e frequente, estando associada desde a sua fundação, argumentando também que a associação tem feito um esforço enorme para trazer turistas, divulgar e estimular o turismo rural no espaço português.

Divergindo das demais propriedades pesquisadas, averiguou-se que, nessa propriedade, ocorre uma festa de interessante valor cultural e religioso local. Trata-se da festa de Nossa Senhora da Conceição, realizada na primeira sexta-feira do mês de Setembro.

Bastante antiga, a referida festa religiosa está ligada, diretamente, à presença de uma capela dedicada a Nossa Senhora, toda em estilo barroco, e também a um cruzeiro existente na entrada principal da propriedade, dedicado ao Senhor da Fortuna, onde é costume e tradição fazer donativos para a compra de querosene, que mantém o cruzeiro iluminado todas as noites do ano.

A festa propriamente dita de Nossa Senhora da Conceição é realizada com uma missa pelo pároco local, sendo que o ponto alto é a procissão com velas, que também iluminam o percurso de, aproximadamente, um quilómetro. O cerimonial da festa e da procissão de velas está a cargo das ‘mordomas’, que são moças solteiras, e também as responsáveis pela festa, sendo eleitas para a festa do ano seguinte. Normalmente, utilizam-se as cantigas de Nossa Senhora da Luz, durante o trajeto.

A propriedade destaca-se pelo seu rico património histórico e arquitetónico. A casa sede representa o grande destaque local, seja pela sua imponência, seja pelo seu mobiliário em excelente estado de conservação, pela biblioteca particular, ou pelo pequeno aqueduto romano ali existente, e que era utilizado para o abastecimento de água potável, na casa.

A Casa do Outeiro é uma referência turística, cultural, arquitetónica e histórica na região, seja pelo seu estilo, seja por ter sido uma das pioneiras nas atividades do turismo no espaço rural. No entanto, os atrativos religiosos ou culturais não representam um parâmetro significativo das atividades turísticas locais, sendo esse fenómeno um bem imaterial pouco explorado; entretanto, fica clara a relação de pertencimentos dos proprietários com o lugar.

O pioneirismo da Casa do Outeiro é um fator de destaque no processo de desenvolvimento do turismo de habitação em Ponte de Lima, pois representa um dos melhores exemplos de interiorização do turismo português, aliados à preservação do património edificado, da conservação da cultura local e à diversificação da oferta dos produtos oferecidos no TER.

6.5.11 - CASA DOS POMBAIS

Cercada pelo centro comercial de Guimarães, a Casa dos Pombais (Foto 33) é um solar minhoto, provavelmente construído na era de quinhentos e, posteriormente, ampliado no início do séc. XVIII. O lugar é um quadro vivo da história de várias famílias vimaranenses⁴³, sendo testemunha das invasões napoleônicas.



Foto 33. Entrada principal da Casa dos Pombais, propriedade rural que teve seu espaço anexado pela expansão urbana de Guimarães.

Foto: TIRADENTES, L. Jan/08.

A propriedade tem essa denominação desde os anos de 1723. Entretanto, as atividades turísticas só se iniciaram, na propriedade, no ano de 1998, com os atuais proprietários, quando ainda havia poucas casas na região envolvidas com o TER. O diferencial dessa propriedade, outrora uma grande quinta, é que foi perdendo parte de suas terras para a expansão urbana de Guimarães, estando hoje (2010), localizada na parte central da cidade, tornando-se uma casa para o turismo de habitação, justificando assim, sua inclusão na pesquisa.

Com as primeiras visitas, ocorridas no final do século passado, o turismo chega à propriedade com a finalidade de manutenção da rentabilidade da casa, que, devido a sua estrutura física e localização, consome uma significativa quantia da renda familiar, sendo que

⁴³ Vimaranense – habitante ou morador nascido na cidade de Guimarães.

o interesse dos proprietários nessa atividade foi uma influência direta de outra propriedade envolvida com o turismo no espaço rural de Ponte de Lima, inserindo-se a casa na atividade econômica do turismo de habitação.

Para a plena efetivação no âmbito turístico, como na maioria das propriedades rurais até aqui apresentadas a Casa de Pombais também se viu obrigada a realizar um pequeno empréstimo para as adequações à nova função. Possuindo apenas dois quartos e duas salas amplas, os proprietários preferiram solicitar um pequeno financiamento, utilizando recursos próprios para a realização das obras de restauro.

Segundo a entrevistada, a participação do Estado nesse tipo de turismo está diferente hoje em dia; anteriormente, havia mais facilidades para a obtenção de ajuda e apoio. Pode se observar, pelo que foi dito, que essa facilidade anteriormente existente foi o apoio subsidiado que o Estado oferecia às propriedades envolvidas com o turismo, que vem sendo reduzido a cada ano.

Em nível municipal esse apoio chega na forma de redução de alguns impostos ou mesmo isenção. A entrevistada, aponta, ainda, que falta uma maior atuação no sentido de divulgar e estimular esse tipo de turismo, cuja grande diferença de hotéis comuns está na cordialidade e na afinidade, ao se trabalhar, sendo necessário investir ainda mais em feiras, marketing e divulgação. Mas considera que, no geral, o Estado tem feito um bom trabalho.

A propriedade foi herdada dos pais do proprietário e, seguindo uma tendência de sobrevivência da propriedade, optaram por disponibilizar dois quartos no andar térreo para o turismo de habitação. Esses quartos são autônomos em relação à casa. Sua ligação com ela se dá por uma escada de acesso, garantindo aos hóspedes, privacidade e independência.

Divergindo das demais propriedades até então pesquisadas, a Casa dos Pombais tem uma particularidade interessante, no sentido de apresentar vários de seus membros familiares envolvidos diretamente com o turismo. Normalmente, é o casal que gerencia a propriedade, sendo que a esposa, administradora principal da casa, é irmã de um proprietário rural envolvido com o turismo rural em Ponte de Lima; o filho trabalha no escritório da Zona Turística de Guimarães e uma das irmãs trabalha com o TER, em outra propriedade rural, também em Guimarães, mas não possuem curso de capacitação para o turismo.

Os primeiros turistas a frequentarem a casa foram os próprios portugueses. Somente nos anos seguintes de sua abertura ao turismo, que ocorreu em 1998, é que apareceram franceses, dinamarqueses, holandeses e belgas, sendo que, hoje, recebe turistas de vários lugares da Europa e América.

Segundo a proprietária a chegada dos turistas, na propriedade, não constituiu uma mudança complexa na estrutura da família. Analisando essa situação, tal fato se deve à não existência de uma atividade propriamente rural dentro do estabelecimento turístico, e por ser uma casa em que os familiares, tradicionalmente, participam da vida social da cidade e sabem receber bem.

Na propriedade, existe a presença de uma funcionária, contratada para uma carga de trabalho semanal de dez horas, recebendo o seu salário mensalmente, para atuar em duas funções: o de atender os serviços domésticos da residência e o de atender aos serviços dos turistas, caracterizando uma atividade comum nas propriedades visitadas.

Na questão de recepção aos turistas, parte é encaminhada pela TURIHAB e parte entra em contato direto com a propriedade. Após esse agendamento e posterior hospedagem, são sempre recebidos com um pequeno lanche pela proprietária, que lhes mostra a Quinta e fornece qualquer informação, quando solicitada, providenciando toda a orientação para o pequeno-almoço e possibilitando, ao turista, sentir-se em família; oferece ainda, um panfleto sobre o turismo em Guimarães. Não existem guias na propriedade, devido ao seu tamanho reduzido.

Integrada plenamente à vida urbana, a Casa de Pombais não apresenta festas locais. A existência dessas festas, religiosas ou profanas, não constitui, portanto, atrativos para a visita da propriedade; porém, seu espaço interno vem sendo arrendado para a realização de pequenos eventos particulares, como casamentos, batizados e outros. Como atrativo principal da casa sede, o grande destaque não é apenas sua fachada ou seu papel histórico na cidade, mas também o rico mobiliário, remanescente de outros séculos.

Não se confirmou a presença de produtos artesanais típicos, mas a proprietária produz compotas e geléias de frutos da época para o consumo particular da família, não revendendo esses produtos, que podem, porém, ser utilizados no pequeno almoço, quando solicitados pelos hóspedes.

Como em algumas propriedades pesquisadas e citadas nesse trabalho, o símbolo máximo da casa são os seus brasões, frutos de uma época fidalga, que representou a influência e o poder familiar local, e esse símbolo também aqui se faz presente. É nesse símbolo heráldico que se apóia o sentimento de pertencimento dos proprietários, passando de geração a geração, ensinando os mais jovens a se sacrificarem pela casa.

Para a proprietária, o turismo de habitação deveria ser mais divulgado, principalmente pelos órgãos técnicos competentes, pois as pessoas não estão motivadas para esse tipo de turismo, que apresenta um quadro desanimador, justificando que existe mais uma valorização

do turismo de grupos do que individual e que as propriedades do mesmo tipo que a sua não conseguem competir com o turismo de massa.

Nas condições apresentadas pela proprietária, a questão fundamental, nesse particular, é sem dúvida perceber de que forma o turismo vai-se relacionando com o restante das funções existentes no espaço da propriedade, onde não existe uma atividade rural, em função de sua localização urbana. Estamos perante uma atividade onde vários interesses se defrontam e em que as expectativas variam de acordo com os atores envolvidos, e no caso da Casa dos Pombais, o seu diferencial, é a luta para permanecer com o *status* de turismo rural, dentro de uma área totalmente urbanizada.

6.5.12 - CASA DO RIBEIRO

Localizada aproximadamente a 7 quilômetros de Guimarães, em São Cristóvão do Selho, a Casa do Ribeiro (Foto 34) foi construída no século XVII pelos antepassados da atual proprietária e encerra, nas suas paredes, pormenores valiosíssimos e testemunhos do fausto de outrora. Dispõe de várias salas, jardins, quinta e mata envolvente, ambiente que estimula os passeios a pé pelas imediações.

O nome da propriedade está associado ao lugar, e sua documentação original data de 1688, tendo sido adquirida e ampliada em 1700. Outrora, foi uma das mais importantes casas do Concelho, possuindo, inicialmente 60 hectares, que foram vendidos ou desapropriados para a construção de uma autoestrada. Hoje, está reduzida a uma quinta de cinco hectares. Há três anos a casa não recebe turista, pois com o falecimento da proprietária, a casa entrou em processo de inventário e conflitos judiciais entre os herdeiros.

No ano de 1987, a casa foi aberta para o turismo; os primeiros turistas foram os portugueses mas, nesse mesmo ano, começaram a chegar os estrangeiros, principalmente da Europa Central, destacando-se belgas, alemães, holandeses e também ingleses e americanos, que vieram em busca de um ambiente mais calmo e de tranquilidade. Nessa propriedade, também foi citado o nome da senhora Laura Acheman, como grande incentivadora dos proprietários a aderir ao turismo no espaço rural, sendo a casa, uma das sócias fundadoras da TURIHAB.

A presença de turistas estrangeiros, não só nessa propriedade em Guimarães, mas também em outras, de Ponte de Lima, foi um fato muito comum nas propriedades rurais envolvidas com o turismo no espaço rural, quando do seu surgimento e fortalecimento, nas

décadas de 80 e 90 do século passado. Esse fenômeno é justificado pelas ações que o governo português realizou em outros países, com uma boa campanha de marketing o que, indiretamente, influenciou também os lusitanos.



Foto 34. Entrada principal da Casa do Ribeiro, construída inicialmente no Século XVI, com destaque para a Capela em forma octogonal, localizada no Concelho de Guimarães.

Foto: TIRADENTES, L. Jan/08

Os proprietários colocaram que iniciaram o turismo em sua Quinta no sentido de preservá-la e também para destinar a essas casas uma função, uma vez que a maioria das casas senhoriais possui um pequeno número de ocupantes, normalmente o casal de proprietários, caracterizando-se por grandes vazios internos. A essa situação estava interligada a qualidade interna das casas e também a qualidade do atendimento na recepção aos turistas, justificando que o turismo não atrapalhou o “ritmo da casa”, ou seja, a dinâmica doméstica local, e sim, complementou a renda da propriedade.

Sobre a avaliação da participação do Estado na estruturação da casa, obtivemos a informação de que essa propriedade também realizou empréstimos a juros baixos, do Fundo do Turismo, com carência de três ou quatro anos para pagar; não recebendo, na atualidade, esse tipo de ajuda e, quando solicitam recursos para recuperar qualquer parte da casa, o valor recebido sempre vem inferior ao solicitado.

Com relação à Câmara Municipal de Guimarães, esta oferece apenas o apoio logístico, principalmente publicidade - o Setor de Turismo Municipal divulga as casas turísticas do

Concelho em outras regiões - e não verbas. Vale ressaltar que essas casas também pagam impostos relativos às atividades turísticas; entretanto, como neste caso a casa se encontra inativa há três anos, ela está isenta dessa tributação. Em resumo, essa contribuição do Estado não vem ocorrendo de forma significativa.

A estrutura da casa contava com três acomodações destinadas ao turismo, normalmente o lado direito, sendo que o lado esquerdo do prédio principal era destinado à família. A casa possui um empregado fixo, com uma carga diária de oito horas de trabalho, sendo que suas tarefas são rotineiras de uma casa, mas também serve às atividades turísticas, como por exemplo, a elaboração do pequeno-almoço. Havia também uma funcionária extra, quando ocorria um excesso de trabalho nas altas temporadas, contratada como “mulher-a-dias” ou diarista. Os dois moradores da casa, participavam do processo turístico, mas não havia uma divisão de tarefas pré-estabelecida.

Analisando essa situação, observa-se a existência de um duplo trabalho do funcionário responsável pelos serviços domésticos da casa, pois também realiza esses mesmos serviços no atendimento aos turistas. Essa função não é um fato isolado dessa propriedade, sendo comum em todas as propriedades visitadas, sendo justificada pelos proprietários a possibilidade de contratação de uma diarista em época de alta temporada, o que possibilita afirmar que existe um sobretrabalho para esses funcionários.

Com a chegada do turismo, o que mudou na propriedade foi a vivência, que se tornou outra, trazendo conhecimentos que se adquirem com os turistas e também a melhoria nos rendimentos. Para o entrevistado, a participação da família ajudava com informações e no que fosse preciso.

De acordo com o entrevistado, a preferência por turistas se dá em nível de serviços, pois o estrangeiro é melhor no sentido de facilitar o trabalho interno da casa, uma vez que acordam bem mais cedo do que os portugueses. Entretanto, não se encontrou nenhuma relevância nessa afirmação que pudesse significar alguma contribuição para o desenvolvimento do TER no local.

O atendimento ao turista era realizado pela dona da propriedade, que mostrava os quartos e passava as informações turísticas locais, quando era solicitada. Apesar de haver uma separação da casa para o espaço dos turistas, estes usavam as salas de visitas e outros espaços internos, o que permitia uma maior interação entre visitantes e proprietários.

Devido a sua pequena extensão, não existe, na propriedade, a presença de guias, como também não há festas religiosas ou profanas que atraíam os turistas. No entanto, a propriedade, que está inserida na Freguesia de São Cristóvão de Selho e muito próxima à

igreja local, recebe, à sua porta, a passagem de uma procissão denominada Nosso Senhor dos Entrevados, onde a imagem do santo local é conduzida por um tapete feito de flores e serragem, como ocorre nas procissões de Corpus Christi. Também existe nas imediações o Festival de Folclore de Pevidém, uma freguesia distante a menos de dois quilômetros da propriedade, mas em ambos os casos não há atração de turistas devido, especialmente, a essas festas.

Questionado a identificar o símbolo existente na propriedade que melhor a representa, o entrevistado apontou uma fonte, denominada Fonte das Três Virtudes (a saber: fé, esperança e caridade), construído em 1754, como a sua melhor representação.

O simbolismo nessa propriedade é mais cultural e afetivo, enquanto em outras propriedades os brasões são as melhores noções de pertencimento. A existência da fonte assume um caráter romântico, povoado de fantasias e emoções que, provavelmente, remontam ao passado vigoroso que a propriedade possuiu.

A contribuição que essa propriedade apresenta, para o TER da área de estudo, não é apenas sua grandiosidade arquitetônica e histórica, mas o fato de que a ausência da antiga proprietária resultou em conflitos familiares, levando a uma espoliação do rico patrimônio mobiliário, resultando na degradação e decadência do lugar, caracterizado pelo conflito de interesses dos herdeiros, o que pode levar a sua completa extinção.

Essa é uma situação que preocupa alguns dos envolvidos com o TER, pois apesar de ser um fato isolado, pode-se afirmar que grande parte desses proprietários são pessoas de elevada faixa etária, com mais de 70 anos de vida e cujos filhos ou herdeiros, não se envolvem com o turismo nesse espaço rural, podendo isto resultar, nas próximas décadas, no abandono dessa atividade nas propriedades que herdarão.

6.5.13 - CASA DE SEZIM

Distante 7 quilômetros de Guimarães, ergue-se a Casa de Sezim (Foto 35), que pertence à mesma família desde 1376. A beleza da casa, a monumentalidade da sua fachada e a coleção de papéis panorâmicos da primeira metade do século XIX que abriga nos seus salões, tem sido, nos últimos anos, motivo de curiosidade internacional. A origem do nome da Casa de Sezim é desconhecida. Acredita-se que sua origem seja árabe, derivada da palavra “sízamo”. É uma casa de origem românica e que foi adaptada, principalmente após os anos de 1600 e expandida nos séculos seguintes.



Foto 35. Entrada principal da Casa de Sezim, importante produtora de vinhos verde em Guimarães, com destaque para as duas capelas, símbolo da religiosidade local.

Foto: TIRADENTES, L. Jan/08

A propriedade é uma herdade que possui oitenta hectares, sendo que 25 hectares são destinados à vinha, que é a principal fonte de renda local. O turismo, na propriedade, só se iniciou entre os anos de 1995 e 1996, sendo que já existiam, na região, outras propriedades envolvidas com o TER, o que acabou por influenciar essa casa a aderir a esse turismo, filiando-se dois anos mais tarde junto à TURIHAB.

As primeiras visitas ocorreram nos meados da última década do século passado; nesse período, os primeiros visitantes eram estrangeiros e, segundo o entrevistado, ainda hoje a maior participação continua sendo de estrangeiros, apontando uma taxa de noventa e nove por cento de turistas vindos de outros países, argumentando que os portugueses usam pouco esse tipo de turismo.

O início da atividade turística, nessa propriedade, contou com um financiamento junto ao Fundo de Turismo, disponibilizado nos anos 90 do século passado, na forma de co-participação do Governo Português e da União Europeia, no valor de setenta por cento, na modalidade de fundo perdido, e os trinta por cento restantes, com custos próprios, na modalidade de fundo perdido.

O turismo no espaço rural está inserido na rotina da fazenda. Segundo o entrevistado, o nível de rendimento da propriedade com o turismo é de dez por cento da fatura, sendo pouco representativo. Entretanto, essa percentagem ajuda na manutenção da casa, ao mesmo

tempo em que essa atividade turística é uma divulgadora dos vinhos produzidos no local, sendo, portanto, a própria produção um atrativo importante para o local.

Questionado sobre a participação do Estado e suas políticas públicas para o turismo, argumentou o entrevistado que, atualmente, não existe essa participação ou ação, pois o essencial está feito - recuperar as casas antigas que tinham e têm um valor arquitetônico, cultural e histórico - e que hoje essa ajuda já não ocorre. A própria Câmara de Guimarães contribui, praticamente, com divulgação e informações no Circuito Turístico de Guimarães e em outros eventos, colaborando dentro de suas possibilidades. A casa foi declarada de interesse nacional e tem isenção dos impostos, o que reduz, e muito, seus custos.

O TER, na Casa de Sezim, foi iniciado com o casal proprietário, mas devido a um problema de saúde familiar, atualmente a casa é administrada pelos dois filhos do casal, que se revezam entre os cuidados da casa e da vinícola. Suas tarefas consistem em ver se tudo está em pleno funcionamento, realizar o *check-out* dos turistas e controlar as atividades locais. Constatou-se que nenhum dos dois envolvidos com o turismo possui cursos específicos na área.

Segundo o entrevistado, não aconteceram mudanças significativas com a chegada do turismo, argumentando que essas mudanças não foram complicadas, do ponto de vista estrutural, pois é uma família que sempre recebeu visitantes na casa e que também viaja muito.

Apontando os turistas estrangeiros como os primeiros a visitarem a propriedade, não averiguamos uma predileção por esses turistas em relação aos portugueses. Normalmente, recebem turistas do mundo todo, não escolhendo os que são melhores ou piores, pois “cada visitante é único”, recebendo mais de 1700 hóspedes por ano.

Devido a sua significativa extensão e à grandiosidade da casa, que destina oito quartos para as atividades turísticas, e também ao trabalho na adega, a Casa de Sezim emprega dez funcionários fixos, sendo que dois funcionários trabalham, exclusivamente, com o turismo, mas esse número dobra, na época da vindima.

Não existe a presença de guias, são os proprietários ou uma das funcionárias que exercem essa tarefa, quando solicitados. Entretanto, o turista tem plena liberdade para andar em toda a propriedade, podendo, na época da colheita da uva, participar do processo de esmagamento do chço, aqui denominado pisa e também de produção do vinho, quando agendado com antecedência.

Em relação aos atrativos culturais locais, não ocorrem manifestações religiosas ou profanas dentro da propriedade, apesar de a casa possuir uma capela, mas de uso exclusivo da

família. Existe, nas proximidades, junto à igreja da freguesia, a festa de Santo Amaro, padroeiro local, que é um evento que atrai visitantes de outras freguesias, mas não turistas para a casa.

Não observamos a presença de artesanato; tal fenómeno ocorre fora da propriedade, principalmente o bordado, que é vendido em Guimarães. A gastronomia se faz presente na propriedade, principalmente em termos de bebida, onde a produção de vinho é significativa, existindo a possibilidade de realizar a degustação dos vinhos ali produzidos, quando agendada com antecedência. O processo de degustação de vinho tem-se tornado um importante atrativo local, significando, para o TER, uma possibilidade de ampliação desse, turismo complementando as atividades turísticas que existem em Guimarães, importante centro histórico e cultural de Portugal.

Analisando essa propriedade, o grande atrativo é todo o seu conjunto, mas destacam-se os papéis de parede, pintados com motivos e cenas de outras regiões do mundo. São únicos, em toda a Península Ibérica: a arquitetura geral da casa; a gastronomia; as provas de vinhos; os passeios pela floresta que circunda o lugar e as atividades com a vindima. Essas características tornam-na um importante local de visitação.

Indagado sobre o futuro do turismo, na propriedade, e sobre a sua divulga o, obteve-se como resposta que a divulga o feita pela TURIHAB e pela Câmara de Guimarães   muito boa, mas a casa também foi motivo de muitos artigos e bibliografias em revistas internacionais especializadas, em programas de televisão sobre vinhos e casas antigas, o que facilitou essa divulga o; já o futuro com o TER   incerto e instável.

Essa opinião do entrevistado se d  por acreditar que com a idade avançada dos pais, pode haver uma partilha da propriedade, podendo não haver continuidades das atividades do turismo no espaço rural, o que se coloca como um dos desafios do turismo - a necessidade de fixar as pessoas na propriedade, estimulando o seu envolvimento com o TER. Essa atividade pode vir a desaparecer na região, se não houver o interesse dos envolvidos, o que representaria uma perda do ponto de vista cultural e histórico, para todo o país, uma vez que os acessos a essas propriedades podem se tornar cada vez mais restritos.

6.5.14 - PAÇO DE SÃO CIPRIANO

Nos arredores de Guimarães, surge o imponente Paço de S. Cipriano (Foto 36). Constr ido no século XV, foi abrigo, durante gera es e gera es, dos peregrinos que ali

passaram a caminho de Santiago de Compostela. Seu nome está ligado com a história de Portugal e com sua cristianização, principalmente no Minho, onde era comum homenagear cada lugar com um patrono. Assim, o patrono da Freguesia de Taboadelo, é São Cipriano.



Foto 36. Entrada lateral do Paço de São Cipriano e sua variedade arquitetônica.

Foto: TIRADENTES, L. Jan/08

A extensão total da quinta é de 80 hectares, uma das maiores da região, sendo margeada pela Serra de Santa Catarina, onde se encontra o Morro da Penha, ponto de atração turística de Guimarães. As principais atividades agrícolas estão ligadas à criação de gado de corte da espécie arouque, à produção de eucaliptos reflorestados ao turismo, havendo dois funcionários para cuidar das atividades agrícolas e uma funcionária fixa na sede da fazenda, que também atende os turistas.

Surgida em 1415, mesmo ano em que o rei português Dom João I conquistou Ceuta, a casa pertence a essa família desde esse período, passada de geração a geração, sendo, inicialmente, pequena, e expandida ao longo dos séculos, tornando-se, hoje, uma das mais destacadas do turismo, no espaço rural em Guimarães e no Minho, sendo constituída pela casa propriamente dita (declarada de interesse público), o jardim histórico e a capela barroca.

O ano de 1982 marca o início das atividades turísticas na propriedade que, conjuntamente com mais seis casas rurais do Minho, vão fundar, no ano seguinte, a TURIHAB. Segundo a proprietária, na fase inicial do turismo no espaço rural das

propriedades minhotas, as mulheres tiveram um papel de destaque nesses processos de estruturação das propriedades, pois, na maioria dos casos, foi necessário, também, convencer seus esposos da importância desse tipo de empreendimento como possibilidade de recuperação das propriedades, uma vez que poderiam obter empréstimos ou financiamentos com esses objetivos, possibilitando tornar as quintas mais rentáveis.

Os primeiros turistas a visitarem o Paço foram os estrangeiros, principalmente os alemães, os luxemburgueses e suíços e, posteriormente, os portugueses. A presença inicial de turistas estrangeiros levou os proprietários a perceberem a necessidade de se buscar uma unidade das casas envolvidas, que estabelecesse o diálogo com as operadoras, originando-se assim, a Associação dos Proprietários de Turismo de Habitação.

A coordenação de Desenvolvimento da Região Norte tem dado apoio, estando em atuação, novamente. Houve, também, a necessidade de se realizar um empréstimo junto ao Fundo de Turismo, com juros favoráveis a 10%, com três anos para o pagamento, com dois de carência e a juros baixos.

Esse apoio citado é apenas material de divulgação, principalmente no exterior. Já a Câmara de Guimarães ajuda com a divulgação interna e também com a sinalização turística. A proprietária, confia que a região receberá mais investimentos com a nova legislação que entrou em vigor no ano de 2008, criando a Zona de Turismo do Norte Português, que engloba quatro pontos fundamentais para os investimentos estatais: o Vale do Douro; a Cidade do Porto; Guimarães e as pinturas rupestres da Foz do Côa.

Segundo a proprietária, a fase atual por que passa a propriedade começou com a globalização, que aumentou a concorrência, tornando a propriedade pouco rentável, com uma produção suficiente mas com pouco rendimento, reduzindo também os produtos turísticos, sendo que a agricultura desapareceu, pois a renda não cobre o gasto local, argumentando que o turismo foi uma receita extra que veio auxiliar o empreendimento agrícola, complementando sua renda.

A participação familiar na propriedade, hoje, além do casal proprietário, conta com a administração de uma das filhas, principalmente na parte técnica, sendo o casal responsável pelo recebimento dos turistas. De acordo com os entrevistados, o trabalho com o turismo é agradável, sem problemas, e o restante da família também participa desse processo, quando estão presentes, mas de forma esporádica. Não fazem diferenciação quanto a estes, apesar de receberem um número maior de turistas estrangeiros, considerando a todos como membros da casa. A outra filha do casal possui curso de Comércio Exterior, mas não está envolvida diretamente com esse tipo de turismo.

Indagados sobre o que mudou na propriedade, com a chegada dos turistas, e as preferências a algum tipo turístico, obtivemos como resposta, que não ocorreram mudanças, pois já era um hábito antigo receber hospedagens, uma vez que a casa sempre funcionou como uma hospedaria para os peregrinos do Caminho de Santiago de Compostela, não acontecendo diferenças significativas nesse sentido, apenas recebendo um público mais diferenciado, estando plenamente integrados com os turistas.

Questionamos, também, se a Quinta contratava mais funcionários durante a época de alta temporada. Há a contratação de uma empregada, de forma temporária, para esse período de maior movimento, que ocorre principalmente entre os meses de julho e agosto.

Na propriedade, o turista é recebido pelos proprietários, que oferecem um pequeno lanche, considerando esse fato um diferencial importante. Após a primeira acolhida, disponibilizam informações sobre o local, com distribuição de *folders* ou panfletos oferecidos pela TURIHAB ou pela Câmara de Guimarães, sobre os principais atrativos da Região, realizando, quando agendadas, visitas aos jardins ou à propriedade e também trilhas para caminhadas, sendo normalmente os guias nessas visitas.

O fato de o turista ser recepcionado pelos proprietários com um pequeno lanche, em sua chegada, tem gerado um diferencial, a ponto de ser apontado como um dos motivos mais significativos para a escolha dessa hospedagem, segundo informações da entrevistada. Esse pequeno gesto tem interferido em toda a dinâmica de recepção dos turistas.

Os principais atrativos da casa são as suas qualidades históricas e arquitetônicas e, também, as paisagens existentes nas suas terras e o modo de viver que ainda caracteriza uma família minhota. Como atrativo natural, o destaque é a Serra de Santa Catarina e sua formação granítica, protegida por uma floresta tradicional, onde predominam espécies como carvalhos, azevinhos, pinheiros, sequóias, criptomérias e eucaliptos, em alguns lugares.

Não existem, na propriedade, sinais de festas folclóricas ou religiosas, apesar da existência de uma antiga capela dedicada a Santo Antônio, em estilo barroco. O próprio artesanato também não se faz presente. Mas o principal atrativo, no Paço de São Cipriano, é a possibilidade de desfrutar dos jardins, da paz e do sossego do lugar, sendo mais significativa a presença de turistas mais idosos.

Para os proprietários, não existe um símbolo que os caracterize, mas sim, um conjunto de símbolos que os identificam e os fazem sentir-se mais agregados ao lugar; esses símbolos são o próprio estilo familiar, a casa em granito, a paisagem e a atmosfera envolvente que existe no Paço. Analisando essa propriedade, pode-se afirmar que toda essa simbologia representa a noção de pertencimento que essa proprietária tem em relação à casa, que é uma

das maiores atrações da região. Sua representatividade é destaque, não apenas em Guimarães, mas em todo o Distrito de Braga, pois é a história viva de um lugar.

6.5.15 - QUINTA DE CIMA DE EIRIZ

Situada na encosta sul do Monte da Penha, numa pequena aldeia rural de Calvos, Concelho de Guimarães, a Quinta de Cima de Eiriz (Foto 37) destaca-se pela convivência num ambiente de matas, aliado a uma magnífica vista e a um envolvimento paisagístico típico das antigas aldeias minhotas. A propriedade pertence ao sogro do entrevistado e foi comprada em 1999, passando a ser utilizada para o turismo desde 2001.



Foto 37. Vista parcial da Quinta de Cima de Eiriz em Guimarães, fundada em 1999, Beojos, deixa eu voltar para a tese. na região de Calvos.

Foto TURIHAB, 2006.

O espaço destinado ao uso turístico compreende quatro quartos, dois com cama de casal e dois com camas de solteiro, sendo que essa atividade iniciou-se pela antiga casa do caseiro, que foi adaptada para o turismo no espaço rural.

A administração da Quinta de Cima do Eiriz era realizada pela proprietária mas, após o seu falecimento, ficou a cargo do esposo, na parte de atendimento aos visitantes, e ao genro, na administração e marketing da propriedade, sendo este o responsável pela criação do site

que está em implantação, assim como uma área para o *wireless* e criação de um sistema de navegação simples para os principais pontos turísticos da cidade.

Na propriedade visitada, existem algumas atividades agrícolas ligadas diretamente ao consumo familiar, como a uva e a pequena produção de nozes, mas essas atividades não são um modo de vida local, já que os proprietários não moram na quinta; dessa maneira, o turismo apenas complementa a renda do imóvel rural.

A casa, utilizada no turismo rural, no início de suas atividades candidatou-se a receber, do Governo Português, recursos do Fundo do Turismo - em valores daquela época, 45 mil contos ou 22.500 euros, mas boa parte do investimento foi realizada com verbas próprias. Com esse fundo, houve o compromisso de transformar a casa em um espaço para o turismo de habitação.

Para o entrevistado, hoje em dia, não existe mais ação do Estado, em nível de Governo Português, e, em termos locais, argumentou que existe apenas uma divulgação do setor de turismo, por parte da Câmara Municipal de Guimarães, cujo gabinete técnico local estabelece um conjunto de regras que determinam as ações na cidade. Em sua argumentação, afirmou que não existe uma estratégia delineada a esse nível, utilizando-se da dinâmica que a TURIHAB oferece, sendo que os primeiros anos foram complicados, pois não havia uma dinâmica turística na casa.

Um dos objetivos do proprietário é rentabilizar a propriedade com o produto turístico de Guimarães, afirmando que existe, na Câmara de Guimarães, um esforço mínimo no sentido de desenvolver a região, agregando-a à região turística do Douro, importante porto econômico do país.

A participação familiar, na propriedade está mais restrita ao entrevistado e ao seu sogro; entretanto, existe uma funcionária que foi contratada para cuidar da Quinta na ausência do proprietário, existindo ainda uma segunda funcionária que é contratada, eventualmente, para dar suporte, no período de alta estação. O restante da família também participa, porém realizando pequenas tarefas locais, mas não na gestão da Quinta.

Averiguou-se que os membros da família não possuem curso específico de turismo. A própria participação da família tem a ver com o dia-a-dia da quinta; normalmente, a rotina diária da casa está a cargo da empregada, enquanto que a gestão econômica, a parte de relações públicas e a práticas de serviços estão a cargo do proprietário.

As mudanças ocorridas na propriedade, com a chegada dos turistas, não afetaram diretamente, a rotina agrícola. As mudanças sentidas foram em termos de responsabilidade

para com os turistas, uma questão de preocupação em atender bem, justificando que o turista estrangeiro tem mais interesse em visitar o local.

Questionado se existia algum tipo de preferência pelos turistas, a resposta foi negativa, justificando que o interessante é a diversidade cultural que esse tipo de turismo traz, considerando os turistas como sendo sempre simpáticos, recebendo, normalmente mais casais com filhos.

Na propriedade, no primeiro contato com o turista, fazem questão de estar sempre presentes, mostrando como a casa funciona, procurando deixar os hóspedes mais à vontade; consideram que esse primeiro contato é a parte mais importante e fundamental nos serviços prestados.

Analisando essa informação, observa-se que para o entrevistado, esse primeiro contato é o diferencial que atrai mais turistas em relação às demais propriedades, uma vez que esse primeiro contato é cordial, mas não é muito atrativo; nesse aspecto, é possível compreender uma situação comum em boa parte das propriedades envolvidas com o TER, que foram visitadas no Minho, que é uma postura mais “desconfiada” ou “reservada” da população minhota visitada, e isso muito lembra o jeito mineiro de ser, o que permite afirmar que é pelo primeiro contato entre as partes envolvidas que se tenta ganhar a confiabilidade e a satisfação do turista e, naturalmente, a diferença dessa propriedade.

Em relação aos atrativos que a Quinta oferece, destaca-se a piscina, a tranquilidade do lugar, a possibilidade de realizar boas caminhadas, uma vez que a propriedade possui 18 hectares e é margeada por uma vegetação natural, numa área de encosta, destacando espécies arbustivas como pinheiro, carvalho, nogueiras e, também, parreirais. O grande potencial do lugar é o sossego e a proximidade entre duas cidades importantes, Braga e Guimarães.

Não foi constatada a presença de artesanato local. Quando procura saber onde encontrar esse artesanato, o turista é indicado a ir até Guimarães adquiri-lo; da mesma forma, também não ocorrem de festas ou atividades culturais, porém existe, na freguesia de Calvos, a festa religiosa de Nossa Senhora da Lapinha, em julho, mas é uma festa que se localiza fora da propriedade e não constitui um atrativo local ao turismo.

Indagado sobre o futuro da propriedade, obtivemos, como resposta que o grande desafio é ampliar a demanda por esse tipo de hospedagem, o que poderá resultar num crescimento significativo, pois algumas casas dependem da visita para sua sobrevivência. Justificou que a casa, desde a sua origem, foi tratada com dignidade, não sendo o turismo um fim em si mesmo; e, por estar agregada à TURIHAB, obtém mais vantagens, pois a estrutura

da referida associação, sendo maior, representa mais um *lobby* junto ao Governo e fortalece mais as propriedades, sendo que tudo será informatizado.

Compreendendo o TER que ocorre nessa propriedade, pode-se afirmar, mais uma vez, que foi a esposa quem assumiu o turismo; com o seu falecimento é que houve uma aproximação do marido, da filha e do genro para administrar o empreendimento, possibilitando novas melhorias no local, contando com o apoio do Estado por meio de financiamentos, visando a uma rentabilidade maior para a referida propriedade. Observou-se, também, que a presença da paisagem natural resulta, para o entrevistado, em tranquilidade e sossego, apontando essas características como os atrativos mais importantes do local, o que permite afirmar que, mesmo com as modificações observadas na paisagem da propriedade para receber o turista, este é, ainda, o fator mais importante para garantir esse turismo no espaço rural.

A evolução do turismo, em Portugal, foi fortemente condicionada pela intervenção do Estado, tanto na escala central como local. Com a intensificação do turismo mundial, anos 50 e 60 do século XX, principalmente o mediterrâneo, Portugal passa a ser envolvido com a turistificação do seu espaço, inicialmente pelo turismo de sol e praia, para posteriormente, na década de 80, envolver-se com o turismo no espaço rural.

Ao mesmo tempo, os pequenos e médios produtores locais têm vivido dias de baixas expectativas com a atual política agrícola portuguesa que, por sua vez, está agregada à Política Agrícola Comum (PAC) da União Européia. Viram as suas principais fontes de renda entrar em crise e com perspectivas de melhorias limitadas, principalmente com a redução dos subsídios agrícolas e a concorrência no mercado comum.

Tem-se observado que ocorre, em quase toda a região do Minho, uma elevação da taxa de desemprego e, ao mesmo tempo, uma reduzida taxa de ocupação das casas: em 2007 esse valor de ocupação foi de 17,8% em termos nacionais e de 9,7% para a região Norte (DGT, 2008). Acredita-se que possa existir uma relação entre os dois fatores, mas o crescimento limitado do setor de turismo não pode ser apontado como fator preponderante para justificar essa elevação do desemprego, uma vez que é um fenômeno comum em todo o Portugal e também em toda a Europa.

O Concelho de Ponte de Lima é um espaço predominantemente rural, que vive de uma agricultura de minifúndio e da pecuária, com um tecido industrial algo débil, e de um setor turístico importante, mas que não tem conseguido estimular um aumento significativo no fluxo turístico para a região, como se esperava.

Por sua vez, Concelho de Guimarães insere-se numa região fortemente industrializada, especialmente quando se compara com o Concelho de Ponte de Lima, com um turismo no espaço rural menos expressivo, por se tratar de um local onde os visitantes ou turistas permanecem poucas horas, visitando o centro histórico da cidade de Guimarães, classificada pela UNESCO como patrimônio da humanidade, e preferindo pernoitar na cidade do Porto, distante a 50 quilômetros, ou em Braga, a 20 quilômetros.

As questões apresentadas aos proprietários portugueses foram, previamente, divididas em cinco temas, a saber: a percepção do turismo local, o papel do Estado, a participação familiar, os atrativos turísticos e o papel da associação de turismo nesse processo. Por sua vez, cada tema foi desmembrado em duas questões, que procuravam delinear as informações que pudessem justificar o interesse da região pelo turismo no espaço rural, ao mesmo tempo em que buscamos identificar quais são os efeitos e conseqüências dessa atividade, no processo turístico.

As propriedades rurais minhotas que estão envolvidas com o TER tiveram um amplo espaço temporal para o **início de suas atividades turísticas**; os primeiros registros dessas visitas turísticas são datados de 1974, e a mais recente propriedade a envolver-se com o turismo é de 2004; portanto, um período de 30 anos. Tal fato se justifica por variadas causas, como por exemplo motivos particulares, inventários e heranças, incentivos públicos, crises econômicas entre outros.

Pode-se afirmar que a **prática turística**, na região do Minho, é fortemente influenciada por hábitos e costumes familiares tradicionais que, no caso do turismo no espaço rural, representa, para os turistas, um “retorno” a um estilo de vida rural vivenciado antigamente, uma vez que grande parte dessas propriedades rurais ainda preservam suas características originais.

As propriedades rurais envolvidas com o TER vêm vivenciando mudanças em suas práticas turísticas que podem ser traduzidas nas mudanças de hábito, em nível familiar; na emancipação econômica da mulher; no envelhecimento da população e seu turismo sênior preocupado com a saúde, a qualidade de vida e o lazer; o que tem gerado uma maior diversificação e complexidade turística, em todo o país.

Com relação às **primeiras percepções do turismo**, por parte dos proprietários rurais, verificamos que não existiu um padrão único de atividades, entre elas; os primeiros turistas agendavam a estada diretamente com cada proprietário, predominando uma forma mais familiar de recepção ao turista, o que favorecia uma convivência mais descontraída. No início das atividades turísticas locais, predominava um público estrangeiro, principalmente alemães,

holandeses, ingleses, franceses e nórdicos, propiciando uma oportunidade singular de convivência com outras culturas e, também, uma maior conscientização, no sentido de preservar o amplo patrimônio histórico e cultural existente nas quintas e herdades.

Sobre a **inserção do turismo** nas propriedades contatadas, averiguamos que o turismo, de maneira geral, possibilitou a melhoria da qualidade interna das casas, uma vez que recebeu investimentos públicos para essa finalidade e, também, melhorou a qualidade do atendimento na recepção aos turistas, sendo que todos os 15 entrevistados afirmaram que o turismo complementa a renda da propriedade sem prejudicar as atividades rotineiras, gerando, entretanto, um sobretrabalho aos proprietários.

Analisando o item sobre a **participação do Estado** português, averiguamos que essas ações estatais ocorreram, principalmente, na fase de implantação do TER nas propriedades rurais e que, na atualidade, não existe uma ação concreta dos órgãos públicos, apesar de existirem leis que o regulamenta; seu pape, hoje em dia, é de exercer a fiscalização e a cobrança de taxas e impostos. Como argumentaram alguns proprietários, não existe uma política pública (municipal ou federal) que contribua para o desenvolvimento do setor, e parte dessas ações está ligada, diretamente, à instituição que os representa, ou seja, a TURIHAB.

De maneira difusa e menos densa, vem ocorrendo uma revalorização do espaço rural, como local de lazer e de turismo, em áreas até então fortemente caracterizadas por êxodos rurais, possibilitando afirmar que esse turismo no espaço rural minhoto tem-se pautado pelo uso mais racional dos recursos locais.

Das 15 propriedades rurais visitadas, apenas cinco não possuem **participação familiar**. Esse fenômeno se justifica pelo fato de a família não se interessar por essa atividade, ficando a cargo do proprietário todo o seu processo administrativo e contando com a ajuda de funcionários. Em relação ao número de funcionários contratados, este é, em média, de dois por propriedade, mas esse número pode dobrar, em função da atividade agrícola que existe no local, e também da denominada alta temporada, entre maio e outubro, sendo boa parte moradores da própria região, que trabalham e são remunerados ao dia.

Analisando as **mudanças ocorridas** nas propriedades envolvidas com o turismo, averiguamos que elas incidem em todas as propriedades rurais; essas mudanças referem-se, em grande parte, aos cuidados que os proprietários passaram a ter com as casas e seus arredores, tornando-as mais atrativas, bem como ocorreram, mudanças nos hábitos pessoais dos envolvidos, principalmente nas relações interpessoais da família. Em síntese, o turismo trouxe uma nova dinâmica para essas propriedades.

A recepção ao turista é feita, em geral, de forma muito simples; primeiramente, o turista estabelece um contato com a TURIHAB, que agenda com a propriedade escolhida a disponibilidade de vagas. Ao chegar ao destino, o turista é recepcionado, normalmente pela proprietária, que lhe indica os procedimentos rotineiros de uma recepção, disponibilizando informações sobre o lugar, servindo algumas vezes de guia dentro da propriedade; e em algumas casas, é servido um pequeno lanche gratuito, como forma de boas vindas.

Um tema interessante pesquisado foi em relação ao **tipo de turista** que os proprietários prefeririam, uma vez que todos citaram que foram os estrangeiros os primeiros a fazerem uso do espaço rural, como forma de lazer e descanso. Como resposta, não foi demonstrando uma predileção sobre qual é o melhor turista, entretanto, vale ressaltar que o TER praticado em Ponte de Lima e Guimarães acolhe um número significativo de pessoas da terceira idade e casais com filhos dos mais variados membros da Comunidade Européia.

Para melhor compreender os **atrativos turísticos** das propriedades rurais envolvidas com o TER, agrupamos esses atrativos em três categorias: os atrativos históricos, entendido aqui como as riquezas arquitetônicas e históricas das casas e quintas; os atrativos culturais, compreendidos como as festas religiosas ou profanas, os artesanatos, a gastronomia e os bens imateriais existentes; por último, os atrativos naturais, entendidos como o espaço natural apropriado pelo homem.

Os atrativos históricos têm, sobre o TER, uma grande influência e um significativo peso, na hora de os turistas escolherem a propriedade rural que querem usufruir. A presença de casas, quintas ou herdades, algumas datadas da época da própria formação de Portugal, ou mesmo a presença, no Concelho, de atrativos como castelos, torres medievais, pontes romanas, igrejas e outros, constituem um grande atrativo, e a região pesquisada, no Minho, possui um dos mais ricos e imponentes conjuntos arquitetônicos do país.

Com relação aos atrativos culturais, verificamos que apenas uma propriedade apresenta uma festa religiosa, com toda uma tradição cultural; entretanto, essa festa não consegue ser referência para atrair turistas. Muitas das manifestações religiosas ou culturais que ocorrem estão ligadas às igrejas das Freguesias ou à sede do Concelho e raramente às propriedades rurais, apesar de que a maioria das Quintas e Herdades possuem uma capela própria, dedicada a um santo de devoção familiar. Já as festas profanas são organizadas pelo Concelho e ocorrem, principalmente, na época do verão, fase de maior visitação.

Nas propriedades visitadas, não é significativa a presença de artesanato; normalmente, esses produtos são vendidos fora das propriedades rurais, principalmente nas sedes dos

Concelhos. Observamos que existe, na região de Ponte de Lima, a presença de bordados de linho, mas sua venda não ocorre nas propriedades.

De maneira geral, a gastronomia local é muito rica e variada, entretanto, qualquer prato típico local é encontrado apenas nos restaurantes dos Concelhos, uma vez que, nas propriedades, é servido apenas o café da manhã. Apenas uma proprietária afirmou que produz compotas e geléias, para consumo próprio. Em quatro propriedades, onde ainda se produz o vinho verde, existe a possibilidade de realizarem provas de degustação ou se compra o vinho ali produzido.

Já os atrativos naturais também foram citados como importantes fatores para o desenvolvimento do turismo nas propriedades, principalmente em lugares onde predominam altitudes mais elevadas ou serranas e que possuem uma relativa cobertura vegetal, o que favorece a prática de atividades esportivas, como por exemplo a caminhada e os esportes de natureza.

Em todas as propriedades visitadas, um grande atrativo, à parte, é a riqueza do mobiliário particular de cada lugar, que representa não apenas uma mobília de uso familiar, mas um rico acervo histórico e patrimonial de várias gerações, de cada família, e constituem a própria história do país; muitos deles são do século XVI ao século XIX.

Solicitados a identificar as identidades e os pertencimentos das pessoas com o lugar, observamos que esse item causou uma maior reflexão por parte dos entrevistados. Nosso objetivo era compreender como os **símbolos** e os **pertencimentos** passam a fazer parte dos atrativos, caracterizando a relação dos proprietários rurais com o lugar.

Do total de 15 entrevistados, dois afirmaram que nunca tinham parado para refletir sobre essa questão, mas de modo geral a maioria das respostas aponta que o maior símbolo local é o brasão que cada propriedade possui, principalmente as grandes quintas. Muitos desses símbolos heráldicos representam os tempos de nobreza e fidalguia do local e fazem parte da propriedade, há várias gerações; por fim, um proprietário argumentou que não existe apenas um símbolo, mas um conjunto de símbolos que os identificam e os fazem sentirem-se mais agregados e pertencentes ao lugar.

Por último, questionamos o **papel da TURIHAB** para o desenvolvimento do turismo na região. Todos os entrevistados destacaram a importância que a associação teve no desenvolvimento do turismo no espaço rural da região e de Portugal, seja contribuindo para a melhoria da qualidade dos procedimentos turísticos, seja na divulgação e no marketing local ou lutando, junto aos órgãos públicos, para serem reconhecidos como um importante setor para a economia do país. Entretanto, seis proprietários argumentaram que ainda falta

intensificar mais a divulgação do TER, pois se tem observado uma maior valorização do turismo de massa do que do turismo individual, sendo que essas propriedades não conseguem competir com aquele mercado. Uma das entrevistadas argumentou que falta, ao turismo local, uma dinâmica que possibilite aos proprietários rurais buscar um desenvolvimento local mais significativo.

Pode-se apontar que ocorreu uma inversão econômica na região; hoje, o Minho, bem como o Norte, de maneira geral, tornou-se a região mais pobre de Portugal (Produto Interno Bruto per capita, produtividade e rendimento disponível), inversamente ao que se esperava quando o turismo no espaço rural chegou ao Concelho de Ponte de Lima e Guimarães, em meados dos anos 80.

Estes dois concelhos vêm sofrendo com a falta de uma política pública e com a fragilidade de um tecido produtivo que alavanque esses espaços e permita valorizar e dinamizar os seus produtos turísticos, apesar do crescimento do TER de 2006 para 2007 – registrarem-se mais de 15,9% de dormidas no TER na região norte (DGT, 2008). Entretanto, se por um lado a proximidade com a cidade do Porto e a expansão de empresas de vôos “low cost” vêm criando o aparecimento de novos públicos e novas oportunidades para a região do Minho, uma vez que esta se encontra ligada, de forma econômica, a diversos pontos emissores de turistas europeus, favorecendo o fluxo turístico na região (Sarmiento *et al* 2008), por outro lado o aumento dos preços do petróleo pode levar a uma total reestruturação dos fluxos turísticos internacionais e mesmo do turismo como o conhecemos, hoje em dia.

É nesse contexto que o turismo rural no espaço minhoto nos foi apresentado, um turismo que nasceu fruto de um interesse coletivo dos proprietários rurais, numa tentativa de ampliar a renda dessas propriedades, mas que foi abarcado pelo interesse do Estado Português - ainda que num primeiro momento -, objetivando amenizar as significativas diferenças socioeconômicas regionais existentes e que, em alguns aspectos, se relacionam com o TER em Minas Gerais, como por exemplo a mobilização das comunidades envolvidas, no sentido de fazer o turismo alavancar na região, sem esquecer que seus usos devem ocorrer de forma racional.

Estudar o turismo no espaço rural minhoto foi de fundamental importância para compreendermos a dinâmica do TER em nossa área de vivência, pois acreditamos que existem situações em que ambos se identificam e se apropriam de um modo de vida para reproduzirem os diferentes processos que os envolvem, sendo que as diferenças desses processos aparecem no tempo em que foram feitos.

Cremos que, entendendo a dinamicidade do turismo no espaço rural minhoto, poderemos, também, compreender as diferentes tipologias, características e contradições do turismo que ocorre na Microrregião de Viçosa.

É essa diferença temporal, aqui entendida como o tempo de existência, que apontamos como o grande diferencial entre a região do Minho e a Microrregião de Viçosa, no entanto, existem muito mais semelhanças do que diferenças, como por exemplo a crise na agricultura, que levou as duas áreas a buscarem no turismo novas oportunidades de desenvolvimento, sendo representativo para o desenvolvimento do TER.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se existe alguém que, por excelência, nunca poderia nem deveria concluir uma obra, esse alguém é o autor. A forma aparentemente paradoxal dessa proposição não esconde, no entanto, nenhum paradoxo. Como o autor fecharia, sem risco de erro, o espaço de significações que tentou construir? Chegando a este ponto, em que ele abandona o seu texto, ou melhor, em que é abandonado pelo texto, não é mais o autor que cabe agir, mas sim a um outro, o leitor, que se encarrega livremente, sem recomendações, de um livro que no fundo, do começo ao fim, não passa de um ensaio.

Raffestin, (1983, p. 266)

Na introdução deste trabalho, propusemo-nos proceder a uma reflexão geográfica do turismo em espaço rural na Microrregião de Viçosa - MG. Temos consciência das limitações que razões várias nos impuseram; sabemos, igualmente, daquelas que nos serão inerentes. Todavia, porque humildade científica não é falsa modéstia, pensamos ter cumprido, no essencial, esses objetivos.

Foi nosso propósito, desde o início, ir dando conta, ao longo do trabalho, das conclusões a que fomos chegando em cada capítulo. Pareceu-nos ser essa a forma mais correta de conduzir o presente estudo, uma vez que, deste modo, por meio da análise contextualizada, seria possível formular, mais facilmente, nossa opinião sobre o tema.

O presente doutorado possibilitou-nos o contato com realidades externas ao território nacional e permitiu-nos empreender um longo período de reflexão que, de outra forma, dificilmente seria alcançado, principalmente na questão do doutorado sanduíche realizado em Portugal, entre os anos de 2007 e 2008.

Assim, é justo que a primeira conclusão seja o nosso próprio enriquecimento pessoal e intelectual, produto dos novos contatos e ensinamentos que encontramos, ao frequentar o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia e o Laboratório de Geografia Cultural e Turismo, coordenado pelo Professor Dr. Rosselvelt José Santos.

Filho de longas horas de vigília e de alguns momentos de dúvidas e inquietações, este trabalho acabou por nos alertar para novas escolhas da investigação, nomeadamente no que diz respeito à coleta de dados, pois apesar de consideramos, desde o início, que um planejamento cuidadoso seria o nosso grande aliado, acabamos por alimentar algumas esperanças típicas de investigador-aprendiz, que não inviabilizaram, contudo, a construção de todo um conjunto de idéias que podem abrir a porta para estudos posteriores e nos deixou, bem acesa, a chama da investigação geográfica, nos domínios do ensino, da pesquisa e da extensão.

Pensamos ser igualmente útil uma imagem de conjunto daquilo que apuramos; assim iremos em seguida, ensaiar um breve relance retrospectivo sobre o tema que nos ocupou, nestas páginas.

Antes, porém, vale ressaltar que, apesar de possuir um capítulo totalmente dedicado ao turismo no espaço rural português, nosso objeto de estudo principal é o turismo na Microrregião de Viçosa, e que o uso do TER em Portugal, foi importante para criarmos os subsídios que fundamentaram nossa compreensão sobre as atividades turísticas da referida microrregião. Vale também ressaltar que, em relação ao turismo no espaço rural português,

seguimos as definições que os organismos estatais portugueses adotam, e, no caso da Microrregião de Viçosa, usamos das leis brasileiras e mineiras que regem o turismo, numa tentativa de enquadrar o nosso objeto de estudo, procurando, posteriormente, estabelecer comparações para definir melhor as possibilidades de desenvolvimento.

O turismo no espaço rural é uma atividade entre dois mundos, o da ruralidade e o do turismo. A sua completa compreensão implica, pois, o conhecimento do que se passa em cada um destes conjuntos que, por intersecção, o originam.

No domínio do turismo, constatamos, logo à partida, a complexidade de que se reveste esta atividade. Na realidade, não só a sua definição é igualmente problemática, como, por ser um fenómeno eminentemente dinâmico, a sua análise implica o estudo de realidades espaciais diferentes.

Uma das primeiras considerações a serem estabelecidas diz respeito à paisagem; observamos que ela é um fator importante para o desenvolvimento da atividade turística, tanto no Minho quanto na Microrregião de Viçosa, e representa um jogo de poder que exerce influência na imaginação dos homens. Seu uso e a apropriação pelo turismo ocorrem em função do que ela representa, enquanto categoria socioeconômica, sendo utilizada como o principal atrativo turístico nas áreas de estudo, como foi demonstrado ao longo do desenvolvimento dessa tese.

O turismo, como fator de desenvolvimento local, conforme afirmamos, tem implicado no incremento de novas atividades, que têm-se convertido em importante atividade rural e fonte de renda para os agricultores. Entretanto, tem gerado mais uma grande expectativa ao redor de seu desenvolvimento, resultando num sobretrabalho, do que realmente um efetivo componente do desenvolvimento local, provavelmente fruto do resultado das poucas ações práticas realizadas na microrregião. Em algumas áreas rurais, o TER vem representando uma alternativa, ainda que secundária, à geração de renda, marcada, conforme citado, pelo sobretrabalho e por sua abrangência a um espaço restrito ao local.

Ocorre, portanto, uma transformação do espaço rural e do modo de vida do proprietário rural envolvido com o turismo, resultante de um acúmulo de novas funções e tarefas que afetam toda uma dinâmica já instituída. O espaço rural, antes totalmente voltado para as necessidades do mercado agrícola, vê-se dividido entre a produção e a recepção aos turistas, criando novos espaço ou rearranjos, como por exemplo criação ou transformação de quartos em pousadas, no interior da propriedade, para que possam atender a uma demanda turística cada vez mais exigente e até então desconhecida pelos receptores, ou seja, os proprietários.

Quanto ao modo de vida, as modificações e transformações que ocorrem, junto ao proprietário rural, dão-se em função do acúmulo de atividades extras, ou o que podemos chamar de dupla jornada de trabalho rural, onde aquele tem suas funções rotineiras divididas entre a produção agrícola e o papel de receptor e administrador turístico e, que mesmo delegando essas funções aos familiares ou a terceiros, não se desvincula das funções. Essa transformação nesse modo de vida tem levado alguns proprietários a buscarem alternativas em sua dupla jornada de trabalho, seja em reuniões dos associados ao circuito turístico, seja junto a órgãos públicos de apoio, como SEBRAE, EMATER e outros.

Em Portugal, a questão do modo de vida e suas transformações, para os proprietários locais, também ocorre em função dessa aglutinação de afazeres e práticas diárias. Assim, como nas propriedades rurais brasileiras, o turista também aparece mais nos finais de semana, e durante a semana suas atividades estão diretamente ligadas aos afazeres da propriedade.

O diferencial entre as duas regiões pesquisadas é que, na região do Minho, as propriedades rurais apresentam uma característica mais urbana, onde a sensação de se estar no espaço rural é quase imperceptível, o que favorece uma redução das tarefas rurais, como por exemplo a não realização da ordenha ou o cultivo de grãos; agregado a isso, o tamanho da propriedade também interfere, bem como a própria idade da maioria dos proprietários, que os impede de executar determinadas tarefas rurais, o que passa a ser delegada aos funcionários que são contratados. Outro diferencial é que em Portugal, essas propriedades rurais, recebem um maior número de turistas estrangeiros provenientes dos mais variados países europeus, enquanto que na Microrregião de Viçosa, essa clientela é tipicamente oriunda da própria região.

Outros fatores que interferem no modo de vida dos proprietários rurais portugueses é o elevado padrão socioeconômico local, favorecido pelo alto poder aquisitivo que possuem e pela elevada qualificação acadêmica e profissional que exige, no mínimo, uma licenciatura, com destaque para as profissões de engenheiros, médicos, funcionários públicos, empresários e outras, uma vez que, boa parte desses turistas são estrangeiros.

No Brasil, os usos e apropriações pelo turismo possibilitam um rearranjo espacial, seja nas propriedades rurais ou, até mesmo, nas comunidades onde elas se inserem, provocando modificações em suas estruturas, como por exemplo:

- a ampliação ou construção de espaços destinados a pernoite;
- necessidade de se criar área de lazer para atender a um público mais específico;
- modificações nos modos de receber e tratar o turista por parte dos proprietários e funcionários;

- necessidade de contratar um maior número de empregados, principalmente em épocas de grande fluxo turístico;
- maior exigência na qualificação para o emprego;
- maior cobrança junto aos órgãos públicos por melhoria nas estradas de acesso ou mesmo pela presença mais efetiva de uma política pública para o turismo local;
- elaboração de ações e metas que dinamizem a rotina da propriedade rural;
- adaptação ao ritmo de exigências que uma pluriatividade impõe;
- aparecimento de segundas residências, restaurantes, chalés, clubes, hotéis fazenda, descaracterizando ou remodelando o lugar;
- aumento da demanda por prestadores de serviços, principalmente nas pequenas e médias cidades, como suporte ao turismo.

Todo esse conjunto de elementos tem possibilitado um maior processo de desenvolvimento do turismo no espaço rural, principalmente pela valorização do turismo de base local que, pensado a partir da área de estudo, pode ser compreendido como o processo de interiorização ou, em outras palavras como a regionalização do turismo que, coincidindo com a atual política pública de turismo, em Minas Gerais, passou a ser denominada Circuito Turístico.

Nesse processo de compreensão do turismo, a oportunidade de cursar o doutorado sanduíche, em Portugal, foi uma opção acertada, quando nos propusemos a investigar o turismo rural no espaço rural minhoto, berço dessa modalidade turística, em terras lusitanas.

O turismo português desenvolveu-se, sobretudo, a partir do século XIX, embora mantendo, no início, o caráter essencialmente de turismo interno elitista; mas sua grande vitalidade, nos últimos decênios, a partir dos anos 60 do século XX, em que se afirmou em nível mediterrâneo, europeu e mundial, assentou-se fortemente, na qualidade das suas praias e dos equipamentos receptivos criados, reforçando a atração das principais cidades e, por consequência, o desenvolvimento do turismo no espaço rural, contribuindo para que o país dispusesse de uma significativa oferta de alojamento turístico, em todos os setores.

De acordo com os proprietários portugueses, as opções de seus lugares, para as férias, revelam oportunidades de repouso, mas também de entretenimento e lazer, sem esquecer que ocorrem outras motivações, conscientes ou não, para que elas ocorram, tais como alegria, festa, bem-estar físico e psíquico, prazer, descontração, atividades esportivas e outras, mas geograficamente, também ocorrem novas motivações, como novas relações sociais, novas práticas do espaço, conhecimento de novos lugares, aprendizagem ou aprofundamento de outros ofícios, desenvolvimento e afirmação da personalidade e liberdade individual,

valorização pessoal, descoberta do patrimônio histórico, arquitetônico, artístico e cultural local, bem como o gastronômico (MEDEIROS, 2005).

Portugal dispõe de importantes recursos, primários e secundários, como o clima, a extensão e diversidade das praias, a heterogeneidade geográfica, física e humana. O vasto patrimônio natural, histórico-cultural, gastronômico e de ofícios tradicionais, aliado a uma ampla rede de alojamentos e hospedagem vem contribuindo para o desenvolvimento do turismo no espaço rural português. Nesse contexto insere-se o Minho, região do estudo.

Observamos que as aldeias históricas e as propriedades rurais do Minho são produtos turísticos em crescimento e servem como atrativo aos turistas portugueses e estrangeiros em visita pelo interior do país, ou em férias.

As transformações do espaço rural em produto turístico são resultantes de um programa específico do governo local, a partir de 1976, que financiou e estimulou trabalhos de preservação do patrimônio histórico, artístico e arqueológico, de recuperação dos velhos casarios centenários e de infra-estruturas básicas, objetivando inverter a tendência de despovoamento e o isolamento da região, atraindo a população, criando e diversificando oportunidades de negócio.

Observamos que os espaços rurais complementam as ofertas de turismo do litoral, de turismo de montanha, de turismo patrimonial e urbano, de repouso, possibilitando a saúde, a descoberta da natureza, do artesanato, da gastronomia, das festas culturais, e turismos temáticos como a rota do vinho verde em Guimarães e Ponte de Lima por exemplo.

Não é nosso objetivo, no presente ponto deste estudo, efetuar uma análise exaustiva do que se passa em Ponte de Lima e Guimarães, no que diz respeito ao turismo rural; mas, por outro lado, a Região do Minho, e em especial o Concelho de Ponte de Lima, tem uma importância ímpar na composição e formação do TER português, sendo considerado o berço de sua origem.

Apesar de ter sido escolhido com mais dois Concelhos, para realizar o ensaio do turismo de habitação, Ponte de Lima alcançou seus objetivos, superando os demais, pelas suas potencialidades naturais, pelo conjunto arquitetônico de suas quintas e herdades e pelo posicionamento político dos proprietários locais a favor do turismo no espaço rural, que viram no TER, além das compensações econômicas derivadas, a ajuda na manutenção e restauro das casas e a sua conservação, por meio do seu uso pelo turismo. Um dos destaques das visitas que fizemos em Ponte de Lima e Guimarães, e que vale ser ressaltado nessas considerações finais, foi a boa acolhida que tive, sendo recebido por gente de uma simpatia e comunicabilidade ímpar.

Contudo, não podemos deixar de salientar a ausência, em Portugal, de uma política de desenvolvimento rural claramente enunciada e com critérios bem definidos, por oposição a uma multiplicidade de programas, planos e iniciativas que, individual e/ou setorialmente, não atende as necessidades dos proprietários rurais envolvidos com o TER.

O turismo, nas propriedades rurais de Portugal, surgiu como alternativa para desenvolver as áreas rurais do interior e para combater o êxodo rural, inspirado na experiência de outros países, sobretudo da França, opondo-se ao turismo massificado do litoral; essa forma de turismo contou com benefícios financeiros do governo local para realizar obras de adaptação e recuperação dos imóveis. O Governo, por sua vez, contou com recursos financeiros da União Europeia, por meio do programa LEADER (Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural). Esses benefícios financeiros foram apontados, como decisivos para adesão ao TER pelos proprietários portugueses (TULIK, 2003, p.49).

Devido às diversas noções de espaço rural, bem como aos diferentes objetivos que lhe são atribuídos, o turismo rural apresenta grandes diferenças de país para país, dentro do espaço comunitário. Assim como no Brasil, o turismo de litoral ainda é a forma predominante de turismo, em Portugal; é aquela sobre a qual recai a preferência dos portugueses. Entre os vários fatores para essa situação, podem ser apontados os meios de alojamento no espaço rural, que são relativamente escassos, e a sua capacidade de alojamento, comparativamente a outros espaços, baixa.

Em Portugal, as propriedades rurais envolvidas com o turismo foram fortemente influenciadas pelos subsídios a fundo perdidos pelo Governo Central, que estimulou o turismo de habitação em todo o território, recuperando importantes patrimônios arquitetônicos e históricos, já degradados pelo tempo.

Identificamos que a maioria das 15 propriedades rurais visitadas, em Ponte de Lima e Guimarães, tem, nos brasões ou em sua heráldica, o seu maior símbolo de pertencimento, o que lhes confere um ar de nobreza ou fidalguia, fato este não verificado em terras brasileiras. Esse pertencimento é, então, representado por um símbolo nobiliárquico que lhes confere uma noção de espaço e poder junto a outras regiões do Minho, levando-os a se identificarem com o lugar a que pertencem, lembrando que, na maioria das vezes, essas propriedades estão com essas famílias há várias décadas ou, em alguns casos, há mais de um século.

Observamos, também, que a população portuguesa vem envelhecendo significativamente, refletindo-se isto na população que trabalha diretamente com o TER, sendo que boa parte dos filhos não assumem essas funções, o que poderá resultar, nos

próximos anos, numa redução significativa do número de propriedades envolvidas com essa atividade turística.

Em síntese, pode-se afirmar que Portugal é um destino turístico europeu e mundial, mas é, sobretudo, um destino ibérico. Quem o procura, o faz essencialmente com a finalidade de recreio e férias, principalmente a população espanhola. O Turismo no Espaço Rural português passou a existir como uma alternativa para desenvolver as estagnadas áreas rurais do interior e para combater o êxodo rural, baseado na experiência de outros países, opondo-se ao turismo de massa litorâneo.

Essa oposição ainda não significou a esperada superação do turismo de massa litorâneo pelo TER, apesar do visível crescimento deste último. As causas dessa não superação estão relacionadas, diretamente, a dois fatores significativos: o primeiro, a tradição portuguesa de buscar o litoral para os momentos de lazer e férias; o outro, o elevado custo da hospedagem nas propriedades rurais, que reduz o fluxo de visitantes e turistas. Esses fatores também são presenciados no Brasil.

Retornando à questão do TER brasileiro, mais especificamente às propriedades rurais mineiras que estão envolvidas com o turismo no espaço rural, observamos que elas são, em geral, preocupadas em desenvolver as atividades turísticas em seus espaços rurais, vislumbrando-as como a possibilidade de alcançar o desenvolvimento local, em todos os seus níveis.

Com já havia apontado TULIK (2003, p.59), observamos que, na área de estudo dessa tese, ressalta-se uma marcante influência européia, principalmente a portuguesa, que se manifesta, diretamente, nos processos turísticos das propriedades rurais, o que justifica, categoricamente, a nossa escolha por realizar um doutorado sanduíche na Região do Minho em Portugal, conforme citamos anteriormente.

No tocante às políticas públicas no Brasil, a maioria dos proprietários entrevistados argumenta que elas ainda não surtiram o efeito que necessitam, sendo suas ações pouco percebidas no dia-a-dia das propriedades, não alavancando as fracas economias municipais, faltando, portanto, uma maior dinamização do circuito frente às ações do Estado, no sentido de atender suas necessidades e, ao mesmo tempo, contribuir para o crescimento sociocultural e econômico dos envolvidos com essa atividade.

Entretanto, em quase todo o Brasil, o turismo rural exhibe um quadro de oportunidades de investimento que se apresenta bastante rentável e vem chamando a atenção de administradores públicos, que observam, na nova atividade, uma forma de diversificar a

economia regional, atendendo, assim, às necessidades de incentivo ao desenvolvimento e ao fortalecimento da agropecuária de caráter familiar.

Nesse sentido, o turismo faz jus a uma atenção maior dos poderes públicos e do setor privado, pois além de oportunizar a criação de empregos e renda para a população, pode gerar um aumento na arrecadação de impostos, como também propõe o desenvolvimento de toda uma região e a comunidade envolvida no empreendimento.

Em relação às políticas públicas para o turismo em Minas Gerais, aqui apresentadas, o que se verificou, ao longo da sua história, é que houve momentos em que não existiu qualquer tematização sobre o assunto. Somente com a Constituição Estadual, de 1989, é que se iniciam as fases do planejamento para o setor turístico, o que significa que esse setor não era contemplado com ações dos órgãos públicos, e, muito menos, percebido como um setor importante dentro da economia estadual, que poderia levar ao desenvolvimento sócio-econômico regiões estagnadas.

Se o poder local ainda parece não lhe prestar uma particular importância como instrumento de mudança, a verdade é que existem, atualmente, preocupações de caráter cultural, social e educativo que se nos afiguram particularmente inovadoras, sobretudo no nível da humanização da paisagem local, da promoção e preservação das tradições e da aposta na sensibilização dos mais jovens para a problemática do desenvolvimento.

As expectativas de Turismo, na Microrregião de Viçosa, são as mesmas para o turismo no espaço rural mineiro, e aparecem, hoje, como o grande potencial de revitalização socioeconômica do interior de Minas Gerais, especialmente nos trechos onde a presença serrana, o clima ameno e os atrativos culturais influenciam na escolha dessas opções.

Os circuitos turísticos, como fator de desenvolvimento, são formas de organização social, onde o papel da iniciativa privada é fundamental e, no caso da Microrregião de Viçosa, vêm assumindo um papel relevante nesse processo. Enquanto aglutinador de ações e idéias voltadas para o turismo, tem possibilitado a expansão e ampliação das atividades turísticas na região, procurando intensificar a dinâmica que envolve as propriedades rurais e também outros setores a elas agregados.

Na perspectiva do desenvolvimento, apontamos o turismo como criador de empresas e de empregos. Trata-se, em geral, de micro-empresas, comerciais e de serviços, mas, ao mesmo tempo, de produção (artesanato) e até de empresas inovadoras, sobretudo nos processos tecnológicos da cafeicultura, normalmente de iniciativa local. Todavia, atuam também médias empresas, principalmente ligadas ao setor produtivo agrícola. Em Portugal, essas empresas caracterizam-se por ser, predominante, de pequena e média estrutura, baseadas

numa formação familiar, onde a principal atividade está, normalmente relacionada à cultura da uva.

Em termos gerais, o mercado de trabalho, na área do turismo, não é muito exigente em qualificações acadêmicas, mas sim quanto à formação profissional, ainda que a Microrregião de Viçosa seja totalmente carente nesse requisito, o que não significa a não necessidade de quadros de nível superior. Por outro lado, muitos empregos criados no setor turístico exigem horários atípicos, são irregulares, frequentemente precários e pouco atrativos, principalmente para os mais jovens, cada vez mais inseridos no mundo urbano globalizado e com outras perspectivas profissionais.

Assim, uma boa parte dos empregos, no turismo, é ocupada pela população feminina e enraizada, normalmente, próxima ao local de serviço, capaz de se ajustar à flexibilidade e à insegurança da sazonalidade turística, à falta de outra oportunidade de emprego e até mesmo ao trabalho clandestino e um tempo parcial, na tentativa de suprir o escasso rendimento econômico familiar. Em Portugal, esse fato também é observado; entretanto, a mão-de-obra feminina é mais valorizada, devido principalmente à escassez desse tipo de profissional na região, inexistindo o denominado trabalho clandestino, muito comum em terras brasileiras.

Observamos, na região do estudo, que os padrões de desenvolvimento local das propriedades envolvidas com o turismo vêm ocorrendo de forma lenta e gradual, provavelmente fruto do isolacionismo que cada propriedade vivenciou, desde o seu surgimento, no final dos anos de 1990. Mesmo que ainda bastante lento, esse processo ampliou a possibilidade de estarem agregados ao Circuito Turístico Serras de Minas, que se tornou um importante marco no processo de consolidação do turismo local.

Tanto em Portugal quanto no Brasil o rural é não só possível, como desejável, neste mundo que se globaliza, e que por isso mesmo adquire novos contornos culturais; preservá-lo é conservar, não só a nossa própria identidade, mas transmitir às gerações futuras um patrimônio comum, enriquecido, transformado, desenvolvido, mas sem perder o traço de maior proximidade entre o homem e a natureza; um novo espaço, onde o abandono não se insinue, e a esperança, o direito à saúde, ao trabalho, à educação, à cultura e ao lazer sejam uma realidade.

Para muitos proprietários rurais, caberia ao turismo no espaço rural criar as condições ideais de preservação desse rural, sendo o elo entre o que hoje existe nesse espaço e o que realmente se almeja para a região.

Independentemente de estarmos evoluindo no campo das finalizações, parece-nos interessante cruzar os resultados que obtivemos por meio dos questionários efetuados nas

propriedades rurais do Minho com os aplicados nas propriedades rurais da Microrregião de Viçosa, não no intuito de generalizar, mas sim de observar se existem elementos que apontem fatores comuns para os dois espaços rurais pesquisados na tese.

Paralelamente a esta questão, já em si complexa, temos ainda de considerar que, como oportunamente referenciamos, existem diversas formas de utilização turística desse espaço, algumas das quais não dizem, diretamente, respeito ao domínio privilegiado desta tese.

Após as análises das coletas de dados na Microrregião de Viçosa e na Região do Minho, observamos que ocorreram semelhanças nos processos de origem e formação do TER. As regiões têm ou tiveram como base econômica principal a atividade agrícola (café e uva respectivamente), onde as constantes modificações do processo produtivo, agregadas às variações do mercado, provocaram profundas crises econômicas, o que gerou uma significativa perda de *status* e poder perante outras culturas, contribuindo com a estagnação econômica local. Nesse processo, o turismo surgiu como uma possibilidade ao avanço do desenvolvimento local, sem contudo esquecer a vocação agrícola desses lugares.

Esse fenômeno foi mais significativo em Viçosa e Ponte de Lima, uma vez que a cidade de Guimarães, localizada no Vale do Rio Ave, passou por um processo de industrialização mais intenso, graças à indústria têxtil, que surtiu naquele momento um efeito menos traumatizante em sua economia. Assim, a crise na agricultura, a que nos referimos anteriormente, agregada a outros fatores socioeconômicos que extrapolam os limites locais das referidas regiões, levaram alguns proprietários rurais a buscarem, no turismo, alternativas para a sobrevivência de suas propriedades.

Analisando o turismo e, em especial, o turismo no espaço rural, observamos que a sociedade elege o espaço rural como o segundo destino turístico mais importante para a realização de suas férias ou viagens. Tanto no Brasil, quanto em Portugal, os roteiros de sol e mar ainda são os mais procurados, em função da tendência mundial que, há algumas décadas, predomina no mercado, em função de uma maior e melhor qualidade oferecida nos serviços, em função também da infraestrutura disponível e, por último, por questão estética, visto que a valorização que a sociedade faz do culto ao corpo, estabelecendo um padrão do “corpo sarado e bronzeado”, faz com que se considere o turismo praiano como o mais importante.

É inegável a potencialidade turística que possui a Microrregião de Viçosa. Entretanto, o grande desafio é contribuir para que o turismo possa propiciar uma melhoria no desenvolvimento das propriedades rurais já envolvidas com o turismo e do seu entorno, uma vez que ele é percebido, pelos produtores, apenas como uma fonte a mais, de renda. Cremos que apenas isto não é o suficiente, do ponto de vista do Estado e do mercado; é preciso

ultrapassar os limites da melhoria apenas da renda interna, é necessário também garantir a melhoria estrutural do lugar e o desenvolvimento sociocultural de todos os envolvidos no processo turístico.

A situação envolve, inicialmente, uma mudança de postura por parte dos proprietários, e isso vem acontecendo lentamente, principalmente com a chegada do circuito turístico, que dissemina a necessidade de se buscar um desenvolvimento local apoiado, principalmente, na sustentabilidade. Passa, também, pela capacidade de integrar a comunidade local, inserindo-a nesse processo de desenvolvimento e expansão sociocultural.

Ao analisar o turismo no espaço rural, concluímos que as propriedades rurais envolvidas com algum tipo de oferta turística, na referida microrregião, procuram se adequar aos recursos naturais e culturais que caracterizam o espaço rural local, levando os produtores rurais a se (re)organizarem em função do produto turístico ofertado e da demanda de visitantes que recebem.

Essa é uma tendência também observável no espaço rural português que possui indubitavelmente grandes potencialidades. Nesse sentido, as propriedades rurais do Minho destacam-se pelo patrimônio construído, pelos seus solares e pelas excelentes casas rurais, apoiadas nos recursos naturais existentes, o que leva os seus proprietários a se organizarem, também, em função desse produto ofertado.

As práticas lusitanas que contribuem nas transformações do rural e no fazer turístico da Microrregião de Viçosa, são caracterizadas pelos usos e apropriações de um espaço rural, fruto de um processo histórico de construção e valorização de seus patrimônios socioculturais.

Das propriedades rurais estudadas, observou-se que as atividades turísticas iniciaram-se, em 1995, justamente onde predominam as atividades de camping, o que permite afirmar que as atividades turísticas na Microrregião de Viçosa surgiram, de forma espontânea, pela prática dessa atividade de lazer; sendo que uma propriedade ainda possui a cafeicultura como atividade econômica principal e a outra está totalmente apoiada na prática do turismo. Contrapondo, a propriedade mais recente foi inaugurada em 2007, e sua atividade econômica principal está totalmente concentrada no turismo de eventos e no ecoturismo. Em síntese, as propriedades pesquisadas têm, como atividades econômicas, a cafeicultura (três casos), vinicultura (dois casos), agropecuária (um caso) e o turismo (três casos), muitas delas associadas com duas ou mais atividades econômicas.

Desse modo, o turismo existe na perspectiva da pluriatividade, o que nos remete para a necessidade de se pensar uma política pública que atenda o turismo no espaço rural como um

todo, e que considere, também, as atividades agrícolas, pois esses fatos não são contemplados pelas legislações atuais.

Quanto a sua distribuição geográfica, verificou-se que o Município de Araponga concentra o maior número de propriedades rurais envolvidas com o turismo, quatro, no total, tendo como atividades econômicas principais a cafeicultura e o turismo no espaço rural; os demais municípios possuem apenas uma propriedade cada, destacando-se a produção artesanal de vinhos em Viçosa e Paula Cândido. Entretanto, acreditamos que um circuito turístico não pode ser configurado apenas pelo turismo no espaço rural, mas também por outros aspectos como, por exemplo, o agrícola, o comercial, o terceiro setor e outros, estabelecendo uma rede de serviços que se interajam em e se dinamizem, no sentido de promover o desejado desenvolvimento local.

Dos dados apresentados, nas entrevistas com os proprietários rurais e com as visitas de campo, observamos que a prática do turismo, no espaço rural da Microrregião de Viçosa, vem gerando sobretrabalho às unidades de produção familiar. Oriundo de uma dupla jornada de trabalho semanal, o sobretrabalho está, diretamente, ligado às atividades rotineiras da propriedade rural, normalmente durante a semana, e também na dedicação ao empreendimento turístico, mais especificamente nos finais de semana ou feriados, e envolve não apenas o dono do investimento, mas também outros membros familiares ou funcionários contratados.

Esse sobretrabalho promove um estrangulamento da mão-de-obra local, que precisa se adequar a essa realidade, ou seja, realizar, além das tarefas rotineiras da propriedade, das tarefas que são pertinentes à chegada, à recepção, à estada dos turistas, o que envolve um desdobramento pessoal para aguentar o ritmo de trabalho, sendo essa situação observada tanto com os proprietários e seus familiares quanto com os funcionários que trabalham nesses locais, e que tentam amenizar essa situação assumindo ou colaborando nas funções uns dos outros.

Além dos ganhos com o turismo para as propriedades rurais, as cidades da região tendem a se beneficiar deste processo de implantação do turismo no espaço rural, ainda que indiretamente. Para as pequenas cidades locais, esses benefícios são mais positivos do que negativos, pois o turismo no espaço rural possibilita, além da contratação de mão-de-obra urbana, o aumento do fluxo de pessoas, de prestação de serviços, entre outros, gerando, conseqüentemente, uma maior circulação de capital nesses pequenos núcleos.

Vale destacar que muitos cidadãos ainda sustentam em relação aos espaços rurais, alguns interesses de apropriação fundiária, imobiliária e/ou econômica, assim como, fortes

laços afetivos, pela filiação, pelas vivências e recordações da infância, o que os estimula a voltar ao campo. Em outros casos, porém, afirmam-se princípios ideológicos de salvaguarda da natureza, de inspiração ecológica ou simplesmente estética e de valorização patrimonial e cultural, de inspiração histórica, antropológica, e etc., para justificar o interesse do rural.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o TER trabalha com o imaginário, com a memória; entretanto, esses valores, praticamente, não são contemplados nos projetos turísticos que envolvem as propriedades rurais, provavelmente por falta de informações concretas sobre como utilizá-los ou por acreditarem que esses valores são insignificantes para o desenvolvimento da propriedade rural

Nesse novo quadro das relações rurais-urbanas que vêm ocorrendo, a procura turística por espaço rurais, ou mesmo naturais, reafirma-se e diversifica-se um pouco mais. Essas novas formas de turismo, em espaços rurais e naturais desenvolvem, na verdade, nas populações urbanas, novas relações, imateriais e materiais, com a natureza, novas práticas dos espaços, contatos com as populações locais mais frequentes e não menos intensas. Nesse sentido, muitos espaços rurais vão sendo integrados em fluxos turísticos formais, desenraizados, amplos e complexos, o que não significa afirma que seja, uma carência de projetos esse segmento do setor turístico.

As manifestações do turismo no espaço rural, as suas relações com uma nova configuração regional, tendo como objeto de estudo as propriedades rurais envolvidas com o turismo, na Microrregião da Zona da Mata de Viçosa – MG, ocorre de forma lenta e gradativa, influenciando na dinâmica rural das propriedades, como também na dinâmica urbana, agregando valores socioeconômicos e culturais ao que é produzido no espaço rural, como por exemplo a valorização do espaço utilizado para camping, o custo da hospedagem, a produção agrícola de uva ou de café fino, a gastronomia local, o artesanato, a prestação de serviços que envolvem o turista, entre outros.

Ao analisarmos o turismo no espaço rural, considerando-se as propriedades rurais que já realizam algum tipo de oferta turística, na referida microrregião, identificamos que os fatores que as levaram à inserção do turismo estão, diretamente, agregados a uma necessidade econômica e social, mas também baseados numa crise ecológica que preconiza os princípios da sustentabilidade local.

De maneira geral percebemos, ao longo do trabalho, que de fato ocorreram modificações intensas no modo de vida dos proprietários rurais da Microrregião de Viçosa e nos ritmos da produção nas comunidades onde eles estão inseridos; entretanto, percebemos que essas modificações são frutos das transformações que a sociedade brasileira vem

sofrendo, nas últimas décadas, e que também chegam aos lugares mais distantes da microrregião, como por exemplo o asfaltamento da rodovia, uma luta de mais de quarenta anos, a eletrificação rural, a telefonia móvel e até mesmo chegada da Internet, nas propriedades rurais.

Observamos que os fatores naturais e culturais que caracterizam o turismo no espaço rural da área de pesquisa estão ligados, diretamente, à topografia acidentada do terreno, aliada às áreas residuais de Mata Atlântica e a um clima típico de montanha, o que favoreceu os vários tipos de turismo existentes, possibilitando aos produtores rurais se (re)organizarem nas suas propriedades e na região para atender aos vários tipos de turista que frequentam o local. Essa reorganização se deu, inicialmente, na associação junto ao circuito turístico que, dentro de suas ações, prevê normas e técnicas para os seus membros. Internamente, ela ocorre como uma forma de reestruturação da infra-estrutura da propriedade e, também, por meio da aquisição de conhecimentos e informações sobre o TER pelos proprietários, no sentido de buscarem um melhor atendimento aos turistas, o que vem caracterizando o turismo local.

Em algumas propriedades rurais da área de estudo, o turismo no espaço rural vem sendo, também, utilizado no processo de ensino e aprendizagem, principalmente do ensino fundamental e médio, onde a prática do turismo tem-se tornado um importante aliado nas aulas de Geografia e até mesmo de outras disciplinas, como, a História e Biologia, pois contribui com a educação ambiental, principalmente nas análises dos impactos, positivos ou negativos, que essa atividade exerce sobre o meio ambiente, levando as novas gerações a compreender a necessidade de uma maior preservação e valorização da cultura e do patrimônio local.

As principais conclusões a que chegamos, neste particular, foram:

- 1) O turismo no espaço rural pauta-se num fenômeno eminentemente geográfico;
- 2) A evolução do turismo assenta-se em dois aspectos, aparentemente contraditórios: uma maior ampliação do acesso das camadas sociais menos privilegiadas e uma seletividade das suas diversas práticas e espaços, consoante o poder econômico de cada turista;
- 3) Observa-se, atualmente, o aparecimento de novas tendências do fenômeno turístico que, por sua vez, passa por uma diversificação pela procura e por alterações da oferta;
- 4) Com relação ao domínio da procura, as alterações ocorrem pela atração por novos espaços, por outras formas de alojamento, pelo aparecimento de motivações e de diferentes maneiras de organizar as viagens;
- 5) No tocante à oferta, elas manifestam pelo aparecimento de novas propriedades envolvidas com o turismo e pelo desenvolvimento e inserção de novas formas de turismo.

O turismo no espaço rural aparece associado aos ciclos de produção agrícola e deve ser concebido como uma atividade de pequena escala, artesanal, que deve propiciar um incremento na qualidade de vida dos moradores locais, tendo uma função muito importante no âmbito do desenvolvimento local. Sua presença tem de emergir inserida num conjunto mais amplo - não apenas o simples fenômeno turístico, mas sim pensá-lo a partir da diversidade. Qualquer especialização excessiva resulta potencialmente perigosa à propriedade.

Entendemos que toda tese deve sugerir opções à sociedade que a financiou e que dela espera algum retorno, Por isso, apontamos algumas recomendações aos envolvidos em nossa pesquisa.

Aos envolvidos na atividade turística da Microrregião de Viçosa, que busquem informar à comunidade local sobre o papel do turismo, seus benefícios, seus impactos, suas perspectivas de desenvolvimento e outros, salientando que esse trabalho de informação deve ser direcionado, também, a outros profissionais que trabalham na infraestrutura urbana e turística, visando a uma melhoria na qualidade dos serviços ofertados, tanto para a comunidade como para os visitantes.

Ao Estado, cabe a responsabilidade de ampliar a atual política pública por ele elaborada, no sentido de se fazer presente em todas as propriedades rurais onde o TER ocorra e, ao mesmo tempo, possibilitar que esse turismo se desenvolva, criando as condições básicas de funcionamento, como por exemplo manutenção de estradas, manutenção das placas de sinalização, mais recursos para os circuitos turísticos investirem na qualificação das pessoas envolvidas e mais melhorias na infraestrutura urbana das cidades abrangidas pelo circuito turístico.

Para as propriedades envolvidas com o turismo, deve ser elaborado um plano gestor, visando o seu desenvolvimento natural, sem, no entanto, colocar em risco sua própria sobrevivência, seguindo etapas simples, como reconhecimento da realidade local, identificação das potencialidades e suas aptidões e outros fatores.

Sugerimos, também, a continuidade deste estudo, nos demais municípios que integram o Circuito Turístico Serras de Minas. Esses dados, compilados, permitiriam, posteriormente, o mapeamento do turismo no espaço rural e sua realidade local.

Elaborar e executar ações mais concretas, que possam promover o desenvolvimento, o fortalecimento e a manutenção do turismo na microrregião como, por exemplo, a criação da uma central de reservas que estimule e divulgue mais as propriedade turísticas, respeitando as diferenças de cada uma; maior investimento no marketing local e na certificação dos produtos oferecidos pelo circuito turístico; estímulos à parceria com outros circuitos e órgão públicos,

melhorias da estrutura urbana, entre outros. Um desses caminhos é buscar uma maior articulação entre os diversos segmentos envolvidos com o turismo, pois a falta dessa articulação tem levado a esforços individuais, resultando num efeito pouco eficaz.

Sugerimos, aos órgãos públicos e órgãos não-governamentais, bem como à iniciativa privada que trabalha com o turismo, a realização de ações mais concretas que possam promover o desenvolvimento, o fortalecimento e a manutenção do turismo na microrregião. Destacando as seguintes ações:

- a) Criação de um plano de gestão para o turismo municipal, em cada um dos municípios pesquisados;
- b) Melhorias e manutenção das principais vias de acesso às propriedades envolvidas no turismo;
- c) Identificação de outros possíveis locais turísticos;
- d) Estímulo a uma maior participação de órgãos públicos como IEF, UFV, EMATER e outros;
- e) Fomento à participação da comunidade local, no processo de expansão do turismo local, mostrando a importância do turismo no espaço rural para o município;
- f) Estímulo ao treinamento e à capacitação de profissionais que estão envolvidos, direta ou indiretamente com o turismo;
- g) Ampliação dos incentivos às festas e culturas populares;
- h) Elaboração de uma legislação em nível municipal, que contemple as especificidades das atividades turísticas, envolvendo todos os atores sociais;
- i) Identificação e desenvolvimento dos produtos locais que possam representar a região, agregando valores a esses produtos;
- j) Criação de uma política de incentivo e fomento ao turismo, visando à criação de linhas de créditos específicos; e
- k) Busca de parcerias com a iniciativa privada, objetivando a expansão do setor.

O turismo no espaço rural deve ser um dos fatores para o desenvolvimento rural. Esse tão sonhado desenvolvimento assenta na valorização de novas atividades econômicas, jogando tanto com novos produtos como com novos serviços. No fundo trata-se, em muitos casos, de uma simples diversificação em ramos não inteiramente novos, mas apenas com novas funções e valores.

O turismo pode ser visto, aqui, como um conjunto de forças que se associam, com o objetivo de propiciar o seu desenvolvimento, e tanto em Portugal como na Microrregião de

Viçosa sua ação está voltada para os vários setores que o compõem, mas que especificamente, no caso da nossa área de estudo, apóia-se no turismo do espaço rural,

Afirmamos que o turismo no espaço rural possui diversas formas de se manifestar e, no caso da nossa área de estudo, ele aparece nas formas de ecoturismo, turismo rural, turismo científico, turismo gastronômico, agroturismo, turismo de eventos, turismo religioso e outros, que se agregam em torno das propriedades rurais; em Portugal, predominam apenas três tipos - o turismo de habitação, o turismo rural e o agroturismo -, o que nos permite afirmar a existência de uma complexa e significativa estrutura que caracteriza o espaço rural da região do Minho. Na Microrregião de Viçosa, o turismo modifica o modo de vida dos proprietários rurais, antes envolvidos apenas com a cafeicultura, e também contribui com o desenvolvimento socioeconômico e cultural do lugar, quando destinado a cumprir o seu papel de modo planejado e de forma eficaz.

Se conseguimos apontar, neste estudo, fatos que sirvam para conscientizar a sociedade sobre o papel do turismo, no processo de desenvolvimento local, podemos dizer que cumprimos nosso objetivo, quando propusemos, no ano de 2006 cursarmos o doutorado em Geografia. Se não conseguimos, terá valido o esforço de, com um olhar crítico, termos nos debruçado sobre o estudo do turismo e tê-lo percebido como um fator que pode contribuir para o desenvolvimento da nossa área de estudo.

Este trabalho pode ser o início para uma série de outros. Além das reflexões que apresentamos, nestas pesquisas, outra contribuição está no fato de ela se consistir no primeiro trabalho a discutir o turismo no espaço rural da Microrregião de Viçosa. Acreditamos que o fim é, na verdade, o começo para a continuidade das reflexões aqui estabelecidas, e para outras novas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

*Todos os tipos de coisas ocorrem para nos
ajudar, que em outras circunstâncias nunca
teriam ocorrido. Todo um fluir de
acontecimentos surge a nosso favor. Como
resultado da decisão, todas as formas
imprevistas de coincidências, encontros e ajuda
material, que nenhum homem jamais poderia
ter sonhado encontrar em seu caminho.
Qualquer coisa que você possa fazer ou sonhar
você pode começar. A coragem contém, em si
mesma, o poder, o gênio e a magia.*

Goethe

- ABRANTES, A. A CTP – Confederação do Turismo Português. As preocupações de hoje e os desafios de amanhã. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, Aveiro, vol. 1, n.2, p. 103-104, set 2004.
- ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo do rural brasileiro? **Terra Livre**, São Paulo, v.15, p. 87-112, 2000.
- ALMEIDA, A. D.; BELO, D. **Portugal património, guia inventário**. Volume I, Viana do Castelo, Braga, Porto. Rio de Mouro: Círculo de leitores, 2007.
- ALMEIDA, F. A. B. **A produção do espaço pelo turismo**: a paisagem e os conflitos de gestão em Maria da Fé - MG. 2005. Dissertação (mestrado em Geografia)-Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- ALMEIDA, J. A. A.; BLOS, W. O marketing do turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. A. A.; FROEHLICH, M.; RIEDL, M. (Org.) **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2000.
- ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Org.) **Turismo Rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000.
- ALMEIDA, M. G. A produção do ser e do lugar turístico. In: SILVA, J. B.; LIMA, L. C.; ELIAS, D. **Panorama da geografia brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006.
- ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva a agricultura sustentável. 3.ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.
- ALVARES, L. C.; CARSALADE, F. L. Planejamento e gestão de políticas públicas para o turismo sustentável: o caso do programa Estrada Real. Belo Horizonte. **Revista de Turismo**, Belo Horizonte, v. 1, n.1, p.01-21. nov. 2005.
- ALVES, M. R. F. **Economia da Mata Mineira**: passado e presente – dois casos de análise econômica. Viçosa: Folha de Viçosa, 1993.
- AMORIM FILHO, O. B. A evolução do pensamento geográfico e a fenomenologia. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, n. 21 e 22, p. 67-87, jan/dez. 1999.
- ANDRADE, R.G.R. **A expansão da cafeicultura em Minas Gerais**: da intervenção do Estado à liberalização do mercado. 164 f. Tese (Doutorado em Economia)-Faculdade de Ciências Econômicas/ CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.

ANJOS, J. L. **Turismo rural**: fazenda e pousada. 203 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

ARAÚJO, J. G. F. **ABC do turismo rural**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2000

_____. Estudo da demanda de um atrativo turístico: o caso de os “pesque e pague” na Microrregião de Viçosa – MG. **Revista de Economia da UMA – REUNA**, Belo Horizonte, v. 7, n.2 (19), p. 67-71, 2002.

ARGOLO, A. **Arquitetura do café**. Campinas: UNICAMP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

ASSIS, G. G. **Conhecer Araponga**. Araponga (MG), S.Ed.P., 2003.

ASSIS, R. L. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 10, n. 1, p.75-89, jan/mar 2006.

ASSOCIAÇÃO DO TURISMO DE HABITAÇÃO – TURIHAB. **Solares de Portugal**: a qualidade ao serviço da Tradição. Lisboa: Heska. SDP.

AZEREDO, A. C. **Guimarães**. Porto: Caminhos Romanos Editora, 2007.

AZEVEDO, U. R.; KOHLER, H. C.; Planejamento turístico em áreas cársticas. In: AMORIM FILHO, O. B.; KOHLER, H. C.; BARROSO, L.C. (Org.) **Epistemologia, cidade e meio ambiente**. Belo Horizonte, Ed. PUC Minas, 2003.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS – BDMG. Departamento de Planejamento Programas e Estudos Econômicos. **Zona da Mata**: diagnóstico e indicações de ações prioritárias para seu desenvolvimento. Belo Horizonte: BDMG, 2000.

BARRETO, M. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades do planejamento. Campinas: Papirus, 2003.

BEDIN, B. P. **O processo de intervenção social do turismo na Serra de Ibitipoca (MG)**: simultâneo e desigual, dilema camponês no “paraíso do capital”. 2008. 406 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Instituto de Geociências, Belo Horizonte, 2008.

BERCKER, D. F. (Org.) **Desenvolvimento Sustentável**: necessidade e/ou possibilidade? 4. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

- BEZERRA, A. C. A.; GONÇALVES, C. U.; NASCIMENTO, F. R.; ARRAIS, T. A. (Org.) **Itinerários geográficos**. Niterói: Ed UFF, 2007.
- BEZZI, M. L. **Uma (re)visão historiográfica** – da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: Ed. UFSM, 2004.
- BLOS, W. O turismo rural na transição para outro modelo de desenvolvimento rural. In: ALMEIDA, J. A. A.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000.
- BOLSON, J. G. Circuitos turísticos de Minas Gerais – Modelo de realização. **Revista Turismo**. 2004. Disponível em: <www.revistaturismo.com.br/artigos/minasgerais.html> Acesso em: 17 ago. 2009.
- BOLSON, J. G.; PIRES, F.; BAHIA, E. T. **Histórico e análise das políticas públicas de turismo no Brasil – 1930/2004** – Estudo de caso em Minas Gerais. 2005. Disponível em: <www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?IDConteudo=6792> Acesso em: 06 ago. 2009.
- BONERANDI, E. Le recours au patrimoine, modele culturel pou le territoire? **Geocarrefour**, Lyon, v. 80, n. 2, p.91-100, 2005.
- BONTEMPO, M. **Análise sócio-econômica do turismo ecológico no Brasil: um estudo de caso**. 1994. 105 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1994.
- BORDIEU, P. **O poder simbólico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2005.
- BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: EDUSC, 2002.
- BRAMANTE, A. C. Lazer: concepções e significados. **Licere**, Belo Horizonte, v. 1, n.1, p. 9-17, 1998.
- BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba; Ed. da UFPR, 1999.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: < <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>> Acesso em 05/07/09.
- BRASIL. **Lei n°. 11.771**, de 17 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11771.htm> Acesso em: 05/07/09-
- BRASIL - MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO - EMBRATUR. **Turismo rural. Manual operacional**. Brasília: 1994.

BRASIL - MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural**. Brasília: MTur, 2004.

_____. **Plano nacional do Turismo (PNT) 2003-2007** - diretrizes, metas e programas. Brasília, MTur, 2003.

_____. **Plano nacional do Turismo (PNT) 2007-2010** - uma viagem de inclusão. Brasília, MTur, 2007.

BRASIL - MINISTÉRIO DO TURISMO. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Relatório de Gestão (Exercício 2008)**. Brasília: MTur, 2008b.

_____. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil Diretrizes Políticas**. Brasília, Ministério do Turismo, 2004b.

_____. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil**: Introdução à Regionalização do Turismo. Brasília: Ministério do Turismo, 2007b.

_____. **Turismo rural**: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

BROGGIO, C.; DROULERS, M.; GRANDJEAN, P. A dinâmica territorial da cafeicultura brasileira: dois sistemas de produção em Minas Gerais. **Revista Território**, Rio de Janeiro, n.6, p. 73-91, jan./jun. 1999.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Ijuí, FIDENE, 1985.

BRUSADIN, L. M. Política e planejamento do turismo: avaliação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo. **Anais do II Fórum de Estudos Multidisciplinares Uni-FACEF**. Franca: FECEF, 2008 Disponível em <<http://www.facef.br/novo/publicações/IIforum/Com%20EP.html#Le>> Acesso em: 13 ago. 2009.

_____. **Avaliação do programa nacional de municipalização do turismo: diferentes visões**. Disponível em <<http://www2.anhembi.br/publique/media/leandro>> Acesso em: 14 ago. 2009.

BRUST, C.; BAGGIO, I. C.; SALDANHA FILHO, M. F. Gestão das políticas públicas de esporte e lazer em Santa Maria – RS. **Revista Digital**, Buenos Aires, n. 116, p. 01-08, jan. 2008. Disponível em <<http://www.efdeportes.com>>. Acesso em 10/08/2009.

BURSZTYN, I. **Políticas públicas de turismo visando a inclusão social**. 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BUSBY, G.; RENDLE, S. The transition from tourism on farms to farm tourism. **Tourism management**; research, policies, practice. n. 21, p. 635-642, 2000.

CALVENTE, M. C. M. H. **Turismo e excursionismo rural**: potencialidades, regulação e impactos. Londrina: Humanidades, 2004.

_____. Turismo rural e modernização – sua forma e função. **Geografia**, Londrina, v.9, n.1, p.25-39, jan./jun., 2000.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J. A. A.; RIEDL, M. (Org.) **Turismo Rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru, SP: Ed. da EDUSC, 2000.

CÁNOVES, G.; HERRERA, L.; BLANCO, A. Turismo rural en España: un análisis de la evolución en el contexto europeo. **Cuadernos de Geografía**, Valencia, n. 77, p.41-58, 2005.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In. SCHNEIDER, S. (org.) **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

CARNEIRO, P. A. S. et. al. Transformações sócio-regionais decorrentes da consolidação e modernização da cultura do café no cerrado mineiro. **Geografia**, Rio Claro, v. 30, n.3, p. 491-505, set/out 2005.

CARVALHO, A. F. Políticas públicas em Turismo no Brasil. **Sociedade e Cultura**, v. 3, n.1 e 2, p. 97-109, jan/dez 2000.

CARVALHO, L. G. **Modelos prognósticos de produtividade da cultura do café no estado de Minas Gerais**. 2003. 152 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2003.

CASASOLA, L. **Turismo y ambiente**. 4. reimpresión. México: Trillas, 2000.

CASTRO, D. G. **Significados do conceito de paisagem**: um debate através da epistemologia da geografia. Disponível em: <www.pucsp.br/~diamantino/PAISAGEM.htm> Acesso em: 26, Nov. 2008.

CASSADY, S. M. **The hotel book**: great escapes Europe. Köln: Taschen, 2002.

CAVACO, C. **A região de fronteira do Rio Minho**. Projecto de estudos de geografia humana e regional. Relatório n. 1. Lisboa: Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Geográficos (CEG), 1973.

_____. O turismo e as novas dinâmicas territoriais. In: MEDEIROS, C. A. (Coord.) **Geografia de Portugal. Vol. 3**, actividades económicas e espaço geográfico. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

_____. **O turismo em Portugal**: aspectos evolutivos e espaciais. Estudos de Geografia Humana e regional, B1. Lisboa: Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Geográficos (CEG), 1979.

_____. O turismo rural nas políticas de desenvolvimento do turismo em Portugal. In: CAVACO, C. (Org.) **Desenvolvimento rural desafio e utopia**. Estudos para o planeamento regional e urbano. N. 50. Lisboa: UL/CEG, 1999.

_____. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e Geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____. Turismo(s) de ontem e de amanhã. **Economia & Prospectiva**, Lisboa, v.1, n.4, p. 61-78, jan/mar 1998.

_____. Turismo, comércio e desenvolvimento rural. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Orgs). **Turismo rural, ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000.

CAVACO, C.; FONSECA, M. L. **Território e turismo no Brasil**: uma introdução. Estudos para o planeamento regional e urbano, n. 53. Lisboa: Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Geográficos (CEG), 2001.

CLAVAL, P. **Geografia Cultural**. Florianópolis, Ed. UFSC, 2001.

_____. A paisagem dos geógrafos. In: CORREIA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

COELHO, B. S. **O turismo rural e suas potencialidades**: uma análise exploratória do processo de integração e implicações sobre a qualidade de vida – Ipatinga-MG. 2005. 120 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2005.

CORIOLOANO, L.N.M.T. O real e o imaginário nos espaços turísticos. In: ROSENDAHL, Z.; CORREA, R. L. (Org). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

CRISTÓVÃO, A. F. A. C. Ambiente e desenvolvimento de áreas rurais marginais: o caminho tortuoso para uma relação potencialmente frutuosa. **Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Porto Alegre, v.1, n.1, jan./mar., 2000.

_____. Mundo rural: entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais). In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A.; VIANA, A.L.B. (Org.) **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

_____. Políticas públicas de turismo no Brasil: significado, importância, interfaces com outras políticas setoriais. In: SOUZA, M. J. (Org.) **Políticas públicas e o lugar do turismo**. Vol 1. Brasília: UnB/ Depto de Geografia; Ministério do Meio Ambiente, 2002.

_____. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

DALE, P. J. **Novas dimensões da ruralidade: turismo e desenvolvimento territorial**. 2001. Dissertação (Mestrado)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

DOMINGUES, A. A paisagem revisitada. **Finisterra**, Lisboa, v.37, n.72, p. 55-66, 2001.

_____. (Coord.) **Cidade e democracia: 30 anos de transformação urbana em Portugal**. Lisboa: Argumentum, 2006.

DUARTE, M. B. **Leituras do “lugar-mundo-vivido” e do “lugar-território” a partir da intersubjetividade**. 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

DUNCAN, J. A paisagem como sistema de criação de signos In: CORREIA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

DUQUE, H. M. **A luta pela modernização da economia cafeeira: assim agem as multinacionais**. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

ELESBÃO, I.; ALMEIDA, J. A. O turismo rural como vetor do desenvolvimento local: a experiência de São Martinho-SC. **Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria (RS), n.13, p. 1-19, ago/2001.

EMMENDOERFER, L. A Política Pública de Regionalização do Turismo em Minas Gerais: os circuitos turísticos. **Turismo em Análise**, São Paulo, v.19, n.2, p. 221-240, ago. 2008.

EUROTRAD. **Europe of traditions: accommodation guide**. “A bridge between Euroregions. Ponte de Lima: Eurotrad, 2006.

- FARIA, D. S.; CARNEIRO, K. S. **Sustentabilidade ecológica no turismo**. Brasília: Ed. da UnB, 2001.
- FARIA, J. A.; SILVA, K. M. **Circuitos turísticos, um modelo de planejamento integrado**. 2003. 105 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização)-Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- FAZENDA BRAÚNA. **Fazenda Braúna**. 2008. Disponível em: [Disponível em: <http://www.bsca.com.br/auction2003/cup_f02_pt.php>](http://www.bsca.com.br/auction2003/cup_f02_pt.php) Acesso em: 26 nov., 2008.
- FENNELL, D. A. **Ecoturismo: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002.
- FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. M.; SUZUKI, J. C. (orgs.) **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- FERNANDES, S. W. R. **A inserção do espaço geográfico no planejamento nacional do turismo**. 2007. Dissertação (Mestrado)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- FERREIRA, D. A. O. Geografia agrária no Brasil: conceito e periodização. **Terra Livre**, São Paulo, n.16, p. 39-70, 2001.
- FERREIRA, L. S. **Organização das políticas públicas de turismo no Brasil: diretrizes nacionais e fragilidades locais**. Disponível em: [Disponível em: <www.cchala.ufrn.br/humanidades>](http://www.cchala.ufrn.br/humanidades). Acesso em: 18/ ago. 2009
- FIALHO, M. A. V. Agricultura familiar, produção orgânica e “novos rurais”: um estudo de caso no sul do Brasil. In: MOREIRA, R. J. (Org.) **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- FILETTO, F. **Trajetória histórica do café na Região Sul de Minas Gerais**. 2000. 133 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2000.
- FRANCO, V. S.; SILVA, K. M.; SILVA, J. T. M. A ética no marketing do produto turístico rural. **Revista de economia, administração e turismo – REUNA**, Belo Horizonte, v. 10, n. 3, p.11-19, 2005.
- FREITAS, C. L. **Turismo, Política e Planejamento – Estudo do Circuito Turístico do Diamante no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- FROEHLICH, J. M.; DIESEL, V. (Org.) **Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

FROEHLICH, J.M.; RODRIGUES, I.S. Atividade turística e espaço agrário: considerações exploratórias sobre o Município de Restinga Seca (RS). In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (Org). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2000.

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. **Guia de Portugal. 4º Volume**. Entre Douro e Minho. II. Minho. 3.ed. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Informativo CEI: **PIB Minas Gerais** – Municipal, 2002-2006. Belo Horizonte: FJP, 2008. Disponível em: < <http://www.fjp.mg.gov.br>> . Acesso em 08 fev. 2009.

GANDY, M. Paisagem, estéticas e ideologia. In: CORREIA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

GASTAL, S. **Turismo, imagens e imaginários**. São Paulo: ALEPH, 2005.

GIL, J. **As mais belas vilas e aldeias de Portugal**. Lisboa: Verbo, 1984.

GODINHO, C. O turismo em espaço rural (TER) em Portugal: problemas e desafios para o futuro. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, Aveiro, v. 1, n.1, p. 91-93, mar 2004.

GODOY, A. S. A pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.3, p.20-29, mai/jun 1995.

GOMES, B. M. A.; SILVA, V. J S; SANTOS, A. C. Políticas públicas de turismo: uma análise dos circuitos turísticos de Minas Gerais sob a concepção de *Cluster*. **Turismo em Análise**, v. 19, n.2, p.201-220, ago. 2008.

GOMES, P. M. O turismo no nordeste do Brasil – avaliação e perspectivas: o caso PRODETUR. In: LIMA, L. C. (Org.). **Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico**. Fortaleza: UECE, 1998. v.2.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A pluriatividade da agricultura brasileira, 2002**. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congresem/sober1.html>. Acesso em: 13, set., 2007.

GRAZIANO DA SILVA, J.; VILARINHO, C.; DALE, P. J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A. A.; FROEHLICH, M.; RIEDL, M. (orgs.) **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2000.

- GRONIG, G. A questionabilidade do conceito de paisagem. **Revista RAEGA**, Curitiba, n. 8, p.09-188, 2004.
- GUTIERREZ, G. L. **Lazer e Prazer**: questões metodológicas e alternativas políticas. Campinas: Autores Associados, 2001.
- HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- HALL, C. M.; PAGE, S. **The geography of tourism and recreation**: environment, place and space. Third edition. London: Routledge (Taylor & Francis Group), 2007.
- HENRIQUES, E. B. **Cultura e território, das políticas às intervenções**: estudo geográfico do património histórico-arquitectónico e sua salvaguarda. 2003. 596 f. Tese (Doutorado)-Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2003.
- HESPANHOL, A. N. O desenvolvimento do campo no Brasil. In: FERNANDES: B. M.; MARQUES.; M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Org.) **Geografia agrária**: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- HOLZER, W. O lugar na geografia humanista. **Revista Território**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 51-66, jul/dez 1999.
- HOMENS, R. M. Políticas públicas no turismo. **Economia & Prospectiva**, Lisboa, v.1, n.4, p. 61-78, jan/mar 1998.
- ILBERY, B.; et. al. Farm-base tourism as na alternative farm enterprise: a case study from the Northern Pennines, England. **Regional Studies**, East Essex (UK), v. 32, n. 4, p. 355-364, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico brasileiro 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- _____. **Censo demográfico brasileiro 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. **Turismo**: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002.
- JOLIVEAU, T. La gestion paysagère de l'espace rural: questions, concepts, méthodes et outils. **Geocarrefour**, Lyon, v. 69. n. 4, p.325-334. 1994.
- JONES, A. S.; BRESSAN, M. Produção familiar, pós-modernidade e capitalismo: possibilidades da agricultura independente. **Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**,

Porto Alegre, v.1, n.1, jan/mar, 2000. Disponível em <www.portaldoagrovit.com.br> Acesso em: 12 jul. 2009.

KASTENHOLZ, E. Contributos para o marketing de destinos rurais – o caso do Norte de Portugal. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, Aveiro, v. II, n.1, p. 21-33, mar. 2005.

KNAFOU, R. Turismo e território. Para um enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, A. B. (org.) **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2001.

LAPA, J. R. A. L. **A economia cafeeira**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

LE BOSSÉ, M. As questões de identidade em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas. In: CORREIA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

LECIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: EDUSP, 2003.

LEFF, E. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In: REIGOTA, M. (org.) **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LESSANN, J. G.; LOCARNO, L.; LEITE, L. E. Patrimônio natural de Tiradentes – MG: um patrimônio ameaçado e desconhecido. **REUNA**, Belo Horizonte, v. 10 n. 3 p. 35-51, 2005

LIMA, H. S. O diário de campo e sua relação com o olhar aprofundado sobre o espaço rural. In: WHITAKER, D. C. A. **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau/São Paulo: Letras à Margem, 2002.

LIMA, J. H. **Café e indústria em Minas Gerais (1870-1920)**. Petrópolis: Vozes, 1981.

LISBOA, S.S. **Da migração à não-migração: o exemplo de pequenas cidades da Zona da Mata Mineira**. 2008, 133 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, UFMG, 2008.

LOPES, D. L. Diário de campo: o registro da reconstrução da natureza e da cultura. In: WHITAKER, D. C. A. **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau/São Paulo: Letras à Margem, 2002.

LOURENÇO, C. G. **Guaraciaba fragmentos históricos e sociais**. Guaraciaba (MG), 1999.

LOUZADA, M. **Geografia do turismo rural no estado de Minas Gerais: ecos contraditórios de um segmento turístico dito em expansão**. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

- LOZA, R. R. Patrimônio e turismo: cidade, chuva miudinha e três milênios de história. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, Aveiro, v. 1, n.2, p. 41-46, set 2004.
- LOZATO, J. P. **Géographie du tourisme**: de l'espace regardé à l'espace consommé. Paris: Masson, 1985.
- LUCHIARI, M. T. D. P.; BRUHNS, H. T.; SERRANO. (Org.) **Patrimônio, natureza e cultura**. Campinas: Papirus, 2007.
- MACHADO, V. A regulação jurídica dos territórios turísticos – Portugal e estudo de casos internacionais. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, Aveiro, v. II, n.1, p. 81-94, mar 2005.
- MAGALHAES, C. F. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo: Roca, 2002.
- MAGNANI, J. G. C. Lazer, um campo interdisciplinar de pesquisa. In: BURHNS, H. T. & GUTIERREZ, G. L. (Org.) **O corpo e o lúdico**: ciclo de debates lazer e motricidade. Campinas: Autores Associados, 2000.
- MAIA, A. C. Discutindo conceitos e metodologias: paisagens, textos e produção do espaço migrante. In: SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1., 2008, Rio Claro. **Anais...** Rio Claro, UNESP, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. p. 1222-1235.
- MAIA, D. S. A geografia e o estudo dos costumes e das tradições. **Terra Livre**, São Paulo, n.16, p. 71-98, 2001.
- MAMBERTI, M. M. S.; BRAGA, R. A propriedade rural frente às possibilidades turísticas. Trabalho apresentado no **I Seminário Internacional o desenvolvimento local na integração**: estratégias, integrações e políticas. UNESP, Rio Claro, p.1-13, mai. 2004.
- MARAFON, G. J. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **CAMPO-TERRITÓRIO**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 17-60, fev. 2006. Disponível em <www.campoterritorio.ig.ufu.br> Acesso em: 25 ago. 2009.
- MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, n.19, p. 95-112, 2002.
- MARQUES, R. J. **Desenvolvimento local em espaço rural e novas competências**. Estudos de Geografia Humana e Regional. N. 42. Lisboa: UL/CEG, 2000.

MARTINS, H. T. **Sedes de fazendas mineiras**: Campo das vertentes, séculos XVIII e XIX. Belho Horizonte: BDMG Cultural, 1998.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 8. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

_____. **A sociabilidade do homem simples**; cotidiano e história na modernidade anômala. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, L. G. **Espaços de lazer e de turismo no Noroeste de Portugal**. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

MATHEUS, C. E. et. al. **Educação ambiental para o turismo sustentável**: vivências integradas e outras estratégias metodológicas. São Carlos: RiMa, 2005.

MATOS, M. I. S. **Trama e poder**: a trajetória e a polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo, 1988-1934). Brasília: SESI-DN, 1994.

MATTOSO, J.; DAVEAU, S.; BELO, D. **Portugal**: o sabor da terra. Lisboa: Círculo de Leitores, 1997.

MAXIMIANO, L. A. Considerações sobre o conceito de paisagem. **Revista RAEGA**, Curitiba, n. 8, p.83-91, 2004.

MAZUEL, L. Patrimônio cultural e turismo rural: o exemplo francês. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000.

MEDEIROS, C. A.; CAVACO, C.; MORENO, L. Actividades Rurais. In: MEDEIROS, C. A. (Coord.) **Geografia de Portugal. Vol. 3**, actividades económicas e espaço geográfico. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

MENICUCCI, T. M. G. Gestão de políticas públicas: estratégias para construção de uma agenda. **Anais do IX Congreso Nacional de Recreación Coldeportes / FUNLIBRE**, Fundación Latinoamericana de Tiempo Libre y Recreación. Bogotá, 2006. Disponível em <<http://www.redcreacion.org/documentos/congreso9/TMenicucci.html>> Acesso em: 28 jul. 09.

MERCADANTE, P. **Os sertões do leste; estudo de uma região**: a Mata Mineira. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1973.

MESSIAS, R. C. **O cultivo do café nas bocas do sertão paulista**: mercado interno e mão-de-obra no período de transição (1830-1888). São Paulo: Editora. UNESP, 2003.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN. **Perfil sócio-econômico da Região de Planejamento II Mata**. Volume II. Belo Horizonte: SEPLAN, 1994.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais. **Projeto Estruturador**. Disponível em: <<http://www.turismo.mg.gov.br/programas/projeto-estruturador>> Acesso em: 30 ago. 2009a

_____. Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais - SETUR. **Circuitos Turísticos**. 2003. Disponível em: <www.turismo.mg.gov.br> Acesso em: 16. set. 2009b.

_____. SENAC Minas Gerais. Disponível em: <www.descubraminas.com.br> Acesso em: 09 dez. 2006.

MINAYO, M C. S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MORAES, W. V. **Ecoturismo: um bom negócio com a natureza**. Viçosa: Aprenda Fácil Editora, 2000.

MOREIRA, F. J. **O turismo em espaço rural: enquadramento e expressão geográfica no território português**. Centro de Estudos Geográficos, estudos gerais, B8. Lisboa: CEG, 1994.

MOTTA, M. (Org.) **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2005.

MUINHOS, M. K. O alcance do planejamento estadual no Brasil: os planos mineiros de desenvolvimento da década de setenta. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, v, 6. n. 3. p;43-66, set./dez. 1991.

NARDI, O.; MIORIN, V. M. F. Turismo no meio rural (TMR). In; MARAFON, G.J.; PESSOA, V. L. S. (Org.) **Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais: reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisas no rural e no urbano**. Uberlândia: Assis Editora, 2008.

NOVAES, M. H. O desenvolvimento do turismo no espaço rural. **Revista Multitemas**, Campo Grande, n.18, p. 21-30, 2000.

_____. O desenvolvimento do turismo no espaço rural: considerações sobre o plano de Joinville – SC. In: ANSARAH, M. G. R. (Org.) **Turismo: segmentação de mercado**. São Paulo: Futura, 1999.

OLIVEIRA, C. D. M. A complexidade territorial do turismo: atores, cenários e relacionamentos. In: SILVA, J. B.; LIMA, L. C.; ELIAS, D. **Panorama da geografia brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006.

OLIVEIRA, D. A. **Do “pão com lingüiça” ao “hotel fazenda” trajetória isolada ou caminho para a construção de um desenvolvimento do espaço turístico em zona rural?** 2006. 136 f. Dissertação (Mestrado)-Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

OLIVEIRA, F. M. **Espaço, lugar, identidade e urbanização**: conceitos geográficos na abordagem do turismo. 2006. 125 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

OLIVEIRA, J. G. R.; GRINBERG, L. **A saga dos cafeicultores no Sul de Minas**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

OLIVEIRA, M. R. **Negócios de família**: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780-1870). São Paulo: EDUSC/FUNALFA, 2005.

OLIVEIRA, R. A.; KRAISCH, S. D. Planejamento turístico em áreas rurais: busca da sustentabilidade. In: PORTUGUEZ, A. P. et al. **Turismo**: enfoques e perspectivas no espaço rural. São Paulo: Roca, 2006.

PAIXÃO, D. L. D.; DIAS, P. L. F.; COBOS, V. J. Tematización del espacio rural: circuito italiano em el Estado de Paraná, Brasil. **Estúdios y perspectivas en Turismo**, v. 10, n. 1/2, p. 62-75, 2001.

PANAGIDES, S. S. et al. **Estudos sobre uma região agrícola**: Zona da Mata de Minas Gerais (I). Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1973.

PANIAGO, E. et. al. **Estudos sobre uma região agrícola**: Zona da Mata de Minas Gerais (II). Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1973.

PANIAGO, M. C. T. **Viçosa – mudanças socioculturais**: evolução histórica e tendências. Viçosa, UFV, Imp. Univ., 1990.

PEREIRA, M. Portugal – trinta anos de mudança, reconfigurações territoriais, processos e protagonistas. **Seminário Internacional – Portugal**: desafios num território em mudança. Lisboa, UL/CEG, 2007.

PIMENTEL, G. G. A. Lazer e natureza no turismo rural. In: MARINHO, A. & BRUHNS, H. T. (Org.) **Turismo, lazer e natureza**. Barueri: Manole, 2003.

PINTO, A. Turismo em espaço rural: motivações e recursos holandeses em Ferreira de Aves – Sátão. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, Aveiro, v. 1, n.2, p. 89-100, set 2004.

PINTO-CORREA, T. Future development in Portuguese rural area: how to manage agricultural support for landscape conservation. **Elsevier**, n. 50, p.95-106, 2000.

PORTUGAL. **Direcção Geral do Turismo. Guia Oficial 2006 do Turismo no Espaço Rural**. Lisboa: DGT, 2006.

_____. **Guia Oficial 2005 do Turismo no Espaço Rural**. Lisboa: DGT, 2005.

_____. **Turismo no Espaço Rural. A oferta e a procura no TER, 2007**; DGT, 2008

_____. **Férias dos Portugueses 2005: análise de resultados**. Lisboa: DGT, 2006.

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística. **Censos 2001, resultados definitivos, Norte**. XIV recenseamento geral da população e IV recenseamento geral da habitação. Lisboa: INE, 2001.

PORTUGUEZ, A. P. **Consumo e espaço: turismo, lazer e outros temas**. São Paulo: Roca, 2001.

_____. Turismo e desenvolvimento sócio-espacial: reflexões sobre a experiência do agroturismo no Estado do Espírito Santo. In: LIMA, L. C. (Org.) **Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico**. Fortaleza: UECE, 1998. v. 2

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, A. M. **Ponte de Lima no tempo e no espaço**. Ponte de Lima, Câmara Municipal de Ponte de Lima, 2000.

RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Org). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão (PR): Unioeste, 2004.

RIBEIRO, M. A. Desenvolvimento sustentável: conceitos e paradigmas de gestão ambiental. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 17, n. 2, p.73-91, jul/dez 1997.

RIBEIRO, F. S. **Crescimento do turismo no meio rural na área de influência de belo horizonte**. 2005, 97 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização)-Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.

- RIBEIRO, J. C. **The Minho entrepreneur**: contribution to a profile. Lisboa: J.A.C.R., 1991a.
- _____. **O Minho**: base económica e modelo de desenvolvimento. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Economia e Gestão, 1987.
- _____. **Turismo no espaço rural em Portugal**: um apontamento introdutório. Braga: Universidade do Minho, 1991b.
- RIBEIRO, O. **Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico**: esboço de relações geográficas. 7. ed. rev. e ampliada. Lisboa. Livraria Sá da Costa Editora, 1998.
- RIBEIRO, W. **Noções de cultura mineira**. São Paulo: Ed. FTD, 1966.
- RIBEIRO, J. C.; VAREIRO, L. C. Turismo e desenvolvimento regional: o espaço rural como destino turístico. **1º Congresso Internacional Casa Nobre**. Lisboa, p.470-485. [2005?].
- _____. Turismo rural no Brasil - ensaio de uma tipologia. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural; ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000.
- RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A.; VIANA, A. L. B. (Org.). **Turismo Rural**: tendências e sustentabilidade. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- RISSO, L. C. Paisagens e cultura: uma reflexão teórica a partir do estudo de uma comunidade indígena amazônica. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 67-76, jan./jun., 2008.
- RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e ambiente**; reflexões e propostas. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. (Org.). **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- _____. Turismo rural no Brasil - ensaio de uma tipologia. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000.
- ROOS, J. **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- ROQUE, A. M. **Turismo no espaço rural**: um estudo multicaso nas regiões sul e sudoeste de Minas Gerais. 2001, 103 f. Dissertação (Mestrado em Economia)-Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Lavras, Lavra, 2001.
- ROSENDAHL, Z. Cultura, turismo e identidade. In: SILVA, J. B.; LIMA, L. C.; ELIAS, D. **Panorama da geografia brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006.

ROUGERIE, G. **Geografia das paisagens**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

RUBELO, J. G. N. O turismo rural: uma alternativa para a economia camponesa e uma forma de desenvolvimento da economia local. **Turismo & Pesquisa**, Araçatuba (SP), v.1, n.1, p. 19-37, 2002.

_____. O desenvolvimento da economia local pela perspectiva do turismo rural. **Economia & Pesquisa**, Araçatuba, v. 5 n.5,p. 115-129, 2003.

RUSCHMANN, D. V. M. **O planejamento do turismo e a proteção do meio ambiente**. 1994. 268 f. Tese (Doutorado)-Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. O turismo rural e desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. A. et al (Org). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2000.

SALAMONI, G.; GERARDI, L. H. O. Princípios sobre o ecodesenvolvimento e suas relações com a agricultura familiar. In: GERARDI, L.H.O.; MENDES, I. (Org.) **Teoria, técnica, espaços e atividades: temas de geografia contemporânea**. Rio Claro: Ed. UNESP, 2001.

SALLES, M. M. G. **Turismo rural: inventário turístico no meio rural**. Campinas: Editora Alínea, 2003.

SALLUM JÚNIOR, B. **Capitalismo e cafeicultura: oeste paulista, 1888-1930**. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

SAMPAIO, C. A. C. **Desenvolvimento sustentável e turismo: implicações de um novo estilo de desenvolvimento humano na atividade turística**. Blumenau: Edifurb; Florianópolis: Bernúncia, 2004.

SANDALI, V. **O café: ambientes e diversidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

SANSOLO, D.G.; CRUZ, R.C.A. Plano Nacional de Turismo: uma análise crítica. **Caderno Virtual de Turismo**. Vol 3, n.4,p.01-06, 2003. Disponível em <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/viewarticle.php?id=41&layout=abstract>> Acesso em 20 ago. 2009.

SANTOS, C. A. Framing Portugal: representational dynamics. **Annals of Tourism Research**, v. 31, n. 1, p. 122-138, 2004.

SANTOS, J. C. V. **A criação do reservatório de Miranda e a (re)configuração das paisagens do Médio Vale do Rio Araguaia – MG**. 2004. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, R. J. Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. **Sociedade & Natureza**. Uberlândia, n. 21 e 22, p. 111-125, jan/dez. 1999.

SANTOS, R. J.; ALVES, K. B. (Orgs.) **Registro do patrimônio cultural e edificado das áreas diretamente afetadas, de entorno e de influência das Usinas Hidrelétricas de Capim Branco I e II**. Uberlândia: Composer, 2005.

SANTOS, R. J.; PIRETE, M. J..”O novo rural” e o turismo ofertado por este espaço. In: SANTOS, R. J.; RAMIRE, J. C. L. (orgs). **Cidade e campo no Triângulo Mineiro**. Uberlândia: EdUFU, 2004.

SANTOS FILHO, J. **Alguns comentários ao Plano Nacional do Turismo - Diretrizes, Metas e Programas 2003-2007**: um breve ensaio sociológico. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br/027/27jsf.htm> Acesso em: 18 ago. 2009.

SANTOS FILHO, J.; MARTONI, R.M. **Ufanismo, sandice e galhofa são atributos das políticas públicas de turismo no Brasil**. 2007. Disponível em: <<http://www.partes.com.br/turismo/santosfilho/ufanismo.asp>>. Acesso em: 15 ago. 2009

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções do território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SARMENTO, J. C. V. Festivais de Música de Verão: artes performativas, turismo e território **Geo-Working Papers**, Série Investigação, 13, Universidade do Minho, 21p., 2007.

_____. **Representação, imaginação e espaço virtual**: geografias de paisagens turísticas em West Cook e nos Açores. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

SARMENTO, J.; et. al. A Ryanair no Aeroporto do Porto: transformações nos padrões de viagem? **Actas do VI Congresso da Geografia Portuguesa**, Associação Portuguesa de Geógrafos, Lisboa, 2008.

- SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.
- SCHNEIDER, S. et. al. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.
- SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. A. V. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, J. A. A.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo Rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru, SP: Ed. da EDUSC, 2000.
- SILVA, C. A.; PEREZ FILHO, A. Geografia, turismo e análise sistêmica. In: VITTE, A. C. (Org.). **Contribuições à história e à epistemologia da geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- SILVA, C. L. S. (Org.). **Desenvolvimento sustentável**: um modelo analítico integrado e adaptativo. Petrópolis: Vozes, 2006.
- SILVA, I. O; FRANCO, V. S. Turismo e educação: a apropriação do espaço urbano por estudantes do ensino fundamental. **REUNA**, Belo Horizonte, v. 10, n. 3, p. 75-85, 2005.
- SILVA, J. A.; ANDRAZ, J. M. Elementos de avaliação econômica dos principais destinos turísticos portugueses. . **Revista Turismo & Desenvolvimento**, Aveiro, v. II, n.2, p. 89-100, set 2005.
- SILVA, J. B.; LIMA, L. C.; ELIAS, D. **Panorama da geografia brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006.
- SILVA, J. G.; VILARINHO, C.; DALE, P. J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A. A., FROEHLICH, M.; RIEDL, M. (Org.) **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2000.
- SILVA, J. M. **Ações estratégicas para o turismo no Município de Lavras-MG**. 2003. 167f. Dissertação (Mestrado em Administração)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2003.
- SILVA, M. A; PINHEIRO, M. S. F; FRANÇA, M. N. **Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos**: projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses. 5. ed. rev. e atual. Uberlândia: UFU, 2006.
- SILVA JUNIOR, J. H. **A Política interna de turismo no Brasil (1992-2002)**. Belo Horizonte: FACE-FUMEC, C/ Arte, 2004.

SILVA SOUSA, L. **O turismo rural**: instrumento para desenvolvimento sustentável. 2006. Disponível em: <www.eumed.net/libros/2006c/194>. Acesso em: 02/ ago. 2009.

SILVEIRA, C. E.; PAIXÃO, D. L. D.; COBOS, V. J. Políticas públicas de turismo e a política no Brasil: singularidades e (des)continuidades. **Ciência e Opinião**, Curitiba, v.3, n.1, p. 120-135, jan/jul 2006.

SIRGADO, J. R. Espaço turístico e desenvolvimento no cone Leste Paulista. In: RODRIGUES, A. B. (Org.) **Turismo rural**: práticas e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2003.

SOLLA, X.M.S. Turismo rural – tendências e perspectivas. In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. **Turismo**: o desafio da sustentabilidade. São Paulo : Futura, 2002.

SOTO, W. H. G. Desenvolvimento sustentável, agricultura e capitalismo. In: BECKER, D. F. (Org.) **Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ ou possibilidades?**. 4. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

SOUZA, A. B. **A Zona da Mata no contexto estadual e nacional**. Belo Horizonte: BDMG/FJP, 2003.

SOUZA, E. B. C. Natureza e consumo – a contraditória relação de sustentabilidade na atividade turística. **Ciência Geográfica**. Bauru, v. IX, n.3, p. 253-258, set/out 2003.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R. L. **Geografia**: conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, T. R. Lazer, turismo e políticas públicas para a terceira idade. **Revista Científica Eletrônica de Turismo**. Ano III, n. 4, p. 01-06, 2006. Disponível em: <<http://www.revista.inf.br/turismo04/artigos/art01.pdf>>. Acesso em: 09/08/2009.

SPINDEL, C. R. **Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira**: formação e uso da força de trabalho no Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.

_____. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M.

A. (Org.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão (PR): Unioeste, 2004.

TIRADENTES, L. **O canto da araponga**: possibilidades de um turismo no espaço rural da Microrregião de Viçosa - MG. 2004. 160 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2004.

_____. Viçosa-MG cidade universitária: lugar e turismo. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE CIDADES MÉDIAS, II, 2006, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU/IG, 2006. p. 1-12.

TIRADENTES, L.; SANTOS, R. S. Turismo e pluriatividade em propriedades rurais familiares na Microrregião de Viçosa-MG. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO, 11, 2009**, Curitiba. **Anais...** Curitiba: OBSTUR/UFPR: UNIVERSIDADE POSITIVO, 2009. 1 CD-ROM.

TRIGAL, L. L. Mudanzas en Portugal, en el contexto de la Península Ibérica. **Seminário Internacional – Portugal**: desafios num território em mudança. Lisboa, UL/CEG, 2007.

TRINDADE, G. A. (Re)pensando a instrumentalização do conceito de lugar no âmbito da geografia. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. IX, n. 2, p.146-152, mai/ago 2003.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.

TROLL, C. A paisagem geográfica e sua investigação. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 04, p. 1-7, jun 1997.

TULIK, O. **Turismo rural**. 2ªed. São Paulo: Aleph, 2003.

TURIHAB – Associação do Turismo de Habitação. **Solares de Portugal**: a qualidade ao serviço da tradição. Ponte de Lima: TURIHAB, 2006.

UMBELINO, J. Ambiente versus turismo: caminhos de convergência. **GeoINova**, Lisboa, n. 9, p.125-139, 2004.

_____. Turismo e patrimônio: algumas idéias para reflexão. **Revista Turismo & Desenvolvimento**. Aveiro, vol. 1, n.1, p. 21-26, jan 2004.

VALE, A. R. As possibilidades do ecoturismo como um novo caminho para o desenvolvimento sustentável. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. IX, n. 2, p.75-89, mai/ago 2003.

VALVERDE, O. **Estudos de geografia agrária brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985.

VENTURI, L. A. B. **Ensaaios geográficos**. São Paulo: Humanitas, 2008.

VIEIRA, E. P. **Economia cafeeira de processo político**: transformações na população eleitoral da Zona da Mata Mineira (1850-1889). 1978, 122 f. Dissertação (Mestrado em Economia)-Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1978.

VILLAYERDE, S. Refletindo sobre lazer / turismo na natureza, ética e relações de amizade. In: MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. (Org.) **Turismo, lazer e natureza**. Barueri: Manole, 2003.

VITTE, A. C. (org.) **Contribuições à história e à epistemologia da geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

WANDERLEY, M. N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e meio ambiente**: a reconstrução da ruralidade e a relação sociedade / natureza. Curitiba, n.2, p.29-38, jul/dez. 2000.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo**: impactos potencialidades e possibilidades. Barueri: Manole, 2001.

WEISSBACH, P. R. M. **Possibilidades de aproveitamento turístico da área rural de Cruz Alta - RS**. 2001, 203 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Instituto de Geociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2001.

WILLIAMS, A. M.; KING, R.; WARNES, A.; PATTERSON, G. Tourism and international retirement migration: new forms of an old relationship in Southern Europe. **Tourism Geographies**, v.2 n.1, p.28-49, 2000.

YÁZIGI, E. A. Acertos metodológicos: relativismo cultural e turismo. In: SILVA, J. B.; LIMA, L. C.; ELIAS, D. **Panorama da geografia brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. A. A natureza como identidade espacial do turismo. In: ROSENDAHL, Z; CORRÊA, R. L. (Org.) **Religião, identidade e território**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2001.

ZIMMERMANN, A. Planejamento e organização do turismo rural no Brasil. In: ALMEIDA, J.A.A.; FROEHLICH, M.; RIEDL, M. (org.) **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2000.

OUTRAS FONTES:

<http://www.turismodeportugal.pt> Acesso em: 15/11/2007.

<http://www.turihab.pt/pt/inicio.html>. Acesso em: 22/11/07.

<http://www.solaresdeportugal.pt/PT/> Acesso em: 22/11/07.

[http:// www.center.pt](http://www.center.pt) Acesso em: 22/10/07.

<http://www.ine.pt> Acesso em: 22/10/07.

<http://www.min-agricultura.pt/oportal/extcnt/docs> Acesso em: 12/01/2008.

<http://www.confagri.pt/PoliticaAgricola/Temas/PAC/Documentos/doc49.htm>. Acesso em: 18/01/2008.

http://www.pacoscipriano.com/pt/opaco_historia.asp Acesso em: 18/01/08.

<http://www.sezim.pt> Acesso em: 22/01/08.

<http://www.cm-pontedelima.pt/> Acesso em: 30/01/08.

<http://www.cm-guimaraes.pt> Acesso em: 31/01/08.

http://www.mapav.com/viana_do_castelo/ponte_de_lima/correlha Acesso em: 09/06/2009.

ANEXOS

ANEXO 1

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
PESQUISADOR: LEOMAR TIRADENTES**

ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS COM OS PROPRIETÁRIOS RURAIS.

CAFEICULTURA E TURISMO.

- 1) Identificar, junto aos proprietários, como o café surgiu na propriedade.
 - Origem da propriedade.
 - Ano da chegada do café na propriedade.
 - Tipo de cultivo e técnicas utilizadas na cafeicultura.
 - Quantidade de produção, consumo e venda do café.
 - Custo de manutenção da cultura cafeeira (créditos, insumos e outros).
- 2) Como os proprietários percebem e incorporam o turismo nas suas propriedades.
 - Quando ocorreram as primeiras visitas turísticas na propriedade?
 - Como o turismo chegou à propriedade?
 - Quais foram as primeiras percepções do turismo no espaço rural, por parte dos proprietários rurais?
 - Como o turismo se insere na propriedade rural?
 - Como o turismo substitui ou complementa a renda da propriedade?

O ESTADO NA REGIÃO.

- 3) Observar e avaliar a participação do Estado, no campo.
 - Existe alguma ação do Estado, na região?
 - Como o proprietário rural percebe e trabalha com os órgãos estatais e suas políticas públicas?
 - Existe uma participação de outros órgãos ou entidades, na região?
- 4) Identificar e avaliar como que as políticas públicas chegam até as propriedades rurais.
 - Como o Estado vem contribuindo para o turismo local?
 - As políticas públicas do Estado vêm contribuindo para o desenvolvimento do setor turístico local?
 - Como o município, onde a propriedade rural se encontra, trata a questão do turismo rural?

A PARTICIPAÇÃO FAMILIAR.

- 5) Caracterizar e analisar a participação das famílias, nas propriedades rurais e/ou empreendimento turístico.
 - Quantos e quais membros familiares trabalham na propriedade?

- Como a família participa desse processo turístico?
 - Algum membro da família possui curso ou capacitação no turismo?
- 6) Analisar as mudanças que ocorrem nas propriedades envolvidas com o turismo, identificando os planos e preferências da família, para o turismo.
- O que mudou com a chegada dos turistas?
 - Identificar a participação da família e suas respectivas funções, na propriedade.
 - Existe alguma preferência por um tipo específico de turista?
 - A propriedade contrata empregados para a atividade turística?
- 7) Identificar como a população recepciona ou trabalha com os turistas. Como que eles são recebidos, informados e encaminhados para as visitas, nos lugares turísticos da comunidade.
- Identificar como o turista é recebido.
 - Que informações o turista recebe, durante a estadia na propriedade?
 - Existe a presença de guias, na propriedade?

OS ATRATIVOS HISTÓRICOS, CULTURAIS E NATURAIS.

- 8) Identificar quais e quantas são as festas locais, as produções artesanais e os atrativos naturais, presentes nas propriedades rurais.
- Identificar e caracterizar as festas locais (religiosas e profanas).
 - O que já de histórico na propriedade?
 - Que tipo de artesanato existe ou é produzido?
 - Identificar e caracterizar os atrativos naturais existentes na propriedade.
- 9) Identificar as identidades e os pertencimentos das pessoas com o lugar (festas, atrativos turísticos etc.) e como os eventos passaram a fazer parte dos atrativos.
- As festas na propriedade fazem parte da atividade turística local?
 - Identificar os símbolos existentes nas propriedades rurais.
 - Caracterizar a relação dos proprietários rurais com o lugar.

O CIRCUITO TURÍSTICO.

- 10) Qual a origem e a formação do Circuito Turístico Serras de Minas?
- Como surgiu a necessidade de um circuito turístico?
 - Qual a origem da iniciativa da formação do circuito?
 - Como são feitas as divulgações dos eventos turísticos, no circuito?
- 11) Caracterizar o circuito turístico existente na região e como ele influencia no desenvolvimento do espaço rural da região.
- Como a propriedade integra o circuito turístico?
 - Existem parcerias entre os integrantes do circuito e outras organizações?
 - O circuito trouxe melhorias para a propriedade e também à comunidade local?
 - Quais as perspectivas dos proprietários rurais, para o circuito turístico?

ANEXO 2

PRINCIPAIS NORMAS E PLANOS REGIMENTAIS DO TURISMO NO BRASIL (1934-2008)

ANO	LEIS	TEMA PRINCIPAL
1934	DL 24.393	Promulga o convênio entre Brasil e Argentina para o fomento do turismo.
1938	DL 406	Aborda aspectos da atividade turística no Brasil e dispõe sobre a venda de passagens aéreas, marítimas e terrestres.
1940	DL 2.440	Primeiro diploma legal a tratar exclusivamente de um aspecto relativo ao setor turístico. Aborda assuntos relacionados as agências de viagem e turismo.
1946	DL 9.863	Dispõe sobre as operações de câmbio manual, ligadas às atividades de viagens e turismo.
1955	L. 2.526	Isenta de visto consular os turistas cidadãos de países americanos.
1956	Resol. N. 057 Câmara dos Deputados	Institui Comissão Parlamentar de Inquérito com o objetivo de estudar os problemas de turismo e propor medidas legislativas para o desenvolvimento do turismo, no Brasil.
1958	DL 44.863	Institui a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR).
1960	D. 48.126	Aprova o regulamento da COMBRATUR, primeira referência a uma política nacional de turismo.
1966	DL 55	Define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de turismo (CNTUR) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR).
1966	D. 59.595	Dispõe sobre entrada e saída dos passageiros de ônibus internacionais e turistas em automóveis particulares.
1967	D. 60.224	Propõe uma nova definição à Política Nacional de Turismo.
1971	L. 5.709	Regula a aquisição de imóvel rural por estrangeiro ou pessoa jurídica residente no Brasil.
1972	L. 1.191	Dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo.
1975	DL 1.439	Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e outros estímulos às atividades turísticas.
1976	DL 1.485	Inclui estímulos fiscais ao turismo estrangeiro no país.
1977	DL 1.587	Instituiu estímulos fiscais destinados a empresas nacionais prestadoras de serviços a turistas estrangeiros no país.
1977	L. 6.513	Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico.
1988	CONST. FEDERAL	Contempla, pela primeira vez, na história das constituições brasileiras, o turismo no Capítulo I do Título III.
1991	L.8.181	Revoga o DL n. 55/66, extinguindo o CNTUR; Reestrutura a EMBRATUR, atribuindo-lhe o papel de formular, coordenar e executar a Política Nacional de Turismo – PNT.

PRINCIPAIS NORMAS E PLANOS REGIMENTAIS DO TURISMO NO BRASIL (1934-2008).		
(Continuação)		
1992	D. 448	Regulamenta a Lei n. 8181/91, estabelecendo a finalidade da Política Nacional de Turismo e suas diretrizes.
1994	P. 130 do MICT	Criação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT)
1996	-----	Publicada a Política Nacional de Turismo, no Governo de Fernando H. Cardoso, válida entre 1996-1999.
2003	-----	Implantação do Plano Nacional do Turismo: 2003 - 2007. I Governo Lula
2006	-----	Implantação do II Plano Nacional do Turismo: 2007- 2010. II Governo Lula.
2008	L. 11.771	Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico.

Fonte: Adaptado de BARRETO, M.; et all. Turismo, políticas públicas e relações internacionais. Campinas: Papirus, 2003. E, CRUZ, R. C. A. Políticas públicas de turismo no Brasil. In: Políticas Públicas e o lugar do turismo. Vol. 1 Brasília: UNB/ Ministério do Meio Ambiente, 2002.

Legenda:

D. = Decreto; DL. = Decreto-lei; L. = Lei n.; Resol. N. = Resolução n.; Const. = Constituição;

P. = Portaria n

ANEXO 3

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS AÇÕES PÚBLICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO TURISMO (1875-2009).

ANO	LEIS	TEMA PRINCIPAL
1875	-----	Surgimento das estâncias hidrotermais de Caxambu, Lambari e outras.
1920*	-----	Apogeu do Circuito das Águas.
1928	-----	1º Congresso de Estâncias Hidrominerais
1940	-----	1ª Menção legal ao turismo: Criação do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, cuja Divisão de Divulgação abrangia o turismo.
1950	-----	Ascensão das cidades históricas, com a promoção de obras de conservação e restauração.
1956	-----	Implantação do Serviço de Estâncias Hidrominerais junto ao Departamento de Fomento Industrial da Secretaria de Estado da Agricultura, que possibilita uma maior dinamização do turismo.
1960	D.6.090	Criação da HIDROMINAS, que passa a englobar todos os hotéis, termas e fontes dos Circuitos das Águas e outros locais.
1964	D. 7.362	Criação do Conselho Estadual de Turismo.
1965- 1969	L. 2.452	O turismo passa a ser administrado pelo Departamento de Turismo, subordinado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, incumbido de aplicar estímulos fiscais e isenção de impostos para a construção de hotéis, no estado.
1970	-----	HIDROMINAS é vinculada à Superintendência da Indústria, Comércio e Turismo, criada para substituir o Departamento de Turismo.
1970	-----	Criação da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo, e da Superintendência do Turismo- SUTUR, com a finalidade de impulsionar as atividades do turismo em Minas.
1971	-----	Elaboração do I Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (I PMDES), que dedica um capítulo a atividade turística.
1975	-----	Criação do II PMDES que propunha a valorização do setor turístico em Minas Gerais.
1976	-----	Lançamento do Programa Mineiro de Turismo – PROMITUR (1977-1979) para fomentar o turismo e subsidiar a elaboração de um plano estadual de desenvolvimento.
1978	-----	Criação da Agência de Desenvolvimento Turístico de Minas Gerais – ADETUR, de curta existência.
1979	L. 7.658	Criação da Empresa Mineira de Turismo, vinculada à Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo – TURMINAS.
1980	-----	Lançamento do III PMDES, abordando um capítulo sobre o desenvolvimento industrial e turismo, ressaltando a necessidade de um II PROMITUR.
1980	-----	Ouro Preto é reconhecida como patrimônio da Humanidade

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS AÇÕES PÚBLICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO TURISMO. (Continuação)		
1982	-----	É fundada a Companhia Mineira de Promoções - PROMINAS para gerenciar o Centro Mineiro de Promoções Israel Pinheiro da Silva (Minascentro)
1983	L. 8.502	Criação da Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo – SELT, que institui o Sistema Operacional de Esportes, Lazer e Turismo
1984	-----	Lançamento do IV PMDES, abordando um capítulo especial sobre a política de turismo, difundindo a cultura, o patrimônio histórico e melhorias da qualidade de vida das cidades turísticas.
1989	-----	Aprovação da nova Constituição Estadual, na qual se insere o turismo como uma atividade econômica e fator de desenvolvimento social e cultural.
1990	-----	Cria-se o Plano Plurianual de ação Governamental, possibilitando a implantação de Albergues da Juventude e do Cadastro Turístico Mineiro
1994	L. 11.520	Cria o Fundo de Assistência ao Turismo – FASTUR.
1995	-----	É instituída, na Assembléia Legislativa, uma Comissão de Estudos do Turismo.
1996	L. 12.398	Dispõe sobre o Plano Mineiro de Turismo – PLANITUR, que orientou a implementação da política estadual para o setor.
1999	L. 13.341	Criação da Secretaria de Turismo – SETUR, englobando a TURMINAS.
1999	L. 13.173	Institui o Programa Estrada Real.
2002	Resolução n. 5.210	Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado de Turismo.
2003	D. 43.321	Dispõe sobre o reconhecimento dos Circuitos Turísticos, em Minas Gerais.
2005	L. 15.686	Regulamenta a Lei n. 11.520/94, sobre o Fundo de Assistência ao Turismo – FASTUR
2008	Resolução n. 008 do SETUR.	Estabelece normas relativas ao “Certificado de Reconhecimento” dos Circuitos Turísticos do Estado de Minas Gerais.
2008	D. 44893	Contém o Regulamento do Fundo de Assistência ao Turismo - FASTUR, criado pela Lei nº 11.520, de 13 de julho de 1994, e regido
2009	L. 18.032	Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Turismo - CET.

* Compreende a década dos anos vinte.

Fonte: Muinhos (1991), Silva Júnior (2004), Bolson (2005).
Elaborado pelo autor.

ANEXO 4

CIRCUITOS TURÍSTICOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

1. Circuito Águas do Cerrado – Cachoeira Dourada de Goiás, Itumbiara(GO), Cachoeira Dourada de Minas, Capinópolis, Ipiacu, Ituiutaba e Santa Vitória.
2. Circuito Áreas Proibidas – Além Paraíba, Estrela D’Alva, Pirapetinga, Santo Antônio do Aventureiro e Volta Grande.
3. Circuito Caminhos do Cerrado – Abadia dos Dourados, Cruzeiro da Fortaleza, Guimarães, Patrocínio, Serra do Salitre.
4. Circuito Caminhos do Sul de Minas – Brasópolis, Conceição das Pedras, Cristina, Dom Viçoso, Itajubá, Maria da Fé, Pedralva, Piranguçu, Piranguinho, São José do Alegre e Wenceslau Brás.
5. Circuito Caminhos Gerais – reúne doze cidades do Sul de Minas e sete do estado de São Paulo – Andradas, Bandeira do Sul, Botelhos, Cabo verde, Caldas, Campestre, Congonhal, Ibitiúra de Minas, Ipuiúna, Poços de Caldas, Santa Rita de Caldas e Senador José Bento e, ainda, Águas da Prata, Caconde, Espírito Santo do Pinhal, São João da Boa Vista e Santo Antônio do Jardim.
6. Circuito Caminho Novo – Ewbank da Câmara, Juiz de Fora, Matias Barbosa, Santana do Deserto, Santos Dumont e Simão Pereira.
7. Circuito Caminhos Verdes de Minas – Coronel Pacheco, Descoberto, Goianá, Guarani, Paiu, Rio Novo e São João Nepomuceno.
8. Circuito Campos das Vertentes – Bom Sucesso, Carmo da Mata, Carmo do Cajuru, Carmópolis de Minas, Cláudio, Desterro de Entre Rios, Itaguara, Oliveira, Passa Tempo, Piracema, Santo Antonio do Amparo e São Francisco de Paula.
9. Circuito da Canastra – Araxá, Bambuí, Campos Altos, Conquista, Ibiá, Medeiros, Perdizes, Pratinha, Sacramento, São Roque de Minas, Tapira e Tapiraí.
10. Circuito das Águas – Baependi, Cambuquira, Campanha, Caxambu, Heliadora, Jesuânia, Lambari, São Lourenço, Conceição do Rio Verde e Soledade de Minas.

11. Circuito das Grutas – Caetanópolis, Capim Branco, Confins, Cordisburgo, Funilândia, Lagoa Santa, Matozinhos, Paraopeba, Pedro Leopoldo, Prudente de Moraes, Santana do Pirapama e Sete Lagoas.
12. Circuito das Malhas – Borda da Mata, Bueno Brandão, Inconfidentes, Jacutinga, Monte Sião e Ouro Fino.
13. Circuito das Pedras Preciosas – Caraí, Carlos Chagas, Itambacuri, Minas Novas, Nanuque, Padre Paraíso, Pote e Teófilo Otoni.
14. Circuito do Ouro – Barão de Cocais, Belo Vale, Bom Jesus do Amparo, Caeté, Catas Altas, Congonhas, Itabira, Itabirito, Mariana, Nova Lima, Ouro Branco, Ouro Preto, Piranga, Raposos, Rio Acima, Sabará, Santa Bárbara, Santa Luzia e São Gonçalo do Rio Abaixo.
15. Circuito dos Diamantes – Couto de Magalhães, Datas, Diamantina, Felício dos Santos, Gouveia, Presidente Kubitschek, Santo Antonio do Itambé, São Gonçalo do Rio Preto.
16. Circuito dos Lagos – Conceição das Alagoas, Conquista, Sacramento e Uberaba em Minas Gerais e Igarapava, Pedregulho e Rifânia, em São Paulo.
17. Circuito dos Lagos das Gerais – Aguanil, Boa Esperança, Campo Belo, Campo do Meio, Cana Verde, Candeias, Coqueiral, Cristais, Guapé, Ilícínia e Três Pontas.
18. Circuito Lago de Furnas – Alfenas, Alterosa, Areado, Campos Gerais, Divisa Nova, Fama, Machado, Monte Belo, Paraguaçu, Poço Fundo, Serrania e Varginha.
19. Circuito Lago de Três Marias – Abaeté, Felixlândia, Morada Nova de Minas, Paineiras, Pompéu, São Gonçalo do Abaeté e Três Marias.
20. Circuito Mata Atlântica de Minas – Antônio Dias, Bela Vista de Minas, Belo Oriente, Bom Jesus do Galho, Bugre, Caratinga, Coronel Fabriciano, Córrego Novo, Dionísio, Entre Folhas, Iapu, Inhapim, Ipaba, Ipatinga, Jaguarauçu, João Monlevade, Marliéria, Mesquita, Naque, Nova Era, Periquito, Piedade de Caratinga, Pingo D'água, Rio Piracicaba, Santa Rita de Minas, Santana do Paraíso, São Domingos do Prata, São João do Oriente, São José do Goiabal, Timóteo, Ubaporanga e Vargem Alegre.
21. Circuito Minas Rio – Carangola, Faria Lemos e Tombos em MG e Natividade, Porciúncula e Varre-Sai, no RJ.

22. Circuito Montanhas Cafeeiras de Minas – Arceburgo, Bom Jesus da Penha, Guaranésia, Guaxupé, Itamoi, Jacuí, Juruaia, Monte Santo de Minas, Muzambinho, Nova Resende, São Pedro da União e São Sebastião do Paraíso.
23. Circuito Montanhas Mágicas da Mantiqueira – Aiuruoca, Andrelândia, Arantina, Bom Jardim de Minas, Carvalhos, Cruzília, Liberdade, Minduri, São Vicente de Minas, Seritinga e Serranos.
24. Circuito Nascentes das Gerais – Capetinga, Capitólio, Cássia, Claraval, Delfinópolis, Doloresópolis, Fortaleza de Minas, Ibiraci, Itaú de Minas, Passos, Piumhi, São João Batista do Glória, São José da Barra, São Roque de Minas e Vargem Bonita.
25. Circuito Nascentes do Rio Doce – Alto Rio Doce, Brás Pires, Cipotânea, Desterro do Melo, Dolores do Turvo, Presidente Bernardes, Ressaquinha, Senador Firmino e Senhora dos Remédios.
26. Circuito Parque Nacional da Serra do Cipó – Cardeal Mota, Itambé do Mato Dentro, Jaboticatubas, Morro do Pilar, Santana do Riacho, Santo Antonio do Rio Abaixo e São Sebastião do Rio Preto.
27. Circuito Pico da Bandeira – Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Caparaó, Caputira, Carangola, Chalé, Divino, Durandé, Espera Feliz, Farias Lemos, Lajinha, Luisburgo, Manhuaçu, Manhumirim, Martins Soares, Matipó, Santana do Manhuaçu, São Francisco do Glória, São João do Manhuaçu, São José do Mantimento, Simonésia e Trombos.
28. Circuito Recanto dos Barões – Bicas, Chácara, Chiador, Guarará, Mar de Espanha, Maripá de Minas, Pequeri e Senador Cortes.
29. Circuito Rota dos Tropeiros – Arcos, Candeias, Córrego Fundo, Formiga, Iguatama, Itapeceira, Lagoa da Prata, Moema, Pedra do Indaiá, Pimenta, Pains e Santo Antonio do Monte.
30. Circuito Serra do Brigadeiro – Antônio Prado de Minas, Araponga, Eugenópolis, Fervedouro, Miradouro, Muriaé, Patrocínio do Muriaé, Pedra Bonita, Rosário da Limeira e Vieiras.

31. Circuito Serra do Cabral e Cachoeiras – Augusto de Lima, Buenópolis, Francisco Dumont, Jequitaiá, Joaquim Felício, Lassance, Monjolos, Olhos D'Água e Santo Hipólito.
32. Circuito Serra do Ibitipoca – Bias Fortes, Ibertioga, Lima Duarte, Santana do Garambéu, Santa Rita de Ibitipoca e Pedro Teixeira.
33. Circuito Serras de Minas – Acaiaca, Araponga, Barra Longa, Canaã, Guaraciaba, Guiricema, Jequeri, Paula Cândido, Santa Cruz do Escalvado, São Geraldo, Teixeiras, Ubá e Viçosa.
34. Circuito Serra e Cachoeiras – Argirita, Astolfo Dutra, Cataguases, Dona Euzébia, Leopoldina, Maripá de Minas e Recreio.
35. Circuito Serras Verdes do Sul de Minas – Bom Repouso, Camanducaia, Cambuí, Conceição dos Ouros, Consolação, Córrego do Bom Jesus, Estiva, Extrema, Gonçalves, Itapeva, Monte Verde, Munhoz, Paraisópolis, Sapucaí-Mirim, Senador Amaral, Tocos do Moji e Toledo.
36. Circuito Terras Altas da Mantiqueira – Alagoa, Delfim Moreira, Itamonte, Itanhandu, Marmelópolis, Passa Quatro, Pouso Alto, São Sebastião do Rio Verde e Virgínia.
37. Circuito Trilhas do Rio Doce – Aimorés, Conselheiro Pena, Galiléia, Governador Valadares, Peçanha, Resplendor, Santa Efigênia de Minas, São José da Safira e Virginópolis.
38. Circuito Trilhas do Sapucaí – Cachoeira de Minas, Careçu, Cordislândia, Espírito santo do Dourado, Machado, Monsenhor Paulo, Natércia, Poço Fundo, Pouso Alegre, Silvianópolis, São Gonçalo do Sapucaí, São Sebastião da Bela Vista, Santa Rita do Sapucaí e Turvolândia.
39. Circuito Trilhas dos Inconfidentes – Barbacena, Barroso, Coronel Xavier Chaves, Dolores de Campos, Entre Rios de Minas, Lagoa Dourada, Prados, Resende Costa, Ritópolis, São João Del Rei, São Tiago e Tiradentes.
40. Circuito Tropeiros de Minas – Carmo do Paranaíba, Lagoa Formosa, Patos de Minas, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Tiros e Vazante.
41. Circuito Vale do Rio Preto: – Belmiro Braga, Santa Bárbara do Monte Verde, Santa Rita do Jacutinga, Passa Vinte e Rio Preto.

42. Circuito Vale Verde e Quedas D'Água – Carmo da Cachoeira, Carrancas, Ingaí, Itumirim, Lavras, Luminárias, São Bento Abade, São Tomé das Letras e Três Corações.
43. Circuito Veredas do Paraopeba – Bonfim, Brumadinho, Crucilândia, Ibirité, Mário Campos, Moeda, Piedade dos Gerais, Rio Manso e Sarzedo.
44. Circuito Verde Trilha dos Bandeirantes – Betim, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Igarapé, Juatuba, Mateus Leme, Ribeirão das Neves e São Joaquim de Bicas.
45. Circuito Vila e Fazendas de Minas – Carandaí, Catas Altas da Noruega, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Cristiano Ottoni, Ituverava, Jeceaba, Lamim, Queluzito, Rio Espera, Santana dos Montes e São Brás do Suaçui.
46. Circuito Urucuia Grande Sertão – Arinos, Bonfinópolis, Buritis, Cabeceiras (GO), Chapada Gaúcha, Formoso, Riachinho, Pintópolis, Uruana de Minas e Urucuia.
47. Circuito Lago de Irapé – Botumirim, Berilo, Cristália, Chapada do Norte e Grão Mogol.
48. Circuito Turístico Montanhas e Fé – Jequeri, Piedade de Ponte Nova, Raul Soares, Rio Casca, Santo Antônio do Gramma, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros, Sem-Peixe e Urucânia.